



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Cássia Vasconcelos Ayres

**Participação política, *media*
digitais e mudanças sociais: a
comunicação na perspectiva
do cidadão jovem**

Tese de Doutoramento em Ciências da
Comunicação

Trabalho realizado sob orientação da
**Professora Doutora Maria José Brites, da
Universidade Lusófona do Porto e do
Professor Doutor Thomas Tufte, da
Loughborough University**

Abril de 2021



Cássia Vasconcelos Ayres

**Participação política, *media* digitais e
mudanças sociais: a comunicação na
perspectiva do cidadão jovem**

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 20/04/2021, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Isabel Maria Pérez da Silva Babo Lança (Universidade Lusófona do Porto)

Arguentes: Professora Doutora Cicilia Maria Krohling Peruzzo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e

Universidade Federal do Espírito Santo) e Profesora Doutora Ana Cristina Suzina (Loughborough University London)

Vogais: Professora Doutora Carla Preciosa Braga Cerqueira (Universidade Lusófona do Porto) e Professora Doutora Maria de Lurdes de Sousa Macedo (Universidade Lusófona do Porto)

Orientadora: Professora Doutora Maria José Lisboa Brites de Azeredo (Universidade Lusófona do Porto).

Abril de 2021

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

DEDICATÓRIA

Aos jovens entrevistados que tornaram este estudo possível, com minha grande admiração.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer aos dirigentes, e ao corpo docente da Universidade Lusófona, na Cidade do Porto, em especial, à Professora Isabel Babo, por ter sido gratificada com a bolsa de doutoramento da Cooperativa de Formação e Animação Cultural C.R.L. (COFAC). De seguida, estendo os meus agradecimentos à minha orientadora e ao meu co-orientador, pela dedicação e pelo esmero técnico, com o qual me motivaram para alcançar neste trabalho.

Agradeço também aos meus arguentes externos pela disponibilidade e a todos aqueles que, de algum modo, colaboraram com este trabalho com auxílio técnico, recursos, recomendações, sugestões e ideias. Obrigada Ana Patrícia Jaco, Jorge Marques, Amélia Russo de Sá, Patrícia Portela de Souza, Maria Estela Caparelli, Nelson Leoni, Gabriela Moura, Thais Santos, Paula Bonfatti, Vívian Suarez, Neuseli Martins Costa, Massimo di Felice, Cláudia Leonor, Paloma Ayres, Filipe Castro e Ricardina Magalhães.

Finalmente, obrigada aos amigos, à família, e aos colegas de trabalho e de doutoramento, pelas palavras de carinho e compreensão, nas horas de ausência, ao longo da minha jornada.

Participação política, mídias digitais e mudanças sociais: a comunicação na perspectiva do cidadão jovem

Resumo

Na presente tese de Doutorado analisam-se as dinâmicas participativas de jovens brasileiros, utilizadores do programa U-Report, como um caso de estudo exploratório, com o objetivo de pensar sobre a Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social (CpDMS) na perspectiva do cidadão jovem, no Brasil, e em contextos similares.

Metodologicamente, destacam-se os métodos qualitativos, recorrendo a entrevistas presenciais realizadas a um grupo de 13 jovens – composto por sete indivíduos masculinos e seis femininos –, com idades entre os 16 e os 22 anos, dos estados de São Paulo (11 indivíduos) e da Bahia (dois indivíduos). O método analítico está baseado na análise temática e discursiva.

Dos resultados, no que diz respeito ao que é participação política para os jovens e as suas formas, esta engloba três vertentes: i) o exercício da voz; ii) o facto de serem levados em conta pelas instâncias do poder; e iii) o ato de se consciencializarem, a si e aos outros. É neste sentido que a internet se revela também uma mais valia para que os jovens protagonizem e autovalorizem os ativismos do dia-a-dia. Contudo, a internet não é condição essencial para a participação política e não muda nada sozinha, da mesma forma que não os aproxima dos seus representantes. Percebeu-se ainda o desafio das instituições em comunicar com jovens, e que a CpDMS feita institucionalmente tem dificuldade na articulação com o quotidiano dos jovens, em captar suas atenções ou em perceber as suas visões e mentalidades. O aspecto híbrido nas formas de participação eleitas pelos jovens converge com as características das mobilizações sociais, no *advocacy* e nas literacias críticas. São sobretudo estas vertentes que sugerem caminhos para se refletir a CpDMS na perspectiva do cidadão jovem, tomando-o como ponto de partida e de chegada, ao se considerar o problema de partida como parte das contribuições deste trabalho.

Palavras-chave: Jovens; participação; *media* digitais; comunicação para o desenvolvimento e mudança social; Brasil

Political participation, digital media and social change: communication from a young citizen's perspective

Abstract

This PhD thesis aims at analysing the participation dynamics of young Brazilians, who use the U-Report platform, as an exploratory case study, with the purpose to reflect on the Communication for Development and Social Change (CfDSC), from the perspective of young citizens, in Brazil, and in similar contexts.

As far as methodology is concerned, qualitative analysis was privileged, using face-to-face interviews with 13 young adults – seven male and six female – aged between 16 and 22, from São Paulo (11 individuals) and from Bahia (two individuals). Methodology was based on thematic and discourse analysis.

What can be inferred from the results is the fact that for young people political participation includes three aspects: i) the exercise of their voice; ii) to be taken into account by the authorities; and iii) the act of becoming aware, of themselves and the others. This is why the internet is also an added value when it comes to playing the lead and self-valuing their everyday life's activism. However, the internet is not a prerequisite for political participation and does not change anything on its own, just as it does not bring young people any closer to their representatives. On the other hand, we also became aware of the challenge posed to institutions regarding communication with young adults, and also of the fact that CfDSC, when done institutionally, has difficulty in articulating with their daily lives, grabbing their attention or understanding their vision and way of thinking. The hybrid aspect of the ways they choose to participate converges to social mobilisations, advocacy and critical literacies. These are precisely the aspects that suggest paths of reflection on CfDSC from the perspective of young citizens, taking them as a point of departure and arrival, by considering the starting problem as part of the contributions of this work.

Keywords: Young people, participation; digital media; communication for development and social change, Brazil

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1: O problema	
A Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social (CpDMS).....	7
1.1 A CpDMS e o cidadão enquanto dono da sua própria história	8
1.2 A CpDMS na era modernizante e pós-modernizante.....	11
1.2.1 O desenvolvimento modernizante.....	11
1.2.3 O desenvolvimento pós-modernizante.....	13
1.2.4 A retórica do desenvolvimento na esfera institucional	15
1.3 O empoderamento e as dinâmicas de poder	18
1.3.1 O empoderamento ecológico e multinível	19
1.3.2 O empoderamento pela consciência crítica e ação coletiva	21
1.4 A cidadania e os cidadãos	23
1.4.1 O olhar para o cidadão brasileiro	24
1.4.2 O reconhecimento de populações marginalizadas	26
1.4.3 A cidadania e o direito à comunicação.....	29
1.5 O “problema” na futura análise.....	31
Capítulo 2: O contexto	
Jovens, participação e <i>media</i> digitais.....	32
Parte 1	34
2.1 Definindo participação.....	34
2.1.1 O lugar do espaço e da voz na participação	38
2.2 As formas de participação e as dinâmicas de poder.....	40
2.2.1 O impacto da participação na sociedade mediatizada	41
2.2.2 O ativismo digital no exercício da voz e do poder	43
2.2.3 O híbrido (<i>online/offline</i>) no ativismo digital	45
2.2.4 Culturas cívicas e participação no meio digital.....	47
2.2.4.1 Jovens LGBT, internet e participação	50
2.2.5 Entre o digital e o empoderamento das vozes: o desafio institucional.....	51
2.2.6 Menos espaço e voz no meio digital	54
2.2.7 Rastos vigiados, prisão em bolhas e notícias falsas: a economia política dos <i>media</i>	55
2.2.8 Meios digitais e a falta compromisso político.....	59
2.3 Síntese conceptual.....	60
Parte 2	61
2.4 Os jovens brasileiros e a participação na vida política.....	61

2.4.1 As desigualdades entre os desiguais: o mal-estar dos jovens brasileiros	63
2.4.2 Os jovens e a perda de direitos essenciais no Brasil	65
2.4.3 A conectividade dos jovens brasileiros	67
2.5 Os jovens e a participação via internet no Brasil	69
2.6 Participação política <i>online</i> e os riscos para a cidadania	71
2.7 O contexto na futura análise.....	74
Capítulo 3: Os Caminhos	
Mobilização Social, <i>advocacy</i> e literacias críticas dos <i>media</i>	76
3.1 Mobilização social e a experiência de <i>viver</i> o jovem.....	77
3.1.1 O agir coletivo e as mobilizações sociais.....	78
3.1.2 A noção de mudança social defendida neste trabalho	81
3.1.3 As novas dinâmicas de mobilização social no Brasil.....	82
3.1.4 As novas configurações dos coletivos: organizações autonomistas e movimentalistas	85
3.1.5 Coletivos culturais e <i>ativismo</i>	87
3.1.6 As mobilizações sociais no Brasil e os caminhos para a CpDMS	88
3.2 <i>Advocacy</i> e o espaço fomentado pelas tecnologias cívicas	90
3.2.1 O <i>advocacy</i> e as dinâmicas de poder.....	90
3.2.2 O digital <i>advocacy</i> e as tecnologias cívicas	93
3.2.3 <i>Advocacy</i> digital, jovens e caminhos para a CpDMS.....	97
3.3 As literacias críticas dos <i>media</i> e as novas contra narrativas	99
3.3.1 O digital e as possíveis contribuições das literacias críticas	100
3.3.2 A crítica sobre as literacias críticas	103
3.3.3 A pedagogia transformadora: empoderamento e mudança social.....	104
3.3.4 Literacias críticas, os jovens brasileiros e os caminhos para CpDMS	109
3.4 Os “caminhos” na futura análise	110
Capítulo 4: Metodologias	112
4.1. Questões de investigação	113
4.2. Sobre o U-Report	115
4.2.1 U-Report Brasil	116
4.2.2 Sobre a ONG Viração	120
4.3 <i>Corpus</i> , contexto e métodos da investigação	120
4.3.1 Porquê eleger jovens brasileiros?.....	120
4.3.2 Quem são os jovens entrevistados?.....	121
4.3.3 Os 13 jovens: ímpares entre os seus pares	124
4.3.4 Porquê São Paulo e Bahia?	125

4.3.5 O acesso aos 13 jovens e os inquéritos quantitativos	126
4.3.6 A recolha dos dados qualitativos.....	129
4.3.7 O número de jovens e os fatores de força da informação	132
4.4 Estudo de caso, triangulação e etnografia digital.....	134
4.4.1 Triangulação e etnografia digital	136
4.4.2 O uso da etnografia digital	139
4.5. Procedimentos da análise	141
4.6 Questões éticas.....	144
Capítulo 5: As vozes dos jovens sobre a participação política no Brasil e o papel da internet para as mudanças sociais.....	146
5.1. O contexto para a participação política no Brasil e as formas de participação eleitas pelos jovens	148
5.1.1 Que mudança social esperam estes jovens brasileiros?	149
5.1.2 O que move os jovens a participarem da mudança social?	150
5.1.3 As percepções de poder e as formas de participação política	153
5.1.4 A participação política intrínseca no quotidiano.....	154
5.1.5 Resistências à participação política.....	156
5.1.6 O que mudou nas formas de participar no pós-eleições de 2018?	157
5.1.7 Confiança para participar politicamente no pós-eleições de 2018	160
5.2 A participação política a partir do papel da internet	162
5.2.1 Qual a relação entre o papel das redes e as mudanças sociais?.....	163
5.2.2 Participação híbrida e os jovens LGBT	166
5.2.3 Até que ponto os jovens se sentem ouvidos e levados a sério no meio digital?	168
5.2.4 Qual o papel dos <i>media</i> digitais para informar e engajar os jovens para as mudanças sociais?	171
5.2.5 A internet e as <i>fake news</i>	172
5.2.6 A internet e as “bolhas”.....	173
5.2.7 A internet e o discurso de ódio no Brasil	174
5.2.8 A internet e os obstáculos às mudanças sociais	175
Capítulo 6: “U-Reporters”, espaço, voz e poder.....	178
6.1 Perfil dos “U-Reporters”	180
6.1.1 Consumo do meio <i>online</i> e as formas de interação	180
6.1.2. U-Report: motivações, interesse e desinteresse	182
6.1.3 Desafios do U-Report na atração e retenção de jovens	185
6.1.4 Temas de interesse dos jovens no U-Report	186
6.2 Participação política e consciência crítica.....	187

6.2.1 U-Report e participação política	187
6.2.2 U-Report e consciência crítica	189
6.2.3 Jovens mais críticos e participativos?	190
6.3 Reconhecimento e representatividade	191
6.3.1 Vozes escutadas e levadas a sério no U-Report?	192
6.3.2 <i>Advocacy</i> e representação dos jovens na arena pública	193
6.3.3 Aproximações entre o poder e o contrapoder.....	195
6.4 Impacto positivo nas mudanças sociais.....	197
6.4.1 Influência nas leis e nas políticas públicas.....	197
6.4.2 Empoderar, motivar e agir.....	198
6.4.3 Representação e efeitos nas mudanças sociais	200
6.4.4 Jovens: donos da própria história?	201
6.5 A mobilização social como caminho para repensar a CpDMS	203
6.5.1 Mobilizar e envolver jovens em outros espaços.....	203
6.5.2 Mobilização social e institucionalização da participação.....	205
6.5.3 Mobilizações sociais mais ou menos mediadas?.....	207
6.5.4 A comunicação institucional e a perspectiva do cidadão	208
Capítulo 7: A comunicação na perspectiva do cidadão jovem	212
7.1 Princípios da comunicação na perspectiva do cidadão jovem	215
7.1.1 Considerar as <i>juventudes</i> e os seus imaginários sociais	215
7.1.2 Garantir o direito à comunicação dos cidadãos.....	217
7.1.3 Comprometer os políticos a ouvir os jovens	220
7.1.4 Rever as práticas institucionais e as relações com os cidadãos jovens	222
7.1.5 Observar os processos orgânicos das mobilizações sociais	225
7.1.6 Promover o <i>advocacy</i> dos cidadãos	227
7.1.7 Transformar a sociedade através das literacias críticas.....	229
7.2 Limitações da aplicação desta proposta	231
Conclusões.....	234
Referências.....	245
Anexos	267
Anexo 1: Questões do inquérito.....	267
Anexo 2: Guião semiestruturado para os jovens - fase 1_Maio de 2018_presencial.....	270
Guião semiestruturado para os jovens - fase 2_Julho_WhatsApp	273
Anexo 3: Termo de consentimento dos entrevistados.....	275

Índice de tabelas

Tabela 1: Os jovens entrevistados	122
Tabela 2: Resumos dos temas e subtemas de análise	143

Índice de figuras

Figura 1: Processo de recrutamento dos jovens até às entrevistas	128
Figura 2: Síntese da recolha dados	131
Figura 3: O racional dos seis princípios da CpDMS na perspectiva do cidadão jovem	213

Índice de gráficos

Gráfico 1: Qual é o melhor meio para interagir <i>online</i> com você?	181
Gráfico 2: Você verifica o resultado dos inquéritos do U-Report?	184
Gráfico 3: Qual é a frequência da sua participação nos inquéritos?	185
Gráfico 4: Quais são os temas que você gostaria de ver nas nossas enquetes e conteúdos?	186
Gráfico 5: Participa em outros coletivos ou grupos de políticas públicas?	189
Gráfico 6: U-Report e mudanças sociais	198

Introdução

No presente trabalho procura-se refletir sobre a Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social (CpDMS) na perspectiva do cidadão jovem, cujo objeto empírico e estudo de caso se foca nas experiências participativas (*online* e *offline*) de um grupo de jovens brasileiros, que são utilizadores do programa de participação política, o U-Report. Com este objetivo em vista, foram formuladas quatro questões de partida.

Com a primeira, procura-se compreender que tipo de sinergias orientadas para a mudança social se podem estabelecer com o uso dos *media* digitais e outras formas de participação; com a segunda, pretende-se estudar como os *media* digitais são vistos pelos jovens, especificamente no papel de informar e de os procurar envolver com as mudanças sociais. Com a terceira, foca-se a atenção na forma como se dá a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia de CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que utilizam este programa. Por fim, com a quarta, quer-se perceber como, e de que forma(s), a participação política dos jovens pode trazer melhoria(s) para a CpDMS.

Esta investigação mostra-se relevante por três motivos: i) a carência de estudos que relacionam os jovens brasileiros com a CpDMS, sobretudo articulada com os temas da participação política utilizando meios digitais. Os campos de investigação que relacionam os jovens brasileiros e estes temas estão dissociados da CpDMS, enquanto vertente teórica. Da mesma forma, os casos institucionais que envolvem os jovens não são discutidos na literatura, sobretudo após as mobilizações sociais de junho de 2013, o que leva ao segundo motivo: ii) a situação de risco social em que se encontram os jovens brasileiros, recentemente agravada com o governo eleito em 2018 que tem reduzido, sistematicamente, os investimentos na educação e constrangido, quando não tem mesmo erradicado, os espaços plurais de discussão e de deliberação política para jovens com posição ideológica contrária ao governo. Por fim, iii) com este trabalho deseja-se reforçar, ou mesmo acrescentar, uma visão da CpDMS centrada nos jovens, a partir da realidade brasileira.

Estes três motivos da relevância deste estudo estão intimamente ligados à função que a CpDMS tem, *em tese, de motivar os cidadãos a serem “donos da sua própria história”*, como advoga Linje Manyozo (2017 p. 6) em *Communicating Development with Communities*. Esta função vem no sentido de favorecer não apenas a emergência de vozes

e espaços que estas venham a ocupar, mas sobretudo o carácter da autonomia dos sujeitos, e o poder de influenciar e de tomar decisões, alinhados com o pensamento do pedagogo brasileiro Paulo Freire que muito inspirou este trabalho.

Porém, e como é constantemente problematizado ao longo deste estudo, a partir das reflexões de Thomas Tufte (2017, p. 172), nota-se uma “lacuna severa” entre a abundância de meios tecnológicos que afirma criar mais espaço e enaltecer as vozes dos cidadãos, e a percepção desses mesmos cidadãos sobre a sua própria capacidade de dialogar e de influenciar mudanças sociais. Verifica-se este fenómeno sobretudo no campo institucional da CpDMS em que a participação dos cidadãos em estratégias comunicacionais que lhes dizem respeito manifesta este descompasso advindo de modelos desenvolvimentistas. Nota-se, ainda, na prática brasileira no agravante descompromisso das estruturas governamentais pela observância do direito à comunicação dos cidadãos e da escuta ativa das vozes dos jovens.

Considerando estes factos, espera-se, com este trabalho, contribuir para o campo da CpDMS, a partir do ponto de vista das experiências participativas dos jovens e das suas visões sobre o que é mudar socialmente. Por um lado, procuramos aproximar a CpDMS pensada institucionalmente deste grupo de cidadãos brasileiros e, por outro, avançar mais um passo para que esta comunicação os considere, os reflita e os direcione para o seu papel social.

Metodologicamente, este estudo é composto numa abordagem mista: a vertente qualitativa foca, substancialmente, os métodos de recolha e as conclusões deste trabalho. Sendo este um estudo de caso exploratório, foi essencial recolher e analisar os discursos dos jovens; já a vertente quantitativa, com as três rondas de inquéritos lançadas através do programa U-Report, foi útil tanto para a definição do grupo final dos entrevistados, como para o registo das percepções mais gerais sobre as preferências mediáticas *online* e sobre os conteúdos e temas de um grupo mais alargado de jovens.

No que tange à estrutura deste trabalho, nos capítulos 1, 2 e 3 dá-se corpo a uma revisão da literatura e discute-se, respectivamente, o trinómio: *problema-contexto-caminhos*, tendo como fio condutor as noções de *espaço*, *voz* e *dinâmicas de poder*. No capítulo 4 é descrita e justificada a metodologia, enquanto nos capítulos 5 e 6 são apresentados e analisados os resultados obtidos. No capítulo 7, o último antes das conclusões, reflete-se sobre uma abordagem da CpDMS na perspectiva do cidadão jovem. Detalhe-se mais pormenorizadamente esta estrutura adotada.

O capítulo 1 é dedicado à discussão do primeiro elemento do trinómio: o *problema* da CpDMS. Este, como já referido, reporta ao incumprimento do seu papel em motivar os cidadãos para a ação em favor das mudanças sociais que eles próprios desejam promover e experienciar e diz respeito à *crise do desenvolvimento* que perpetua uma diminuta participação dos cidadãos em processos decisórios, conforme as suas próprias perspectivas. Objetivando explorar a génese desse *problema*, neste capítulo, o estado da arte CpDMS é revisto a partir dos paradigmas do desenvolvimento desde a pós-Revolução Industrial: o modernizante e o pós-modernizante. Estes paradigmas cimentaram as bases da CpDMS e suportaram a sua evolução pelas instituições, que demonstram como as dinâmicas de poder delinearam esta comunicação, tal como a conhecemos hoje. No percurso desta revisão crítica, aborda-se a *crise do desenvolvimento* e um dos seus reflexos que importam para este trabalho – o *incumprimento do papel da CpDMS em empoderar os cidadãos e de influenciar panoramas políticos para os mesmos*. Efeitos desta crise são, por exemplo, a *lacuna comunicacional* entre os representantes no poder público e os seus constituintes, tal como é defendido por Thomas Tufte na obra *Communication and Social Change: A Citizen Perspective* (2017); a influência das organizações humanitárias que Linje Manyozo (2017, p. 3) denomina de “espetáculo do desenvolvimento” e das “confluências perversas” que Evelina Dagnino (2010, p. 101) denuncia no seio do paradigma neoliberal.

Esta reflexão junta-se às conceptualizações de empoderamento, cidadania e representação dos cidadãos marginalizados, preparando o terreno para se poder repensar possíveis caminhos orientados para uma comunicação mais focada nos jovens.

O capítulo 2 é sobre o *contexto*, fundamental por três aspectos: i) o foco na situação dos jovens brasileiros e nos riscos sistemáticos de encerramento dos espaços de discussão; ii) a elaboração cuidadosa dos sentidos de participação e do que é participar para a mudança social; por fim, iii) a abordagem do papel dos *media* digitais como uma parte constituinte do repertório participativo dos jovens. Aqui, ressalva-se o ponto de vista não *tecnologizante* desta abordagem, facto que se consubstancia no amplo exame das correntes que advogam que os *media* propiciam mais espaço, mais voz e mais poder, por oposição às correntes mais ponderadas e que se opõem a estas habilidades. Ilustra-se ainda um vasto espectro sobre o papel dos *media* na participação política, que se reflete na forma como os meios digitais, somados com as formas de participação *offline* no Brasil, podem deixar futuras pistas para a CpDMS.

No capítulo 3 deixam-se os *caminhos* para orientar uma comunicação que vá ao encontro da visão dos jovens brasileiros. Abordam-se teoricamente três vertentes amplamente relacionadas com a CpDMS, e que tiveram ressonância nas práticas participativas que emergiram dos discursos dos jovens: a mobilização social, o *advocacy* e as literacias críticas. O capítulo é estruturado em duas partes: na primeira conceptualiza-se cada uma das vertentes da CpDMS, incluindo a emergência dos meios digitais como elemento transversal a cada uma, e na segunda, contextualiza-se cada vertente no Brasil, com especial foco nas formas de participação dos jovens. Para ilustrar, apresenta-se um caso de estudo brasileiro no âmbito de cada vertente, que é analisado à luz dos conceitos teóricos dispostos na primeira parte. A análise dos três casos escolhidos para instruir a prática destas vertentes serviu para clarificar as pistas de como juntos, o mundo digital e o mundo *offline*, podem criar um novo ângulo para a CpDMS.

Uma vez feito o enquadramento teórico relevante para esta investigação, no quarto capítulo é descrita a metodologia utilizada, com apresentação e discussão dos métodos e as escolhas feitas no decurso da mesma. Este capítulo é iniciado com as questões de partida deste estudo, seguidas de uma minuciosa descrição do U-Report, um programa de participação de adolescentes e jovens, que recorre a plataformas digitais, como SMS – *short messages system* –, Facebook, Twitter e WhatsApp, para possibilitar que os participantes fortaleçam as suas vozes e reivindiquem os seus direitos. De seguida é feita uma exposição pormenorizada do *corpus*, com uma breve descrição sobre os 13 jovens, resguardando-se as suas identidades, do contexto e dos métodos escolhidos, nomeadamente as metodologias quantitativas que possibilitaram a angariação dos jovens através do U-Report.

A fase quantitativa decorreu com a realização de inquéritos em três rondas em janeiro, fevereiro e março de 2018. Já a fase qualitativa, com as entrevistas realizadas em duas fases, a primeira em maio de 2018, com reunião presencial com os 13 jovens, e a segunda, mais de um ano depois, em julho de 2019, via WhatsApp, com sete dos 13 jovens.

Recorreu-se a técnicas para reforçar os atributos relativos à sua validade, procurando assim conferir mais força aos dados: i) a triangulação de dados em carácter temporal – feita nas duas fases –, explorando também informantes privilegiados; ii) a diversificação de métodos de recolha com o uso da etnografia digital, contando com o número inicial de 14.000 respondentes utilizadores da plataforma U-Report. Mais adiante, surgem os procedimentos de análise que privilegiaram tanto o método indutivo – que emerge dos dados –, como o dedutivo – orientado a partir da revisão da literatura e das quatro questões

de partida. Para o processo analítico no âmbito indutivo-dedutivo recorreu-se à análise temática e à análise de discurso, que são devidamente detalhadas nos três passos respetivos. Finalmente, abordam-se as questões éticas que nortearam a relação com os jovens e com os informantes privilegiados.

O capítulo 5 é o primeiro dos dois focados exclusivamente na apresentação e na análise dos resultados, que emergiram apenas da recolha de dados qualitativos das entrevistas durante as duas fases já descritas, pelo que não abrangem os resultados dos inquéritos quantitativos. Este capítulo é, portanto, a primeira parte de um diagnóstico em que se exploram as dinâmicas participativas dos 13 jovens, com o intuito de dar resposta às duas primeiras das quatro questões de investigação deste trabalho, e para consubstanciar a reflexão da CpDMS na perspectiva jovem, a partir do caso brasileiro. Seguindo a metodologia de análise temática, trabalham-se dois temas: i) o contexto para participar e as formas de participação política eleitas pelos jovens e ii) a participação política vista a partir do papel da internet nas mudanças sociais.

O capítulo 6 complementa o diagnóstico iniciado no capítulo que lhe antecede e agrega tanto os resultados das entrevistas, como os dos inquéritos quantitativos nas três rondas realizadas. Aqui são também exploradas as experiências quotidianas participativas do grupo dos 13 jovens brasileiros, mas o foco deste capítulo está em observar, mais em particular, as experiências dos jovens enquanto utilizadores do programa U-Report (os 13 e a base de dados do próprio programa). Foi-nos, por isso mesmo, permitido explorar o caso U-Report dentro do caso de um estudo maior, as dinâmicas participativas dos jovens para além do digital, e estabelecer comparações pertinentes e de contraste, à luz do referencial teórico. Nesta fase, procurou-se dar resposta à terceira questão desta investigação. O capítulo está estruturado a partir dos seus cinco temas principais: i) perfil dos *U-Reporters*; ii) participação política e consciência crítica; iii) reconhecimento e representatividade; iv) impacto positivo nas mudanças sociais; e v) a mobilização social como caminho para repensar a CpDMS.

Dos resultados que surgem em ambos os capítulos, pode verificar-se como o contexto brasileiro, considerado adverso e opressor ao exercício das suas cidadanias, tem delineado as práticas participativas dos jovens entrevistados. Em larga medida, estes jovens sentem-se agentes das mudanças sociais que desejam experienciar e os seus repertórios participativos têm um carácter de resistência, que conflui na direção do reconhecimento social. A participação mediada pelo digital tem sido seriamente criticada pelos jovens, que a consideram insuficiente. Animam-se com a ideia de terem voz, contudo não se

sentem ouvidos, tampouco levados em consideração naquele meio. A perspectiva dialógica no digital, com os seus representantes e os seus pares, não se concretiza devido ao clima de hostilidade e de polarização ideológica. Para a maioria destes jovens, a *internet é inócua, se os políticos não fizeram nada*, e a ação coletiva é demonstrada nas ruas com muito mais efeito e com maior possibilidade de serem notados. Manifestações híbridas dos repertórios de resistência dos jovens incluem desde a candidatura como políticos, ao voto, passando pela ocupação de espaços públicos, até ao uso da sua própria imagem como forma de influência social e de mudança da mentalidade coletiva. Estes repertórios encontram eco nas mobilizações sociais facilitadas pelo digital, o *advocacy* promovido pelas tecnologias cívicas e as literacias críticas mediáticas.

O capítulo 7, e último, é composto pelo diagnóstico dos resultados acima descritos, com o propósito de proporcionar uma reflexão sobre uma abordagem de comunicação para o desenvolvimento e mudança social na perspectiva do cidadão jovem. Neste sentido, são formulados e justificados, respetivamente, seis princípios: i) considerar *as juventudes* e os seus imaginários sociais; ii) respeitar o direito à comunicação dos cidadãos; iii) garantir que os políticos se comprometam a ouvir os jovens; iv) rever as práticas institucionais e a sua relação com os cidadãos; v) promover o *advocacy* dos cidadãos; e vi) transformar a sociedade através das literacias críticas. Através destes princípios procurou-se dar resposta à quarta, e última, questão de investigação a que este trabalho se propôs. Encerramos este capítulo com uma reflexão sobre as limitações da aplicação desta proposta no Brasil, que também pode ser aplicada em contextos similares.

Há ainda um capítulo conclusivo, em que se destacam os princípios discutidos no capítulo anterior, focados nos jovens e no seu contexto, no sentido de reforçar o objetivo principal da abordagem: *que sejam os próprios jovens a liderar os processos comunicacionais, não mais pensados numa lógica para eles, mas sim com eles*. Pretende-se com este estudo, de forma geral, ainda que com limitações, abrir futuros caminhos complementares e contribuir, de forma produtiva, para o campo da CpDMS.

Capítulo 1: O problema

A Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social

“Os jovens são ouvidos, mas não sei se são levados a sério (...) acho que o poder público não está interessado no que o jovem pensa não (...). Então acho que é preciso levar mais a sério esta forma *online* de comunicar com o poder público, porque essa é a nossa forma de comunicar. Mas acho que aí tem o grande medo deles (do poder público) porque vai chegar mais pedido, mais solicitação e como é que a gente vai fazer? Eles não respondem, não tão muito aí pra nós não...”. (Fernando, jovem entrevistado em 2018 e 2019 – fases 1 e 2. É professor e idealizador de um projeto de educação criado para jovens carentes)¹

Começa-se esta exposição teórica com a evocação do *problema* que motiva este estudo, ou seja, o incumprimento do papel da CpDMS em empoderar os cidadãos para que estes se sintam motivados para atuarem em favor das mudanças sociais que eles próprios desejam promover e experienciar, uma tese que é defendida por alguns especialistas neste campo do conhecimento (Dutta, 2015; Huesca, 2002; Manyozo, 2017; Thomas, 2014; Tufte, 2017, Waisbord, 2008, 2019). Na abordagem deste problema, é apresentada a reflexão teórica da CpDMS a partir do percurso do desenvolvimento contemporâneo, desde a segunda metade do século XX, até aos dias atuais. Este percurso evidencia uma *crise do desenvolvimento* que, por sua vez, também revela a crise da CpDMS (Tufte, 2017). Sobre isto, o autor aponta que a crise ligada ao desenvolvimento “é, substancialmente, uma crise de participação e de inclusão dos cidadãos na vida política”, sendo, por isso mesmo, “uma crise de comunicação” (2017, p. 168). Isto porque, vendo sob a perspectiva comunicacional, esta manifesta-se como “uma crise de representação” por parte dos cidadãos. A opinião de Tufte é igualmente partilhada por outros autores que discutem o desenvolvimento na ótica da cidadania e das mudanças sociais e defendem que a ideia de participação, originalmente concebida a partir de lutas históricas e como parte de um projeto para a autonomia dos cidadãos, vem sendo gradativamente enfraquecida e deturpada, tanto pela lógica das instituições ligadas ao desenvolvimento, como pela lógica neoliberal (Dagnino, 2010; Mata, 2002; Waisbord, 2008).

No que diz respeito à participação e à representação, Tufte (2013, 2017) discute o paradoxo da CpDMS na contemporaneidade. Segundo o autor, embora existam inúmeras mobilizações sociais geradas no seio das novas oportunidades mediáticas, verifica-se, em igual medida, um “encolhimento crítico do espaço público para a deliberação”, do qual se evidencia uma “exclusão da experiência dos cidadãos comuns do debate público geral”

¹ As entrevistas citadas nesta tese foram gravadas e depois transcritas. Na transcrição, procurou-se respeitar a próprio fala dos entrevistados.

(Tufte, 2017, p. 168). Na prática, há uma “lacuna severa” (Tufte, 2017, p. 172) entre os cidadãos, as instituições que comunicam com estes, e os seus representantes na política. Esta lacuna é descrita como um projeto de *pseudoparticipação* dos cidadãos em campanhas, e noutras estratégias comunicacionais, para o desenvolvimento onde estes mais parecem ser “convidados” a participar do que, propriamente, a tomarem parte nas intervenções, ou mesmo a terem os espaços “reclamados” por eles (Tufte, 2017, p. 143). As palavras de Fernando, o jovem entrevistado, no início deste capítulo, são um exemplo da lacuna comunicacional que existe entre os jovens e os seus representantes, sempre que o assunto reporta ao que mais interessa aos primeiros. Segundo ele, os jovens são *ouvidos, mas não são levados a sério*, um fenómeno que advém do desequilíbrio de poder entre os dois vértices da lacuna comunicacional referida, e que tanto está na base desta crise comunicacional, como a alimenta continuamente. Sem se tocar nas estruturas de poder (Huesca, 2002; Thomas, 2014) e abordar a política por detrás da CpDMS (Waisbord, 2008) não se resolverá, de facto, o problema.

Por confirmar esta contígua inter-relação entre comunicação, dinâmicas de poder e direitos dos cidadãos, é que o contexto teórico neste capítulo se inicia por descortinar o que é a CpDMS e os paradigmas do desenvolvimento onde foi forjada, tendo vindo a constituir-se enquanto teoria e prática. Procurando explorar o problema e as suas causas, confirma-se a existência de aspectos institucionais e a sua relação com projetos de participação e de representatividade. Tendo apresentado o problema, de seguida, o foco é dirigido para o que pode estar no cerne da sua resolução. Serão abordadas as noções de empoderamento, de cidadania e de representação de classes marginalizadas, para fundamentar a reflexão que emerge dos jovens quando pensam em mudanças sociais. Oportunamente, estas noções servem de base para se (re)pensar a contribuição que a CpDMS pode dar, para que jovens como Fernando ganhem mais espaço, voz e poder de deliberação, junto dos seus representantes, por forma a que possam intervir no seu contexto social.

1.1 A CpDMS e o cidadão enquanto dono da sua própria história

A CpDMS foi instituída como disciplina teórica a partir da década de 1970, por incentivo da professora emérita da Universidade das Filipinas Los Baños, Nora Quebral. A CpDMS começou por ser sistematizada a partir da sua prática, sobretudo das organizações sem fins lucrativos e das instituições públicas, como parte dos novos

arranjos geopolíticos resultantes tanto do pós-Segunda Guerra Mundial, como da emancipação das ex-colônias, que incorporaram os grandes impérios europeus. Na sua génese, o papel desta comunicação foi valorizar a diversidade cultural dos povos e as singularidades dos indivíduos, as suas vozes, e criar oportunidades para o exercício da cidadania e da ação coletiva para as mudanças sociais que estes almejavam (Manyozo, 2017; Servaes & Malikhao, 2005; Waisbord, 2008). Resultado do primeiro “Congresso Mundial da Comunicação para o Desenvolvimento”, em 2006, este tipo de comunicação, bem como o seu papel e missão, foi definida como

“um processo social baseado no diálogo, que usa uma gama ampla de ferramentas e métodos. Trata-se também de buscar a mudança em diferentes níveis, incluindo ouvir, construir confiança, partilhar conhecimentos e habilidades, construir políticas, debater e aprender, para uma mudança sustentável e significativa”. (Morry, 2006, p. 2)

Complementarmente a esta visão institucional, que inclui os aspectos dialógicos que se defende neste trabalho, convém ressaltar a definição do investigador da Universidade de Massachusetts, Jan Servaes. É uma conceptualização muito relevante para esta tese, por levar em consideração a valorização das capacidades humanas e os interesses dos cidadãos, enquanto os meios de comunicação são vistos como meros recursos para se alcançar mudanças sociais, não um fim em si mesmos.

“CpDMS define-se como a partilha de conhecimentos destinados a alcançar um consenso para a ação que leva em conta os interesses, necessidades e capacidades de todos os interessados. É, portanto, um processo de mudança social. Os meios de comunicação são ferramentas importantes para alcançar esta mudança, mas o seu uso tem um objetivo em si mesmo – a comunicação interpessoal também deve desempenhar um papel fundamental”. (Servaes, 2002, p. 15)

Ao procurar uma definição que possa incorporar tanto as características dialógicas, como a partilha do conhecimento local, sem o apelo tecnologizante, trazemos para o debate a contribuição de dois importantes autores neste domínio: Srinvas Raj Melkote e Leslie Steeves, que observam que a CpDMS como parte de uma estrutura societária complexa: “a CpDMS surge da visão do desenvolvimento como capacitação e comunicação, como significado compartilhado. Envolve questões em todos os níveis de consideração: as bases comunitárias, as estruturas locais, nacionais e globais” (Melkote & Steeves, 2015, p. 25).

A partir destas quatro visões apresentadas, conjuntamente com o problema de partida já enunciado, adotou-se a definição do professor de CpDMS, Linje Manyozo, como sendo a mais adequada para evidenciar o papel social da CpDMS na contemporaneidade, quando relacionada com as mudanças sociais. Manyozo considera que a CpDMS tem, na sua essência, a função de “aproximar os indivíduos para transformar a economia, a

política, as relações sociais e a própria noção do desenvolvimento e de habilitá-los para que sejam os donos da sua própria história” (2017, p. 6). Pelo que, nesta tese, esta concepção de Manyozo, centrada no cidadão como sendo o “dono da sua própria história” (2017, p. 6), será constantemente evocada pelo foco alinhado com as ideias de emancipação e de autonomia dos sujeitos, defendidas ao longo deste trabalho.

Muito similar a esta concepção de Manyozo (2017), é a “perspectiva cidadã” elaborada por Tufte (2017, p. 2). O ponto de partida desta abordagem centrada no cidadão surge do pensamento do sociólogo e teórico dos movimentos sociais, Alain Touraine, e da sua obra *Thinking Differently* (citado em Tufte, 2017), que chama a atenção para um novo pensamento social com foco no cidadão. Segundo Tufte (2017), tal pensamento parte de uma sociologia que reconhece o poder de ação do indivíduo no coletivo com capacidade de agência, por contraposição com os paradigmas do desenvolvimento que fundamentaram a CpDMS e as suas práticas institucionais. É, portanto, a partir da contribuição do sociólogo francês, que Tufte propõe a sua noção de “perspectiva cidadã” na comunicação para a mudança social, bastante útil para o desenvolvimento desta investigação, precisamente por questionar e desafiar

“como é que académicos e profissionais entendem e conceituam desenvolvimento, agência, participação, uso dos *media* e as práticas de comunicação? Qual é o papel dos *media* num processo de transformação social radical? Como trazer os cidadãos para o centro deste processo? E, não menos importante: como transferir estes novos *insights* de natureza mais espontânea para as práticas institucionais, escalar o êxito e sustentá-lo ao longo do tempo?”. (Tufte, 2017, p. 2)

Levando em conta tanto a “perspectiva dos cidadãos” (Tufte, 2017, p. 2), como o facto de que os cidadãos devem ser “donos da sua própria história” (Manyozo, 2017, p. 6), que se dá pela autonomia dos sujeitos nos seus próprios contextos², passamos, a seguir, a examinar a CpDMS à luz dos paradigmas do desenvolvimento que a forjaram: o modernizante e o pós-modernizante.

² O sentido de contexto utilizado aqui é visto tanto por um espectro micro, quanto por um macro, alinhado com a percepção dos especialistas em comunicação para o desenvolvimento Quarry e Ramirez (2009, p. 103) que assinalam que este engloba desde uma dada “comunidade com pequenos grupos, passando pelas instituições formalmente constituídas, onde trabalhamos e com as quais nos relacionamos, até as geografias, a cultura, o sistema político os média e os arcabouços jurídico-legais”. Este, por sua vez, é inspirado no Modelo Socio-Ecológico da Comunicação para o Desenvolvimento presente em Figueroa et al. (2002), que está disponível em <https://www.cfsc.org/content/uploads/2018/04/socialchange.pdf>

1.2 A CpDMS na era modernizante e pós-modernizante

1.2.1 O desenvolvimento modernizante

O chamado paradigma modernizante tem o seu início no pós-Segunda Guerra Mundial, e durou até meados dos anos de 1980. Tem as suas bases ideológicas assentes na economia neoliberal, bem como nas teorias sociais e de desenvolvimento, resultado do modelo capitalista de produção, e que suporta a ideia do chamado *Western development model* (Melkote & Steeves, 2015, p. 79). Este modelo de desenvolvimento, criado na Europa entre os séculos XIX e XX, foi largamente difundido pelos países em desenvolvimento, as ex-colónias europeias, como um padrão de êxito social e económico que estas novas sociedades independentes deveriam replicar. Segundo Melkote e Steeves (2015), o poder, assim como a comunicação, ficou concentrado nas mãos de uma pequena elite económica e política capaz de moldar e de alavancar uma proposta de desenvolvimento moderna vinculada à satisfação dos seus próprios interesses, com a ajuda dos meios de comunicação de massas, e com a comunicação focada na mudança de comportamento em intervenções face-a-face.

Intimamente ligada com esta noção de desenvolvimento, Tufte (2017, p. 16) chamou esta fase da CpDMS de “primeira geração de comunicação para o desenvolvimento”, no seu modelo denominado de *três gerações da comunicação para o desenvolvimento*. Segundo o autor, esta primeira geração remonta ao início da década de 1960, numa altura em que as práticas vigentes do desenvolvimento intendiam “resolver o problema da falta de informação” entre os públicos-alvo escolhidos naquelas novas nações. Esta geração tinha como principal característica a comunicação estruturada através de mecanismos que favorecem a mudança de comportamento individual, coletivo e, por conseguinte, das normas sociais vigentes. Este mecanismo tinha como principal base teórica, o trabalho centrado na psicologia *behaviorista* de Everett Rogers e, mais concretamente, o modelo denominado de *diffusion of innovations* (Rogers, 1993, p. 13), que consistia num processo de assimilação, pelos indivíduos, de informações e de práticas quotidianas levadas a cabo por agentes externos da inovação. Ainda segundo o “modelo das três gerações” de Tufte (2017, p. 16), na “primeira geração” da CpDMS, a cultura era percebida como um obstáculo às conquistas do desenvolvimento, sendo, portanto, desconsiderada em detrimento de processos onde os indivíduos eram vistos como passivos.

Por sua vez, a chamada “segunda geração da comunicação para o desenvolvimento” (Tufte, 2017, p. 17), marca uma transição radical entre a primeira e a terceira – que veremos a seguir –, pois a abordagem de comunicação visava resolver o problema da “falta de informação”, da mesma forma que se direcionava para orientar as populações em países em desenvolvimento com competências para a vida, como por exemplo, através da difusão de práticas de sexo seguro, de higiene, de nutrição, entre outras. Ligada à comunicação educacional e didática que é facilitada por um agente – vulgo, um especialista em comunicação – externo à comunidade, esta “segunda geração” focou-se na capacidade de as pessoas aprenderem a lidar com os desafios colocados nas suas próprias vidas, procurando pontos de contacto com a cultura local e tomando-os como um aliado no processo de mudança social (Tufte, 2017, p. 17).

Refira-se que as questões sociais enfrentadas pelas ex-colónias têm as suas causas enraizadas nas estruturas político-sociais e nos contextos socioeconómicos, prévios e pós-independência (Melkote & Steeves, 2015). Poucas daquelas intervenções, evidenciadas tanto na primeira, quanto na segunda geração, estiveram comprometidas com significativas alterações estruturais e com envolvimento multisectorial, incluindo, fundamentalmente, a visão e a experiência dos cidadãos para a mudança de normas sociais vigentes (Tufte, 2017). De tal forma que, tanto os indivíduos como as comunidades, eram tratados como “meros beneficiários de um desenvolvimento que lhes era vendido, mas jamais conquistado” (Melkote & Steeves, 2015, p. 23). De facto, tais práticas comunicacionais, que serviam o propósito de perpetuar a visão do Ocidente (Dutta, 2015), foram, ao longo dos anos, responsáveis por bloquear fluxos de conhecimento (Gonzalez, 2014; Sousa Santos & Meneses, 2010), sobretudo entre populações mais vulneráveis, como eram, por exemplo, as mulheres negras (Crenshaw, 2002; Ribeiro, 2016), por impossibilitar diálogos horizontais e reduzir os espaços de fala e de escuta (Freire, 1987; Peruzzo, 2017), tendo como consequência a gradual redução da participação ativa dos indivíduos na vida política em processos decisórios, tal como já foi mencionado.

Reforçando os argumentos sobre este paradigma, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses deixam uma importante contribuição para a compreensão de fenómenos sociais que culminam com a exclusão de vozes marginais. Os autores defendem o conceito de “*Epistemologias do Sul*” (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 25), que se baseia no princípio de validade do conhecimento científico sempre pela hegemonia dos colonizadores sobre os colonizados. Baseado este princípio, assume-se que, durante os

dois últimos séculos, houve uma dominação de uma epistemologia eurocêntrica, ou do “Norte” (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 25). Esta última eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento de uma também existente, mas ignorada, “Epistemologia do Sul” (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 25). A eliminação dos saberes do hemisfério Sul está centrada no facto de que, da mesma forma que a ciência positivista demarcou o que é válido como conhecimento, também excluiu o que se situa para além deste mesmo conhecimento, enquadrando-o como um “desconhecimento”, visto que o mesmo estava fora dos padrões considerados ditos “verdadeiros” para os países hegemónicos que, consequentemente, não deveriam fazer parte da ciência aceite pela sociedade (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 26). Tal facto levou a uma relação desigual entre os saberes, conduzindo à eliminação de muitas formas de saber próprias dos povos e das nações colonizados, marcada por uma divisória “linha abissal e invisível” (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 31). Seguindo esta linha de pensamento, os autores defendem que “a injustiça social global está intimamente ligada à injustiça cognitiva global” (Sousa Santos & Meneses, 2010, p. 32).

1.2.3 O desenvolvimento pós-modernizante

A era da pós-modernização do desenvolvimento é profundamente marcada pelos acontecimentos que sucederam à “Comissão de Brundtland”, em 1985, um evento organizado pela Organização das Nações Unidas, cujo *output* foi um relatório intitulado *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, em 1987, um documento que influenciou uma noção de desenvolvimento mais abrangente e com uma visão de longo termo (Brundtland et al., 1987). Curiosamente, porém, ainda que na “Comissão de Brundtland” se tivesse abordado o desenvolvimento de forma mais ampla em relação ao paradigma anterior, esta noção sofreu severas críticas por parte dos académicos e dos especialistas na área, precisamente por recorrer ao fator ambiental, ainda de forma instrumentalizada, para servir as necessidades de consumo do capitalismo, o que levou a definição descrita a ser consagrada como um autêntico lema da sustentabilidade económica, minimizando as vertentes sociais e ambientais (Blewitt, 2014).

Cerca de três décadas mais tarde, a noção do desenvolvimento evoluiu na tentativa de atender a uma sociedade com privações ainda mais severas relativamente à oferta de água, alimentos, saúde e educação de qualidade, além dos riscos iminentes de desastres

ambientais. Procurou-se, assim, colmatar a necessidade de dar resposta aos desafios sociais e ambientais globais, uma consequência de externalidades criadas pelas desigualdades económicas, como a erradicação da pobreza e da fome, o acesso à água e saneamento, a educação universal e igualdade de género, e que foram instituídos nos *Oito Objetivos do Milénio* no ano 2000, concluídos em 2015 (Blewitt, 2014).

A partir daquela data, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, que reuniu mais de 190 líderes mundiais, ficaram instituídos os “17 objetivos do desenvolvimento sustentável” (ODS), compostos por 169 metas, indicadores de impacto, com expectativa de concretização até 2030. Sob a vigência destes 17 objetivos, os programas de desenvolvimento de instituições públicas, do terceiro sector, agências multilaterais, e mesmo as organizações privadas, têm vindo a articular sinergias para a “erradicação da pobreza extrema, combate às desigualdades, correção das mudanças climáticas dentre outros desafios complexos” (ONU, s.d.).

É com base na complexidade societária descrita acima que se tem forjado uma noção de desenvolvimento mais relacionada com os impactos sociais, económicos e ambientais de natureza estrutural, e menos com uma visão de reconstrução que advém de um paradigma prévio ligado à modernização que, como assinala o académico indiano especialista em CpDMS, Mohan Dutta (2015, p. 126), “não funcionou”, pois requer uma abordagem inerente, quer da cultura, quer da participação. Pela visão assente na cultura, ou como o autor denomina, uma *culture centered communication*³, resistir à agenda principal de desenvolvimento da governança neoliberal é possível, por meio da “solidariedade com as comunidades subalternas fundamentadas em princípios de escuta, participação e conversação” (Dutta, 2015, p. 140).

Estes conceitos comunicativos constituem formas de resistência aos movimentos denominados de subalternos (Fraser, 1990; Spivak, 1988). Enraizados no hemisfério Sul, estes movimentos oferecem oportunidades de (re)imaginar o mundo através de paradigmas alternativos que desafiam a narrativa dominante de desenvolvimento da hegemonia neoliberal (Dutta, 2015). É igualmente por esta complexidade que a noção desenvolvimento vem tomando – expressa pelos objetivos que perduram até 2030, e para

³ No artigo de Dutta (2015), a cultura é concebida como um local dinâmico de articulação e de contestação que agrega o domínio das tradições e do saber popular como parte da resistência às estruturas convencionais de opressão. “A conceptualização da cultura está, portanto, entrelaçada com o domínio do material, conectando histórias culturais de representação com práticas transformadoras que interrogam os quadros de desenvolvimento convencionais e as práticas materiais constituídas nesses quadros”. Por meio desta conceptualização, a comunicação numa abordagem centrada na cultura, é mais participativa na medida em que está fundamentada nas compreensões culturais locais da vida e do bem-estar humano e que, ao mesmo tempo, se assume como resistência à narrativa dominante de desenvolvimento e às práticas de desenvolvimento convencionais (Dutta, 2015, p. 132).

além destes –, a CpDMS é convocada a articular-se com “outras vozes” e produzir “outras narrativas”, para um chamado “outro desenvolvimento”, um em que um projeto de participação radical dos cidadãos deve estar no seu cerne (Quarry & Ramirez, 2009, p. 27).

Esta ligação com a cultura, e com o projeto de participação radical, está fundamentalmente relacionada com a “terceira geração” da CpDMS (Tufte, 2017, p. 17), que emerge influenciada pelas ideias do pedagogo brasileiro Paulo Freire iniciada a partir década de 60 do século XX, que será explicitado em pormenor, um pouco mais adiante. Distinguindo-se das demais gerações, esta terceira geração é vocacionada para a solução de problemas estruturais do desenvolvimento, relações de poder e conflitos sociais, assentando no diálogo (Freire, 1987) e na cultura como “forma de vida”. Assim sendo, a comunicação incorpora estes valores e foca-se nas questões ou causas que geram os problemas, trabalhando-os em profundidade, ao invés de ficar restrita aos sintomas do chamado “subdesenvolvimento” (Tufte, 2017, p. 17).

1.2.4 A retórica do desenvolvimento na esfera institucional

A partir do exame dos paradigmas do desenvolvimento, neste subtópico é evidenciada a forma como a retórica do desenvolvimento afeta a CpDMS feita pelas instituições e consequentemente, promove a responsabilização, ou *accountability*, dos cidadãos em processos participativos.

Segundo Waisbord (2008), a racionalidade tecnocrática convencional das instituições que operam na área do desenvolvimento, é um obstáculo à pressão exercida pela responsabilização e pela ampla participação das comunidades afetadas em processos decisórios, de acordo com os seus próprios pontos de vista. O autor argumenta ainda que, algumas práticas institucionais ajudam a perpetuar a limitação da participação dos cidadãos em processos decisórios e identificou três fatores que têm colocado a CpDMS, forjada nas instituições, numa encruzilhada. Desde logo, os requisitos burocráticos das instituições que favorecem o uso de modelos informacionais, em vez das abordagens participativas da comunicação. Waisbord (2008) exemplifica que as agências de desenvolvimento, doadores e governos, fazem perdurar entendimentos e usos da comunicação mais focados na disseminação de mensagens, como um conjunto de habilidades técnicas, numa lógica atrelada à mudança de comportamento passiva dos cidadãos. O cenário contrário seria permitir que os profissionais de CpDMS tivessem uma

maior autonomia para propor abordagens participativas com os cidadãos. Contudo, as organizações são demasiado verticalizadas na tomada de decisão.

O segundo fator está relacionado com o primeiro em que Waisbord denuncia que o baixo *status* da CpDMS, como campo de estudo e prática nas organizações de desenvolvimento, acaba por “enfraquecer as perspectivas de expandir o entendimento do que é esta comunicação” (2008, p. 505), que difere das expectativas institucionais predominantes.

Por fim, o terceiro fator, que domina muitas das práticas nestas instituições, é a presença de uma mentalidade institucional técnica desapegada de uma perspectiva política que compreende os processos locais de participação e a mudança social de forma integrada. A perspectiva técnica, por sua vez, é mais limitada a soluções de natureza informacional e, quase sempre, num sentido de via única com os cidadãos.

Sobre esta temática, a investigadora brasileira Evelina Dagnino (2010, p. 101) identificou um fenómeno social complexo e que envolve a sociedade civil, os governos e as empresas e/ou instituições privadas. A autora apelida de “confluência perversa”, a relação ideológica subjacente aos projetos de cunho cidadão no âmbito do modelo neoliberal, em que os benefícios da participação são restritos aos próprios cidadãos. Para Dagnino, esta relação – embora partilhe várias noções centrais e um vocabulário comum de termos como o desenvolvimento, a cidadania, a participação e a sociedade civil –, na prática, a aparente homogeneidade destes termos esconde conflitos e contradições que diluem a capacidade da sociedade civil de os discutir criticamente. Mais ainda, segundo a autora, as instituições da chamada indústria do desenvolvimento “colaboram para a perpetuação de tal confluência onde, por um lado, os cidadãos reivindicam direitos essenciais e, por outro, uma pequena elite decisória, redu-los a uma parcela diminuta de indivíduos privilegiados” (2010, p. 102).

As confluências da indústria do desenvolvimento de que trata Dagnino (2010) estão em linha com o que Tufte (2017) realça sobre o momento que a CpDMS atravessa. Importa aqui enfatizar que “como académicos e praticantes da comunicação para o desenvolvimento e mudança social, devemos estar atentos ao facto de que o maior obstáculo para a mudança pode estar na própria indústria do desenvolvimento” (Tufte, 2017, p. 174).

Numa reflexão sobre a abordagem institucional na CpDMS, Tufte (2017) reforça que a comunicação institucionalizada é muito focada em objetivos predefinidos e não contempla os resultados não intencionais que não foram explícitos no *design* ou nos

indicadores estabelecidos da avaliação planejada. O autor sintetiza que as instituições que operam na área do desenvolvimento conseguem alcançar resultados observáveis, mas que têm dificuldade em capturar sinergias, resultados intangíveis vinculados a processos de mudança social, e resultados a longo prazo que excedam os que foram delineados no período de monitorização. Para Tufte (2017), o enquadramento institucional utiliza uma abordagem técnica aparentemente rígida, que limita muitas vezes a captura da dinâmica sociocultural e política que os processos de comunicação podem desencadear.

Em linha com este pensamento, uma opinião complementar tem Enghel (2015, p. 15) quando refere que a prática da CpDMS, vista geralmente como democratizante, tem sido tradicionalmente estruturada por agências de desenvolvimento na lógica de um “projeto institucional”. Tal projeto define as premissas da comunicação, a sua implementação, a avaliação de resultados de acordo as prioridades de que o desenha, o executa e o financia. O que faz com que a consideração dos interesses destes agentes, por vezes, entre em conflito com os interesses dos cidadãos. Enghel (2015) argumenta ainda que na base deste processo está a economia política dos meios e os processos de comercialização, privatização e transnacionalização de sistemas e redes de comunicação, que decorrem sob condições neoliberais.

E como é que estas práticas institucionais afetam os jovens? Considerando os vícios das práticas institucionais acima examinadas, não se pode esquecer que o foco deste trabalho são os jovens e as suas perspectivas, quando o assunto é comunicar para a mudança social. Como já se referiu, há uma lacuna importante na literatura existente sobre a CpDMS institucional relacionada com a participação na vida pública por jovens. Por esta razão, realizaram-se entrevistas aos profissionais de comunicação na indústria do desenvolvimento, que trabalham com jovens, e que serão retratados com promenor nos capítulos cinco e seis deste trabalho. Um dos depoimentos que se avança aqui serve para ilustrar o conjunto de argumentos apresentados pelos autores em CpDMS, neste caso, de Gláucia⁴, uma profissional responsável do programa U-Report, entrevistada em maio de 2018. O que Gláucia indica, corrobora a ideia defendida nesre trabalho: a CpDMS feita institucionalmente pode não ser suficiente para envolver os jovens, representar as suas identidades, percepções e expetativas, devido a uma participação limitada destes no processo comunicacional. Nota-se ainda um distanciamento entre a estrutura vertical institucional e as práticas quotidianas dos jovens, muito mais informais, dinâmicas e

⁴ Nome fictício, atribuído por razões de proteção de identidade, conforme se descreve no capítulo 4, referente às metodologias adotadas.

basicamente conectadas com os seus próprios interesses, eventualmente divergentes dos institucionais, quando o assunto é comunicar para mudar realidades sociais. Gláucia admite o desafio institucional em engajar-se com este público quando refere que

“o UNICEF está habituado a trabalhar com adolescentes que se organizam, ou em torno de um tema, ou por uma ONG, ou seja, por mecanismos mais formais de participação onde haja instituições a mediar, mas ainda não tem a habilidade nem a flexibilidade para lidar com estes formatos informais de participação pelas redes, principalmente nos grandes centros urbanos (...) o nosso desafio com o U-Report é trazer os jovens que estão em formatos mais informais de participação política e que uma instituição como o UNICEF não consegue chegar ou acionar, facilmente”. (Gláucia, profissional do U-Report entrevistada em maio de 2018)

Uma vez descortinado o *problema* passa-se agora a explorar o empoderamento e as dinâmicas de poder como elementos fundamentais à discussão de uma comunicação que habilite os jovens a serem agentes de mudança nos seus próprios contextos.

1.3 O empoderamento e as dinâmicas de poder

O conceito de empoderamento é um neologismo na língua portuguesa – que deriva da expressão inglesa *empowerment* –, do verbo empoderar, e significa “dar ou permitir a alguém a autoridade oficial ou liberdade para fazer algo” (Cambridge University Press, 2019). Do ponto de vista linguístico, o empoderamento refere-se, antes de mais, ao ato de conceder e de permitir o uso do poder na posição de quem o concede, mais do que de quem o obtém (Baquero, 2012). A diferença reside, portanto, entre o ato de conferir poder e de o conquistar, e ilustra a dificuldade de materializar uma interpretação fidedigna em linha com o chamado “*empowerment tradition*”, dos movimentos emancipatórios “dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficientes”, criados a partir dos anos de 1950, cujas origens remontam à Europa do século XVI, durante a Reforma Protestante (Baquero, 2012, p. 174).

Ainda que o empoderamento tenha um sentido múltiplo – e que perpassa várias áreas do conhecimento, como a psicologia comunitária, a política e a gestão corporativa –, é apresentado, neste trabalho, de acordo com uma perspectiva afastada das visões forjadas no comportamento dos indivíduos (Bandura, 1977, 1986), ou com foco na construção de capacidades a partir de agentes externos com a introdução de inovações (Rogers, 1993). Por conseguinte, o ponto de partida do conceito de empoderamento está intimamente ligado ao sentido de emancipação e de libertação dos cidadãos das estruturas sociais opressoras (Freire, 1987). A sua abordagem parte das dimensões societária, multinível e ecológica (Lord & Hutchison, 2009; Perkins & Zimmerman, 1995; Rappaport, 1986, 1987) que são, predominantemente, influenciadas pelas relações de poder que se iniciam

em esferas individuais, e prosseguem até às de natureza mais coletiva, capazes de desencadear mudanças sociais (Freire & Shor, 1986; Freire, 1987; Gohn, 2004; Rappaport, 1986). É por meio desta segunda visão do empoderamento que surge a ideia de autonomia fundamental, para a futura discussão de uma comunicação na perspectiva do cidadão jovem, que se desenrola no sétimo capítulo desta tese.

1.3.1 O empoderamento ecológico e multinível

Foi pelo psicólogo americano Julian Rappaport que o conceito de empoderamento foi introduzido na disciplina da psicologia comunitária, que trabalhou aprofundadamente as formas como os indivíduos se empoderam, tanto no sentido psicológico de controle e de influência pessoal, quanto como influência social ao nível comunitário, aplicada ao poder político, aos direitos humanos e à justiça social (Rappaport, 1987). Centrado nestas repercussões do empoderamento, apresenta uma definição do conceito que é, ao mesmo tempo, “um processo e um mecanismo pelo qual pessoas, organizações e comunidades ganham domínio sobre os assuntos que lhes dizem respeito” (Rappaport, 1987, p. 122). Consequentemente, para o psicólogo americano, o empoderamento manifesta-se distintamente em pessoas, organizações e ambientes, sendo fundamental a missão da psicologia comunitária de investigar as formas sobre como o poder é conquistado e exercido pelas pessoas ou, em outras palavras, investigar o que significa, para as pessoas, terem controlo sobre as suas próprias vidas. O autor aponta ainda que

“o empoderamento não é apenas um constructo psicológico individual, é também organizacional, político, sociológico, económico e espiritual. O nosso interesse na justiça racial e económica e em direitos legais, bem como em necessidades humanas, em saúde e em justiça educacional, tanto em competência, quanto no senso de comunidade, são todos capturados pela ideia de empoderamento”. (Rappaport, 1987, p. 130)

Este conceito ecológico de que trata Rappaport (1987) foi igualmente contemplado por Lord e Hutchison (2009), no âmbito de uma teoria para o empoderamento centrada na psicologia comunitária, em que se observa como se dá a “inserção das pessoas nas suas próprias comunidades” e o lugar que estas assumem nas dinâmicas de poder (Lord & Hutchison, 2009, p. 139). Para os autores, a vertente ecológica do empoderamento serve de base para a investigação sobre os processos organizacionais, a participação cidadã e a mudança social. Defendem ainda que há uma influência mútua entre os níveis em que o empoderamento decorre ao longo do tempo em que, a partir da valorização de contextos e culturas, a participação das pessoas nas decisões que lhes dizem respeito, torna-se tanto uma condição para o empoderamento destas dentro das suas comunidades, quanto o

próprio empoderamento reforça a participação das pessoas, com efeitos ascendentes entre o maior controlo individual e comunitário, eficácia política, melhor qualidade de vida comunitária e justiça social.

Considerando as dinâmicas de poder, os autores abordam, oportunamente, uma dicotomia no seio da teoria sobre o empoderamento, mais concretamente a diferença entre o “desempoderamento real e o excedente”, que serve para ilustrar as relações desiguais de poder (Lord & Hutchison, 2009, p. 20). Argumentam ainda que os chamados “desempoderados” são indivíduos que vão assumindo uma progressiva e “real” sensação de impotência que resulta das desigualdades sociais e do controle repressivo exercido pelos sistemas político e económico sobre os cidadãos. Por outro lado, a impotência “excedente” deriva de uma crença interiorizada por estes cidadãos de que a mudança não pode ocorrer, resultando em apatia e numa relutância para lutarem por mais controlo e uma maior influência sobre as suas vidas (Lord & Hutchison, 2009, p. 20).

Avançando com alguns princípios do empoderamento para a prática comunitária, Lord e Hutchison consideram que há cinco pontos fundamentais que reforçam a visão sobre o empoderamento, em linha com a ideia de autonomia e de *accountability* institucional em que o seu trabalho se ancora:

- i) para perceber o que é empoderamento, “os cidadãos desvalorizados devem ser vistos como oprimidos e marginalizados pela sociedade, não apenas como clientes a serem atendidos” (Lord & Hutchison, 2009, p. 21). As fontes de opressão vão desde a pobreza e o abuso de poder, até ao isolamento social e à falta de acesso a recursos valorizados;
- ii) os sistemas ao serviço do desenvolvimento das comunidades “devem desistir de seu controlo sobre as pessoas que estão atualmente desvalorizadas” (Lord & Hutchison, 2009, p. 22). O que significa eliminar as relações de poder que existem entre os profissionais e os cidadãos, garantindo assim uma maior colaboração e o apoio às iniciativas controladas pelos próprios cidadãos;
- iii) para que ocorra uma transferência de poder, “os cidadãos devem ser os únicos a identificar os problemas e as soluções para as questões pessoais e comunitárias, e devem ter acesso direto ao financiamento que normalmente só é concedido às agências de serviços às comunidades” (Lord & Hutchison, 2009, p. 22);
- iv) “escutar as preocupações, histórias, sentimentos, experiências e esperanças das pessoas que se sentem impotentes é a base para ampliar a consciência delas

sobre a sua opressão” (Lord e Hutchison, 2009, p. 21). A linguagem do profissionalismo, que estimula a dependência e o controle, precisa ser substituída pelo diálogo, que apoia a reciprocidade;

- v) numa abordagem de suporte às comunidades, é preferível “desenvolver os pontos fortes e as capacidades dos cidadãos e evitar o foco nos seus *deficits*” (Lord & Hutchison, 2009, p. 21).

1.3.2 O empoderamento pela consciência crítica e ação coletiva

Tal como foi exposto acima, o empoderamento multinível está intimamente ligado com as dinâmicas de poder na sociedade, requerendo, portanto, uma ação coletiva para se efetivar. Esta visão vai ao encontro da perspectiva apresentada por Baquero (2012), em que o empoderamento

“não é apenas a construção de uma consciência crítica, pelo sujeito, de seu contexto natural, social, cultural e político de vida. Não se resume também a uma simples capacitação para atuar, procurando uma melhoria de padrões em diferentes contextos da vida, mas envolve uma aquisição de poder, isto é, supõe vivenciar um processo articulado que integre a construção de uma consciência crítica com a ação, ou o desenvolvimento de capacidade real de intervenção e de transformação da realidade. Não se reduz a um processo de emancipação individual, envolve o desenvolvimento de uma consciência coletiva”. (Baquero, 2012, p. 183)

Ou seja, ao contrário do ato de dar ou de conceder poder a outrem, o que o posiciona de uma forma passiva, fica claro, através desta definição, que o empoderamento pressupõe a aquisição de poder, que se concretiza a partir do agir coletivo. Este agir, por sua vez, implica um processo de tomada de consciência e de reflexão crítica acerca dos espectros político, económico e cultural que envolvem os indivíduos. Uma visão que é muito próxima à do pedagogo brasileiro Paulo Freire, que passamos agora a abordar.

Na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), o autor introduziu os pressupostos de uma metodologia educacional – a Pedagogia da Libertação –, pensada para conceder autonomia aos indivíduos em sistemas opressivos (como o brasileiro durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, período em que as formas de participação cívicas e políticas estavam limitadas). Este método pedagógico acarreta uma visão definida pelo autor como sendo popular e comunitária e onde se congregam três elementos: diálogo, reflexão e consciência crítica, como sendo essenciais para a libertação. Este processo até à “libertação”, tem início com o diálogo que Freire apelida de “horizontal”, que traz os intervenientes ao mesmo nível para sugerirem a discussão dos seus problemas (Freire, 1987, p. 44). Ora, assim sendo, a palavra é o ponto de partida para o diálogo e é, por si só, o elemento de ação, enquanto a reflexão crítica era responsável pelo segundo elemento

do binómio circular “ação-reflexão”, e que, juntos, formavam um ciclo que ficou cinhecido como “*praxis* educativa para a liberdade”⁵. É, assim sendo, através da palavra, ou da voz⁶, em conjunto com a ação e a reflexão, que se estabelece a *praxis* (Freire, 1987, pp. 44-45).

Sob o ponto de vista de Freire, o empoderamento decorre mediante a criação de uma consciência crítica coletiva, e não da ação pura e simples, o “ativismo”, ou ação *sem reflexão* (Freire, 1987, p. 45). A consciência crítica coletiva, pelo contrário, surge quando as pessoas desenvolvem o poder de perceber criticamente qual é o seu papel no contexto em que se encontram, a partir de um exame não apenas das suas reações e comportamentos, mas, sobretudo, a partir da relação com outros, em contextos atuais e históricos mais alargados. Ao questionar contínuos padrões de opressão e abuso de poder, os indivíduos tornam-se sujeitos ativos, descobrem o seu potencial para se fortalecerem em conjunto, e adquirem o sentido de agência (Freire, 1987). Em rigor, o processo de autopercepção de ser sujeito, para o autor, significa ser alguém autónomo com poderes para orientar a sua própria vida. Logo, não *ser sujeito* significa estar “castrado no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo” (Freire, 1987, p. 19).

A beleza do pensamento *freireano* passa também pela concepção do empoderamento a partir da transformação coletiva que se instaura nas relações entre os sujeitos, ou pelas suas palavras: “ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987, p. 29).

Esta definição de empoderamento de Paulo Freire é relevante para este trabalho na medida em que é algo indissociável do pensamento político e das dinâmicas de participação, que construíram as bases dos movimentos de emancipação no Brasil, a partir dos anos de 1990, ainda antes da abertura para a democratização no pós-ditadura militar (Gohn, 2004). No segundo capítulo desta tese, esta visão será novamente convocada, quando forem abordados os sentidos do que é a participação política e do que é participar para a mudança social.

Da síntese do que foi retratado, chega-se a uma visão sobre o empoderamento focalizada no cidadão jovem e que é fundamental para suportar a futura análise do objeto empírico deste trabalho, relacionada com o papel da CpDMS. O *empoderamento é um*

⁵ Paulo Freire refere-se à *praxis* como o mesmo que a prática pedagógica para a emancipação pela autonomia (P. Freire, 1987, p. 44).

⁶ Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire atribui ao termo “palavra” o mesmo significado que atribui a “voz”, tal como acontece hoje com autores relacionados com a disciplina da comunicação para o desenvolvimento. Esta fusão semântica fica clara a partir do excerto “entre serem espectadores e atores (...) entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo (Freire, 1987, p. 19).

processo contínuo e não linear, que envolve conflitos para o ganho do poder e da agência pessoal e coletiva, que resulta da tomada de consciência crítica, e efetiva-se de forma colaborativa pela ação social. Defende-se também a ideia de que são sobretudo as ações coletivas levadas a cabo por sujeitos empoderados, que são capazes de produzir mudanças sociais sustentadas.

Considerando esta visão do empoderamento, passa-se agora a explorar uma outra noção importante: a da cidadania, também com a finalidade de a relacionar com o que esta representará, na discussão da comunicação centrada na perspectiva do cidadão jovem, presente no sétimo capítulo desta tese.

1.4 A cidadania e os cidadãos

Começa-se por examinar a concepção de cidadania a partir de um marco teórico importante neste campo, a obra do sociólogo inglês T.H Marshall, *Citizenship and Social Class and other essays* (1950), obra em que é evidenciada a evolução do conceito de cidadania, desde o século XVIII até à Pós-Modernidade. As questões que permeiam a obra de Marshall, e que são pertinentes para o presente trabalho, são, por um lado, a concepção normativa de cidadania e, por outro, a prática desta mesma cidadania durante as transformações estruturais, ocorridas a partir da Revolução Industrial, que captam a relação entre cidadania e classe social, e o impacto que a última exerceu sobre a primeira, com repercussões nos dias atuais.

Para o autor, o conceito de cidadania pressupõe “um estatuto de pertença, concedido àqueles que são membros de uma comunidade” (Marshall, 1950, p. 28) e argumenta que “todos os que gozam deste estatuto são iguais em relação aos direitos e deveres”, logo, são cidadãos aqueles que conseguem “usufruir, com igualdade, de direitos civis, políticos e sociais” (Marshall, 1950, p. 12).

Contraditoriamente, refere que a cidadania e a classe social partem de princípios opostos e “não é por acaso que o crescimento da cidadania tenha coincidido com a ascensão do capitalismo que é um sistema, não de igualdade, mas da desigualdade” (Marshall, 1950, p. 29). É nesta última vertente do exercício da cidadania que se discute a naturalidade destas desigualdades entre os cidadãos diferenciados pelas classes sociais. Marshall sugere que a sociedade, embora imbuída no discurso de igualdade, e fundamentada na “hipótese sociológica”⁷, não apenas aceita as desigualdades sociais,

⁷ A “hipótese sociológica” foi originalmente concebida pelo também sociólogo Alfred Marshall e trabalhada por T. H. Marshall (1950, p. 6) em sua obra *Citizenship and Social Class and other essays*, em que parte do princípio que os recursos e

como as considera necessárias para a manutenção do estatuto que alicerça o próprio sistema de classes (1950, p. 6). Desta forma, os direitos civis, políticos e sociais da cidadania vivem sob constante ameaça de desvanecimento pelo sistema capitalista.

Esta dicotomia entre uma cidadania normativa – associada à ideia de igualdade – e uma outra exercida na prática – com desigualdade – é partilhada pelos autores James Holston e Arjun Appadurai, que exploram a relação dos cidadãos com o espaço urbano e os problemas contemporâneos sem precedentes que os mesmos não conseguem sustentar. Os autores esclarecem que “a cidadania é mais do que o direito de participar da política”, inclui também outros tipos de direitos na esfera pública: civis, socioeconómicos e culturais para além de contemplar “as dimensões morais e performativas que definem os significados e práticas de pertencimento na sociedade” (Holston & Appadurai, 1996, p. 200). Desta forma, a concepção de cidadania incorpora tanto uma cultura compartilhada de pertença ao meio, como uma ideia de igualdade de direitos, “independente de outras diferenças”⁸ entre os cidadãos, e a “partilha de bens comuns significativos”, como o acesso à “habitação, propriedade, saneamento, serviços de saúde, educação, cuidados infantis, e assim por diante” (Holston & Appadurai, 1996, p. 187). A dicotomia entre o sentido normativo e o prático reside no facto de que, na cidadania moderna, segundo o ideal liberal de redução das funções do Estado, ocorrem “processos conflitantes e disjuntivos de mudança” (Holston & Appadurai, 1996, p. 187) que perturbam de forma constante as suposições do sentido prático da cidadania. O caminho até a concretização destes direitos e bens, tanto pode ocorrer de forma passiva, pela “mera receção ou herança”, ou ativa, com a participação dos cidadãos para a reivindicação dos mesmos (Holston & Appadurai, 1996, p. 187).

1.4.1 O olhar para o cidadão brasileiro

No Brasil contemporâneo, o aperfeiçoamento da cidadania teve como marco a *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. A Carta Magna assegurou, em tese, a ampliação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos brasileiros, como seja a liberdade de associação partidária, a participação em referendos e plebiscitos, o voto

a produtividade produzida pelos cidadãos e com o apoio do Estado “poderiam ser suficientes para fornecer as bases materiais necessárias para que cada homem fosse um cavalheiro” e de a educação universal para eliminar o trabalho excessivo e pesado poderia ser alcançado.

⁸ Sobre as diferenças, Holston e Appadurai (1996, p. 194) mencionam as minorias nacionais e culturais, grupos de orientação sexual e organizações raciais, religiosas e étnicas. Para os autores, estes grupos requerem “um tratamento diferenciado com base no direito inalienável de reter e de realizar as suas qualidades, contribuições e histórias únicas”. O argumento principal de Holston e Appadurai (1996) é de que lhes foram negados o respeito e a oportunidade de serem cidadãos de pleno direito, simplesmente porque são diferentes do padrão.

direto, e as garantias sociais que ampliaram a educação básica, os cuidados de saúde e as leis trabalhistas que advieram das reformas sociais instauradas pelo ex-presidente Getúlio Vargas (Benevides, 1994). Entretanto, muito poucos avanços ocorreram por influência dos cidadãos, como “o acesso à justiça e à segurança, a distribuição de rendas, a estrutura agrária, a previdência social, educação, saúde, habitação etc.”. Pelo que a cidadania brasileira permaneceu “parcial, desequilibrada e excludente”, em que os direitos, principalmente os sociais, eram (e ainda são) percebidos como “privilégios para poucos e sob algumas condições” (Benevides, 1994, p. 7).

Aprofundando este debate, Borges e Maschietto investigaram a relação entre a cidadania e o empoderamento como um binómio indissociável na compreensão do que chamam de “dinâmicas da cidadania” (2014, p. 79). A primeira, ativa, como os chamados “espaços reivindicados”, e a segunda, passiva, cuja participação é limitada, sendo, por isso mesmo nomeada de cidadania de “espaços convidados”⁹. É a partir destas “dinâmicas” de exercício da cidadania que se evidencia o quão empoderados são os cidadãos. Ou seja, o quanto podem influenciar as decisões (terem voz) e moldar espaços de participação, de acordo com as suas próprias perspectivas (Borges & Maschietto, 2014).

Regina Abramo conduziu um trabalho de investigação relevante para a análise da cidadania brasileira pelo viés das questões da juventude. A investigadora argumenta que, em grande parte dos debates em que se associam jovens, cidadania e políticas públicas, é evidente a percepção de que estes ainda estão distantes de serem considerados sujeitos de direitos e cidadãos participativos (Abramo, 1997), e aponta que, na abordagem à juventude, são recorrentes os temas como a prostituição, as drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce e a violência onde persiste

“uma dificuldade de ir além da sua consideração como um problema social e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los”. (Abramo, 1997, p. 28)

A lógica centrada nos adultos – que são vistos como “um problema”, para si próprios e para a sociedade, e não como parte “da solução” –, acarreta, na opinião de Abramo (1997, p. 28) hipóteses reduzidas de trazer os jovens para os espaços de deliberação, o que, por sua vez, retroalimenta o vácuo dos jovens em processos participativos que os possam empoderar para agir na elaboração e negociação dos seus próprios direitos. Se

⁹ As “dinâmicas da cidadania” aqui exemplificadas são igualmente trabalhadas por Tufte (2017) e Cornwall (2007), originalmente como *invited* e *claimed spaces* que designam processos de participação passiva e ativa, respetivamente.

tomarmos em consideração esta avaliação de Abramo (1997), sobre o exercício da cidadania pelos jovens no Brasil, somada com a noção de “dinâmicas da cidadania” proposta por Borges e Maschietto (2014, p. 79), percebemos que os jovens brasileiros ocupam, muito provavelmente, espaços como “convidados” em processos decisórios, ao invés de serem sujeitos ativos ou de o “reclamarem”, por representatividade, nos seus contextos.

1.4.2 O reconhecimento de populações marginalizadas

Foi mencionado, ainda que levemente, que a cidadania requer o exercício da pluralidade e que o lugar do jovem na sociedade, em especial do jovem negro, morador da periferia, do sexo feminino e LGBT, é um lugar, de uma forma permanente e elevada, de risco e de vulnerabilidade (o tema será abordado com mais profundidade o contexto brasileiro no próximo capítulo deste trabalho). Ora, neste ponto do trabalho surge a necessidade de mais uma reflexão: *se o empoderamento é fruto de conflitos entre quem detém e quem não detém o poder na arena pública, como é possível assegurar espaço e voz para as populações marginalizadas? Ou em outras palavras, como é possível falar numa comunicação, numa ótica ou perspectiva cidadã, sem que haja, à partida, o reconhecimento de muitos destes cidadãos?*

Introduz-se agora neste debate o trabalho fundamental em torno das questões sobre o reconhecimento e identidade, o artigo “Rethinking Recognition”, de Nancy Fraser (2000). Segundo a autora, a escala das lutas pelo reconhecimento social relativas à sexualidade, género e etnia, mudou. Muito mais do que afirmar identidades negadas, estes grupos que impulsionam muitos dos conflitos mundiais, os quais presenciamos recentemente, aspiram “não apenas a afirmar identidades até então negadas, mas a trazer uma dimensão mais rica às suas lutas, incluindo também a redistribuição de riqueza e poder” (Fraser, 2000, p. 107). Contudo, apesar deste enriquecimento do sentido do reconhecimento, Nancy Fraser, argumenta, de facto, existir a tendência para o desvanecimento do sentido do reconhecimento a partir de dois aspectos fundamentais: i) as questões do reconhecimento ainda servem menos para suplementar, complicar e enriquecer as lutas redistributivas, e mais para as marginalizar, obscurecer e deslocar, que é, no fundo, o que Fraser denomina de “*problem of displacement*” (2000, p. 108), ou problema da deslocação do sentido original do reconhecimento; ii) as lutas de reconhecimento de hoje decorecem num momento de crescente interação e de comunicação transcultural, acelerada pelos novos *media* híbridos. No entanto, os caminhos destas lutas, muitas vezes,

não promovem a interação respeitosa dentro de contextos cada vez mais multiculturais, antes simplificam e reificam drasticamente as identidades de grupo, o que a autora apelida de “*problem of reification*”, no sentido de *reificação* e *coisificação*¹⁰ (Fraser, 2000, p. 108).

Refira-se que ambos os problemas – o de deslocação e o de reificação –, na visão de Fraser (2000), são extremamente complexos na medida em que as lutas pelo reconhecimento de hoje assumem, regra geral, o disfarce de políticas de identidade que cortam as suas ligações com a economia e com a política, servem menos para fomentar a interação entre as diferenças e mais para reforçar o separatismo, o conformismo e a intolerância, por se demarcarem das lutas pela justiça social e por tocarem nas dinâmicas de poder. No fundo, para Fraser (2000), as lutas pelo reconhecimento de grupos marginalizados, reificam, ou coisificam, as múltiplas identidades de grupo, e correm o risco de sancionar violações de direitos humanos e de congelar os próprios antagonismos que pretendem mediar.

A proposta da investigadora é, então, considerar uma política alternativa de reconhecimento. No fundo, uma política que seja não indenitária e que possa remediar o falso reconhecimento, sem encorajar, nem o deslocamento, nem a reificação do sentido de justiça social. Esta proposta está assente no “reconhecimento como uma questão de *status*” (Fraser, 2000, p. 109), em que o reconhecimento das diferenças está relacionado com a classe económica, ou com o contexto onde o poder é exercido. Ou seja, para Fraser (2000, p. 113), o que requer reconhecimento “não é uma identidade específica do grupo, mas o *status* dos membros individuais desse grupo, como parceiros integrais na interação social em relação às suas classes económicas”. Portanto, na medida em que os atores são vistos como pares, “capazes de participar em pé de igualdade na vida social, pode-se falar em reconhecimento recíproco e igualdade de *status*”. Porém, por contraponto, quando os atores se constituem como inferiores, excluídos, ou simplesmente invisíveis, o que está em jogo não é um “não reconhecimento, mas uma subordinação de *status*”. Desta forma, o não-reconhecimento constitui uma relação institucionalizada de subordinação social de um grupo perante outro que o domina (Fraser, 2000, p. 113).

Oportunamente, Nancy Fraser (1990, p. 67) aprofundou também o estudo destas dinâmicas de dominação e de contra dominação, quando trabalhou as noções de “públicos

¹⁰ Reificação, ou coisificação, é um termo advindo das teorias Marxistas, que significa transformar uma ideia numa coisa. O termo foi trabalhado por Theodor Adorno e tem como aceção o processo mediado pela técnica que compara pessoas às máquinas, em que se verifica uma perda gradual de subjetividade, já que passam a ter a vida mediada pela técnica, e que tem com consequência o aumento da violência e da barbárie (Bassani & Vaz, 2008).

subalternos” e de “contrapoder” nas arenas públicas discursivas, que se desenvolvem paralelamente aos espaços públicos pensados a partir de uma perspectiva *habermasiana*. É fundamental ressaltar que, para Habermas (1991), o espaço público funciona como uma ligação entre o Estado e a sociedade, ou seja, entre os cidadãos e a esfera político-administrativa. Nele incluem-se os *media*, e toda a forma de comunicação entre os cidadãos, entre si, e entre estes e o poder, em que decorrem as discussões pertinentes para a opinião pública e a vida política. A partir da segunda metade do século XX, Habermas (1991) admite o declínio do espaço público burguês e a pluralização de uma multiplicidade de espaços públicos, sobretudo devido ao surgimento da televisão, da publicidade comercial, e da indústria cultural. A partir destas inovações que acabaram por contribuir para uma transformação social estrutural, Habermas (1991) admite a inclusão de públicos de massa e consumidores da indústria cultural, outrora insistentes da concepção do espaço público burguês, destinado a uma elite social.

Fraser (1990) reitera esta ideia de pluralização do espaço público e acrescenta que os grupos marginalizados – por exemplo, as mulheres e a classe masculina que não detinham propriedades, como a classe operária, os artesãos, os camponeses, de entre outros públicos –, têm um peso igualmente importante no ambiente democrático. É daqui que nasce a concepção de “públicos subalternos” (Fraser, 1990, p. 67), ou seja, novas vozes e narrativas que afloram como resposta às exclusões sociais no modelo de espaço público burguês. É dessas novas vozes que “emerge a contestação discursiva na democracia” (Fraser, 1990, p. 68), com questões que haviam sido negligenciadas, propositadamente ignoradas ou suprimidas pelos públicos dominantes, em que estes “públicos subalternos” (Fraser, 1990, p. 67) conseguem reformular as interpretações vinculadas às suas identidades, interesses e necessidades.

Aplicado ao contexto brasileiro, e em linha com as ideias de Nancy Fraser sobre um espaço público mais inclusivo, surge o trabalho da filósofa brasileira Djamila Ribeiro. Com uma abordagem focada no feminismo afrodescendente, Ribeiro (2016, 2017) denuncia o racismo estrutural brasileiro, ao revelar as suas bases e normas sociais advindas de uma epistemologia científica, considerada pela autora como “branca, masculina e heterossexual” (Ribeiro, 2017, p. 59). Na obra *O que é lugar de fala?* (Ribeiro, 2017), os leitores são convidados a desconstruírem esta epistemologia hegemónica, e a perceberem como as identidades das mulheres negras foram sendo forjadas em conjunturas de absoluta adversidade, hipersexualizadas e coisificadas. Relegadas para uma contínua falta de oportunidades, tanto em termos de espaço para a

construção das suas próprias narrativas, como em termos da participação, no sentido de dar voz à população negra, sobretudo às mulheres e também às bissexuais, que não alcançaram ainda a mesma condição de cidadãs. A falta de privilégio da mulher negra, que se comprova no Brasil contemporâneo, quanto à desigualdade no cumprimento dos direitos considerados essenciais – como a educação, emprego, saúde e condição salarial – e a maior vulnerabilidade à violência, refletem-se nesta falta de reconhecimento quanto à produção intelectual narrada na primeira pessoa. Surgem neste contexto, a proposta de “lugar de fala”, que é, na perspectiva de Ribeiro (2017, p. 59), o ponto de vista feminista da mulher negra e socialmente marginalizada. É por meio deste “lugar da fala” que, segundo defende Ribeiro (2017), se confronta o poder hegemónico e se incluem os grupos minoritários, subalternos, como é o caso do das mulheres negras, onde também se incluem as LGBT e as mais jovens.

Levando em conta estes grupos marginalizados no contexto brasileiro, que resultam de causas estruturantes, como o racismo, o *patriarcalismo*, os *sistemas económicos e políticos opressivos*, que *delinearam o lugar das mulheres, das etnias e dos privilégios de classes económicas*, Ribeiro (2016, p. 101) assume a necessidade de se (re)pensar a interseccionalidade no Brasil. Ou seja, *de se admitir que todos estes grupos são oprimidos e que não pode haver supremacia de uns sobre os outros, pois, sendo estruturantes, “é preciso romper com a estrutura e observar as questões de raça, classe e género de modo inseparável”*.

1.4.3 A cidadania e o direito à comunicação

A comunicação é reconhecidamente um direito humano fundamental. Este direito está relacionado com fatores como a democratização e o intercâmbio da informação, e com a pluralidade de vozes na arena pública (International Commission for the Study of Communication Problems, MacBride & UNESCO, 1980). Movendo a esfera para o campo mediático, como sinónimo de espaço de representação, e se pensa em formas passivas e ativas de exercício da cidadania, a investigadora argentina Cristina Mata, lembra que o binómio comunicação-cidadania abarca, inexoravelmente, as questões de poder, sendo estas capazes de motivar ou impedir as mudanças sociais. Para a autora latino-americana, os meios de comunicação podem representar o espaço de plena realização de uma comunidade mais inclusiva, mas que o poder das instituições, como governos e outras organizações, se negam a aceitar. Para Mata (2002), este poder institucional, em última instância, restringe a visibilidade, em termos de espaço, e a voz

dos cidadãos para obterem uma “cidadania meramente nominal ou incompleta”, derivada das profundas desigualdades económicas e sociais que “não violam apenas os seus direitos, mas que também impedem a possibilidade dos mesmos os reconhecerem e os reivindicarem plenamente” (Mata, 2002, p. 67). Segundo a autora, o espaço no qual a vida é definida em comunidade está hoje sob ameaça de uma dupla fragmentação: por um lado, as exclusões impostas pelos modelos sociais e económicos hegemónicos e, por outro, o mecanismo regulatório de “representação que dificulta as formas mais diversificadas de visibilidade”, que impede a formação de alternativas distintas de poderes (Mata, 2002, p. 73). Na essência, só somos iguais quando temos a possibilidade de sermos distintos, portanto a unanimidade das representações é, de facto, o seu oposto da igualdade (Mata, 2002).

No Brasil, o direito à comunicação está englobado no âmbito do direito à cidadania e o de acesso à informação e aos canais de expressão, que são a sua expressão genuína (Peruzzo, 2014). Refira-se que a compreensão deste direito tem vindo a evoluir, na medida em que inclui o direito à comunicação, enquanto acesso dos cidadãos ao seu próprio poder de comunicar. O que se traduz pela capacidade de gerar conteúdos de acordo com os próprios pontos de vista. Segundo a investigadora, implica que a comunicação seja superior “aos meios e às mensagens, e vai além do transmitir e receber”. Assim sendo, a comunicação acaba por integrar as relações sociais na dinâmica da coordenação de ações que se concretizam quando os cidadãos assumem papéis de ouvintes, de leitores ou de espectadores, ou quando se tornam parte de processos de produção, de planeamento e de gestão da própria comunicação.

Entretanto, a economia política dos *media*, aplicada ao caso brasileiro, separa a maioria dos brasileiros do usufruto deste direito universal (Vannuchi, 2018). No Brasil ainda se verificam alguns desafios regulatórios, o marco legal nas comunicações que está em vigor data de 1962 (Demarchi & Kerbaudy, 2017) e, não obstante a tentativa de aprovar leis para avançar o setor, como a Lei da Mídia Democrática¹¹ e o Programa Nacional de Banda Larga que, respetivamente dizem respeito ao regime de concessões mediáticas ao setor privado e com que se procura atingir a universalização do acesso à internet, o Estado brasileiro avançou muito pouco nestas matérias, o que se reflete nas discrepâncias regionais de acesso à informação (Barros & Goulart, 2016). Mais especificamente, sobre o regime de concessões mediáticas, no Brasil há um mecanismo regulatório que permite

¹¹ Com esta Lei procura-se ampliar a liberdade de expressão no Brasil e tornar mais transparente o processo de concessões de rádio e de TELEVISÃO. Ver em <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-lei/>

a perpetuação de poderosos oligopólios nos *media* intimamente relacionados com os grupos económicos, políticos e religiosos (Demarchi & Kerbauy, 2017; Vannuchi, 2018). Ora, este cenário inibe a diversidade de vozes, a presença de contrapoderes na arena pública e faz com que os meios sejam cada vez menos confiáveis, ou sejam vistos como insuficientes para a participação, pelos próprios cidadãos (Vannuchi, 2018). Que é o que acontece com os jovens, sobretudo os LGBT e as mulheres negras mencionados anteriormente, que são a manifestação inequívoca que advém deste *deficit* comunicacional e representacional na vida política.

1.5 O “problema” na futura análise

Neste primeiro capítulo, em que se evocou o “problema” de partida deste trabalho, focou-se na atual discussão sobre o papel da CpDMS, no sentido empoderar os cidadãos, motivando-os para concretizar as mudanças sociais que desejam ver. Este percurso alicerçou-se na literatura crítica da CpDMS, que comporta, por um lado, as concepções focadas em projetos de participação radical e autonomia e, por outro, outras mais restritas ligadas aos paradigmas do desenvolvimento e aos interesses institucionais. Acrescentou-se também, brevemente, o contexto brasileiro na abordagem de uma visão mais relacionada com a cidadania e com o reconhecimento dos cidadãos que serão a base da análise do objeto empírico. Mais concretamente, este capítulo teórico servirá como âncora para a compreensão do que significa a mudança social e a cidadania para os jovens participantes neste estudo. Da mesma forma, permitirá uma articulação entre a perspectiva institucional da CpDMS e a observância do direito a uma comunicação para os jovens, e o que os próprios esperam a partir dos seus próprios pontos de vista e os seus imaginários sociais.

Capítulo 2: O contexto

Jovens, participação e *media* digitais

“Antes eu pensava que a política estava em Brasília. Agora não, eu já desconstruí esse pensamento. Isso que a gente tá fazendo aqui na entrevista é participação política, né? Porque é uma troca de ideias. Então eu acredito que participação política é trocar ideias”. (Pedro, jovem entrevistado em 2018 – fase 1. Estudante e ativista social em coletivos culturais)

A participação depende de equilíbrio de forças entre os agentes num dado contexto (Carpentier, 2012). Ao delinear o contexto brasileiro, com os desequilíbrios de poder, as desigualdades entre os jovens e a escassez dos espaços de participação para os mais vulneráveis pós-eleições de 2018, neste capítulo apresentam-se algumas questões relevantes para este trabalho. O que significa participação para os jovens brasileiros? Quais são os espaços e as dinâmicas que estão na preferência dos jovens? E qual o significado de participar nas mudanças sociais no Brasil após as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, especialmente por terem encetado uma nova onda de protestos motivados por causas populares, mas que quase uma década depois, evoluíram para processos conectados com causas da extrema-direita, como o populismo (Waisbord, 2020), reforçando a polarização política existente (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

As palavras do jovem Pedro, enunciadas acima, concedidas em entrevista, são reveladoras da mudança da sua própria percepção sobre o que é participar politicamente no Brasil. Ter um espaço para “trocar ideias” ou dialogar é um aspecto relevante para que este ativista social se sinta parte do que entende como “fazer política” e que não está restrita às esferas governamentais na Capital Federal.

Neste segundo capítulo da revisão de literatura examinam-se as dinâmicas participativas dos jovens brasileiros e o contexto em que as mesmas decorrem, com uma análise de como é que o espaço, a voz e as dinâmicas de poder, que representam a delimitação teórica deste trabalho, influenciam essas dinâmicas. A revisão teórica aqui abordada serve como um alicerce importante para uma reflexão sobre como pode a CpDMS cumprir o seu papel de elevar as vozes dos jovens e de as tornar relevantes na arena política brasileira. Assim, com este capítulo procura-se que sirva de base, mais adiante na análise, para a discussão sobre como é que estas dinâmicas participativas podem ter reflexo na CpDMS, mais focada no jovem, tanto no Brasil, como em contextos similares.

O capítulo está estruturado em duas partes: na primeira dá-se corpo à conceptualização de participação e do que é participar politicamente, em que se delimita uma noção própria de participação política, com base em aspectos comuns às diversas definições apresentadas. Avança-se com a abordagem das formas de participação que incluam o viés mediático e as repercussões sociais. Foca-se, por isso mesmo, na forma maximalista de participação elaborada por Carpentier (2011, 2012) para perceber as motivações dos jovens para participarem da vida política, com base nas culturas cívicas aplicadas ao digital por Dahlgren (2009, 2013). De seguida, explora-se a influência dos *media* digitais, tentando perceber se e como estes motivam a participação dos jovens. Nesta esfera, as profundas transformações sociais geradas pelos *media* digitais, em espaço e voz, são discutidas por relação com as dinâmicas de poder. São também apresentadas desde as visões mais otimistas e ponderadas até às que, definitivamente, rejeitam a ideia destes meios digitais como forma de participação política. Procurando ilustrar estas visões, teorias e casos empíricos, é criada uma panóplia com pontos complementares e, por vezes, muito divergentes acerca do impacto destes meios na sociedade.

Na segunda parte, é esmiuçado o contexto brasileiro, abordam-se as condições em que os jovens estão inseridos e que determinam, em parte, as suas motivações, possibilidades – ou a ausência delas – para participarem na vida pública nacional. Analisa-se este contexto à luz dos movimentos sociais ocorridos a partir de junho de 2013, e os factos que antecederam as eleições presidenciais de 2018, e que decorreram após a tomada de posse do Governo eleito naquele ano. Uma vez mais, reflete-se sobre como é que os meios digitais, aliados às formas de participação presencial, naquela conjuntura político social, podem aproximar, ou afastar, os cidadãos do exercício dos seus direitos, aqui relacionados com as noções de cidadania, mudanças sociais e empoderamento, abordadas no capítulo anterior, e que são aqui reforçadas.

Importa, por fim, referir que, na medida do possível, foram convocados para esta tese os estudos que relacionassem casos de CpDMS e os jovens brasileiros, a fim de preparar o terreno para a futura discussão sobre uma comunicação focada nos jovens brasileiros. No entanto, ao longo deste percurso detectou-se uma ausência de estudos que procurem a relação entre as práticas em CpDMS – institucionais ou extrainstitucionais – com os jovens brasileiros. Percebeu-se, na sua maioria, ou eram estudos que, sendo no Brasil, tinha que ver com as práticas participativas em alusão às “Jornadas de Junho” ou, fora do Brasil, tinham alguma pertinência no terreno da CpDMS.

Parte 1

2.1 Definindo participação

O conceito de participação é utilizado em campos e discursos distintos nas Ciências Sociais e os seus sentidos mantêm-se de algum modo dispersos, variando a partir dos contextos em que o termo é utilizado (Dahlgren, 2013). “Não há um ato singular que possamos auferir com sendo participação, como também não há uma receita universal para a sua realização” (Dahlgren, 2013, p. 23). Para o autor sueco dedicado aos fenômenos comunicacionais e de participação envolvendo a juventude, a participação é “uma expressão da agência política dos indivíduos”. O que entende por “agência política” tem que ver com tomar parte do “conflito político”, algo que passa, tanto pelo envolvimento voluntário e subjetivo dos indivíduos e dos grupos – característica emocional –, quanto pelas características políticas de um dado contexto que favorecem ou que desfavorecem este envolvimento (Dahlgren, 2013, p. 23). Portanto, a “agência política”, “como constituinte das práticas de participação política” é a capacidade de os indivíduos terem voz, de serem ouvidos e de tomarem decisões que afetem as suas vidas no âmbito do processo democrático (Dahlgren, 2013, pp. 23-24).

Similarmente, para Nico Carpentier (2011, p. 118) nas sociedades contemporâneas, a participação política é algo “estruturalmente instável” que, para ser exercida, exige uma “luta ideológica e política contínuas”. Estas lutas de poder nunca se limitam a um campo específico da sociedade, podem, na verdade, estar presentes em todos os campos e em todos os níveis sociais. É sobretudo por este aspecto marcado pela instabilidade que o autor afirma que os debates sobre a participação política devem ser vistos como uma luta pelo poder político, ou “como uma luta sobre quem pode assumir quais papéis numa sociedade” (Carpentier, 2011, p. 118).

Tendo assentes estas noções iniciais de participação como parte de um conflito social contínuo, perpassado por dinâmicas de poder, torna-se oportuno, desde já, apontar a diferença entre o que é político e o que é política, para compreender melhor como é que a participação dos cidadãos se conjuga com a esfera pública. Na visão de Mouffe (2005), o que é político tem que ver com uma dimensão alargada de conflitos das relações sociais, ligados aos antagonismos coletivos, aos interesses distintos e às discussões generalizadas realizadas no seio da democracia. Por sua vez, a concepção de política, é, por sua vez, algo mais restrito e refere-se às práticas circunscritas aos contextos formais e institucionalizados, em que a dimensão mais generalizada do político atua. Portanto,

quando se intercalam estes conceitos com as visões, tanto de Dahlgren (2013), como de Carpentier (2011), verifica-se que a participação atua na dimensão mais alargada do político, tendo os antagonismos sempre assentes na efetivação dos seus meios e práticas. A partir desta prerrogativa, são examinadas algumas outras definições sobre participação.

Verba et al. (1995, p. 1) recorrem ao termo “participação política” e defendem que este se posiciona “no coração da democracia”. Os autores entendem a participação como “o mecanismo pelo qual os cidadãos comunicam as suas preocupações aos seus governantes na tentativa de controlar e assegurar os seus interesses” (Verba et al., 1995, p. 37). Ao posicionarem a participação política no cerne da democracia, alertam para o facto de que “participar é ter voz” e que as vozes dos cidadãos precisam ser “iguais”. Referem ainda que, quando há desigualdades nas atividades de participação política, é provável que existam, também, respostas distintas do governo às demandas dos cidadãos, algo que tem repercussões diretas no exercício da democracia. Verba et al. (1995, p. 37) afirmam, igualmente, que, ao se tentar influenciar a ação dos seus dirigentes, a voz dos cidadãos assume um papel fundamental, pelo que deve soar “clara e forte”. “Claras” para que se façam perceber pelos governantes e “fortes”, ou em tom bem alto, para que os governantes possam prestar atenção ao que é dito por eles.

Nesta definição de participação política apresentada por Verba et al. (1995), a participação é referenciada como um meio que provê espaço e voz para o exercício da influência dos cidadãos sobre o processo democrático. Ao investigar outras definições de participação política, foram encontradas abordagens que concorrem para esta mesma linha de pensamento: a ideia do impacto societário das práticas participativas ou da sua eficácia, como se verá a seguir.

Numa outra definição, desta feita apresentada por Verba e Nie (1987, p. 2), a participação é definida como um meio para gerar efeitos sociais em todas as direções pretendidas. Para estes autores, a participação resume-se em “atividades de cidadãos privados que são mais ou menos diretamente destinadas a influenciar a seleção de pessoal governamental e/ou as ações que estes tomam”. Complementarmente, para Cantoni (2017) a “participação política refere-se a qualquer atividade que vise influenciar a ação do governo, seja diretamente, ao afetar a formulação ou implementação de políticas públicas, ou indiretamente, ao influenciar na escolha dos responsáveis por tais políticas” (Cantoni, 2017, p. 1). Por sua vez, Carrano (2012, p. 83) reforça esta visão de influência, quando refere que uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil

“não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até que ponto estes indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões”.

Numa perspectiva mais normativa, que diferencia a participação política da participação cívica, Ekman e Amnå (2012, p. 295) sugerem uma tipologia que discrimina as formas latentes e manifestas de participação. Estes autores enquadram a participação política como manifesta, uma vez que esta se concretiza em práticas que influenciam as decisões políticas. Estabelecem, por isso, dois tipos comportamentos: o chamado “formal” e o “extraparlamentar”. No primeiro caso, incluem-se, por exemplo, o voto, o referendo, a associação partidária, o contato direto com representantes do poder público, a colaboração em campanhas, entre outras práticas. O segundo, o extraparlamentar, ocorre principalmente com as petições, os boicotes ao consumo, o envolvimento em movimentos sociais, os protestos e fóruns, e as demonstrações de rua, como por exemplo os festivais culturais.

Já a participação cívica, ou latente, refere-se tanto à consciencialização, quanto às atividades “de cidadãos comuns que têm a intenção de influenciar as circunstâncias da sociedade que são relevantes para os outros, fora da própria família e do círculo de amigos íntimos” (Ekman & Amnå, 2012, p. 295). Esta forma de participação incorpora igualmente dois comportamentos: o envolvimento social – que os autores chamam de “atenção”, mais ligado à consciencialização –, e o engajamento cívico de facto – que caracterizam como “ação”. No primeiro caso, manifesta-se através do interesse na política e na sociedade, procurando perceber a sua importância, na identificação com ideologias e/ou partidos e na pertença a grupos com foco societário. Por seu lado, a ação, expressa-se através do voluntariado, do trabalho social, da doação para caridade, da discussão política em redes sociais, que podem ser mediatizadas ou não.

Tendo em mente a tipologia proposta por Ekman e Amnå (2012), torna-se relevante recordar uma reflexão de Dahlgren (2011, p. 13), quando aponta que a democracia está a ser transformada à medida que os seus fundamentos sociais, culturais e políticos se desenvolvem no cenário de participação entre os *media* digitais e as relações presenciais dos indivíduos. Para Dahlgren (2011) este cenário altera o funcionamento dos grupos, organizações e instituições diversas. De acordo com o autor, no início, os investigadores perceberam que a internet era importante apenas para os que estavam envolvidos em políticas alternativas e extraparlamentares. Gradualmente, no entanto, mesmo a política partidária dominante começou a recorrer a ela, como aconteceu na campanha de Barack

Obama¹². Quando se faz a analogia com o caso brasileiro, a internet teve um efeito preponderante sobre a forma como os cidadãos e os mecanismos digitais se interconectaram, durante as eleições de 2018, como se pode comprovar no mais recente exemplo da influência da internet nos resultados por meio da aplicação WhatsApp¹³.

A ter em vista que a internet alterou (e tem alterado) a forma de como a participação política se manifesta, predominantemente, a aproximar práticas mediatizadas das não mediatizadas, isto serve para lembrar que este trabalho busca observar e compreender estas novas dinâmicas participativas quotidianas dos jovens brasileiros e as possíveis repercussões para a CpDMS focada neste público. Em geral, como se verá neste capítulo, os jovens votam, manifestam-se em greves e em passeatas nas ruas, discutem política nas escolas, escrevem post nas redes sociais, assinam petições online, doam dinheiro e reciclam resíduos por razões ambientais, dentre muitas outras (Souto, 2016). Por estas distintas dinâmicas participativas, nota-se que tanto as formas de atuação política quanto às cívicas da tipologia de Ekman & Amnå (2012) estão intimamente ligadas na maior parte dos casos, pela internet. Logo, expõe-se aqui a dificuldade de dissociar o que é participação meramente cívica daquilo que é considerado participação política por esta tipologia.

Este facto é reforçado no contexto brasileiro a ser abordado ao longo deste capítulo. Ver-se-á que os autores que tratam do tema da participação e juventude brasileira (Abramo & Branco, 2005; Carrano, 2012; Gohn, 2018; Novaes, 2014; Souto, 2016) evocam o termo participação política como aquele que serve tanto para designar as formas mais convencionais de envolvimento destes cidadãos em assuntos de interesse público, a exemplo do voto e a filiação partidária, quanto aquelas menos convencionais como os grupos de discussão política online, o ativismo digital, o voluntariado, os coletivos culturais e as manifestações de rua. A partir desta abordagem, percebe-se ainda que a participação política contemporânea está em sintonia com o sentido mais alargado do político, ao invés da política (Mouffe, 2005).

Com base nas definições examinadas e nos argumentos explicitados, neste trabalho opta-se pela adoção de uma ideia alargada de participação, que pressupõe tanto a vertente

¹² O autor sueco sublinha que o marco neste processo da força da internet na participação política e não apenas cívica, foi a campanha de Barack Obama na eleição presidencial de 2008 nos Estados Unidos.

¹³ Em “O fenómeno Bolsonaro e o resultado das eleições de 2018” é abordada a possível influência da aplicação WhatsApp no resultado das eleições brasileiras em 2018. Nesse mesmo ano, uma investigação realizada pelo jornal *A Folha de São Paulo* revelou que o então candidato, Jair Bolsonaro, pode ter beneficiado de apoio ilegal de empresários para comprar mensagens e enviar *fake news* através da aplicação WhatsApp para milhões de eleitores sobre os seus adversários políticos e sobre si próprio (Bracho-Polanco, 2019).

política, como a cívica. Para efeitos de denominação, será utilizado o termo *participação política* que, por sua vez, pressupõe a *participação dos jovens na vida política nacional, com o objetivo de influenciar processos decisórios, conforme os próprios pontos de vista*. O facto relevante por detrás desta noção de participação política é a ideia de “agência política” dos cidadãos (Dahlgren, 2013, p. 18) que vai ao encontro das noções de empoderamento e de cidadania (Freire, 1987; Holston & Appadurai, 1996; Mata, 2002), descritas em pormenor no capítulo anterior.

Mais adiante neste capítulo, serão abordadas algumas contradições entre a abundância de espaço e voz para os jovens brasileiros, considerados marginalizados socialmente, e a relativização destas noções de cidadania e de empoderamento por entre polarizações político-ideológicas acirradas (Levy, 2020; Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020). Porém, sobre os potenciais riscos para a cidadania, a visão que se defende nesta tese é que a participação política é um elemento fundamental para o reconhecimento dos indivíduos como cidadãos de direito, empoderados e capazes de afetar as dinâmicas de poder, como se verá a seguir.

2.1.1 O lugar do espaço e da voz na participação

Numa memorável investigação acerca da participação política, Verba et al. (1995) analisaram a atividade cívica norte americana a partir de inquéritos respondidos por mais de 15.000 indivíduos. No centro desta investigação estiveram as questões centrais do engajamento político, ou seja, desejou-se conhecer como é que os cidadãos americanos se tornaram participantes ativos, quais as suas motivações, os seus recursos e também as suas redes. Os resultados obtidos provam que há diferenças profundas no espaço de participação entre os grupos étnicos e religiosos nos Estados Unidos da América. Facto que levou os autores a concluir que ainda que as vozes dos cidadãos americanos fossem consideradas claras e fortes, estariam longe de serem iguais entre os mesmos, com prejuízo principalmente para as etnias latinas e afro descendentes em situação de risco económico.

Ora, este estudo de Verba et al. (1995) deixa explícita a relação entre a participação – como sinónimo de ter e de poder exercer uma voz – e as forças de poder estabelecidas num dado contexto. O direito ao exercício da voz está no centro do trabalho do cientista social Nick Couldry. No livro *Why Voice Matters*, Couldry (2010, p. 15) dedicou-se ao que denomina como “sociologia da voz”. Refere que, o que é crucial para a legitimidade das democracias contemporâneas, é os indivíduos saberem que a sua voz importa. Para

Couldry (2010, p. 7), ter voz é algo tão simples como participar politicamente, pois “a voz é um processo social” e envolve, desde o início, fala e escuta, para que se possa registrar o que é “único” na narrativa de cada indivíduo. Por esta razão, a voz é, para este autor “um *continuum* em que uma pessoa consegue dar-se conta de si próprio e de sua vida”. O autor argumenta que, por meio dessa voz, é possível emergir outras narrativas, ou vozes marginalizadas, que sejam capazes de restabelecer uma “capacidade fundamental dos seres humanos, um exercício crucial para a vida, independente das condições sociais que estas pessoas tenham”. A aposta de Couldry (2010, p. 6) passa, portanto, por criar narrativas coletivas maiores que as individuais, para as quais os *media* representam uma importante contribuição, ou geram obstáculos. Ao mencionar os *media* digitais, o autor cita ao exemplo do Youtube, pela sua contribuição na representação da voz e dos movimentos tradicionais de trabalhadores em objetivos extrainstitucionais. É sobretudo por meio destas “narrativas coletivas” que se alcançam “condições amplas para a voz” poder promover a mudança social.

Para Couldry (2010), o exercício da voz é parte de um processo de resistência contínua. O autor alerta que temos fomentado usos que favorecem modos de organizar a vida quotidiana que ignoram as vozes, assumindo que estas não contam. A dissonância entre a abordagem e a prática da “sociologia da voz”, segundo Couldry (2010, p. 15) implica compreender aquilo que o paradigma neoliberal fez repercutir: uma narrativa de exclusão das histórias que os indivíduos têm sobre as suas próprias vidas, reduzindo desta forma, o seu poder como agentes de mudança. O autor explica ainda que o neoliberalismo se organiza em domínios económicos, político e culturais, de modo a “assumir que as vozes não importam”.

Assim sendo, para Couldry (2010, p. 10) vive-se uma “crise da voz na contemporaneidade”, marcada sobretudo pela falta de representação da pluralidade no âmbito do modelo neoliberal, onde a voz está predominantemente associada à voz do indivíduo como um consumidor e não como um cidadão. O investigador sintetiza esta redução da capacidade da voz como “racionalidade neoliberal”, algo que supera o poder das vozes e, consequentemente, as formas de participação política dos cidadãos. Ou, como dito nas próprias palavras do autor:

“os espaços para a voz são, portanto, inerentemente espaços de poder; a sua ligação com o poder não deriva apenas de instituições como o governo, que procura administrá-las. Portanto, uma abordagem sociológica da voz nunca se pode basear apenas numa celebração de pessoas a falar ou a contar histórias: deve ser inserida num contexto sociológico que é sempre, em parte, um contexto político”. (Couldry, 2010, p. 12)

Percebe-se então que, para Couldry (2010), a participação envolve tanto o reconhecimento, ou seja, ouvir as vozes dos outros, assumindo-as como importantes, como uma análise realista das obstruções a esse reconhecimento, por forma a favorecê-la.

O que defende Couldry (2010) diz respeito às questões de reconhecimento e de representatividade, relacionadas com o sentido de cidadania de Fraser (1990, 2000) e Mata (2002), e de empoderamento de Freire (1987) e Rappaport (1986, 1987), abordados em pormenor no capítulo anterior. À luz da perspectiva de Nick Couldry sobre a importância da voz, somada com as contribuições destes últimos autores, e da noção de participação política aqui defendida, deixam-se algumas questões pertinentes, que se pretendem retomar mais adiante na análise: serão os jovens brasileiros ouvidos e levados a sério no Brasil quando almejam mudanças sociais? Como é que têm superado as possíveis barreiras para projetar as suas vozes nesse contexto em particular?

2.2 As formas de participação e as dinâmicas de poder

Tal como mencionado anteriormente, participar na vida pública é não apenas ter voz, mas fazer valer essa voz, por vezes no meio de conflitos sociais acirrados. Nos próximos subtópicos mostrar-se-á como é que estes conflitos, no âmbito das dinâmicas de poder, influenciam as formas de participação política por parte dos cidadãos, e quais os graus de efetividade distintos que a participação pode alcançar. De forma mais específica, será abordada aqui a importância do espaço no processo participativo e, com isto em mente, questionar-se-á qual é o papel dos *media* digitais, pela convergência com as formas mais convencionais de participação política, no fomento desse mesmo processo participativo. Deixar-se-á claro que as mais recentes discussões em volta do tema dividem-se entre os autores considerados mais otimistas – os que atribuem aos *media* um papel fulcral nestas dinâmicas –, os mais neutros – os que veem os *media* como apenas um recurso –, e os mais céticos – os que se recusam a perceber as vantagens das tecnologias para os fins da participação efetiva e, menos ainda, para um eventual empoderamento dos cidadãos.

Esta diversidade de posicionamentos desta reflexão teórica, e mesmo até em casos empíricos, permitirá estabelecer futuras correlações entre as formas de participação dos jovens brasileiros, e as suas próprias percepções sobre o empoderamento e a agência política. São disso exemplo: o direito de comunicar e de deliberar, a aquisição de competências a partir dos espaços existentes e, principalmente, a influência que

conseguem exercer sobre as decisões políticas, através das suas narrativas, com recurso aos meios híbridos (*online-offline*).

2.2.1 O impacto da participação na sociedade mediatizada

Qual o será o grau de participação desejável para influenciar mudanças sociais? Uma possível resposta poderá ser encontrada na tipologia desenvolvida pela educadora americana Sherry Arnstein no seu artigo “A Ladder of Citizen Participation” (1969). Neste trabalho, a autora define que “a participação do cidadão é um termo categórico para marcar o seu poder” (Arnstein, 1969, p. 216) e que este poder é conquistado progressivamente, o que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos, serem incluídos deliberadamente, no futuro, em novas decisões sociais. O esquema didático criado por Arnstein consiste numa tipologia que descreve em oito níveis e que se inicia com a completa “não-participação”, culminando na “plena participação” dos cidadãos. Nos primeiros degraus deste esquema surgem os estágios de “manipulação” e de “terapia”, que são os que marcam a não-participação. A evolução leva-nos até aos graus intermediários, de semi-participação, com a “informação”, a “auscultação” e o chamado “placation”¹⁴. Por fim, nos degraus superiores, denominados respetivamente de “parceria”, de “poder delegado” e de “controlo do cidadão”, que são os níveis finais e que demonstram o poder conquistado pelo cidadão (Arnstein, 1969, p. 216).

Uma tipologia distinta, ainda que complementar à de Arnstein (1969), tem Nico Carpentier acerca da abrangência da participação dos cidadãos, que se subdividem em duas vertentes principais: a minimalista e a maximalista. Ao marcar as diferenças basilares entre estas duas vertentes, Carpentier (2011, 2012) desenvolve a sua conceptualização pelo prisma da Teoria Democrática, segundo a qual, no modelo de participação minimalista, o poder é centralizado e limita a participação política a uma elite selecionada que estabelece um foco unidirecional entre os participantes, e homogeneiza a vontade popular. Ou seja, de acordo com este modelo minimalista, “a tomada de decisões na sociedade permanece centralizada e a participação permanece limitada no espaço e no tempo” (Carpentier, 2012, p. 166). Contrariamente, no modelo maximalista, a participação desempenha um papel mais substancial e contínuo, e não permanece restrita a uma mera eleição de representantes. Neste modelo, a participação é

¹⁴ Arnstein (1969, p. 216) define este nível como sendo o grau mais elevado dos níveis simbólicos de repressão à participação, que assinalou como “tokenismo” até à participação de facto, na qual os cidadãos, ainda que possam aconselhar decisões, não têm poder de decisão.

vista como um fenómeno multidirecional, heterogéneo e incorporado com uma definição mais ampla do sentido de político, como é o caso da visão de Carpentier (2011, 2012), que vai ao encontro da noção de Mouffe, (2005), em que se ultrapassam as instituições formalmente constituídas, e se atinge uma maior abrangência social.

Neste sentido, no âmbito desta abordagem maximalista, Carpentier (2012, p. 170) infere que um dos elementos-chave da participação é “o poder e a sua distribuição na sociedade, seja a nível macro, ou micro”. O que significa que vai desde a política, passando pela sociedade civil, até chegar aos *media*. Um outro aspecto importante, defendido por Carpentier (2012, p. 170), é que a participação está “situada em processos e localidades sempre particulares e envolve atores específicos”. Posto isto, entende-se que, para entender a participação – e as diferentes práticas participativas, bem como os graus de intensidade, por vezes, muito diferentes –, as características, as posições de poder, e os contextos dos processos, localidades e atores específicos, devem ser tidos em consideração. Consequentemente, a participação estaria associada à capacidade dos seus atores (co)decidirem, por exemplo, “sobre questões políticas, simbólicas, culturais e comunicativas” (Carpentier, 2012, p. 171). E é este aspecto decisório que a faz com que a participação, conforme foi delimitada Carpentier (2012), não seja uma noção fixa, mas profundamente enraizada em realidades políticas distintas, sendo mesmo um objeto de lutas ideológicas intensas e duradoras.

Aplicadas à dimensão dos *media*, as diferenças entre as duas formas de participação – a minimalista e a maximalista –, manifestam-se através das relações de poder igualitárias, ou não, que se expressam em processos de tomada de decisão pelos cidadãos.

Portanto, nesta vertente mediática, as formas maximalistas implicam novas oportunidades de acesso à informação, de interação entre os cidadãos, de produção de conteúdo, de convergência de interesses políticos e sociais, e de deliberação política. Ao passo que, as formas minimalistas permanecem unidirecionais, articuladas como uma contribuição para a esfera pública, “mas muitas vezes atendendo principalmente às necessidades e interesses do próprio sistema mediático, instrumentalizando e incorporando as atividades dos participantes” (Carpentier, 2011, p. 68). Por sua vez, esta lógica leva a uma homogeneização das audiências, a uma desconexão das suas atividades participativas de outros campos da sociedade, na redução do sentido político mais amplo, o que torna estas formas de participação centradas nos *media*, uma participação distante da política. Este último aspecto da participação minimalista vai de encontro ao argumento

apresentado por Couldry (2010), sobre a redução do papel do cidadão político, relegando-o para a função de mero consumidor.

Por conseguinte, no âmbito mediático, os modelos maximalistas de participação são vistos por Carpentier (2011, p. 148) como “tentativas socialmente benéficas de melhorar a qualidade democrática do social, sem ficarem cegas para os seus problemas e desafios”, como repercussão nos equilíbrios de poder da sociedade – com a capacidade de empregar poderes generativos e resistentes e o confronto com os poderes restritivos dos cidadãos.

Entretanto, o tal estatuto de produtores de conteúdo tem os seus limites na configuração de formas de participação maximalista, o que gera uma dificuldade de a participação maximalista se materializar na prática. Carpentier (2012, p. 174) problematiza ainda as questões de acesso e de interação dos cidadãos nos *media* que, embora continuem a representar possibilidade de participação e “tenham uma dimensão de poder” intrinsecamente vinculativas, não podem ser equiparados à participação *per se*, por não poderem ser traduzidos, necessariamente, num processo de tomada de decisão pelos cidadãos, em aspectos que envolvam tecnologias, conteúdo, pessoas e políticas organizacionais. Mais adiante, será discutida esta relação entre os processos co-decisórios pelos cidadãos, imbuído no atual paradigma da economia política dos *media*, como sendo uma vertente que limita a noção de participação maximalista (Carpentier, 2011, 2012), demonstrando algumas das reais limitações dos *media*, em linha com espaço, voz e poder para as mudanças sociais.

2.2.2 O ativismo digital no exercício da voz e do poder

Ao se considerar o contexto dos *media* digitais na sociedade, e o papel que estes detêm como espaço de participação política dos cidadãos, tem lugar o que é denominado de ativismo digital. O sociólogo Manuel Castells é uma das principais referências na relação entre meios digitais, a participação e o poder. Para Castells (2007, p. 239), o poder é definido como a “capacidade estrutural de um ator social impor sua vontade sobre outros atores sociais”. Portanto, todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder, sendo que os limites dessas relações são negociados por um processo histórico de dominação e contradominação (Castells, 2007, p. 239). Na obra clássica, *Comunicación y poder*, Castells (2009, p. 42) procura dar resposta à questão: “onde é que reside o poder na sociedade de rede global?”. A partir de muitos casos de estudo e referências importantes sobre o tratamento do poder nas Ciências Sociais, o autor delinea o seu pensamento na direção da comunicação mediada, como sendo a principal fonte de poder

na sociedade atual, e considera a internet como o mecanismo que possibilita o empoderamento dos cidadãos comuns. Ao consubstanciar o seu raciocínio, Castells (2009, p. 80) denomina este poder como parte de um fenómeno que chama de *self-mass communication*, ou “auto comunicação de massa”, que é proporcionado sobretudo pelo surgimento da Web 2.0. O autor espanhol adverte que a internet contemporânea é moldada por um conflito entre as redes globais de negócios multimédia, que tentam modificar a internet, e um público que tenta estabelecer um grau de controlo cidadão das redes e afirmar seu direito à comunicação, como um exercício de contrapoder. Desta forma, a “auto comunicação de massa” permite, segundo o autor, que os indivíduos comuns “vigiem os poderosos” (Castells, 2009, p. 413). Ainda que esta vigilância seja muito mais limitada que a que é feita pelas grandes corporações, que operam em regime de modelos de negócio que resultam na “mercantilização da liberdade”, o “enclausuramento dos bens comuns da comunicação livre e a venda do acesso das pessoas ao mercado global” (Castells, 2009, p. 413). O autor admite que o poder esteja mais voltado para quem tenha mais recursos, tanto financeiros, quanto tecnológicos. Ainda que o poder seja desproporcional entre indivíduos e instituições, Castells (2009, p. 420) mantém o otimismo na internet, quando refere que os cidadãos numa sociedade ligada em rede podem ter todos os tipos de ideias, incluindo as que “desafiam o poder corporativo, desmantelam a autoridade do governo e mudam os fundamentos culturais da nossa civilização crescente e sofrida”.

Castells (2009, p. 300) também argumenta que os movimentos sociais são parte da política insurgente, que ele assume como sendo parte do “processo que visa a mudança política (mudança institucional), na descontinuidade com a lógica embutida nas instituições políticas”. O recurso às redes de comunicação horizontal para a transmissão das suas imagens e mensagens aumenta a possibilidade de promoção das mudanças sociais e políticas – mesmo que partam de uma posição subordinada em relação ao poder institucional, já que atuam de forma simbólica. A partir dos casos que descreve, incluindo o movimento “Zapatista”, no México, Castells (2009) demonstra como os movimentos sociais tentam (re)situar o lugar das práticas sociais e coletivas, e favorecer a emergência de um contrapoder de vozes marginalizadas, que permitem avanços sociais na direção da democracia.

Uma outra contribuição importante para o tema do ativismo digital, é propiciada pelo sociólogo Massimo Di Felice, com a obra intitulada *Net Ativismo: da ação social para o ato conectivo*. O autor descreve o net ativismo como uma ecologia que deriva de ações

colaborativas e sinérgicas entre “pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas” que se expandem reticular e conectivamente (Di Felice, 2017, p. 186). Para ele, o net ativismo potencia a participação política de indivíduos singulares e de grupos minoritários, a nível local e global, quando concretiza, por exemplo, a difusão de conteúdos, de denúncias e de petições. Na conceptualização que apresenta sobre o ativismo digital, ou net ativismo, Di Felice (2017, pp.134-135) traça um percurso histórico de evolução, marcado por três momentos principais: i) inicialmente distinguiu-se por incorporar características que conferiam visibilidade e notoriedade a causas e grupos; ii) em meados nos anos 90 emergiu uma lógica de “conflitualidade atópica”, ocupando diversas territorialidades em simultâneo; e iii) na atualidade, em que se verificam “formas reticulares autónomas e colaborativas de ativismo” (Di Felice, 2017, p. 135).

Explorando ainda o conceito de ativismo digital, importa ainda incluir o conceito do subativismo, alinhado com as premissas não tecnologizantes da participação deste trabalho. Ou seja, defende-se aqui nem todas as pessoas se consideram necessariamente ativistas, nem todas estão dispostas e capazes de mudar os seus contextos, ou sequer creem que a internet seja capaz de possibilitar tal feito, por a considerarem como sendo apenas um meio (Cardoso, 2016; Mascheroni, 2013). Não obstante, entende-se que é possível, de algum modo, utilizar este meio para participar na esfera pública: com manifestações, contestação e/ou reclamação, a partir de pequenos atos imbrincados na vida quotidiana (Bakardjieva, 2009).

Para Maria Bakardjieva (2009), o subativismo é constituído por atos de posicionamento face aos confrontos morais, culturais, em grande escala, mas também relativos às micro interações sociais e conversas do dia-a-dia no meio doméstico, de trabalho e de entretenimento, como por exemplo, o apoio a causas nas redes sociais, presentes nos meios digitais. Estas estão, quase sempre, ligadas às “motivações individuais que têm um quadro de referência político, ético ou ambos, e que permanecem submersas na vida quotidiana” (Bakardjieva, 2009, p. 96).

2.2.3 O híbrido (*online/offline*) no ativismo digital

O surgimento de recursos tecnológicos – que se cruzam com formas mais convencionais de participação política, como são as manifestações e as ocupações de espaços públicos –, tem levado alguns académicos a refletir sobre a forma como a aparente instantaneidade e a onnipresença dos *media* digitais de hoje, podem fazer com

que estes pareçam dispersos num “não lugar” (Postill, 2014, p. 21). Na verdade, refira-se, estes estão vinculados a lugares físicos e são acedidos a partir de diversos lugares, em simultâneo. Ou seja, pelas dinâmicas do ativismo digital, anteriormente descritas, os ativistas digitais declaram não existir fronteiras entre a participação popular *online* e *offline*. Mais especificamente, em Espanha, palco de grandes mobilizações sociais, Postill (2014) debruçou-se sobre o movimento espanhol intitulado “Indignados”, também conhecido por “15 M”. A partir deste caso empírico, o autor concluiu que tanto a internet, como a praça pública foram – são – lugares centrais no imaginário daqueles 15 milhões de espanhóis. Através da aplicação de um inquérito aos ativistas sociais desse movimento, concluiu que “os participantes rejeitam qualquer separação entre as duas esferas *online* e *offline*” Postill (2014, p. 4). Pelo contrário, os ativistas digitais veem estas duas esferas como mutuamente constitutivas, e enfatizam a natureza “horizontal” dos fluxos comunicativos, através da internet e dos espaços “co-presentes”. A partir da experiência com este movimento, Postill (2014, p. 4) sugere que o tipo de protestos que eclodiram na Espanha, e internacionalmente, em 2011, “anunciam a chegada de uma era em que a realidade política é fortemente moldada por conteúdos virais, partilhados tanto por profissionais dos *media*, como por amadores”. O autor apelida este fenómeno de “realidade viral” (Postill, 2014, p. 4).

Tal como Postill (2014), os investigadores Nina Mollerup e Sherief Gaber (2015) advogam que não existe uma fronteira clara entre os meios *online* e o que se faz mundo *offline*. Trabalharam o conceito de emaranhado, ou originalmente denominado “entangled”, para exemplificar esta mescla entre o *online* e o *offline*, após a investigação realizada no Egito, durante a Primavera Árabe. As observações de Mollerup e Gaber (2015) sobre um grupo de ativistas digitais que trabalhavam no escritório Mosireen, no Cairo, demonstram que estes se sentiam envolvidos com todas as dimensões sociais dos protestos que ali decorreram. A partir das vivências diárias com os meios, Mollerup e Gaber (2015) apontam que os *media* digitais são formadores de lugares ou de espaços, pelo que, são constituídos numa lógica relacional a partir dos “emaranhados” de todos os componentes, tanto do ambiente físico, quanto do digital, e estão subordinados aos tipos de atividades em que os indivíduos se envolvem. Os autores focam-se no ponto de vista de que “os mundos virtuais não são distintos de qualquer outro tipo de vida social”. Quando os ativistas se envolvem com os *media*, interagem com uma espécie de “segunda vida” nas suas próprias casas, ao escrever no Twitter, no meio de violentas batalhas de rua, ou ao ler esses *tweets* noutros lugares. “Os seus compromissos com ecrãs e outros

dispositivos dos *media* são, às vezes, tão significativos quanto o compromisso quando estão, presencialmente, naquele ambiente” (Mollerup & Gaber, 2015, p. 54).

A visão destes dois autores, de que não existe uma exata distinção entre o *online* e o *offline*, ajudou a responder uma questão interessante deste trabalho: que relação conseguem os jovens construir entre o *online* e o *offline*, quando o assunto é a participação para promover mudanças sociais? O mesmo se aplica para a compressão sobre a participação política *online-offline* como parte de um único espaço híbrido.

2.2.4 Culturas cívicas e participação no meio digital

Relembra-se a concepção de participação política que se defende nesta tese, e que pressupõe a participação dos jovens na vida política nacional, com o objetivo de influenciar os processos decisórios, de acordo com as suas próprias perspectivas. A partir desta e levando em conta o que forj exposto sobre o ativismo digital, aprofundam-se aqui as motivações e as condições que influenciam o envolvimento dos jovens na vida política, ou seja, de serem partícipes ativos nas decisões que lhes dizem respeito, ou na agência política. Para tal, invoca-se o modelo do investigador sueco Peter Dahlgren das culturas cívicas. Como se verá a seguir, o modelo das culturas cívicas original proposto por Dahlgren (2009), foi mais tarde por ele adaptado às formas de participação digital e às suas componentes ajustadas às mais recentes práticas (Dahlgren, 2011, 2013). Segundo o autor, as culturas cívicas têm como propósito ajudar a esclarecer as condições específicas e necessárias para a participação quotidiana dos cidadãos, oferecendo recursos culturais que lhe servem de suporte (Dahlgren, 2009). Posto isto, importa referir que o modelo das culturas cívicas está centrado na descoberta do que encoraja, ou impede, as pessoas de agirem como cidadãos políticos. Para Dahlgren (2009, pp. 102-103), “a participação dos cidadãos na política não pode ser aplicada no vazio, deve ser sustentada e integrada num meio cultural mais vasto, com relevância para a política”. Além disso, o acesso dos que se encontram no poder, é também um requisito prévio para um envolvimento sustentado por parte dos jovens (Dahlgren 2011, p. 11).

Assim, Dahlgren (2009, p. 103) caracteriza as culturas cívicas como um “circuito integrado de seis dimensões de carácter recíproco”: i) conhecimento; ii) valores); iii) confiança; iv) espaços; v) práticas e competências; e vi) identidades. Aliando estas seis dimensões com a internet, Dahlgren (2011, p. 21) defende que as culturas cívicas “não são apenas vistas como recursos nos quais os cidadãos se podem basear, mas também como algo que estes, através das suas práticas coletivas, ajudam a gerar”. Para Dahlgren

(2011, 2013), o papel da internet assume a sua relevância, pois é através dela que os cidadãos, de qualquer idade, podem potencialmente desenvolver a sua participação, usando e expandindo em especial o seu conhecimento, práticas e identidades. Ao fazê-lo, criam também novas formas de participação, que podem transformar as práticas cívicas *offline* e terem impacto nestas estruturas, com as quais as culturas cívicas estão interligadas. Passa-se, então, a explicar cada uma destas componentes, aplicadas ao contexto do ativismo digital.

Segundo Dahlgren, (2011, p. 21) o conhecimento – e as suas novas formas – baseia-se no facto de que os cidadãos precisam deste “recurso fundamental” para participarem politicamente. Torna-se, portanto, essencial que haja um certo grau de literacia – o que reitera a importância da educação em democracia –, que será o que permitirá que as pessoas possam “compreender o que circula nas esferas públicas, para melhor entenderem o mundo em que vivem”. Reforça ainda que os meios digitais têm um papel fundamental para que os indivíduos adquiram conhecimento cívico (Dahlgren, 2009, 2011, 2013). Por sua vez, os valores chamam a atenção para o facto de que a democracia não funcionará se princípios como a tolerância, a vontade de prosseguir para além de procedimentos democráticos, não estiverem ancorados na vida quotidiana. Transportando este princípio para a internet, pode traduzir-se pela busca de uma melhor ética de comunicação *online*, uma em que haja civilidade, respeito pelas opiniões contrárias, abertura e responsabilidade. Já a confiança – um ideal partilhado nas redes – é uma componente fundamental na ideia de democracia. No ambiente da internet, Dahlgren (2011, p. 23) afirma que o crescimento daquilo a que por vezes se denomina “cultura de rede, são laços de grande extensão, mas socialmente frágeis entre os indivíduos”. Enquanto a confiança cria capacidade de alargar estes vínculos e se configura no “capital democrático”, a desconfiança, pelo contrário, desabilita as redes, inibe e enfraquece a participação.

As três dimensões restantes tratam da importância dos espaços, práticas e identidades. Os espaços – contextos comunicativos da ação – são o lugar onde os *media* se incluem e, de acordo com Dahlgren (2011, p. 23), a participação cidadã requer espaços comunicativos nas esferas públicas. A internet, representa, assim, uma oportunidade de realizar ligações *online* e *offline*, aumentando a eficácia da participação entre os cidadãos, sobretudo entre os mais jovens. Por sua vez, as práticas – ação e competências incorporadas –, estão relacionadas com o facto de que “uma democracia viável tem de estar ancorada em práticas concretas e recorrentes, sejam estas individuais, de grupo ou coletivas” (Dahlgren, 2011, p. 23). Mais especificamente para os cidadãos jovens, as

diversas práticas propiciadas pela internet, desde a comunicação individual e a comunicação horizontal em grupo, aumentam, drasticamente o repertório da ação cívica. Alguns exemplos comuns, que fazem parte do universo organizacional, incluem: convocar reuniões, organizar, dar *feedback*, recrutar apoios, distribuir tarefas, gerir, etc. Finalmente, as identidades – agentes coletivos fortalecidos – transmitem força aos indivíduos, de modo a que estes sintam que podem participar na democracia como uma pré-condição para a ação. “Os indivíduos sentem que, agrupados e organizados com outros, podem ter algum tipo de impacto na vida política” (Dahlgren, 2011, p. 23). O autor refere ainda que este é o elemento que mais influencia a ação participativa, pois está ancorado no sentido de cidadania como agência cívica, ou seja, na capacidade que um indivíduo tem de tomar decisões e de atuar de acordo com a sua identidade (Dahlgren, 2011).

Em linha com as culturas cívicas propostas por Dahlgren (2009), a investigadora portuguesa Maria José Brites dedicou-se a perceber qual o papel das notícias na construção da participação, cívica e política, ao longo do tempo. A partir de um trabalho longitudinal que envolveu inicialmente 35 jovens, a investigadora defende que a internet confere um certo sentido de empoderamento aos jovens, “mesmo quando praticamente só se limitam a usar o meio para conversar e para divertimento ou quando identificam interações como importantes formas de participação” (Brites, 2015, p. 196). Com este estudo a autora concluiu que, ao participarem politicamente nos seus contextos, este empoderamento é “não apenas simbólico, mas também efetivo” (Brites, 2015, p. 200). Esta efetividade do empoderamento dos jovens pelos meios digitais foi igualmente exemplificada, alguns anos mais tarde, com o caso de estudo “RadioActive”, um programa Europeu de rádio digital focado no público jovem, em que se aprofundaram estas conclusões, e se sublinha a importância da literacia mediática como parte do processo de empoderamento daqueles jovens, pela ampliação das suas capacidades (Brites, Jorge et al., 2014; Brites, Santos et al., 2017). Com o caso “RadioActive”, estes autores perceberam que o empoderamento advindo da experiência digital em rádio, favoreceu a ampliação das capacidades dos jovens, tanto na expressão pessoal, quanto nas suas habilidades de projetar identidades em espaços coletivos, e de serem agentes da mudança social.

2.2.4.1 Jovens LGBT, internet e participação

Importa agora revelar a relevância que a internet, através das redes sociais, pode representar para grupos minoritários específicos, como é o caso das lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros, no sentido de propiciar um espaço seguro para expressão, por parte deste grupo de jovens. Alguns estudos reforçam o papel da internet em promover e em manter comunidades indenitárias em que estes jovens se sentem não apenas reconhecidos, como também mais aptos a participarem civicamente (Banaji & Buckingham, 2013, Cardoso, 2016). No estudo em que se relacionam os jovens LGBT, com as culturas cívicas e a participação, Cardoso demonstra como os novos *media* contribuem para minorar a violência simbólica contra estes jovens de formas distintas. A internet pode ajudar a reafirmar as suas identidades sexuais, individualmente e em grupo, mas também pode auxiliar na “aquisição de novas competências e conhecimentos e sua posterior transmissão, já que estes jovens não são meros elementos passivos sobre os quais agem sistemas de poder macrossociais” (2016, p. 267). Este último aspecto converge com a questão das literacias críticas, na medida em que as práticas de ativismo digital permitem aos jovens LGBT sentirem-se empoderados, pela vantagem de adquirirem informação, produzirem conhecimento e pela capacidade para mobilizar e ajudar os seus pares em situação de opressão. Algumas conclusões desde estudo evidenciam estas vantagens para os jovens LGBT, que se sentem em vantagem por colmatar lacunas de conhecimento, e de contar com a internet para construir uma parte da sua personalidade, tendo aí um impacto fulcral, que os habilita na sua percepção enquanto sujeitos ativos, no sentido de serem socialmente mais engajados.

Mais ainda, no que diz respeito à discriminação sofrida por este grupo, o ativismo digital demonstrou a capacidade de minimizar a ligação entre a invisibilidade e o isolamento social, considerando-se intrínseca a relação entre estes dois fenómenos. “Se não existe visibilidade para uma determinada experiência, as pessoas que passam por esse posicionamento terão menos segurança para falar e, portanto, para quebrar esse mesmo isolamento social”, aponta Cardoso (2016, p. 273). O autor sugere ainda que a participação online permitiu a estes jovens romper como o isolamento social, geográfico, identitário e corporal (Cardoso, 2016).

Contudo, e ainda como parte deste estudo, é importante referir que as relações nas redes digitais não fazem com que se prescinda das relações presenciais, são antes um ponto extra, revelando-se tanto mais importante, quanto menos recursos relacionais estejam disponíveis para estes jovens. Mais ainda, os jovens detectaram alguns desafios

advindos da participação cívica através da internet. De entre eles, um determinado esforço em criar espaços úteis à discussão de temas fortes e sensíveis, como o da sexualidade e a resistência. Para alguns destes jovens, o debate é “estéril”, reflete-se na inevitabilidade e até num afastamento da sociedade, quando se procura abordar estes temas. Outras experiências negativas relatadas pelos jovens no meio digital têm que ver com a hostilidade e a discriminação, que criam um encargo adicional para os jovens, no que toca à gestão das suas visibilidades e fragilidades, especialmente para os que pertencem a minorias discriminadas também neste meio. Sobre isto, Cardoso (2016), referencia que o sentimento de saturação destes jovens, que tendem a conciliar as suas atividades escolares com o ativismo LGBT, acabam, por vezes, por resultar num afastamento das formas mais estruturais de ativismo online.

Até este ponto da revisão da literatura acerca da participação, foram expostos os argumentos que possam consubstanciar a futura análise do que significa a participação em linha com a mudança social, a relação entre os jovens, a participação e as motivações, e de que forma o meio digital pode representar uma mais valia para a participação política dos jovens brasileiros. A partir dos próximos tópicos e subtópicos, observa-se o papel dos meios digitais focando os argumentos que enfatizam a sua eficácia, quando não a depõe, sendo que o que está em causa é o empoderamento e a cidadania, em concordância com o que se defende neste trabalho.

2.2.5 Entre o digital e o empoderamento das vozes: o desafio institucional

No âmbito da relação entre os *media* digitais e as dinâmicas poder dominante, explorado nesta tese, é válido problematizar a diferença entre a participação nos *media* e através dos *media*. Para Dahlgren (2013), a primeira forma implica fazer uso dos *media* e também de ser ativo na criação de conteúdo; já a segunda alude sobretudo ao uso numa perspectiva passiva, com total controlo pelas instituições que regem os *media*. Concluindo este argumento, Dahlgren (2013, p. 23) admite que os *media* nunca assumem uma posição neutra na sociedade e alerta que “quando as dinâmicas de mercado são vistas como a força mais democrática na sociedade, as oportunidades para uma participação significativa sofrem uma erosão”. Por essa razão, o autor argumenta que, por mais que os fóruns *online*, ou o próprio Facebook, possam ser vistos como meios de participação, vão além da fase de expressar vozes e de criar uma determinada opinião. O autor indica ainda que algumas esferas *online* podem ser consideradas “fracas”, no sentido de favorecer processos de tomada de decisão, seja porque os processos decisórios têm características

distintas, ou porque os diversos mecanismos responsáveis por exclusão destas vozes – relacionados com desequilíbrios de poder que já foram aqui sinalizados – “podem deter o impacto que as opiniões podem ou devem ter em processos decisórios” (Dahlgren, 2013, p. 19).

É por aceitar, igualmente, a relativização do meio digital na eficácia de processos participativos, que se conjuga com os atuais argumentos favoráveis à internet, uma corrente mais recente, cujos argumentos estão ligados às limitações deste meio associado à opinião dos jovens. De entre esses argumentos, leva-se em consideração também o espectro da CpDMS em plataformas de participação política, e que se focam nas dissonâncias da relação entre produtores e consumidores de conteúdos, como foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Como parte do enquadramento teórico que reflete o desafio dos *media* digitais para empoderar vozes, serão abordados argumentos que advêm das conclusões de estudos realizados no âmbito de programas institucionais, como Livingstone (2007), Banaji (2011), Banaji, Livingstone, Nandi e Stoilova (2017) e Tufte (2017).

O primeiro estudo referenciado, de Sonia Livingstone (2007), foi realizado com 18 jovens ingleses, que usam a plataforma de participação política Epal¹⁵, e cujas conclusões criticam a promessa de que a internet por si só, motiva a participação *online* dos jovens. No mesmo estudo são apontados alguns desafios comunicativos, no esforço para os atingir, e que partem sobretudo dos produtores de conteúdo, que é tratada por Livingstone (2007, p. 180) como um “monólogo”, no qual os produtores explicaram entusiasticamente a sua ambição de fornecer um recurso experimental e flexível, para consultar e envolver os jovens, mas que, na prática, estão descontextualizados e “precisam de se envolver com os jovens de forma participativa”.

O segundo estudo indicado diz respeito ao projeto europeu “CivicWeb: Jovens, Internet e participação cívica”, cujo foco foi desconstruir a retórica em torno da chamada geração de nativos digitais, e perceber as formas de exclusões cívicas e as desvantagens que podem advir para certos grupos de jovens, que são considerados livres, habilitados e ativos *online*. Banaji (2011) sugere que o facto de alguns jovens poderem usar a internet e as ferramentas da web – como *wikis*, *podcasts*, *blogs*, *sites* de partilha de arquivos e *software* específico para socializar –, recolher informações, ou para, simplesmente, se entreterem, não implica que estes jovens estejam motivados para usar estas mesmas

¹⁵ Disponível em <http://www.epal.tv/>

ferramentas para deliberação e intervenção cívica ou política. As descobertas feitas no âmbito do projeto “CivicWeb”, sugerem que a internet pode ser uma ferramenta valiosa para os jovens que já estão engajados em atividades cívicas ou políticas, mas não será, necessariamente, o meio mais eficaz de engajar todos os jovens que estão atualmente desprendidos e/ou excluídos. Ou como o autor resume: “diferentes meios são exigidos para diferentes jovens. Existe o perigo de que a ‘fetichização’ de tecnologias de ponta por organizações cívicas possa reforçar as desigualdades sociais” (Banaji, 2011, p. 12).

No terceiro estudo intercalam-se os *medias* digitais e a CpDMS, em que Banaji et al. (2017) partem da premissa em que nos países em desenvolvimento existe a crença de que os *media* digitais, no âmbito CpDMS, atuam “como facilitadoras da equidade e da participação”, tendo poderes benéficos que corrigirão a desigualdade social e de género, assentes nas questões do desenvolvimento, mas que “muitas vezes não o fazem” (Banaji et al., 2017, p. 433). Os autores concluem que, tal ineficiência, tem como consequência “a perpetuação das hierarquias de poder relacionadas com questões de género e idade dos jovens” (Banaji et al, 2017, p. 441).

Finalmente, é oportuno apresentar uma abordagem crítica do caso U-Report, na perspectiva do impacto relacionado com as mudanças sociais, no estudo conduzido pelo investigador Thomas Tufte (2017). Para o efeito, relevam-se aqui algumas questões que o autor coloca, e que são pertinentes para este trabalho. Acerca das motivações para participação política, Tufte (2017, p. 159) questiona “em que medida um jovem ao usar um telemóvel se sente visto, ouvido e, em última análise, com poderes para tomar decisões informadas na vida, e para agir em conformidade com as campanhas do U-Report”.

Em relação à representatividade dos jovens na arena política, relacionada com a função de *advocacy* do UNICEF, Tufte (2017, p. 159) questiona: “que vozes contam? Qual é o perfil daqueles que respondem?”. O autor deixa, igualmente, outras questões de aprofundamento: “quem tem o poder de influenciar o que tem potencial para criar uma componente de relevância na agenda nacional?”. Os inquéritos foram aplicados por organizações com as quais o UNICEF colabora, em que se questiona: “isto é satisfatório? É participativo? É dirigido pelos cidadãos?”. Por fim, em relação à participação via U-Report e às mudanças sociais, Tufte (2017, p. 159) faz uma série de outras questões: “como é que os SMS estão relacionados com a mudança social? Que atividades e que debates são, de facto, desencadeados?”.

Diante da apresentação destes casos centrados em volta das tecnologias e da participação, convém recordar uma afirmação de Lance Bennett: “há necessidade de cautela e considerável criatividade em pensar sobre a implementação de abordagens mais criativas para envolver os jovens na comunicação uns com os outros sobre preocupações políticas reais” (Bennett, 2008, p. 17). Destaca-se ainda uma questão desafiadora colocada pelo autor: “como integrar o melhor dos dois mundos, o social e o público, com os jovens *online*?” (Bennett, 2008, p. 10). Bennett sugere que “envolve diferentes tipos de aprendizagem para políticos, educadores e terceiro setor” (2008, p. 11). Segundo Banaji et al. (2018, p. 441) é preciso “um repensar radical acerca das questões que envolvem juventude, *media* e desenvolvimento à luz das experiências, lutas e contextos reais”. Tudo isto sugere que o papel dos *media* digitais precisa ser avaliado criticamente, ao invés de ser assumido, necessariamente, como uma solução.

A seguir, será aprofundada a discussão em torno da relativização dos *media* digitais, no que diz respeito à conexão com as mudanças sociais e que será útil para a análise do caso dos jovens brasileiros.

2.2.6 Menos espaço e voz no meio digital

Neste subtópico são apresentados alguns argumentos de autores de uma corrente teórica denominada “tecno-realista (Comunello & Anzera, 2012, p. 463), em que se advoga que os novos *media* não são apenas insuficientes e ineficazes para a participação política, mas que também podem ser contrários à ideia de mudanças sociais na ótica dos cidadãos. Estes argumentos incorporam o domínio da economia política dos *media*, cujo foco recai sobre questões éticas que congregam os mecanismos de vigilância, controle, desinformação e a cultura do ódio pelas *fake news*, e os “filtro-bolhas” (algoritmos), frequentemente relacionados com a limitação de processos dialógicos, de uma maior capacidade crítica e da inclusão de grupos plurais e divergentes (Gladwell 2010; Mansell, 2010; Morozov, 2009; 2011a; 2011b; Pilkington 2011). Neste conjunto de argumentos, estão intrínsecas as relações entre a abundância de espaço que os *media* digitais proporcionam e as dinâmicas de poder que condicionam que vozes podem ecoar, bem como as narrativas e os comportamentos dominantes.

Acerca disto, Mansell (2010, p.13) lembra que não se pode afirmar que “a inovação nas TIC favorece inevitavelmente a descentralização, o nivelamento da hierarquia ou o empoderamento automático dos seres humanos”. De tal forma que, os estudos que privilegiam a análise do poder político e económico, às vezes, negligenciam a agência

dos indivíduos. De modo complementar, a ideia de que a comunicação feita nos meios digitais favorece os oprimidos, e não os opressores, e de que esta fomenta processos participativos é, para o autor bielorusso Evgeni Morozov, parte daquilo que denomina de "cyber-utopia". Nas suas próprias palavras define-a como uma “crença ingénua na natureza emancipatória da comunicação *online*, que repousa sobre uma recusa obstinada das pessoas em reconhecer o seu lado negativo” (Morozov, 2009, p. 2). Na opinião deste autor, os *cyber-utopistas* apostam que a internet é benéfica, tanto para os governos democraticamente eleitos, quanto para o contexto de governos autoritários, na medida em que os novos *media* geram formas de revitalizar os seus espaços públicos, quando, na verdade, não os criam.

Relativamente ao net ativismo, Morozov (2011a, p. 218) argumenta que a disponibilidade de ferramentas para o ativismo *online* “é contraproducente, pois foi concebido pelo sistema neoliberal em vigor, para distrair os ativistas das formas de envolvimento necessárias para alcançarem uma mudança política significativa, ou mesmo para influenciar processos democráticos”. Para Morozov (2011a), a ação conectiva constitui uma ameaça ao ativismo convencional fora das redes, pois a proposta cria uma ilusão de ação coletiva coordenada pelos cidadãos, o que, de facto, não parece concretizar-se. Da mesma forma, esta ação conectiva é igualmente reducionista, quando reduz o ativismo às formas de engajamento meramente simbólicas, ou sem efetividade, pois não se toca nas questões de raiz que possibilitam a participação, como as dinâmicas de poder e os fatores que facilitam o empoderamento (Morozov, 2011b).

2.2.7 Rastos vigiados, prisão em bolhas e notícias falsas: a economia política dos *media*

O desequilíbrio das dinâmicas de poder alicerça-se em mecanismos de vigilância e de controlo da privacidade individual, levada a cabo por organizações e pelo Estado (Lyon, 2010). Para o autor, quer a vigilância, quer a privacidade, tornaram-se mais importantes à medida que as chamadas sociedades da informação se desenvolvem desde a década de 1970. Assim, as TIC estão implicadas centralmente nesses desenvolvimentos porque o “seu estabelecimento pode ser estimulado por essas tecnologias, que podem ser aproveitadas para adicionar energia aos sistemas de vigilância” (Lyon, 2010, p. 117). Ao mesmo tempo, Lyon, (2010) nota que a vigilância cresce por causa de certas prioridades económicas e políticas, e por causa do surgimento de contextos culturais, sobretudo no pós-11 de setembro, nos quais a revelação não é apenas aceitável, mas é, por vezes,

positivamente valorizada e procurada. Lyon (2001) avança para as repercussões dos aparatos da vigilância digital, das quais se destacam os dilemas da ética e dos direitos humanos, quando se transcende o domínio da privacidade. Existe uma falta de transparência e de responsabilização das instituições, tanto públicas, quanto privadas, que têm capacidades de vigilância crescentes, a ponto de os indivíduos e grupos terem dificuldade em descobrir o que acontece com as suas informações pessoais, quem as manipula, quando e com que finalidade. O que tem implicações nas limitações de escolha, poder e empoderamento, sobretudo pelas minorias étnicas e socioeconómicas (Lyon, 2001).

Estes argumentos sobre os mecanismos de vigilância da internet encontram eco no projeto da prisão perfeita, o panóptico, descrito pelos britânicos do século XIX, e pelo filósofo Michel Foucault (1999), para quem o panóptico, tinha como objetivo exercer controlo sobre o comportamento dos prisioneiros, de forma a atuar como poder disciplinar, nunca deixando os prisioneiros saberem como e se estavam a ser vigiados. Assim, no *panoptismo*, há uma disciplina-mecanismo, ou um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder, tornando-o mais subtil e mais eficaz. No fundo, segundo descreve Foucault (1999, p. 173), “um esquema disciplinar de exceção progressiva dos dispositivos de disciplina” ao longo dos séculos XVII e XVIII, com multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar, de “sociedade disciplinar”.

De acordo com Foucault (1999), portanto, no âmbito do mecanismo de vigiar e punir “a disciplina não se pode identificar com uma instituição, nem com um aparelho; ela própria é um tipo de poder e uma tecnologia” (Foucault, 1999, p. 177). Ou, ainda pelo próprio autor: “a vigilância torna-se um operador económico decisivo, na medida em que é, ao mesmo tempo, uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (Foucault, 1999, p. 53).

Por sua vez, os mecanismos de vigilância têm repercussão nos “rastos digitais” (Bruno, 2012, p. 683), que todos deixam na rede, e também no que na literatura aparece apelidado como *bubble filter*, ou “filtros bolha” (Bruno, 2012; Fava, 2015; Sastre et al., 2018; Pariser, 2011). Acerca do efeito filtro bolha, Pariser (2011) esclarece que é um conceito utilizado para denominar a ação dos algoritmos, como filtros no ambiente virtual, que atuam como motores de previsão, que influenciam e direcionam o acesso de conteúdo, baseado no perfil e hábitos de consumo do usuário, oferecendo a sensação de eficiência na busca de ideias e informações, mas que restringem a forma como uma

pesquisa é realizada. Branco (2017), por sua vez, vê este processo como um enclausuramento silencioso, através do qual o utilizador da rede recebe indefinidamente conteúdo postado pelos seus amigos e conhecidos, com quem já detém afinidade ideológica. Dessa forma, fica-se menos sujeito a críticas e opiniões contraditórias, limitando, assim, a gama de informações que recebe, percebendo menos a diversidade e estando mais predisposto a acreditar em notícias falsas.

Por sua vez, para Fava (2015) a questão incômoda do filtro bolha reside no facto de que, a cada clique, há uma categorização que a máquina vai impor para enquadrar os utilizadores, criando a lógica “você é o que você clica” (Fava, 2015 p. 5), quando, na realidade, os processos de inteligência artificial criados por algoritmos guiam, sugerem e escolhem caminhos para o utilizador. É desta forma que, a partir da categorização das pessoas, é criada uma dinâmica através da qual só é possível agrupar dados semelhantes, familiares e confortáveis – o efeito de bolha – e pela qual a publicidade pode atuar, a partir de mecanismos de segmentação. Não esquecendo que, no meio digital, “toda a ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifónico arquivo das nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões, etc.” (Bruno, 2012, p. 684).

Numa outra perspectiva, para Buckingham (2019, p. 219) o filtro bolha ou, o “efeito de câmara de eco”, atrai a atenção na medida em que “podemos facilmente filtrar coisas de que não gostamos, ou com as quais não concordamos e, assim, permanecemos num mundo confortável, onde tudo parece confirmar a nossa visão de mundo existente”. Refira-se ainda que há estudos que sugerem que as pessoas querem permanecer em tais bolhas.

Sobre as *fake news*, ou as notícias falsas, White (2017) aponta, no *website* Ethical Journalism Network¹⁶, que estas se caracterizam por “uma informação deliberadamente fabricada e publicada com a intenção de enganar os outros com falsidades, ou para que estes duvidem de factos verificáveis”. Opinião semelhante tem Buckingham (2019, p. 2014) quando refere que as *fake news*, ou notícias falsas, são as “fabricadas e deliberadamente destinadas a enganar”, e que não são “de forma alguma um fenómeno isolado”. São, antes, parte de um sintoma de tendências muito mais amplas da economia dos *media* e da política, que partem do objetivo de desinformar os cidadãos como estratégia de “manipular o debate público” (Buckingham, 2019, p. 215), assim como de

¹⁶ Disponível em <https://ethicaljournalismnetwork.org/fake-news-bad-journalism-digital-age>

controlar a tomada de decisões (Morozov, 2017). Como Morozov (2017) argumenta, as *fake news* existem para alimentar o modelo de negócios da publicidade digital, em que cliques valem dinheiro, e alavancar e assegurar a permanência da audiência através de factos sensacionalistas, é um recurso comumente utilizado. Com efeito, a disseminação massiva de notícias falsas foi identificada como um grande risco, capaz de ameaçar as democracias (Buckingham, 2019; Morozov, 2017; Shao et al., 2017). Estes autores apontam que *robots* digitais, ou *bots*, desempenham um papel fundamental na disseminação de notícias falsas, e que os humanos são vulneráveis a essa manipulação. Para suportar esta tese, aludem aos fenómenos mais recentes, como o caso das eleições de Donald Trump nos Estados Unidos e o episódio do *Brexit*.

Tendo em conta o que foi exposto, pode assumir-se que, o debate sobre notícias falsas e sobre as bolhas, pode ser visto como uma nova deflação da internet, a partir da ideia de que a tecnologia em rede “levaria a um florescimento da participação cívica e da política democrática” (Buckingham, 2019, p. 213) e de que ambas confirmam um sintoma da crescente polarização política e da diminuição da confiança na autoridade pública, de forma muito mais ampla (Bruno, 2012). Mais ainda, tal como é apontado num documento da UNESCO (Ireton & Posetti, 2019, p. 10), as notícias falsas e o mecanismo das bolhas constituirão um cenário em que as pessoas provavelmente “acreditarão em qualquer conteúdo aprovado pelas redes sociais e que se assemelhe aos seus sentimentos, mas deixam de lado o envolvimento racional”, como por exemplo os impactos negativos nas áreas da saúde, ciência, ou mesmo compreensão intercultural.

Este conjunto de argumentos tornou-se relevante para percebermos igualmente de onde advém a insatisfação dos jovens na sua interação com os meios digitais, que estão ligados a fatores como o controlo e a vigilância. O mecanismo disciplinar de vigiar e punir de Foucault (1999), em conjunto com as análises contemporâneas aqui expostas, clarificaram algumas das questões sobre a contradição da ideia de internet como meio de participação política e de empoderamento que serão trazidas para a análise, de entre as quais, se destacam: os jovens sentem-se necessariamente livres para tratar de assuntos do seu interesse nas redes? E o que é que isso implica para as suas práticas participativas? Como é que os jovens percebem a influência das notícias falsas, ou *fake news*, nas suas dinâmicas de informação e de engajamento? E finalmente, até que ponto concebem as tecnologias de comunicação e informação como formas de participação, que viabilizam as mudanças sociais?

2.2.8 Meios digitais e a falta compromisso político

Uma análise aos programas de inserção digital para a participação política da organização “Making Voices Count”, feita por um grupo de investigadores (Edwards et al., 2018; Herringshaw, 2018), apresentou conclusões importantes sobre o seu impacto, bem como as condições necessárias ao mesmo, que são pertinentes para a análise do objeto empírico deste trabalho, conjuntamente com o contexto brasileiro, de que trataremos a seguir.

No estudo de Edwards et al. (2018), há evidências de que a criação de mais e mais espaços virtuais sugere que os locais de deliberação e do debate público estão a proliferar. Uma destas evidências é de que a participação política por meio das tecnologias digitais tem criado novos espaços, ou canais de engajamento, entre cidadãos mobilizados e atores estatais. Destaca-se que, para alguns funcionários públicos, as novas tecnologias proporcionaram uma maior consciencialização sobre as experiências e as prioridades quotidianas dos cidadãos, e que alguns as adotaram como formas para se conectarem melhor e tornando possível que estes contactem com os cidadãos de uma forma menos burocratizada. Similarmente, aponta-se que as tecnologias têm o potencial de capacitar os cidadãos para reivindicarem mais responsabilidade no setor público, aumentando a consciencialização sobre os seus direitos, fortalecendo a agência dos indivíduos através da experiência de exercer a sua voz (Edwards et al., 2018).

No entanto, os autores alertam que esta percepção pode ser relativa, e até mesmo “ilusória”, pois em muitos dos contextos dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, vive-se um cenário de estreitamento ou de fechamento sistemático, liderado pelo Estado, dos espaços reais para a ação cívica e a organização da sociedade civil. Este fenómeno estaria relacionado com o que os autores referem como “*fear factor*” (Edwards et al, 2018, p. 15), ou medo do Estado em confrontar as demandas da sociedade civil, e por uma desconfiança generalizada desta última nos seus representantes e na capacidade de atuação em seu favor. Edwards et al. (2018, p. 15) também concluem que os espaços *online* não podem substituir os meios de comunicação independentes e vibrantes, atuando como verificadores e contrapesos públicos, sobre os possíveis excessos do Estado, nem como contrapartidas legais e judiciais formalmente estabelecidas.

As avaliações da experiência em inúmeros casos de estudo, como por exemplo, de Herringshaw (2018), mostram que, em termos de processos de mudanças sociais, o utilizador considera o uso das TIC como inerentemente transformadora, ou seja, há lugar a processos em que os cidadãos afetam a governança como co-criadores e modeladores,

e não apenas escolhendo o que lhes é oferecido, ou participando com opiniões, mas mudando as regras, definindo a agenda pública, e alterando o equilíbrio das dinâmicas de poder. Herringshaw conclui que as hipóteses de promover mudanças com caráter transformador “são maiores quando os cidadãos têm um controlo mais direto sobre os resultados, e mais processos *online* e *offline* são misturados e usados de maneira a promover contribuições, deliberações e respostas coletivas, e não individualizadas” (2018, p. 4).

O que as análises de Herringshaw, (2018, p. 4) e de Edwards et al. (2018, p. 15) demonstram é que o fortalecimento da voz do cidadão através das plataformas tecnológicas, parece não melhorar a capacidade de resposta do governo, a menos que os atores do governo já estejam motivados a responder às demandas dos cidadãos. As tecnologias trabalham apenas para aumentar a capacidade de intervenção dos cidadãos nas políticas públicas, onde essa disposição de abertura e de resposta aos cidadãos já exista (Edwards et al, 2018, p. 15). Por outras palavras, as TIC não parecem ser inerentemente geradoras de mudanças sociais. São, pelo contrário, reflexivas, que possibilitam ou ampliam as agendas políticas e os níveis de compromisso já existentes e, portanto, não funcionam em termos de trazer, realmente, respostas para os cidadãos.

2.3 Síntese conceptual

Até esta parte da revisão literária, o foco esteve centrado na conceptualização da participação e do papel dos *media* digitais em processos participativos. Dos pontos-chave sobre a participação, a serem levados em conta na análise do objeto empírico brasileiro, destaca-se a noção de participação maximalista (Carpentier, 2011) e mais alargada na dimensão do político, que ultrapassa as instituições formalmente constituídas e atinge uma maior abrangência social (Mouffe, 2005), que deriva de conflitos das relações sociais ligados aos antagonismos coletivos, aos interesses distintos e às discussões generalizadas, realizadas no seio da democracia (Dahlgren, 2013). Complementarmente, destaca-se ainda que participar não é apenas ter voz, mas fazer valer o seu poder (Couldry, 2010). Ou seja, a participação visa influenciar a ação do governo, em favor dos cidadãos, seja diretamente, ao afectar a formulação ou implementação de políticas públicas, ou indiretamente, ao manipular a escolha dos responsáveis por tais políticas (Cantoni (2017).

Neste sentido, a vertente de participação maximalista, com ênfase na participação política, inclui a participação cívica, e serve tanto para designar as formas mais

convencionais de envolvimento destes cidadãos em assuntos de interesse público – tome-se como exemplo o voto e a afiliação partidária –, quanto as menos convencionais, como são os grupos de discussão política *online*, o ativismo digital, o voluntariado, os coletivos culturais e as manifestações de rua (Abramo & Branco, 2005; Carrano, 2012; Gohn, 2018; Noaves, 2014; Souto, 2016).

No que toca aos meios digitais relacionados com a participação, ao analisar o trinómio espaço-voz-poder, descortinaram-se três tendências: as mais otimistas, as mais cautelosas e as mais pessimistas. Como já foi antecipado, este trabalho afasta-se de uma visão tecnologizante da participação, por se entender que os meios digitais podem ser facilitadores de espaço e da voz, mas que são limitados quanto à efetivação do empoderamento dos cidadãos, relacionados com o reconhecimento dos seus direitos, em linha com que o que foi defendido no capítulo anterior. As *fake news*, “bolhas” e discursos de ódio são alguns dos exemplos trazidos aqui, e que demonstram algumas destas limitações. Mais ainda, o medo do Estado em considerar e agir a partir das demandas da sociedade, levando ao descompromisso dos políticos com os cidadãos, parecem não reagir às interações entre cidadãos e os seus representantes nos meios digitais (Edwards et al, 2018).

Na segunda e última parte deste capítulo, o contexto brasileiro será observado a partir da juventude e do panorama político, em que se procurará informar sobre as condições que habilitam, ou não, os processos participativos.

Parte 2

2.4 Os jovens brasileiros e a participação na vida política

“Juventude é apenas uma palavra”. (Bourdieu, 1983)

A participação dos jovens na vida política brasileira é ainda um tema sem uma expressiva visibilidade na arena política e dos *media* de massa (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020). Asusme, porém, uma extrema relevância, pois a participação política dos jovens remete para a problematização a respeito do futuro da democracia e do desenvolvimento das sociedades (Novaes & Vital, 2005). A preocupação com os jovens remete para o futuro da sociedade pois, em última instância, serão os jovens que delinearão a continuidade ou a mudança na sociedade, a partir da sua influência junto de outros indivíduos e junto das instituições.

No Brasil convencionou-se chamar juventude a um grupo de indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Este intervalo etário está presente em todos os marcos legais ligados à Política Nacional de Juventude, reafirmada pelo Estatuto da Juventude¹⁷ (Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013). Em 2015, esta faixa etária representava um quarto da população brasileira, ou seja, cerca de 48,5 milhões de pessoas, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 (Neto, 2018).

Porém, a juventude também pode ser vista para além do enfoque geracional, isto é, por uma mera definição de faixa etária. Ainda que uma das correntes teóricas da sociologia da juventude se baseie no aspecto “unitário da juventude na qual esta é uma fase da vida” (Pais, 1993, p. 38), a citação do filósofo Pierre Bourdieu – no início deste tópico – e que intitula uma de suas obras, chama para a reflexão sobre o que mais está por detrás do conceito de “juventude”. Ultrapassando uma visão geracional estática, homogênea, “adultocêntrica e maniqueísta” (Mesquita et al., 2016, p. 290), Bourdieu (1983) reforça que a juventude é mais fácil de ser compreendida quando nos focamos numa perspectiva dinâmica, em que um grupo de indivíduos está em constante construção social e histórica. Baseada nesta premissa, Ribeiro et al. (2005, pp. 7-8) dedicaram-se a definir o jovem a partir das suas dimensões diversas: “biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, económicas dentre outras que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil”. Mais ainda, os autores reconhecem a importância de que os jovens se possam distinguir e identificar em muitas outras dimensões, como por exemplo, “género, cor da pele, classe, local de moradia, quotidianos e projetos de futuro”. De facto, estas dimensões é que criam as bases para haja uma visão plural da juventude, ou a existência de juventudes. Este termo está presente nos trabalhos de alguns autores que se debruçam sobre a temática juvenil, como Abramo, 2016; Carrano, 2008; Mesquita et al., 2016; Ribeiro et al., 2005. A ideia de “juventudes” está também presente nos estudos de Dayrell (2005) e de Abramo e Branco (2005), que defendem que “ser jovem” significa tanto uma condição social, como um tipo de representação que não mais diz respeito apenas a uma determinada fase da vida, tendo, assim, nuances singulares perante o conjunto das experiências vivenciadas pelos jovens em diferentes contextos. Foi

¹⁷ O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE foi sancionado em agosto de 2013. Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e os 29 anos. Aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente sancionado em julho de 1990. Consultar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

sobretudo por tratar os jovens de forma contextualizada que termo “juventudes” foi adotado neste trabalho, pois, na prática, esta visão possibilita englobar os diversos sentidos de “ser jovem” relativamente às suas percepções de realidade e expressões participativas no Brasil.

Como já foi avançado na primeira parte deste capítulo, consideraram-se como formas de participação desde as mais convencionais – com o voto, a associação a instituições e a militância em movimentos sociais –, até aos chamados novos movimentos sociais – como os coletivos e as “organizações movimentalistas” (Gohn, 2018, p. 124).

Na análise serão examinados diversos estudos empíricos brasileiros, através dos quais se procuram responder algumas questões-chave sobre os jovens e as dinâmicas participativas: quais são as preocupações mais comuns entre os jovens? Qual é o perfil dos jovens brasileiros que têm participado mais ativamente da política? O que os motiva? Como participam na atualidade?

A partir destas questões, começa-se por identificar as nuances das juventudes para melhor as compreender pois, como lembra Castro (2008, p. 253), a participação política dos jovens “não se faz no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam as marcas singulares da sua história e as dificuldades específicas do seu presente”. Portanto, observar as repercussões das desigualdades sociais no Brasil sobre o jovem, é revelar e compreender as suas motivações para participar na política. Ou, posto numa questão inspirada no trabalho de Castro (2008): como será que estes jovens se reconhecem como parte de uma sociedade tão desigual, e como se vêm implicados nos destinos desta mesma sociedade?

2.4.1 As desigualdades entre os desiguais: o mal-estar dos jovens brasileiros

A partir das percepções de estudo com jovens, numa análise conduzida por Abramo (2016, p. 113), a autora refere que os jovens admitem estar “longe de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e incluídos ativamente no processo democrático no Brasil”. Complementarmente, o trabalho empírico de Novaes (2014) divulgado no Observatório da Juventude¹⁸ é ainda mais específico quando expõe os três grandes medos dos jovens, em particular, aqueles em situação de risco: i) “o medo de sobrar”¹⁹ por causa do desemprego; ii) “o medo de ficar desconectado” num mundo conectado e marcado pelas

¹⁸ O Observatório da Juventude é uma iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁹ Expressão brasileira popular entre os jovens que equivale a ser excluído ou estar de fora de um grupo, processo ou oportunidade.

novas tecnologias; e iii) “o medo de morrer” precocemente e de forma violenta. De facto, o agravamento das condições de vida de ampla maioria da população jovem brasileira – em especial nos sectores mais vulneráveis: jovens negros(as), LGBT e homens residentes em zonas periféricas – coloca-a no cerne da violência no Brasil (Cerqueira et al., 2018). Consequências disso são a sensação de permanente insegurança no presente e a grande incerteza quanto a um futuro promissor para os jovens (Ribeiro et al., 2005).

De acordo com os mais recentes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, os jovens são as principais vítimas da pobreza no Brasil: pessoas que ganham menos que € 4,68 por dia. Este valor equivale a uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 387, ou cerca de € 80,24 por mês. Do total da população incluída no estudo que revelou que um quarto da população brasileira vive em situação de pobreza, 64,9% dos inquiridos tinha restrição de acesso a pelo menos um dos direitos analisados pelo levantamento: à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à internet (IBGE, 2010).

Similarmente, segundo Cerqueira et al. (2018), no relatório intitulado *Atlas da Violência 2018*, as mortes estão mais associadas à cor da pele. A taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%, enquanto no grupo de não negros, a taxa é de 6,8%. Em números gerais, a taxa de homicídio para a população negra é de 40,2%, sendo que o mesmo indicador, para o resto da população, é de 16%. Isto implica que 71,5% das pessoas assassinadas, a cada ano no Brasil, são pretas ou mestiças (Cerqueira et al., 2018).

Pelo exposto, ressalva-se que a situação de desigualdade social, referente aos adolescentes e dos jovens mais afetados, é mais premente nas classes subalternas. Razão pela qual o mais correto é falar de “juventudes”, pois as realidades diferenciam-se muito consoante as condições económicas de classe, de moradia, de acesso à educação, de género, entre outras (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020).

Um outro grupo em risco permanente de sofrer violência é composto por lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros (LGBT). Um estudo realizado em 2019 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (Mott et al., 2017), e publicado no portal de notícias *G1*, da Globo, demonstrou que o número de mortes violentas dentro deste grupo chegou atingiu o número de 329, durante aquele ano (Figueiredo, 2019). Claramente, as consequências destes riscos levam a que os jovens se sintam permanentemente inseguros no presente e tenham grandes incertezas quanto a um futuro promissor (Ribeiro et al., 2005).

Uma outra relevante questão que tem acometido os jovens brasileiros está relacionada com a degradação da saúde mental que, em muitos casos, tem culminado com suicídios

de jovens em situação de risco. Um levantamento realizado pela Cartilha Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros, lançada pelo Ministério da Saúde e divulgada pelo *G1* (Figueiredo, 2019), apontou que os adolescentes e jovens negros têm uma maior probabilidade de cometer suicídio no Brasil, do que os brancos. O risco na faixa etária entre os 10 e os 29 anos de idade é 45% superior entre jovens que se declaram negros e mestiços, do que entre brancos, no ano de 2016. A diferença é mais marcante entre os jovens e adolescentes negros do sexo masculino: a probabilidade de cometer suicídio é 50% maior neste grupo, do que entre brancos, na mesma faixa etária. De entre os fatores que mais o justificam, está o racismo estrutural, segundo o levantamento. Num outro estudo, desta feita conduzido pelo SESC São Paulo, a exposição a ambientes urbanos hostis e degradados, a falta de perspectiva laboral e o aumento da violência nas escolas e no ambiente familiar, são considerados os principais fatores responsáveis pelo aumento de transtornos mentais na adolescência que levam ao suicídio. Curiosamente, este estudo refere que a internet tem uma certa influência no comportamento de baixa autoestima e autoconfiança entre os jovens, numa sociedade desigual, “marcada pelo individualismo, pelo exibicionismo estético, pela satisfação imediata e pela fragilidade dos vínculos afetivos” (SESC, 2018).

2.4.2 Os jovens e a perda de direitos essenciais no Brasil

Como se verá oportunamente nas conclusões da investigação, muitos jovens referiram o mal-estar que sentem, pelo simples facto de serem negros, pobres, periféricos²⁰ mulheres e/ou LGBT, e também pela carência de serviços públicos de qualidade. Igualmente, estes jovens mencionaram a perda de espaços de participação e de representação, e a ausência de políticas públicas compensatórias, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

A degradação da condição social dos jovens é também o tema do trabalho de Maria da Glória Gohn sobre as formas de participação política dos jovens brasileiros no pós-junho de 2013. A autora argumenta que os últimos levantamentos estatísticos evidenciam que o número de desempregados é bem maior entre os jovens e que a crise do mercado de trabalho não os afeta somente “do ponto de vista económico, mas também no âmbito político-cultural” (Gohn, 2018, p. 117). Aponta que os problemas que daí advêm, como

²⁰ Os que vivem na periferia. A noção de periferia a que se recorre aqui leva em consideração populações marginalizadas socialmente que vivem em regiões mais afastadas dos centros urbanos também referenciada em Levy (2020).

a recessão, a corrupção e a violência, degeneraram a confiança e a esperança dos jovens num futuro melhor para eles, incluindo os espaços de fala e escuta (Gohn, 2018).

Uma evidência deste facto é que, mais recentemente, em 2019, quando se instaurou o governo do presidente Jair Bolsonaro, os espaços de participação e de deliberação política começaram a ser gradativamente estrangidos, ao invés de ampliados e valorizados (L. Leal, 2019). Em abril de 2019, com o Decreto presidencial 9.759²¹, foi anunciada a extinção de centenas de conselhos sociais com participação popular, responsáveis pelo debate e pelo acompanhamento de políticas públicas federais, em distintas áreas que requerem a atenção de populações minoritárias como as indígenas, os afrodescendentes, populações de rua e as pessoas LGBT. Esta medida impede o engajamento direto da sociedade civil para influenciar políticas públicas afirmativas destes grupos considerados mais vulneráveis. Segundo o Investigador do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), Leonardo Leal, na sua mais recente declaração de opinião no jornal *Público*, “os conselhos e comitês são ferramentas complementares de representação política que contribuem para redimir a democracia da insuficiência das eleições e a parcialidade dos partidos”, tendo uma função de representação fundamental a grupos historicamente marginalizados (L. Leal, 2019).

Uma evidência adicional foram as reações dos jovens brasileiros a um inquérito realizado em 2018, durante a campanha presidencial no mesmo ano, pelo U-Report, dentro da sua base de dados. Com o inquérito publicado no jornal *O Globo* procurou-se saber quais eram as maiores preocupações dos jovens brasileiros e se as propostas dos candidatos à Presidência da República, para as eleições de 2018, atendiam às suas expectativas. Os resultados revelam que as três maiores razões de apreensão dos jovens eram, respetivamente, a evasão escolar, a violência, seguida pela insegurança em relação à aprendizagem, ao trabalho e à renda. Acerca das propostas dos candidatos focarem nos direitos dos jovens, 65% destes afirmaram que não se sentiam privilegiados por estas propostas, contra 35% que consideraram que os candidatos tinham propostas concretas para os desafios vividos por eles. Questionados acerca do porquê, o motivo relatado foi a falta de compromisso dos candidatos com os temas que importam para a juventude (Assad et al., 2018).

²¹ O Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, arrisca a continuidade de cerca de 700 conselhos vinculados a administração pública direta e indireta. Ver o artigo de Bonfim (2019), publicado no portal de notícias *Rede Brasil Atual*, disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2019/05/ataque-a-participacao-popular-e-retrocesso-democratico/>

A tendência de constrangimento dos espaços de participação de grupos vulneráveis e da sociedade civil de forma geral (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020), parece alinhar-se com as intenções do Presidente da República Jair Bolsonaro sobre a sua ideia de participação política da juventude brasileira. Num discurso após a tomada de posse, o Presidente referiu: “queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro” (Lidner, 2019). Esta declaração surge num contexto em que o Presidente avaliava o resultado da aprendizagem de jovens no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA, no qual o país teve uma queda e perdeu posições em relação aos demais países avaliados nas áreas das Ciências da Vida, Línguas e Leitura e Matemática²². O aparente projeto de investimento em educação de longo prazo que levaria jovens ao espaço sideral, ganhou contornos de contradição quando o governo cortou as verbas públicas para a educação superior. Em março de 2019, o governo Bolsonaro anunciou uma redução de R\$ 5,8 bilhões nas verbas destinadas às universidades públicas e aos programas de fomento à investigação no Brasil e no exterior. Igualmente, o governo foi reduzindo os investimentos públicos em programas educativos de tempo integral como creches, alfabetização e também no ensino médio e técnico (Moreira, s.d.). Os cortes no orçamento público da educação prejudicam essencialmente crianças e jovens que dependem do ensino gratuito, como as populações de baixa renda, sobretudo os afrodescendentes e os indígenas cotistas – beneficiados por um sistema de cotas para aceder ao ensino superior –, que entram nas universidades públicas devido a um bom desempenho no teste do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Oliveira, 2019).

2.4.3 A conectividade dos jovens brasileiros

Acerca do índice de uso da internet entre os jovens, no estudo “TIC Kids Online Brasil” (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018) estima-se que, em 2017, 85% das crianças e jovens eram utilizadores do meio no país. Em números absolutos, esta percentagem corresponde a 24,7 milhões de indivíduos conectados, nesta faixa etária. Os resultados apontam tanto o crescimento de utilizadores, quanto, ao mesmo tempo, a permanência de importantes disparidades regionais e socioeconómicas no acesso e uso da rede. Relativamente à distribuição desta população de usuários de internet pelo território nacional, no estudo fica patente que estão proporcionalmente mais concentrados

²² O Brasil teve uma queda nas áreas avaliadas: ficou na 63ª posição em Ciências, na 59ª em Leitura e na 66ª colocação em Matemática.

nas áreas urbanas (90%), do que nas rurais (63%), e mais nas regiões Sudeste (93%), Centro-Oeste (93%) e Sul (92%), do que no Norte (68%) e Nordeste (77%). Importa ainda salientar que as disparidades territoriais identificadas para esta população refletem a realidade enfrentada pelo conjunto da população com 10 anos de idade ou mais, conforme verificado pela TIC Domicílios 2017 (Comitê Gestor da Internet no Brasil et al., 2018).

As desigualdades no acesso à internet também foram analisadas conforme as variáveis socioeconômicas, portanto, crianças e jovens das classes AB²³ (98%) e C (93%) eram, quase na sua totalidade, utilizadores da internet. Já entre as classes D e E, a proporção foi de sete em cada 10. Ainda nesta variável, e de acordo com a tendência observada em edições anteriores, a investigação mostra que, quanto maior a escolaridade dos pais, ou dos responsáveis, maior é a probabilidade de os jovens serem utilizadores das redes digitais. Em 2017, 93% das crianças e jovens cujos pais, ou responsáveis, tinham o ensino médio²⁴ ou mais, eram utilizadores da rede. Já de entre aqueles cujos pais, ou responsáveis, estudaram até ao Ensino Fundamental I²⁵, a proporção foi de 76% (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018).

Pelos dados revelados acima, embora com uma presença desigual da internet entre os jovens, os canais digitais de comunicação transformaram-se num caminho para o exercício da expressão e da opinião individual e coletiva, e para o engajamento dos cidadãos em discussões político-sociais no Brasil, mediado por mecanismos de participação digital (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018). Ainda que, de facto, se constate que a internet tem oferecido aos jovens brasileiros um conjunto oportunidades que são importantes para o ativismo social, no âmbito do aprimoramento de uma participação política, quer seja nos espaços *online*, quer seja nos desdobramentos para os espaços *offline* como: inquéritos, referendos, proposição de ideias, votação, audiências públicas, comunicação direta com políticos, fiscalização de gastos públicos, entre outras formas de participação política já disponíveis nos meios *online* (Cantoni, 2017).

²³ As classes económicas são definidas a partir dos rendimentos familiares per capita e estão expressas em valores em (R\$) de janeiro de 2014. Assim, a classe A tem um rendimento inferior a R\$11.262 (sem limite superior); a classe B tem um rendimento limite entre R\$ 8.641 e R\$ 11.261, enquanto a classe C tem como rendimento os limites entre R\$ 2.005 e R\$ 8.640. A classe D tem um limite de rendimento entre R\$ 1.255 e R\$ 2.004. Finalmente a classe E, situa os seus rendimentos entre R\$ 0,00 e R\$ 1.254. Informação retirada de <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>

²⁴ Em Portugal o ensino médio equivale ao ensino secundário.

²⁵ Em Portugal o ensino fundamental equivale ao ensino básico.

2.5 Os jovens e a participação via internet no Brasil

Como já foi discutido no início deste capítulo acerca da conceptualização da participação política, conclui-se que *a participação está, não apenas na capacidade de os sujeitos exercerem as suas vozes, ou em dispor de abundância de espaços por onde estas vozes ecoam, mas sobretudo no poder que estas vozes têm de influenciar decisões de acordo com as suas perspectivas, configurando-lhes o estatuto de sujeitos ou de cidadãos* (Carrano, 2012; Couldry, 2010; Freire, 1987). Assim sendo, o que se pretende aqui é perceber se, na história mais recente da participação política brasileira – tendo como marco as “Jornadas de junho de 2013” –, a internet tem sido o meio pelo qual os cidadãos, sobretudo os mais jovens, têm conseguido, de facto, interagir e influenciar os seus representantes, com decisões em seu favor. Antes de mais, convém revelar quem são os jovens que participam *online*, antes de se adentrar no que as “Jornadas de junho de 2013” representaram na história da participação brasileira.

São os jovens mais escolarizados, menos religiosos – sobretudo menos católicos –, mais urbanos e autodeclados menos brancos e privilegiados, com elevado consumo das novas tecnologias – especialmente a internet –, e o uso dos aparelhos móveis, nascidos no pós-campanha das “Diretas Já”²⁶, desenvolveram-se no contexto da redemocratização do Brasil, depois do regime militar (1964-1988). Os novos participantes da vida política nacional estão mais distantes das estruturas estatais institucionalizadas e cresceram sem a mesma paixão por partidos políticos que os seus pais e, regra geral, são avessos às formas tradicionais de se fazer política – entenda-se com partidos e sindicatos –, portanto as suas ações cívicas e políticas tendem a ser mais apartidárias (Gohn, 2018; Souto, 2016).

Acerca das “Jornadas de junho de 2013”, Souto (2016) e Gohn, (2018), atentam que representaram um momento singular na conjuntura da participação política brasileira.

Assim, as manifestações populares que tiveram início em junho de 2013, por exemplo, provaram que a internet foi capaz de mobilizar milhares de pessoas em volta de causas que despertaram as suas insatisfações (Gohn, 2018; Souto, 2016). Estas jornadas demonstraram o seu carácter político “no sentido amplo, pois se expressam em forma de protestos e de reivindicações por mudanças em áreas críticas da vida nacional e por políticas públicas de interesse social” (Peruzzo, 2013, p. 78). Na visão da autora brasileira, Cicília Peruzzo (2013), estas jornadas tiveram um impacto relevante para a história do Brasil, porque transcenderam a dimensão de classe e de orientações político-

²⁶ Grandes manifestações públicas em que se exigiam eleições diretas para o cargo de presidente e demais cargos de representação, em 1984, no fim da ditadura militar.

partidárias e ideológicas. No seu seio, houve um caráter heterogêneo, com grande predominância de jovens, insatisfeitos com a conjuntura social, econômica e política que, ainda que sem ter visão precisa dos possíveis rumos, queriam mudar o Brasil (Peruzzo, 2013). Foi essa juventude, inicialmente convocada pelo Movimento Passe Livre²⁷ que ajudou a convocar as mobilizações por todo o país, demonstrou sua insatisfação e buscou visibilidade utilizando *smartphones*, cartazes, opinando nas redes sociais digitais. Portanto, a utilização das tecnologias digitais representou um diferencial fundamental que mobilizou o país com grandes manifestações públicas de protesto (Peruzzo, 2013, p. 79), o que surpreendeu o Poder Executivo e o Parlamento pela sua amplitude e instantaneidade, acabando em repressão com aparato policial, numa demonstração desproporcional de violência contra os manifestantes (Gohn, 2018; Peruzzo, 2013). Gohn (2018) complementa que as manifestações populares decorridas no Brasil a partir de 2013 demonstraram que, na realidade, as autoridades, gestores públicos e representantes institucionais civis tiveram – e ainda têm – dificuldade em interagir com os jovens porque não acompanharam as mudanças operadas nas práticas quotidianas dos jovens, considerando as novas formas de sociabilidade e de comunicação geradas pelas redes sociais digitais.

Contudo, Ayres e Krohling Peruzzo (2020) avançam que os resquícios das “Jornadas de junho 2013” e os meses seguintes, aparecem em outras formas de articulação civil que mais tarde ganharam nitidez em organizações de cunho liberal e conservador, com forte tendência partidária, tal como o “Movimento Brasil Livre”²⁸ e o movimento “Vem Pra Rua”²⁹. Estes, entre outros, alinharam-se com as pautas conservadoras em favor do *Impeachment* da então presidenta, Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014. Estes movimentos atuaram nos anos 2015 e 2016, e tinham causas defendidas por partidos políticos conservadores e liberais, empresários, dissidentes etc., bem como durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018³⁰. Por contraposição a essas forças, foi forte também o movimento contra o *Impeachment* capitaneado por grandes frentes³¹, composto por movimentos sociais, centrais sindicais e outras formas associativas progressistas, mas que não conseguiu barrar o *Impeachment* que se efetivou a 31 de agosto de 2016 (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020).

²⁷ Movimento que defende a tarifa zero no transporte coletivo brasileiro.

²⁸ A informação sobre o “Movimento Brasil Livre” pode ser consultada em <http://mbl.org.br>

²⁹ A informação do movimento “Vem pra Rua” pode ser consultada em <https://www.vempraru.net/>

³⁰ Lideranças e outros membros dos referidos grupos acabaram por se afiliar em partidos políticos liberais e conservadores e participaram, como candidatos, a cargos eletivos, tendo alguns sido eleitos.

³¹ Frente Brasil Popular e Frente Brasil Sem Medo.

Como se comprovou, a internet teve uma importância fundamental na organização da participação política nacional durante as “Jornadas de junho 2013” enquanto fenómeno de mobilização nacional. Porém, é importante salientar que as “Jornadas de junho 2013” são fruto de um processo de consciencialização histórica da sociedade brasileira, que remonta a décadas de lutas sociais progressistas, como os movimentos ligados aos direitos das mulheres, das populações negras, preservação ambiental, entre outros (Peruzzo, 2013). Assim sendo, o meio digital, segundo Gohn (2018), criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, em que parte dos jovens está agora organizada horizontalmente, atuando em coletivos ou em novos movimentos sociais, surgidos depois das “Jornadas”. Contudo, não se pode considerar a internet como epicentro de participação civil brasileira, pois o seu acesso não é – ainda – transversal a todas as juventudes no Brasil, tal como o estudo do CETIC revela (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018). Importa reconhecer, portanto, que as tradicionais formas de comunicação e de participação, para além do digital, persistem a ter em conta a ideia de juventudes e as distintas geografias em que vivem estes jovens (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020).

2.6 Participação política *online* e os riscos para a cidadania

Discutiu-se anteriormente, neste capítulo, a limitação da internet enquanto plataforma de participação política, a partir da manutenção dos desequilíbrios de poder (Morozov, 2011a; 2011b), restrições dialógicas pelo lado dos representantes no poder político (Edwards et al., 2018), e pela vertente da economia política dos *media*, através dos mecanismos de vigilância, algoritmos e notícias falsas. Neste subtópico, escrutinam-se outros fatores associados à participação digital. O primeiro captado em estudos realizados com jovens brasileiros e o segundo advindo da discussão acerca de como as mobilizações sociais no pós- “Jornadas de junho de 2013”, com a presença vincada dos meios digitais e como estes fizeram emergir um discurso ultra conversador da extrema-direita brasileira, que converge para ideias populistas, de ódio contra as diferenças e contrárias ao sentido de cidadania participativa.

Sobre o primeiro, aponta-se um ponto de vista interessante sobre a limitação da internet como espaço de participação entre os brasileiros, que advém também dos dados do estudo “Agenda Juventude Brasil 2016”. Neste estudo, Souto (2016, p. 279) chama a atenção para o facto de que os jovens reconhecem a atuação via internet como “uma forma

de ação política relativamente menos eficaz”, quando comparada com as outras alternativas avaliadas pela autora: mobilizações de rua e ações diretas, atuação em associações ou coletivos, atuação em conselhos, conferências, e audiências públicas. Segundo as conclusões deste estudo, os jovens afirmam que o ato de opinar sobre temas importantes, ou cobrar aos políticos através de canais *online*, “fragiliza[-se] na medida em que remete [par]a uma ação de caráter meramente individual” (Souto, 2016, p. 279). Indica ainda que os jovens “valorizam múltiplas frentes de atuação, quer seja nos partidos, nas ruas, em coletivos ou instâncias institucionais”, portanto o desafio é fortalecer esses canais de participação (Souto, 2016, pp. 282-283). “O fortalecimento da participação nas instituições políticas depende de transformações que ampliem o espaço da cidadania nas decisões de governo” (Souto, 2016, pp. 282-283). Decisões estas que afetam a vida dos cidadãos jovens. Convergingo com esta opinião, Mesquita e Cantoni (2015) consideram que por mais que a internet tenha – e tem tido – um grande potencial para contribuir para o aprimoramento da participação em espaços considerados mais tradicionais – como a filiação partidária e o voto –, não enseja nos jovens a sensação de efetividade de uma abordagem dialógica com os seus representantes.

Ora, se as manifestações populares que tiveram início em junho de 2013, provaram que a internet ofereceu espaço e ajudou a mobilizar milhares de pessoas em volta de causas que despertaram as suas insatisfações, os efeitos a partir da sucessão daqueles eventos, e o Brasil de hoje, são contraditórios no cenário do pós-eleições de 2018. Como já relatado, o processo que derivou das inúmeras mobilizações e dos grupos de extrema-direita, como o movimento “Vem pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre” culminaram, inicialmente, com o *impeachment* de uma presidente eleita democraticamente em 2016 e, mais tarde em 2018, com a ascensão de um governo de extrema-direita pelo crescimento de ideias de intolerância ao desvio de suas próprias posições ideológicas, algumas das quais, a negação de uma suposta lavagem cerebral comunista (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

O professor de CpDMS, Silvio Waisbord, refletiu acerca do panorama brasileiro no pós-ascensão do Governo Bolsonaro, no que toca à negação da posição das ideias de Paulo Freire seu artigo intitulado “Why Paulo Freire is a threat for right-wing populism: lessons for communications of hope” (Waisbord, 2020). O autor defende que o espaço para os princípios relacionados com o diálogo público, a criticidade, a participação autónoma e o humanismo, e a esperança, defendidas na filosofia do pedagogo brasileiro, não têm encentrando eco, desde que o governo de Bolsonaro assumiu o poder. Isto porque

os princípios *freireanos* chocam com a máxima do populismo de extrema-direita que constitui a marca daquele governo. Para Waisbord, pelas convicções do populismo aplicado ao Brasil,

“líderes não devem ser desafiados, o diálogo com aqueles que pensam diferente é desnecessário, a participação é tolerada conquanto que em conformidade com estruturas ‘topo-base’, os cidadãos que desafiam normas político-sociais vigentes são desumanizados e estigmatizados e a política consiste em apelar para o que são os medos irracionais e o ódio”. (2020, p. 18)

Waisbord (2020) defende ainda que o governo empossado em 2019 fere princípios brasileiros ligados à democracia e à expressão livre de ideias na arena pública, pelos cidadãos. Numa ordem de ideias que é contrária à pluralidade do diálogo, o papel da internet também se revela ineficiente, se não contraditório, quando grupos marginalizados – como os dos jovens negros – que, pela repressão sistémica das suas vozes, deveriam procurar confrontar o sistema de poder vigente (Ribeiro, 2017), terminam por atuar em conformidade com as narrativas excludentes. Um exemplo disto está documentado no trabalho de Levy (2020), que aborda a emergência dos discursos de extrema-direita entre os jovens da periferia em cidades brasileiras, utilizando o Youtube. Estes discursos, genuinamente centrados nas questões da periferia, abordam a violência, a falta de reconhecimento das pessoas negras, dos LGBT, a cultura do machismo, a pobreza, etc.. A questão levantada por Levy (2020) passa, sobretudo pelo facto de estes indivíduos, considerados oprimidos, usarem, de forma massiva, o canal do Youtube para evocarem uma lógica centrada em princípios do populismo da extrema-direita, como a cultura do silêncio, do medo, do pânico e da repressão da violência com mais violência, como repertório performativo e de ação. Em suma, o que os indivíduos que aderiram aos *memes* como “Pobre de direita”, “Paródia, eu sou favela”, “Bolsonaro 2018” e “Esse ano eu vou votar em Bolsonaro” demonstram, é que existe uma gramática de contestação que discute estruturas socioeconómicas, de racismo e de género pela lógica não do oprimido, mas do opressor – por referência ao pensamento de Freire –, portanto, identificada com o pensamento de extrema-direita. Levy (2020, p. 21) conclui que, numa lógica *freireana* de consciência crítica, as narrativas propagadas *online* demonstram a “inabilidade destes indivíduos de refletirem sobre a potencial consequência das regras da extrema-direita” sobre as suas vidas.

Um terceiro exemplo de como a internet catalisou a emergência de narrativas anti-diferença e com forte polarização ideológica no Brasil, está no trabalho de Vrydagh e Jiménez-Martínez (2020). Estes autores realizaram 21 entrevistas semiestruturadas com

os membros do “Movimento Brasil Livre” (MBL), uma plataforma digital ligada à extrema-direita, que participou de inúmeras mobilizações sociais pós junho de 2013 e apoiou o presidente Bolsonaro. Nas conclusões deste trabalho identifica-se uma narrativa de opressão ao pensamento plural e crítico, com características sectárias e radicais, e de um ostensivo ódio aos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, mas não de rejeição aos esquemas opressores por detrás de figuras públicas, fenómeno que Vrydagh e Jiménez-Martínez (2020, p. 2) nomeiam de “polarização perniciosa”. Similarmente aos discursos mais próprios dos grupos oprimidos, os membros dos MBL relataram a ausência de espaço e a fragilidade das suas vozes para se fazerem ouvir durante os mais de 12 anos em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores. A alteração do deste contexto, em que os membros do MBL passaram a ganhar visibilidade e escuta, decorreu durante as mobilizações até à saída dos resultados nas urnas, em 2018. Os meios digitais, em conjunto com a vitória do Bolsonaro, foram o combustível para a “polarização perniciosa” que tem marcado o discurso dos brasileiros no meio digital e fora dele (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

2.7 O contexto na futura análise

Este segundo capítulo é basilar no desenvolvimento deste trabalho, ao ajudar a repensar a comunicação na perspectiva do cidadão jovem por, inicialmente, focar na conceptualização da participação política e no papel dos meios digitais. Em segundo lugar, por se abordar e se discutir como é que os jovens brasileiros têm participado politicamente, e que desafios têm enfrentado nos seus contextos.

Dos pontos-chave desta segunda parte a serem levados em conta nos capítulos 5 e 7 da análise, destacam-se, primeiramente a situação crítica da maioria dos jovens brasileiros – maioritariamente dos negros, moradores da periferia e LGBT –, sobretudo após as eleições de 2018. Em segundo lugar, a existência de “juventudes” e dos seus imaginários sociais, que refletem as suas motivações, na participação da mudança social. Estes pontos reforçam a importância de se observar os direitos dos cidadãos marginalizados e chama a atenção para o papel do poder público no respeito e consideração desses mesmos direitos.

O terceiro ponto está centrado nas formas de participação política e no carácter híbrido (*online/offline*) das “Jornadas de junho 2013” e o seu percurso, inicialmente focado nas demandas da massa popular (passe livre), mas posteriormente, desviado para causas de

natureza conservadora e populista. Em particular, este ponto coaduna-se com os destacados na primeira parte deste capítulo quanto à relativização do papel dos meios digitais na participação, no que concerne ao reforço do espaço, voz e poder aos jovens.

Capítulo 3: Os *Caminhos*

Mobilização Social, *advocacy* e literacias críticas dos *media*

“A sociedade não está pronta pra mim, jovem, negra e da periferia. A sociedade não estará pronta. Eu é que tenho que estar pronta para a sociedade”. (Sílvia, jovem entrevistada em 2018 e 2019 – fases 1 e 2. Estuda serviço social e desenvolve projetos de empoderamento feminino)

Recorde-se que, na revisão de literatura delineada nesta tese, examina-se o trinómio: *problema-contexto-caminhos*, sendo, neste terceiro capítulo, abordado o último elemento do mesmo. À semelhança dos dois capítulos anteriores, as dinâmicas de espaço, voz e poder, permanecem como o fio condutor do quadro teórico, e constituem as principais lentes por meio das quais se procuram observar as práticas comunicativas dos jovens brasileiros.

O fragmento da entrevista da estudante Sílvia, em maio de 2018, destacado acima, expressa a ideia do que é explanado neste capítulo, numa preparação para a reflexão sobre estes *caminhos*, que se ligam com o objetivo deste trabalho, que é refletir sobre a Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social (CpDMS) na perspectiva do cidadão jovem e ainda com a quarta questão que norteia esta investigação: *de que forma(s) a participação política dos jovens pode(m) ser um incremento da CpDMS?*

Mantendo esta questão em mente, e tendo em consideração algumas formas comuns de participação dos jovens brasileiros na atualidade, optou-se por abordar teoricamente três vertentes ligadas à CpDMS: a mobilização social, o *advocacy* e as literacias críticas.

Como se verá, estas vertentes têm as suas bases fundamentadas na comunicação participativa, dialógica, na ação coletiva, e em princípios de autonomia e de empoderamento. Estas vertentes foram eleitas por constituírem o alicerce prático do U-Report e por se relacionarem com os discursos dos jovens entrevistados, quando questionados sobre o papel dos *media* digitais na participação política no Brasil. É igualmente oportuno acrescentar que estas três vertentes estão em franca transformação dos seus métodos comunicacionais graças ao uso dos *media* digitais.

Para efeito de estrutura, este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira trata-se conceptualmente cada uma das vertentes da CpDMS, incluindo os meios digitais, como parte da transformação de cada uma. Na segunda parte, explora-se cada vertente de forma mais contextualizada no Brasil, para que se possa dar destaque às formas de participação dos jovens. Por fim, ainda nesta segunda parte, é apresentado um caso prático brasileiro, no âmbito de cada vertente, e a sua discussão à luz dos conceitos apresentados na primeira

parte. Este exercício analítico constitui uma antevisão que será concretizado, em termos de análise dos resultados do objeto empírico, nos capítulos que se seguem. Este exercício analítico é oportuno por duas razões: i) iniciar a reflexão acerca do papel da CpDMS no contexto participativo brasileiro e ii) contribuir para a literatura brasileira, ao ilustrar casos nacionais e ao relacioná-los com a CpDMS.

3.1 Mobilização social e a experiência de viver o jovem

O campo da CpDMS tem evoluído, tanto na investigação, como na prática, e tem sido redirecionada a atenção a partir do surgimento novos movimentos sociais (Huesca, 2001), sobretudo os movimentos pós-Primavera Árabe (Tufte, 2017). Os possíveis caminhos, fruto desta interdisciplinaridade que se aborda aqui, passam pela exploração, no contexto brasileiro, da forma como os *media* digitais, em conjunto com as práticas comunicativas, têm influenciado os movimentos sociais, em especial os que ocorreram no pós-junho de 2013, em continuidade com a abordagem feita no segundo capítulo deste trabalho.

A exploração das mobilizações sociais neste capítulo inicia-se com a teoria destes movimentos, e da ação coletiva, a partir da visão mais clássica de Tilly (1994), passando pela concepção de ação coletiva engendrada nas redes digitais (Babo, 2018; Bennett & Segerberg, 2012; Obregón & Tufte, 2017). De seguida, avança-se nesta linha de pensamento relacionado com o ativismo digital, procurando perceber a motivação dos atores sociais para se agregam e ganham força na arena pública (Gerbaudo, 2012; McDonald, 2004; Tufte, 2017). Finalmente, a abordagem teórica desta vertente culmina com as características do ativismo brasileiro nos movimentos do pós-junho de 2013 (Gohn, 2018) e alguns caminhos inovadores por onde a CpDMS poderia seguir, enquanto promotora de espaço, voz e poder para os jovens nesse contexto.

Esta com a incursão sobre as mobilizações, e os movimentos sociais, demonstrar-se-á o potencial para o avanço da investigação da CpDMS e para o enriquecimento mútuo nesta interdisciplinaridade, tal como foi defendido por Huesca (2001), ainda antes da insurgência do digital como meio para convocar a ação política dos cidadãos. Mais ainda, ao se examinar as mobilizações sociais no Brasil, revelar-se-á que há caminhos comuns entre a CpDMS organizada institucionalmente e a que é feita pelos cidadãos (Tufte, 2017), especialmente no que diz respeito à formulação de objetivos, estratégias e táticas para alcançar resultados (Waisbord, 2014).

3.1.1 O agir coletivo e as mobilizações sociais

A mobilização e o agir coletivo não são apenas o resultado de ações espontâneas e aleatórias, têm origem a partir da noção de mudança social, um processo através do qual os indivíduos se unem para definir problemas, identificar soluções e concretizar ações de forma estratégica e estruturada (Waisbord, 2014). O autor argumenta que a mudança social que motiva a ação coletiva reflete a ativação de redes institucionais e sociais, para promover transformações a nível individual, comunitário e estrutural. Waisbord (2014) parte da premissa de que a comunicação estratégica³², pela sistematização teórico-prática, tem muito a contribuir para os desafios que se apesnetam à CpDMS, em linha com a ação coletiva para a mudança social. De entre os elementos de intersecção entre a comunicação estratégica e a CpDMS que Waisbord (2014, p. 160) foca, estão a definição de problemas, a seleção de objetivos, o aproveitamento dos contextos políticos para a implementação da ação ou “*strategic junctures*”, as táticas – metas, meios, mensagens e campanhas – e, por fim, as motivações para a ação coletiva.

Mas o que será que, de facto, impele os indivíduos a agir coletivamente em causas? A socióloga e professora portuguesa, Isabel Babo, tem-se dedicado a estudar as novas formas de mobilização social, as que fazem fronteira entre a ação coletiva presencial e a digital. Babo (2018, p. 227) alude que a ação coletiva pode ser motivada por uma contestação a um determinado “acontecimento, tema ou problema”, que inclui “valores e expectativas, usos e costumes, hábitos, formas de vida, direitos públicos e normas do direito”. De acordo com a investigadora, na base desta ação coletiva, estão os sentimentos e as emoções que unem os indivíduos, portanto, muito mais do que a convergência de ações individualizadas, a ação coletiva está mais vinculada a um grupo de ações organizadas em torno de interesses comuns. A visão de Babo (2018) tem eco na teoria dos movimentos sociais, mais em particular, na vertente que foca a mobilização dos recursos, e no impacto das mobilizações sociais, de onde emerge o trabalho do sociólogo americano Charles Tilly. O autor define movimento social como “uma forma complexa de interações informais e em rede de indivíduos e organizações envolvidos num conflito político e/ou cultural com base em aspectos indenitários” (Tilly, 1994, p. 5). Advoga ainda que os movimentos sociais estão na base das transferências de poder sobre os estados e que contribuem para a ocupação do espaço público. Estes últimos elementos, por sua vez, estão no alicerce da democracia. Com uma contribuição fundacional para a

³² Waisbord (2014) situa a comunicação estratégica em linha com os paradigmas informacionais e persuasivos, próprios da Era da Modernização, abordada no primeiro capítulo deste trabalho.

teoria dos movimentos sociais, Tilly (1994, p. 15) conclui que estes não podem ser considerados como tal sem se verificar a presença de três elementos constitutivos: i) serem *detentores de poder*, que são objeto de reclamações; ii) os *ativistas* que variam entre os simples participantes aos líderes; e iii) a *população de beneficiários* em cujo nome os ativistas realizam ou apoiam as suas reivindicações.

E qual é, então, o papel da comunicação nas mobilizações sociais, e em especial dos media digitais? Babo (2018, p. 223) afirma que “a comunicação é a condição prévia da participação e da formação do público”, constituindo-se, portanto, como um fio condutor da ação coletiva. Historicamente, tanto os *media*, quanto a comunicação, têm desempenhado um papel fundamental no surgimento e no desenvolvimento de movimentos sociais, e fenómenos de resistência, mudança de identidade ligada à chamada noção de “mudança a partir da base”, ou seja, liderada pelas comunidades (Obregón & Tufte, 2017, p. 639). Com o advento dos novos *media*, a expansão das redes sociais digitais e o rápido surgimento de movimentos sociais à escala global, o papel da comunicação mediatizada é considerado decisivo para a efetivação desses mesmos movimentos (Obregón & Tufte, 2017). Mais concretamente, os *media* ajudam na organização das mobilizações e conferem-lhes formas subtis de liderança (Gerbaudo, 2012), sejam estas ações mais centradas nas instituições, ou organizadas de forma mais autónoma, sem mediação (Bennett & Segerberg, 2012).

A partir da observação do comportamento dos indivíduos nos movimentos sociais no pós-Primavera Árabe – em particular, os “Indignados ou 15M”, “Occupy Wall Street”, “Put People First” ou PPF –, bem como a sua repercussão mediática, os autores Bennett e Segerberg defendem o ativismo digital como uma expressão legítima de mobilização social. Esta modalidade de ação, que os investigadores chamam de ação conectada ou “*connective action*”, não deve ser tratada como uma ação coletiva convencional, por se revestir de uma lógica própria, baseada no “reconhecimento dos *media* digitais como agentes organizadores da mobilização social” (2012, p. 744). Ou seja, se na ação coletiva convencional, a comunicação é o fio condutor da ação conectada, a comunicação *online* torna-se na forma organizacional da ação pública (Babo, 2018; Babo & Silva, 2016; Bennett & Segerberg, 2012). Por esta lógica da ação conectada, alicerçada na estrutura organizacional que envolve pessoas e tecnologia, o conteúdo da expressão pessoal é partilhado e reconhecido por outros que, por sua vez, repetem essas atividades de partilha em rede (Castells, 2009; Latour, 2007; Di Felice, 2017). Quando essas redes interpessoais são ativadas através de plataformas tecnológicas de vários projetos que as coordenam e

as dimensionam, as ações resultantes assemelham-se à ação coletiva, mas sem o mesmo papel mediador desempenhado pelas organizações formais (Bennett & Segerberg, 2012).

Ao se explorar na literatura o território fronteiriço e o papel da comunicação entre a ação coletiva mais tradicional, a existente historicamente nos movimentos sociais – a luta pelos direitos humanos, sindicais e associativistas, etc. – e nas novas mobilizações sociais que surgem nas redes digitais e que são trazidas para as ruas, confirma-se a existência das três tipologias que Bennett e Segerberg (2012, p. 752) criaram, para demonstrar os princípios que lideram a mobilização social dos indivíduos. São elas: “ações conectadas auto-organizadas (*Connected action Self-Organizing Networks*); ação conectada facilitada por redes organizacionais (*Connective action Organizationally Enabled Networks*) e a ação coletiva intermediadas por organizações (*Collective action Organizationally Brokered Networks*). A primeira tem como característica a pouca, ou nenhuma, coordenação organizacional e uma forte presença de indivíduos que evitam o envolvimento com organizações formais, o acesso pessoal em larga escala a tecnologias em vários níveis, a expressão pessoal partilhada nas redes digitais. A segunda forma da tipologia, a *ação conectada ativada organizacionalmente* é a que permite alguma moderação organizacional da expressão pessoal através de redes sociais. Ainda que mais informal, esta modalidade permite alguma intervenção das organizações convencionais, em termos de mobilização de recursos e de construção de alianças que permitam a formação de redes públicas frouxas, em torno de temas de ação mais personalizados, sem, contudo, impor marcas fortes e identidades coletivas. Finalmente, na última, encontra-se a forma mais convencional de ação coletiva, cujas características incluem a mediação e coordenação organizacional da ação, para gerir a participação através das redes digitais e para coordenar as metas estratégicas.

A partir destas tipologias, neste trabalho contemplam-se alguns contornos contemporâneos das mobilizações sociais. Por um lado, a via da ação conectada auto-organizada pressupõe uma participação política muito mais marcada, do ponto de vista da auto-motivação, sem líderes e mais focada nas mudanças sociais dos indivíduos, quando comparada com a *ação coletiva liderada por organizações* (Ayres & Babo, 2018; Babo & Silva, 2016; Bennett & Segerberg, 2012). Por outro, estas mesmas práticas de mobilização demonstram o seu carácter transitório, fragmentado, disperso e de descompromisso (Babo, 2018), dado o elevado nível de vínculos fracos e o desligamento com instituições mais tradicionais, como os partidos políticos (Morozov, 2011a). É por esta razão que as mobilizações em curso exigem uma análise mais profunda, e devem ser

objeto constante da investigação científica, para combater o ceticismo em relação às suas repercussões em processos democráticos, já que ainda sabe pouco sobre os seus impactos e o envolvimento sustentado no tempo (Bennett & Segerberg, 2012). Tal como foi discutido no capítulo anterior, os revezes destas mobilizações sociais facilitadas pelos meios digitais no Brasil no pós-junho de 2013, demonstraram os contornos populistas, que culminaram com a eleição de um Presidente da República de extrema-direita, dos valores como o diálogo plural, a inclusão e a igualdade social (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020; Waisbord, 2020). Isto demonstra que a ação coletiva conectada não evoca, necessariamente, mudanças sociais alinhadas com os princípios democráticos, ideia que é defendida nesta tese.

3.1.2 A noção de mudança social defendida neste trabalho

As mudanças sociais são fruto das interações humanas e da transformação sociocultural das instituições. A socióloga Maria José de Rezende (2002) dedicou-se ao tratamento deste tema e resume duas das principais correntes teóricas nesta disciplina. Na primeira corrente posicionam-se, por um lado, as teorias Evolucionistas Clássicas, que consideram as mudanças sociais como parte de processos unilineares, ou seja, com uma única direção. Por outro, as teorias Neo-evolucionistas, que defendem que estas mudanças decorrem em processos multilineares, ou multidirecionais. Em ambos os casos, as mudanças sociais conduzem, necessariamente, ao progresso. Na segunda corrente, por oposição à primeira, defende-se o caráter cíclico, e não direcional, das mudanças sociais que não geram, obrigatoriamente, o progresso ou o desenvolvimento (Rezende, 2002).

Entretanto, quando se transpõe esta visão da sociologia para o campo da CpDMS, muitos autores pressupõem a mudança social como um processo complexo, dinâmico, amplo e de longo-termo, que decorre de forma não-linear e inesperada, através das relações entre os indivíduos, com eles mesmos, e com as instituições que os representam (Lennie & Tachi, 2013; Quarry & Ramirez, 2009; Waisbord, 2005, 2008). Um dos aspectos que diferenciam a visão de mudança social da CpDMS e das correntes da Sociologia abordadas, é o facto de que a mudança social pressupõe, e pretende ser, favorável ao desenvolvimento humano. Para Waisbord (2008), a inclusão do termo mudança social na comunicação para o desenvolvimento permite, tanto a académicos, como a profissionais desta disciplina, pensarem-na como uma alternativa a um desenvolvimento que não funcionou. É, no fundo, uma crítica aos recentes apelos para abandonar a noção de desenvolvimento a favor da mudança social e da justiça social

“como sendo o objetivo final desta comunicação que promove transformações sociais profundas” (Waisbord, 2008, p. 506). O autor progride nesta conceptualização, ao referir que “é impossível pensar as mudanças sociais sem que estas estejam relacionadas com alterações nas dinâmicas do poder entre cidadãos e as instituições públicas, onde os primeiros sejam capazes de influenciar as segundas” (Waisbord, 2014, p. 155). Por conseguinte, a mudança social torna-se um processo sobretudo político, através do qual as relações de poder, ao se transformarem, permitem que as políticas públicas se reorganizem nas suas prioridades, e que as instituições possam disponibilizar recursos que se traduzam em oportunidades para grupos e populações marginalizadas socioeconomicamente. O autor resume assim a sua visão sobre o que é mudança social: “é a partir destas dinâmicas de poder, onde há acesso aos direitos à luz da justiça social, que a mudança social se configura nos seus principais reflexos: melhoria das condições de educação, saúde, trabalho, habitação e ambiente” (Waisbord, 2008, p. 516).

Confrontado com a realidade política brasileira no pós-junho de 2013, importa referir que há uma identificação, neste trabalho, com a visão das mudanças sociais, a partir do pensamento dos especialistas da CpDMS, na medida em que, estas mudanças, produzem uma alteração nas dinâmicas de poder e uma melhoria das condições sociais, com o reconhecimento sobretudo para as populações vulneráveis e marginalizadas. Mais ainda, para efeito da análise do objeto empírico nos capítulos 5, 6 e 7, será também levado em consideração o que é que os jovens entrevistados entendem como mudanças sociais e o que é que as suas visões acrescentam a esta perspectiva ligada ao binómio *mudanças sociais e transformação positivas* para os jovens brasileiros mais vulneráveis.

3.1.3 As novas dinâmicas de mobilização social no Brasil

No capítulo anterior abordou-se as “Jornadas de junho de 2013”, a partir das lentes da participação política, internet e juventude. Neste capítulo, aprofundamos o conhecimento destas jornadas, mediante a sua caracterização, utilizando o enquadramento teórico das mobilizações sociais, nos aspectos ligados à estrutura organizativa, liderança e fluxos comunicativos entre os indivíduos.

Para se perceber melhor estes aspectos, começa-se por situá-las em relação com outras mobilizações, ou movimentos sociais nacionais na história do Brasil após a ditadura militar (1964-1985). Neste sentido, importa lembrar que no Brasil a maior parte das mobilizações sociais esteve relacionada com temas como a luta pela terra (“Movimento dos Sem Terra”), a procura pelo direito à habitação (“Movimento dos Sem Teto”), a

organização dos sindicatos e das causas trabalhistas (indústria, sector de serviços), a igualdade racial, de género e LGBT, os direitos dos estudantes, os grupos ambientalistas e a insatisfação com as lideranças políticas (Carrano, 2012; Gohn, 2018). Na sua génese, muitas destas mobilizações realizadas até junho de 2013, têm em comum filosofias e estruturas organizativas mais centralizadas, focalizadas em líderes singulares ou em lideranças coletivas, agregadoras das massas, bem como na participação cívico-política, como sinónimo de militância (Gohn, 2017, 2018). Gohn (2018) refere ainda que a base de muitas destas mobilizações tendia a centrar-se em torno de grupos de beneficiários mais homogéneos, como jovens, mulheres, indivíduos LGBT, operários, indígenas, etc..

Outra das características comuns a muitas destas mobilizações, ou movimentos sociais, é que se organizavam através das redes sociais *offline* e, que, só mais recentemente, depois dos anos 2000, é que também passaram a utilizar as redes digitais. Entretanto, um facto curioso apontado por Gohn (2018), é que o meio digital representou mais um suporte de apoio à comunicação e interação dos seus membros, do que foi um vetor básico para o seu funcionamento organizativo, pois as articulações entre os integrantes, ou militantes, são mais centradas entre estes, do que entre os não militantes. Refira-se ainda que os integrantes partilham formas de solidariedade interna, com laços mais fortes e coesos, e sentem unidos pelas lutas e resistências, propiciada pela aderência às causas (Gohn, 2018).

Por contraste com os movimentos sociais, Gohn (2018) introduz o conceito de *coletivos*, definidos como agrupamentos muito mais fluidos, fragmentados, tendo a autonomia e a horizontalidade como princípios básicos na sua estrutura organizativa. Mais alinhados com as dinâmicas do ativismo digital examinadas no capítulo anterior, Gohn (2018, p. 121) lembra que os integrantes dos coletivos no Brasil costumam autodenominar-se como “*ativistas*” e não como mais “*militantes*”, um aspecto mais comum nos movimentos. Oportunamente, a autora brasileira refere que “os coletivos vivem experiências e experimentações que podem ser mais superficiais ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas” (Gohn, 2018, p. 121). Portanto, um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias, ou não, dependendo do seu perfil e das estruturas relacionais existentes entre os seus ativistas. Igualmente, estes ativistas poderão focar-se em mais do que uma causa ao mesmo tempo, logo, sem uma estruturação mais direcionada para os grupos beneficiários, tal como acontece nos movimentos.

Mais orgânicos e flexíveis do que os movimentos, os coletivos “contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura” (Gohn, 2018, p. 124). Um

exemplo de coletivo mais recentes no Brasil é o “Movimento do Passe Livre” (MPL), já explorado no capítulo anterior. Ocupou as ruas para protestar contra o aumento do custo dos transportes públicos em 2013, e marcou o início de uma série de outras manifestações que ocuparam os espaços públicos em pouco tempo, a partir desta data, convocando também as “Jornadas de junho de 2013”³³. Analisando em profundidade as mais recentes dinâmicas participativas no Brasil, Gohn argumenta que o MPL deixou como legado, aos coletivos que vieram a seguir, alguns elementos estruturantes que servem para caracterizar as mobilizações sociais do país no pós-junho de 2013. São elas: a ação direta sem ligações hierárquicas com organizações formais, a primazia da cultura como eixo organizador da sua agenda, “esta, ancorada numa utopia, ou ideal – o passe livre para todos”, o caráter educativo não formal gerado pelas suas práticas e, finalmente, uma postura mais apartidária dos seus ativistas (2018, p. 124).

Dá-se aqui destaque à postura antipartidária, identificada por Gohn (2018) – distinto da postura apolítica –, visto que os coletivos guardam em si a tendência por orientações políticas e, em alguns casos, preferências partidárias, como se verá no subtópico a seguir. Em suma, as características que diferenciam os movimentos sociais mais tradicionais, dos coletivos no Brasil, são as razões pelas quais, na atualidade, os jovens preferem muito mais os segundos do que os primeiros (Falchetti, 2017; Gohn, 2018). Preferência que se justifica pelo facto de que os jovens se identificam mais com a forma e com os métodos de ação através das redes digitais dos coletivos, que permitem dinâmicas de ação coletivas mais discursivas, estratégicas de confronto de ideias e de valores, com o foco mais centrado em grupos homogêneos e discursos partidários (Falchetti, 2017). É relevante também referenciar, nos trabalhos de Gohn (2018) e de Falchetti, (2017), que um coletivo pode converter-se num movimento, ou autodenominar-se um movimento, como no exemplo do MPL. Pode ainda articular-se com um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Assim, ainda que um coletivo possa negar a forma de movimento social, por a considerar presa aos modelos tradicionais de fazer política, pode juntar-se aos movimentos, dar-lhes apoio, mas, entre si, estruturarem-se de forma mais livre, como se verá a seguir.

³³ O MPL surgiu em 2013 com a reivindicação do custo do passe dos transportes, mas não desmobilizou, pelo contrário, diversificou a sua agenda de reivindicações. Voltou, por exemplo, a apoiar manifestações contra a Copa do Mundo em 2014 e realizou outros atos em janeiro de 2015, 2016 e 2017. Finalmente, em janeiro de 2018, o MPL voltou às ruas e liderou diversos atos de destaque no centro de São Paulo, regressando ao tema do novo aumento da tarifa dos transportes públicos. Ver Gohn (2018).

3.1.4 As novas configurações dos coletivos: organizações autonomistas e movimentalistas

No âmbito das mobilizações sociais no Brasil no pós-junho de 2013, importa perceber as configurações que um coletivo social pode tomar, no sentido ideológico – apreciação e/ou rejeição dos partidos políticos –, e que novas características pode este coletivo incorporar socialmente, enquanto forma de mobilização a partir das suas ideologias. A partir do caso MPL, analisado por Maria da Glória Gohn, os elementos que o caracterizaram fundamentam uma corrente ideológica ligada ao “autonomismo” (Gohn, 2018, p. 124), que tem o seu foco na tradição libertária da filosofia anarquista, Marxista-Leninista (Falchetti, 2017). Por oposição ao “autonomismo”, surgiu a corrente ideológica das “organizações movimentalistas”, uma terminologia que foi criada por Gohn (2018, p. 120), para caracterizar grupos de jovens com inspiração liberal e orientação partidária de extrema-direita. Estes jovens juntam-se à volta de alguns líderes, ou formadores de opinião, e com os quais elaboram um plano de atividades e o executam, sob a ótica institucional que inclui objetivos estratégicos, levantamento de fundos, campanhas comunicativas, entre outros aspectos comuns aos movimentos do pós-junho de 2013.

As “organizações movimentalistas” (Gohn, 2018, p. 120) são compostas por ativistas, fundamentalmente virtuais, que convocam manifestações em determinados momentos, em função dos interesses de agendas construídas com foco no poder político central do país (Gohn, 2018). Dois dos principais exemplos destas organizações mais recentes, são o “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre” (MBL). O primeiro, auto-intitulado como “um movimento suprapartidário, democrático e que busca por um Brasil melhor e mais ético” (Vem pra Rua, s.d.) e é formado por mil voluntários de todas as partes do país, mas que transcendem este número quando congregam milhares de pessoas nas manifestações de rua, convocadas nas redes sociais. Este movimento teve uma importância fundamental na convocação e na realização de grandes manifestações de rua no Brasil, em 2015 e 2016³⁴, sendo as mais relevantes as que estão relacionadas com o progresso da Operação Lava Jato e com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O segundo exemplo, o “Movimento Brasil Livre”, autodenomina-se como um “movimento de renovação do Brasil”³⁵. Igualmente ativo na convocação de adeptos para manifestações de rua, o MBL relaciona-se mais com a política partidária, na medida em

³⁴ O “Vem pra Rua” afirma que levou mais de seis milhões de pessoas às ruas em 13 grandes manifestações em mais de 250 cidades brasileiras. Duas delas, março/2015 e março/2016, entraram para a história como as maiores manifestações da sociedade civil no Brasil. Informação retirada de <https://www.vempraru.net/o-movimento/#vem-pra-rua>

³⁵ A informação do movimento pode ser consultada em <https://mbl.org.br>

que rejeita a atuação dos partidos de orientação ideológica de esquerda, representados, sobretudo, pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Partido Socialista Brasileiro, pelo Partido Comunista Brasileiro. Em suma, sobre a orientação ideológica destes movimentos, ao contrário dos coletivos de natureza “autonomistas” (Gohn, 2018, p. 124), que visam ampliar a plataforma de direitos constitucionais assegurados, as “organizações movimentalistas” (Gohn, 2018, p. 120), pretendem influenciar a opinião pública pela defesa de alguns lemas – como o fim da corrupção, a ética na política, a renovação no Congresso Nacional –, mas atuam na limitação de direitos assegurados segundo a lógica neoliberal, como, por exemplo, os direitos assegurados dos trabalhadores (Gohn, 2018).

Importa aqui lembrar que, últimas eleições nacionais, em 2018, o MBL conseguiu apoiar a eleição de diversos vereadores, um deputado Federal, bem como prestar apoio ao presidente eleito, Jair Bolsonaro. Para este efeito, os ativistas contaram com o apoio de grupos ligados ao agronegócio, às igrejas evangélicas, aos militares, ao meio artístico, mediático, do desporto, de entre outros, para orientarem a sua agenda³⁶ e manterem as doações ativas. A conjuntura política e ideológica destes movimentos, e das repercussões nas agendas de grupos minoritários, como jovens negros, mulheres, moradores da periferia e LGBT, importam para a compressão do contexto de onde emergem os discursos dos jovens entrevistados, detalhados no capítulo anterior. Neste capítulo, o que se deseja explorar, a partir do percurso das mobilizações no pós-junho de 2013, é como é que podem assumir contornos completamente distintos. No seu trabalho, Gohn (2018) ressaltou a existência de diferenças singulares entre os ativistas e as organizações que iniciaram as primeiras convocações nas redes sociais digitais, e outros grupos de jovens. Os ativistas, a partir de 2014, criaram novas mobilizações e repertórios ideológicos distintos, iniciados por apelos ligados às conquistas sociais, com grupos de caráter “autonomista” (Gohn, 2018, p. 124) mas que, mais tarde, culminaram com a ascensão da extrema-direita, resultante do apoio de “organizações movimentalistas” (Gohn, 2018, p. 120)

Gohn (2018) reforça que estas últimas se têm articulado outros 26 movimentos sociais de presença digital, como por exemplo, “Instituto Democracia e Ética”, “Jovens Transformadores”, “Avança Brasil”, “Brava Gente Brasileira”, “Chega de Impostos”, “Diferença Brasil”, entre outros.

³⁶ Ver as propostas públicas do MBL em <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>

3.1.5 Coletivos culturais e *ativismo*

Os coletivos culturais são considerados formas de participação política adotadas pela juventude brasileira atual. Estes coletivos são predominantemente marcados pelo foco nas causas sociais, por um caráter de efemeridade, enquanto fenômeno artístico, e pela falta de hierarquia entre os membros que os compõem (Cabral, 2007; Mazetti, 2008). Cabral (2007) defende que os coletivos culturais ultrapassam a ideia de desenvolver o cenário artístico e cultural de determinada região, por meio de uma associação entre artistas, para buscarem resultados práticos. Funcionam como um mecanismo de intervenção social e de resistência dos jovens de zonas urbanas, periféricas e também da classe média.

Um dos fundamentos dos coletivos culturais está assente na formação de redes colaborativas para a sua realização (Cabral, 2007; Mazetti, 2008; Rosas, 2005), contando com uma configuração organizativa que tem um certo nível de desordem e de improviso, face à pluralidade dos seus agentes (Mazetti, 2008). Outro dos fundamentos dos coletivos tem que ver com um formato artístico-reflexivo, que visa levar os indivíduos à reflexão acerca das injustiças sociais que vivem, e catalisar mudanças sociais concretas (Mazetti, 2008). Neste sentido, estes coletivos utilizam novas formas de criticar a realidade e de sugerir alternativas às normas sociais sedimentadas em oposição aos tradicionais formatos de reflexão social, mais centrados nas instituições, como a escola, a academia, e as organizações do terceiro setor (Mazetti, 2008; Bordin 2015). Bordin, (2015, p. 130) acrescenta ainda que, de uma forma mais espontânea e lúdica, os coletivos culturais, por um lado, apelam ao humor, gerado pela interação entre *performers* e espectadores e, por outro, possibilitam um espaço para a tomada de consciência e para o diálogo, gerando “uma experiência política por meio de um ato artístico”.

No âmbito dos coletivos culturais emergiu, mais recentemente, uma corrente denominada de *ativismo*. Segundo Bordin (2015, p. 129), esta manifestação advém do termo “*hacktivismo*”, em que as manifestações ativistas são feitas principalmente utilizando os recursos multimédia e a internet. Nos antecedentes do *ativismo*, estão, entre muitas obras, o teatro questionador de Bertolt Brecht e a literatura crítica de Guy Debord, *A Sociedade do Espetáculo*. No Brasil, a principal influência foi o dramaturgo Augusto Boal e o seu “Teatro do Oprimido”³⁷ nos anos de 1970 (Bordin, 2015; Chaia, 2007). Alinhado com as ideias de Freire (1987), em particular no que diz respeito à

³⁷ Pela abordagem participativa em que a plateia pode propor soluções aos desafios elencados durante o espetáculo, que busca uma sociedade mais justa e mais humana, segundo Bordin (2015).

conscientização, o “Teatro do Oprimido” busca criar um espaço e uma voz para os mais marginalizados, tendo sido largamente utilizado por organizações no campo do desenvolvimento, demonstrando eficiência, fazendo emergir problemas comunitários comuns e suas soluções neste mesmo seio (Suzina & Tufte, 2020).

Numa segunda fase do *ativismo*, já nos anos de 1990, estão as tecnologias de comunicação e informação, que possibilitam que novas linguagem e formas de expressão advenham da fusão entre as artes cênicas, o cinema, a literatura, a música e a internet (Chaia, 2007; Mazetti, 2008). De acordo com Chaia (2007), o método multimídia e colaborativo, característicos dos coletivos culturais e, mais precisamente, do *ativismo*, constitui uma forma de participação política direta, na medida em que sugere vários níveis de envolvimento social em práticas “político-estéticas”, que variam entre o “artista, o crítico, o engajado ou o militante” (Chaia, 2007, p. 10). Estas formas de envolvimento social tornam o artista-ativista vinculado ao desejo de luta social pelo reconhecimento dos conflitos que devem enfrentados (Chaia, 2007).

Mazetti (2008) analisa dois exemplos de coletivos culturais com natureza *ativista*, o coletivo “Poro”, de Minas Gerais e o “Media Sana”, de Pernambuco. Em ambos os exemplos, é comum a nuance crítica ao sistema socioeconômico e simbólico dos discursos das elites, seja na publicidade e apelo mediático para o consumo acrítico, e à cultura livre como um direito dos cidadãos – em “Media Sana” –, ou por uma chamada dos cidadãos para a reflexão sobre os seus direitos, a exemplo do uso do espaço urbano – em “Poro”. Os recursos comunicacionais-artísticos que estes coletivos utilizam, incorporam desde carimbos, panfletos, cartazes e outdoors – em “Poro” –, até performances audiovisuais, com excertos de publicidade e programas televisivos – em “Media Sana”.

3.1.6 As mobilizações sociais no Brasil e os caminhos para a CpDMS

Diversos estudos empíricos apontam que os jovens brasileiros têm estado mais atraídos por formas menos convencionais, mais flexíveis e mais abertas de engajamento, no que toca às mobilizações sociais (A. T. Barros & Martins, 2017; Castro, 2008; Cabral, 2007; Gohn, 2018; Mazetti, 2008). Entretanto, muitas destas mobilizações advêm de estruturas híbridas. Ora, movimentos que evoluem para coletivos, ora coletivos que se vinculam a movimentos, ora organizações que se constituem movimentos – mais estruturadas e institucionalizadas, como o MBL. Estes últimos têm uma influência maior no digital e, por assim dizer, são mais efêmeros e pouco consistentes. Uns com maior

coesão, a partir da institucionalização, enquanto outros têm fortes abordagens culturais e de manifestação nas ruas, relegando para as redes um papel organizativo.

Estes novos arranjos participativos no Brasil provam que as mobilizações sociais estão muito próximas daquilo que Bennett & Segerberg (2012, p. 752) tipificaram como ação conectada organizada a partir de redes, ou *connective action organizationally enabled networks*. Assim, por um lado, há o reconhecimento dos *media* digitais com um papel fundamental para organizar a mobilização social, por outro, não prescindem de uma estrutura eventualmente institucional, como suporte e sustentabilidade da suas ações, ao longo do tempo. É sobretudo por este aspecto organizativo, presente na forma como os brasileiros se têm mobilizado, que se sugerem possíveis caminhos para refletir a CpDMS.

Percebe-se que há ainda muito para explorar em termos dos coletivos culturais e o *ativismo*, no âmbito da mobilização social. As nuances lúdico-ativistas que mesclam artes convencionais com formatos digitais, e que tanto podem estar presentes nas ruas, nas festas, nos espaços culturais, como se podem adaptar aos formatos mediáticos *online* e de rápida difusão como o YouTube, podem ajustar-se aos diversos contextos de uma juventude que se identifica como urbana e interconectada.

Há, igualmente, um vasto território para se aprofundar a estruturação da comunicação institucionalizada por ONG, governos e organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo a partir das estratégias encontradas nas mobilizações sociais, particularmente as formas de identificar os grupos de jovens com capacidade de liderança natural e de engajamento emocional com outros jovens, numa cultura colaborativa que aproveita as suas competências, e que utiliza os seus desejos como matéria para a motivação para as mudanças. Nesta seara interseccional, entre a comunicação estratégica e a CpDMS, explorada por Waisbord (2014, p. 160), nota-se igualmente o aproveitamento das condições do contexto político, “*Strategic Junctures*”, para a elaboração de uma agenda que ressoe tanto com os objetivos individuais, quanto com os comuns – são disso exemplo a utopia do “Movimento do Passe Livre”, quando procurou acabar com as tarifas de transporte público –, e que envolvessem a exploração de táticas de comunicação estratégica, como a angariação de adeptos³⁸, a criação de planos de ação – que envolviam a organização de eventos, a orientação acerca dos eventos de

³⁸ Ver o vídeo de abertura do MBL, onde os jovens do Movimento Brasil Livre criaram uma abordagem de angariação de adeptos baseada no filme *Matrix*, que parte da consciencialização para novas escolhas políticas, explorando idiosincrasias comuns relativamente à negação à escândalos de corrupção, a rejeição às políticas do Partido dos Trabalhadores e ao desejo de renovação da política brasileira a partir de ideias nacionalistas, inspiradas em partidos de extrema-direita, sem contudo os citar textualmente. Disponível em <http://mbl.org.br>

rua, mote, palavras de ordem, material de divulgação, estética pessoal –, e a divulgação em tempo real e colaborativa, e a avaliação de resultados com *feedbacks* instantâneos. A partir do é que abordado neste tema, o olhar da comunicação institucional para os movimentos sociais, a partir do convite para avançar com a investigação feito por Huesca (2001), ainda antes da explosão tecnológica, verifica-se que já não basta mais adentrar o universo destes cidadãos e perceber os seus anseios, emoções e motivações. Dito de outra forma, uma comunicação que engaje o jovem a participar para a mudança social requer, sobretudo, não apenas a empatia para pensar como um jovem, mas, sobretudo, sê-lo.

3.2 *Advocacy* e o espaço fomentado pelas tecnologias cívicas

O *advocacy*³⁹ é reconhecidamente uma abordagem da CpDMS, com um espaço relevante na literatura, cedido pelos autores mais influentes deste campo, como são Quarry e Ramírez, 2009; Servaes e Malikhao 2012; Waisbord, 2001; Wallack et al., 1999 e Wilkins, 2014. A sua conceptualização advém, sobretudo, de uma componente prática e estratégica, com resultados comprovados na defesa de alguns dos direitos humanos fundamentais, destacando-se as áreas da saúde (Servaes & Malikhao, 2010; Wallack et al., 1999); a cultura de paz e a mediação de conflitos (Servaes & Malikhao, 2012); a defesa dos direitos dos jovens (Usdin, Christofides, Malepe & Maker, 2000) e os direitos femininos (Barsted, 2011).

Ao focar, portanto, nesta conceitualização do *advocacy*, deseja-se explorar o papel da comunicação que é realizada no âmbito das ações práticas e que potenciem oportunidades de espaço e de voz para os jovens. Para o efeito, neste trabalho começam-se por explorar as dinâmicas de poder ligadas com o *advocacy* e, por fim, atenta na sua vertente mais recente, o *digital media advocacy* e a sua relação com as tecnologias cívicas, explorando alguns casos brasileiros. Finaliza-se com uma breve análise com o olhar nos possíveis caminhos para refletir sobre a CpDMS.

3.2.1 O *advocacy* e as dinâmicas de poder

Jan Servaes e Patchanee Malikhao admitem que, embora não haja um consenso sobre uma definição para o *advocacy*, o que deve ser levado em conta é que esta abordagem é

³⁹ Utiliza-se o termo original *advocacy*, do Inglês, incorporado na língua portuguesa, ao invés do termo advocacia, porque este último tem uma conotação ligada à disciplina do Direito e ao domínio jurídico, o que, de todo, não desejamos explorar neste trabalho. Numa perspectiva contrária, o termo *advocacy* é utilizado, tanto no Brasil, quanto em Portugal, referindo-se às práticas que envolvem os processos de influência através dos *stakeholders* específicos, visando a defesa de direitos humanos.

algo eminentemente participativa, e que busca “aumentar o poder de pessoas e grupos e tornar as instituições mais orientadas às necessidades humanas” (2012, p. 230). Esta definição fica explícita na obra *Advocacy Strategies for Health and Development: Development Communication in Action* (World Health Organization & Health Education Service, 1992), que contou com a colaboração de Jan Servaes, na qual o especialista em CpDMS define assim o *advocacy*:

“o *advocacy* é uma combinação de ações sociais projetadas para obter o apoio e o compromisso do sistema político, bem como a receptividade social das comunidades para um objetivo ou programa específico. Envolve a recolha e a estruturação de informações, comunicação aos tomadores de decisão e outros apoiantes em potencial, incluindo o público, por meio de vários canais interpessoais e mediáticos”. (World Health Organization & Health Education Service, 1992, p. 2).

Karin Gwinn Wilkins tem uma conceptualização similar, suportada na teoria da CpDMS. A investigadora refere que o *advocacy* envolve a comunicação pública, em apoio a uma causa ou a uma política social, e que pode ter como beneficiários uma variedade de grupos sociais e de comunidades (Wilkins, 2014). Para Wilkins, o viés comunicacional do *advocacy* baseia-se na compreensão de que a comunicação é um processo sociocultural de troca simbólica, e “fundamentada em estruturas políticas e económicas, que orientam o acesso a recursos-chave pelas populações” (2014, p. 61). Portanto, o objetivo final do *advocacy*, numa perspectiva mediática e comunicacional mais abrangente, é alterar políticas públicas vigentes, em favor do acesso aos direitos pelas populações (Servaes & Malikhao 2012; Wilkins, 2014). Oportunamente, Quarry e Ramírez (2009) acrescentam que o *advocacy* promove a voz entre aqueles que são marginalizados, facilitando a sua participação ativa nas decisões que importam nas suas vidas.

A comunicação, a partir da vertente do *advocacy*, implica, portanto, fomentar o compromisso e o apoio político, através de uma ação social participativa (Servaes & Malikhao, 2012), engendrada diretamente pelas comunidades, em parceria com *stakeholders* influentes na sociedade, em particular os *media*, a classe empresarial, as organizações culturais e religiosas (World Health Organization & Health Education Service, 1992; Servaes & Malikhao, 2012). Por esta lógica inclusiva e participativa, Servaes & Malikhao (2012), identificaram que há três fluxos de ação fundamentais para se ativar e potenciar a comunicação do *advocacy*, são eles: i) os *media* devem ser utilizados para criar apoio público e uma pressão ascendente nas decisões políticas, ou o *media advocacy*; ii) é necessária uma presença plural das forças políticas e das

organizações públicas dos mais diversos fins num trabalho constante e em rede; e iii) a demanda pública gerada para evocar uma resposta dos líderes nacionais deve representar, prioritariamente, os interesses das comunidades.

Existem várias formas pelas quais a comunicação do *advocacy* pode facilitar a defesa de direitos junto de quem mais precisa. Como ponto de partida, Servaes e Malikhao (2012) destacam a importância de descobrir, compreender e encorajar o reconhecimento de problemas, bem como as possíveis soluções para os visados pelas políticas públicas. Wilkins (2014) enfatiza o uso dos *media*, via *media advocacy*, como meio de educar e de mobilizar as comunidades e o poder público. Waisbord (2001) complementa que o *media advocacy* pressupõe, portanto, o uso estratégico dos meios de comunicação para avançar o debate social com viés político, necessários tanto para mudar a opinião pública, quanto as decisões políticas de uma comunidade ou sociedade. Silvio Waisbord (2001) ainda lembra que a aceitação ampla de um projeto, ou causa, advém também do apoio popular. É por esta razão que o papel dos meios de comunicação, no âmbito do *media advocacy*, pode facultar a criação de uma agenda pública que precisa ganhar volume e ser discutida a partir da visão de populações marginalizadas. Entretanto, como saber se a comunicação do *advocacy* funciona?

Servaes e Malikhao (2012, p. 232) apontam que para ser eficaz, o *advocacy* deve congrega ações interligadas e estruturadas, de forma a “gerar tanto o compromisso político para políticas públicas, quanto o aumento do interesse público e a demanda por questões ligadas ao desenvolvimento”. Conjuntamente, o *advocacy* deve ser capaz de favorecer alianças e sistemas de suporte social que legitimam e incentivam as ações ligadas ao desenvolvimento para, assim, poder “fomentar o empoderamento e capacitar os indivíduos e os grupos com o conhecimento, valores e habilidades que estimulam ações efetivas de mudança social” (Servaes & Malikhao, 2012, p. 232).

Neste âmbito, a CpDMS oferece, tanto um processo, como um contexto, para as práticas do *advocacy*, na medida em que considera as dinâmicas de poder como cruciais para motivar os processos de mudança social, segundo Wilkins (2014). A autora norte-americana argumenta que esta abordagem comunicacional atua através de processos autorreflexivos, dialógicos e de resistência política, que melhoram a condição humana, ao questionar os poderes hegemônicos – políticos e económicos –, e ao provocar uma contranarrativa a uma narrativa dominante. No cerne desta contranarrativa, a autora defende que o *advocacy* aborda “os custos humanos da globalização, num contexto de capitalismo global acentuado, bem como as violações de direitos humanos e a devastação

ambiental” (Wilkins, 2014, p. 61). O discurso do *advocacy*, logo, representa uma prática de contestação, na medida em que ajuda a transmitir a ideia de que a comunicação pode representar, não apenas um acordo coletivo, mas também um meio de resistência política, para que indivíduos vivam com dignidade e equidade, e não marginalizados e oprimidos (Wilkins, 2014). Por conseguinte, ao contrário de uma abordagem “mais pluralista da comunicação” (Wilkins, 2014, p. 62), que se baseia na ideia de que os indivíduos têm acesso similar ao capital político e à capacidade de realizar mudanças sociais, a comunicação do *advocacy* reconhece que as diferenças no acesso a recursos criam e reforçam privilégios para poucos, e que a comunicação do *advocacy* visa compensar esta tendência.

Considerando que as políticas públicas são parte integral dos processos de desenvolvimento (Servaes & Malikha, 2012), com estas conceptualizações iniciais, percebe-se a orientação da comunicação do *advocacy* para (re)equilibrar as relações de poder firmemente estruturadas. Somado a este facto, dada a poderosa confluência dos meios digitais no *advocacy*, passa-se a seguir, a analisar como é que o *digital media advocacy* tem um potencial relevante na CpDMS, a partir do exame de um caso brasileiro.

3.2.2 O digital *advocacy* e as tecnologias cívicas

A internet tem conferido ao *advocacy*, tanto em escala, quanto em volume, um forte contributo para as práticas de participação cívica, favorecendo mecanismos de deliberação política (Brady et al., 2015; Davis, 2015; Galer-Unti, 2010). É no âmbito destas práticas que as tecnologias cívicas representam um campo de investigação científica emergente e de aplicação empírica. As petições, assinaturas de *referendum*, moções públicas, abaixo-assinados, *e-mails* enviados diretamente aos representantes na política, são alguns dos exemplos das tecnologias cívicas (Peixoto & Sifray, 2017; Saldivar et al., 2019).

Ao examinar os conceitos de tecnologias cívicas na literatura, há algumas definições que convergem para a conceptualização da comunicação do *advocacy*, abordadas anteriormente, apenas acrescidas do uso dos meios tecnológicos. Portanto, nota-se uma profunda semelhança entre os sentidos do *advocacy* e destas tecnologias.

O conceito de tecnologias cívicas, foca-se na utilização dos recursos tecnológicos por cidadãos, como mecanismo de participação política e cívica, para influenciar a tomada de decisão pelos seus governantes (Davis, 2015; Peixoto & Sifray, 2017; Saldivar et al.,

2019). Mais em particular, Saldivar et al. (2019, p. 2) definem-na como “a tecnologia que facilita a governança democrática entre os cidadãos”, enquanto Peixoto e Sifray (2017, p. 45) referem-na como “o uso da tecnologia para o bem público” ou ainda, “qualquer tecnologia que seja usada para fortalecer os cidadãos ou ajudar a tornar o governo mais acessível, eficiente e eficaz”.

Segundo a análise feita por Saldivar et al. (2019, p. 27), “há um ecossistema emergente e paradoxal onde as utilizações das tecnologias cívicas são prósperas, enquanto a democracia representativa enfrenta uma crise global”. Para estes autores, tal ecossistema, onde há inúmeras experiências práticas, prospera velozmente, graças à mobilização das organizações da sociedade civil e dos cidadãos em demandas públicas lideradas por ambos. Por comparação, Saldivar et al., (2019) referem que a academia está muito atrasada na exploração do espectro destas tecnologias no quotidiano. Este descompasso entre os usos e a investigação académica das tecnologias cívicas, representa, segundo Saldivar et al., (2019) uma oportunidade única para a investigação poder ajudar a descobrir formas inovadoras de aprimorar os processos de participação direta na democracia, avaliando tanto as plataformas colaborativas, quanto as formas de promover o engajamento dos cidadãos em temas como o orçamento participativo, referendos, relato de problemas urbanos, petição para transformação de leis, entre muitos outros.

Peixoto e Sifray (2017), por sua vez, resumem que até ao momento, as iniciativas de tecnologia cívica se basearam esmagadoramente em modelos de participação voluntários engendrados pela sociedade civil. Numa posição crítica acerca da eficácia destas tecnologias, Peixoto e Sifray (2017) alertam que é necessário explorar ainda mais a combinação de abordagens de participação cívica e política *online e offline*. Estes autores também salientam a importância de se verificar os projetos participativos alternativos, executados no cerne das comunidades, e não apenas por intermédio de organizações internacionais. A razão para isso é que, tratando-se dos países em desenvolvimento, é importante considerar “se a tecnologia cívica facilita a participação de indivíduos que são tradicionalmente excluídos ou se, ao contrário, fortalece ainda mais os já capacitados” (Peixoto & Sifray, 2017, p. 45).

A partir do exame de diversas experiências de tecnologias cívicas, Peixoto e Sifray (2017) demonstraram existir, por um lado, falhas nas questões de inclusão, e concluíram que estas tecnologias não estão imunes às desigualdades em processos que habilitam uma participação social plural. Por outro lado, Peixoto e Sifray (2017) repararam noutro desafio remanescente – a atribuição de resposta do poder público às demandas dos

cidadãos, com recurso às tecnologias cívicas. Acerca desta relação, os autores referem que embora “nunca tenha sido tão fácil criar caminhos para a participação dos cidadãos, a resposta é mais difícil do que nunca” (Peixoto & Sifray, 2017, p. 46). Explicam ainda que, em comparação com as questões geradas pelos cidadãos, os níveis de disposição, capacidade e recursos disponíveis para os governos fornecerem uma solução significativa aos cidadãos, permanecem os mesmos, quando não se reduziram. Esta diferença pode gerar um *déficit* de resposta à voz dos cidadãos, que não pode ser reduzido pela simples criação de mais tecnologias cívicas. Peixoto e Sifray (2017) tentam também perceber a existência de fatores nas tecnologias cívicas que influenciam, positivamente, a resposta dos governos e concluem, a partir dos casos analisados, haver uma “

“co-existência de ação *online e offline*, a realização de parcerias entre plataformas de tecnologia cívica e provedores de serviços públicos e o facto de ser o próprio governo a liderar a iniciativa digital ou ser um dos seus principais parceiros”. (Peixoto & Sifray, 2017, p. 32)

A partir desta conceptualização das tecnologias cívicas, passa-se a explorar o que é a NOSSAS, uma organização que trabalha com tecnologias cívicas no Brasil, e, no âmbito do portefólio de projetos desta entidade, o projeto “Beta, uma robô feminista”. Elegeu-se o NOSSAS e o robô “Beta” como casos de estudo pela semelhança que estes têm com o programa U-Report, cuja descrição mais minuciosa decorrerá no próximo capítulo, mas que também se enquadra no domínio das tecnologias cívicas, com uma forte componente centrada no *advocacy* digital.

NOSSAS, um caso brasileiro em tecnologias cívicas

NOSSAS é uma organização do terceiro setor que trabalha com tecnologia cívica “para capacitar e mobilizar os cidadãos para alcançarem as mudanças sociais que eles pretendem” (Nossas, s.d.). A organização autodenomina-se como um “laboratório de ativismo” no qual são criadas “novas formas das pessoas influenciarem e ressignificarem a política”. Graças às suas interfaces digitais (*website* e *media* sociais), a organização trabalha diretamente com as comunidades, construindo ferramentas para a mobilização social e para o *advocacy* digital. Desde a sua fundação, em 2011, com o projeto “Meu Rio”⁴⁰, a NOSSAS cresceu, tem afiliados em quase uma dúzia de cidades brasileiras, e

⁴⁰ O projeto “Meu Rio”, da NOSSAS, acompanha e fiscaliza diariamente as ações do poder público na cidade do Rio de Janeiro. O mecanismo de interação com as comunidades é iniciado pelo Whatsapp, como um canal de informação e de recolha de assinaturas para iniciativas como petições e abaixo-assinados, que são encaminhados para o poder público. Um resultado emblemático do projeto “Meu Rio” veio com a abertura da Delegacia de Descoberta de Paradeiros, uma resposta da Secretaria de Segurança Pública do Estado Rio de Janeiro para localizar desaparecidos a partir da iniciativa de Jovita Belfort, mãe da jovem Priscila Belfort, que desapareceu no Rio de Janeiro, em 2004. Por força da mobilização popular, e pelo *digital advocacy* liderado pela NOSSAS, a polícia do Rio abriu a delegacia, em 2014. Até ao momento, a delegacia de Descoberta de Paradeiros

engajou centenas de milhares de membros, alterando mais de 100 políticas públicas em todo o país até ao momento (Estefan, 2017). Em 2018, a NOSSAS criou uma plataforma chamada “BONDE”⁴¹ para que os cidadãos singulares e/ou organizações da sociedade civil sejam capazes de criar campanhas de apoio às causas que lhes interessam, angariar apoio e canalizar este suporte de forma estratégica. Outros projetos, como o “Minha Sampa”, o “DefeZap” e o “Mapa do Acolhimento”, permitem que os cidadãos registem as suas denúncias e solicitações, de forma anónima, que são depois encaminhadas para o poder público, ao mesmo tempo em que a NOSSAS cria formas continuadas de interação digital com os cidadãos, para que estes estejam cientes dos passos do processo até ao seu desfecho.

Um dos casos mais exemplares da NOSSAS é “Beta, uma robô feminista”. “Beta” foi desenvolvida em 2017 (Toledo & Molinari, 2018), como um mecanismo, via Messenger, capaz de interagir automaticamente com as utilizadoras, são sobretudo mulheres, que acedem à sua página no Facebook. O algoritmo deste robô, ou *bot*, que funciona para dar suporte técnico à “Beta”, é capaz de enviar milhares de *e-mails* diretamente aos deputados parlamentares no Congresso Nacional no Brasil, para influenciar as suas decisões nos temas mais relevantes na atualidade sobre a defesa de direitos femininos. É por esta forma de influenciar as ações dos políticos que “Beta” advoga “melhorar a participação das mulheres brasileiras”, no que diz respeito aos seus direitos fundamentais e a alterar a forma de como estas mulheres se relacionam com a política nacional. Ao intermediar a relação entre as mulheres e os seus representantes, “Beta” traz até elas, por um lado, os temas que estão a ser debatidos na comunicação social e discutidos na pauta do Congresso Nacional, como a legalização do aborto, a discriminação das mulheres por etnia, religião, nacionalidade, transfobia e questões LGBT, os direitos trabalhistas por género. E, por outro lado, “Beta” leva aos decisores públicos o que as mulheres pensam sobre estes temas. Ou como descrevem os seus criadores:

“a pressão acontece via email, mas você não precisa sair da conversa para conseguir enviar sua mensagem: a Beta pergunta seu email, te mostra a mensagem que será enviada e, se você concordar, ela faz chegar na caixa de entrada de cada autoridade. Ela é a mensageira, mas o remetente é você!”. (Toledo & Molinari, 2018)

já resolveu 88% dos casos que foram relatados no seu primeiro ano de operações sobre pessoas desaparecidas. Um resumo do trabalho da NOSSAS pode ser visto no website da entidade, em www.nossas.org, ou no vídeo institucional, disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=941&v=LtxKJ-rIVyk

⁴¹ Disponível em <https://www.bonde.org>

A partir de mensagens do Messenger, divulgadas pela plataforma⁴², “Beta” informa os seus adeptos sobre o trâmite das ações que advoga. Alguma evidência do impacto de “Beta” sobre os projetos de Lei e/ou políticas públicas que “ela” tenha influenciado, é autoatribuída, como se vê no fragmento abaixo, extraído de uma mensagem enviada às suas adeptas. Contudo, não há evidências mais profundas que possam inferir uma relação causal direta entre a pressão das suas ações de mobilização e *advocacy* digital, e a resposta dos parlamentares brasileiros. A mensagem a seguir refere-se ao projeto de Lei que criminaliza do aborto no Brasil, a PEC 29/2015 (Proposta de Emenda à Constituição nº 29, 2015).

“Manas, se eu tivesse um coração, ele ia saltar pra fora da boca agora! Isso se eu tivesse boca! Foram 45 MIL PESSOAS exigindo a rejeição da PEC 29/2015! A gente arrasa, viu? Imagina juntas! A Comissão de Constituição e Justiça do Senado tremeu com nosso barulho e alguns senadores, atentos à nossa voz, pediram revisão da proposta. Mas segura a emoção que a tramitação segue: a PEC 29 ainda não foi enterrada de vez e vai voltar à pauta na próxima reunião da CCJ, dia 08/05. Conto com sua mobilização pra pedir que eles #AbortemEsseAbsurdo! Pressione AGORA no site e compartilhe nas suas redes: http://bit.ly/AbortemEsseAbsurdo_”.⁴³

3.2.3 *Advocacy* digital, jovens e caminhos para a CpDMS

Direciona-se agora a atenção para a exploração de como é que o *advocacy*, em particular, o *digital media advocacy*, como tendência mais recente, coadjuvada pelas tecnologias cívicas, pode facilitar os processos de empoderamento através da criação de espaços que se convertam em visibilidade para os jovens brasileiros, e para a emergência das suas vozes, em articulação com os seus representantes na política. Sobretudo, buscase aqui identificar como a CpDMS poderia sair beneficiada com as contribuições do *digital advocacy*.

Neste sentido, faz-se uma reflexão a partir do artigo publicado do gestor da ONG Omidyar Network, Felipe Estefan (2017), que comenta que o Brasil atravessa uma das piores crises políticas da história moderna e que, a combinação de escândalos generalizados de corrupção, e uma crescente desconfiança entre os cidadãos e as elites políticas, levaram a uma era de privação de direitos, desilusão e decepção por parte dos brasileiros. Estefan (2017) reitera que, para muitos cidadãos, o sistema atual parece incapaz de produzir os resultados que eles gostariam de ver, por exemplo, devido à corrupção generalizada. É com base neste contexto, em linha com o discutido no capítulo anterior, que Filipe Estefan encoraja o uso das tecnologias cívicas, por acreditar que os

⁴² Mensagem divulgada pela plataforma de “Beta”, via Messenger, no Facebook.

⁴³ Retirado de <https://www.facebook.com/beta.feminista>

cidadãos encontrem nestas soluções ágeis para interagir com os seus governantes e buscar futuros melhores para si e para suas comunidades.

Ora, como se viu, a função do *advocacy* é promover políticas que apoiem a solução de uma questão, ou de um programa, para grupos e para áreas específicas (World Health Organization & Health Education Service, 1992; Servaes & Malikhao, 2012). Mais concretamente, o caso NOSSAS parece favorecer um primeiro ponto essencial para a alteração de políticas, que é explorar uma aproximação entre as esferas de poder conflituantes na democracia: o poder formal e o contrapoder dos cidadãos. Veja-se agora como se articulado com a teoria.

Admitindo uma realidade em que há indivíduos desiguais em situação de desigualdade e que os interesses dos mais privilegiados tendem a dominar as agendas políticas e as próprias políticas públicas, não apenas em ativos materiais, como também em capitais sociais e culturais intangíveis (Wilkins, 2014), o trabalho da comunicação do *digital advocacy*, parece promover um aproveitamento de recursos e de oportunidades de empoderamento para estes grupos historicamente desfavorecidos por conjunturas políticas. No caso da NOSSAS, por exemplo, os exemplos têm que ver com a utilização de mecanismos de partilha de dados anónimos, em que se incluem o envio de vídeos com denúncias via WhatsApp (“DefeZap”), a recolha de assinaturas e *e-mails* via SMS/Messenger (“Minha Sampa”, “Meu Rio”), a análise de comentários nos *posts* dos projetos no Facebook, a cocriação de ferramentas que geram mais acessibilidade e difusão do *digital advocacy* (BONDE) e o envio direto de mensagens aos representantes (“Beta”), entre outros.

Em linha com o pensamento de Servaes e Malikhao (2012), que defendem a participação como elemento central do *advocacy*, os projetos da organização NOSSAS parecem privilegiar oportunidades de cocriação com os cidadãos. E, ao ampliarem a proximidade, pode haver espaço para a prática de uma comunicação que, como lembram Quarry e Ramírez (2009), permita que os indivíduos e as comunidades ganhem controlo e poder para transformar as suas histórias e realidades. Neste sentido, “Beta” parece desempenhar um papel de participação relevante, ao permitir a ação direta e imediata das suas adeptas em exercer pressão sobre os deputados parlamentares brasileiros.

Ainda que haja espaço para o otimismo, não se podem esquecer os desafios levantados por Peixoto e Sifray (2017), quando alertam para os riscos de falhas na inclusão plural dos cidadãos nas tecnologias cívicas, e da incapacidade de resposta dos governos em atender às demandas sociais dos grupos que as engendram. Como reiteram estes autores,

“responder a estas questões pode fornecer pistas sobre como projetar as tecnologias cívicas para melhor aproveitar a capacidade de resposta do governo às demandas colocadas pelos cidadãos” (Peixoto & Sifray, 2017, p. 47). Aqui acrescenta-se que, no caso brasileiro, estas pistas podem ampliar oportunidades de diálogo entre as comunidades e um setor público em desgaste e em descrédito político e institucional. Possivelmente, incluir a presença do governo na génese dos projetos de tecnologia cívica e/ou limitar ainda mais o espectro de atuação das organizações do terceiro setor, para reduzir a representação entre o poder e o contrapoder, podem estar entre algumas destas experiências neste panorama das tecnologias cívicas por organizações que criam a comunicação para as causas dos jovens.

3.3 As literacias críticas dos *media* e as novas contra narrativas

A literacia tradicional envolve a aquisição de habilidades e conhecimentos para ler, interpretar, produzir textos e ampliar as capacidades intelectuais que visem a participação social plena (Ayres & Brites, 2019; Buckingham, 2003; Kellner & Share, 2007a; Luke & Freebody, 1999). De modo correlato, as literacias mediáticas concorrem para extrapolar esta forma tradicional de educação, ao aprofundar o potencial dos indivíduos e dos grupos para adquirirem, entenderem, considerarem, avaliarem e criarem conteúdos advindos das suas próprias realidades (Kellner & Share, 2007a; Livingstone, 2004, 2011). Mais além, e com os usos da literacia mediática, consegue-se estabelecer uma correlação entre esta aprendizagem, que passa pela leitura crítica do mundo e pelo empoderamento (Freire & Macedo, 1987/2013). Esta relação está fundamentada no facto de que, ao incrementar as capacidades para a leitura crítica do mundo, tornam-se explícitas as relações de poder entre os *media* e os cidadãos, bem como se consolidam formas de intervenção cívica para a mudança social (Brites, Amaral et al., 2018; Funk et al., 2016; Kellner & Share, 2007a, 2007b; Livingstone, 2018; Yoon, 2016). Douglas Kellner e Jeff Share avançaram substancialmente esta noção de literacias mediáticas na direção das literacias críticas, com base nos princípios da pedagogia crítica transformadora (Freire & Macedo, 1987/2013, p. 121), para abordar questões de género, raça, classe e poder.

Kellner e Share (2007a) sistematizaram a aplicabilidade prática das literacias críticas, que tendem a coincidir com os quatro princípios básicos: i) o reconhecimento da construção dos *media* e da comunicação como um processo social, por oposição à mera aceitação de textos como transmissores isolados de informação neutros ou transparentes;

ii) a necessidade de algum tipo de análise textual semiótica que explora as linguagens, géneros, códigos e convenções do texto; iii) a exploração do papel que o público desempenha na produção de significados; e iv) a problematização do processo de representação, para descobrir e envolver questões de ideologia, poder e prazer. Kellner e Share argumentam que estes princípios são importantes para dotarem os cidadãos com competências necessárias para a intervenção nas suas realidades e para a criação dos seus próprios sentidos do mundo para, desta forma, tentarem transformar as sociedades em que vivem (Kellner & Share, 2007a, 2007b).

No próximo subtópico, aborda-se como têm evoluído as literacias críticas face às novas tecnologias, e que oportunidades podem representar para as práticas participativas dos jovens.

3.3.1 O digital e as possíveis contribuições das literacias críticas

Quando o assunto são as novas tecnologias, Kellner & Share justificam que, hoje os jovens precisam percorrer quantidades de informações substanciais, examinar criticamente conteúdos, desenvolver habilidades de interpretação e de escrita crítica em múltiplos contextos – político, económico, histórico e social –, antes de “comunicarem, de forma concisa, os seus pensamentos e sentimentos para serem participantes ativos numa sociedade democrática” (2007a, p. 4). No centro destes desafios recentes, Livingstone (2011) acrescenta que as literacias críticas capacitam os jovens, para que estes saibam aceder e pesquisar conteúdo *online*, analisá-lo e criticá-lo, a ponto de os encorajar a criar os seus próprios conteúdos e narrativas. Mais ainda, Livingstone (2011, 2018) considera que quanto mais os *media* digitais penetram os domínios do trabalho, educação, informação, participação cívico-política e das relações sociais, mais se tornam uma condição vital para que, sobretudo os mais jovens, sejam informados e criticamente capazes de julgar o que é útil e o que é enganoso, perceber como são regulados os *media*, quão confiáveis podem ser e quais os interesses comerciais ou políticos que estão em jogo. É, a partir do incremento destas novas competências requeridas pelos jovens, que as literacias críticas vêm assumindo uma crescente importância no contexto dos *media* digitais e que se configuram como um caminho viável, tanto para o engajamento com os *media*, quanto para engajar a sociedade através deles (Ayres & Brites, 2019; Livingstone, 2011, 2018). Tendo em mente a relação entre as literacias críticas, os jovens e a presença no digital, Ayres e Brites (2019, p. 52) identificaram três possíveis aplicações práticas das literacias críticas, a partir de uma extensa revisão literária e da conjugação com o trabalho

empírico. São elas: “(1) desconstruir os discursos e combater os discursos de ódio, (2) desenvolver a consciência global e incentivar a participação e 3) combater a desinformação”. Aprofundam-se estas aplicações pela vertente teórica aqui, e, mais adiante no capítulo 5, serão conjugadas com a análise do objeto empírico deste trabalho.

Desconstruir os discursos e combater os discursos de ódio

O trabalho das literacias críticas consiste em questionar as representações mediáticas relativas às etnias, classes sociais, género, entre outras, relevantes na atualidade (Funk et al., 2016; Freire & Macedo, 1987/2013). No processo até so despertar crítico e pela aprendizagem, rompe-se o mito de que os media podem ser um transmissor neutro da informação para representar a realidade (Funk et al., 2016). A chamada “normalização do discurso”, é algo que decorre quando a conotação e a denotação se tornam um só elemento, e a “representação parece natural, tornando a construção histórica e social invisível” (Funk et al., 2016, p. 11). De facto, os discursos normalizados têm ganho crescente visibilidade no meio digital (Waldron, 2010). Segundo estes últimos autores, os discursos de ódio, por exemplo, representam um desafio a ser combatido, quando se pensa sobre os benefícios da internet na livre expressão de pensamentos e opiniões, na qual há um encorajamento dos utilizadores para verbalizar o que, em situações de convívio social, não fariam. Em particular, Waldron (2010) refere que o discurso de ódio é uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior – de emissor – e inferior – de um atingido –, e que é composto por dois elementos básicos: a discriminação e a externalidade. Portanto, a naturalização de estereótipos, ou estigmas, pode sair do plano mental – abstrato –, para o plano fático – concreto.

Neste sentido, embora, curiosamente, as literacias críticas incentivem a tolerância à diferença, não há espaço para a noção relativista de que “todas as ideias são iguais e todas as perspectivas são válidas” (Funk et al., 2016, p. 12). De forma oposta, as literacias críticas posicionam-se, fortemente, contra o racismo, o sexismo, a normatização da heterossexualidade e outras formas de discriminação repetidamente reforçadas nas narrativas presentes nos *media* e nos discursos de ódio nas redes digitais (Funk et al., 2016).

Desenvolver a consciência global e incentivar a participação

A multiculturalidade das literacias críticas foca-se no “desenvolvimento da consciência crítica dos jovens sobre os desafios globais da contemporaneidade na ótica

do desenvolvimento: saúde, meio ambiente, trabalho, educação, etc.” (Yoon, 2016, p. 48). Segundo Yoon, quando as questões mundiais são abordadas a partir de uma perspectiva global de cidadania, a noção de cidadão global é transformada na orientação do “eu *versus* os outros para a orientação do eu em relação aos outros” (2016, p. 48). Esta visão orienta os jovens para o desenvolvimento da consciência global e as literacias críticas têm a função de “ajudar os jovens a fazer conexões de níveis pessoais e locais para esses problemas globais, visando uma intersecção entre as realidades locais e as globais” (Yoon, 2016, p. 51). Esta noção do eu em relação aos outros envolve, não apenas a reflexão dos jovens sobre as questões críticas, como também um posicionamento que propõe respostas sob forma de ações, como parte da preocupação com o futuro que foi despertada. Assim, o processo de desenvolvimento da consciencialização global dos jovens, não pode ser considerado completo sem o compromisso fundamental de promover a ação social cívica e política, em questões globais.

A partir desta perspectiva, as literacias críticas conferem aos indivíduos poder sobre sua cultura e, assim, permitem que eles criem os seus próprios significados e identidades, para moldar e transformar as condições materiais e sociais da sua cultura, e da sociedade (Kellner & Share, 2007a). Nos meios digitais, isto favorece o desenvolvimento de habilidades críticas úteis – acesso, percepção, análise, criação de conteúdo, partilha – nos jovens e promove igualmente oportunidades de mudança social através da participação cívica (Brites & Pinto, 2017).

Combater a desinformação

Foi debatido, no capítulo anterior, o que é a desinformação e as *fake news*. Importa agora referir que este fenómeno tem levado inúmeros investigadores a promoverem habilidades críticas entre os mais jovens, a fim de as combater (Buckingham, 2019), pois a esfera da desinformação onde se inserem os “factos alternativos e a era pós-verdade são uma ameaça à democracia” (Brites, Chimirri et al., 2018, p. 85). Os *media* digitais, e a rapidez com que se propagam, têm concorrido para a popularização deste problema onde os fatores específicos atuam por meio deles: “a produção e consumo de notícias falsas, a falta de literacia para as notícias e a ausência de rotinas práticas de verificação da veracidade por profissionais de informação” (Brites, Chimirri et al., 2018, p. 85). Complementarmente, Farkas e Schou (2018) por sua vez, examinaram as notícias falsas do ponto de vista da teoria do discurso, fundamentada nos trabalhos do filósofo pós-marxista Ernesto Laclau. Farkas e Schou (2018) demonstram como a atual noção de

notícias falsas está a ser mobilizada como parte de um projeto hegemónico para criar e perpetuar a realidade social, cujas consequências se tornam cada vez mais omnipresentes na esfera pública, afetando as percepções da realidade, por vezes, manipulada.

Uma vez que se a democracia requer cidadãos informados, que tenham a capacidade de avaliar conteúdos mediáticos (Kellner, 2005), a contribuição das literacias críticas para os jovens reside em propiciar que eles questionem a construção e o contexto de um texto e o reconstruam (Brites, Chimirri et al., 2018). Igualmente, como foi enfatizado por Hobbs (2011) e por Funk et al. (2016) é fundamental colocar questões críticas para refletir acerca das práticas e conteúdos mediáticos úteis para educadores e educandos, tal como as seguintes: *de quem é a autoria de um texto? Como é que este texto foi construído e entregue, e se tornou acessível? Por que é que este texto foi criado e/ou partilhado? Quais as estratégias usadas nesta mensagem para manter a atenção? Como é que este texto poderia ser entendido de maneira diferente? Que valores, pontos de vista e ideologias estão representados, ou ausentes deste texto? A quem é que este texto beneficia e/ou prejudica?*

3.3.2 A crítica sobre as literacias críticas

Há, no entanto, questões acerca da efetividade das literacias críticas, quando se pensa em fenómenos relacionados com a desinformação, como as *fake news*, a cultura da hostilidade, os filtro-bolha e os rastos digitais, cujos conceitos foram examinados no capítulo anterior deste trabalho. Buckingham (s.d.), por exemplo, faz uma análise que relativiza esta esfera de atuação, quando admite que a economia política dos *media*, motivada pelo mercado livre, cria mecanismos muito difíceis de serem regulados, e que os argumentos que transformam cidadãos em consumidores não operam pela lógica da racionalidade, mas preferem aquilo que lhes faça mais sentido⁴⁴. Por esta razão, o autor refere que a resposta racional das literacias dos *media* parece não ser suficiente por si só, exigindo campanhas mais amplas de reforma dos *media*, envolvendo, sobretudo, práticas profissionais mais éticas. Numa complementaridade de ideias, Kellner (2005) reforça que há um importante desafio para as literacias críticas nesta arena da comprovação das notícias falsas, porque uma informação nos *media* digitais tem uma maior necessidade de ser verificada, pois tende a ser partilhada, misturada, colapsada e retirada do seu contexto original. David Buckingham também avalia o lugar das literacias críticas. O autor inglês

⁴⁴ Buckingham (2017) alerta que há estudos que demonstram que as pessoas desejam permanecer em filtro-bolhas ou a consumir e proliferar *fake news*, para não ter que ser confrontados com as suas visões do mundo.

defende a importância das literacias aplicadas ao ensino para promover a consciencialização dos estudantes no combate às notícias falsas, mas também reconhece que as “notícias falsas são apenas uma manifestação de problemas muito mais amplos”, sendo estes, fundamentalmente, gerados pelo capitalismo digital (Buckingham, 2019, p. 219) conforme já destacado no capítulo anterior. Para Buckingham (2019), sem um adequado mecanismo de regulação estatal dos sistemas mediáticos pelos governos, olhar para a literacia mediática como uma solução para as notícias falsas, pode “simplificar demais o problema e subestimar a dificuldade de se cumprir a tarefa” (2019, p. 219), uma vez que o cidadão é o único responsável por se defender de tais conteúdos. Ainda sem subestimar o seu papel, o autor considera uma tarefa complexa atribuir aos jovens a verificação da veracidade dos conteúdos noticiosos, que ultrapassem ideias racistas ou até que desafiem o conforto de viverem em bolhas, onde as suas opiniões não são contestadas.

3.3.3 A pedagogia transformadora: empoderamento e mudança social

A pedagogia transformadora é uma abordagem educativo com vista à promoção das experiências pessoais, do diálogo horizontal e da autonomia dos sujeitos (Freire, 1987; Freire e Macedo (1987/2013, p. 121). Suporta valores como a multiculturalidade (Yoon, 2016), o sentido de cidadania e a participação cívica (Brites, 2015; Livingstone, 2011), a justiça social e os ideais democráticos (Funk et al., 2016). O enfoque na criticidade e na descoberta do mundo capacita os alunos para se engajarem com o diálogo, para co-construírem significados a partir de materiais e experiências educacionais, por meio da investigação e da problematização dos contextos, o que envolve a percepção de questões concretas em suas realidades (Funk et al., 2016).

É um tipo de pedagogia que incentiva a ação autónoma e o elemento subjacente é aquilo que Freire e Macedo (1987/2013, p. xi) chamam de capacidade de leitura não apenas da palavra, como da “palavramundo”, que significa “ler o mundo lendo a palavra”. Nesta noção de leitura, a palavra humana é mais do que mero vocabulário, é ação. Pela pedagogia transformadora, as dimensões cognitivas do processo de alfabetização devem incluir as relações dos homens com o seu próprio mundo. Na perspectiva de Freire (1987), o educador precisa reinventar as práticas educativas, transformando-se num “educador radical”, aquele que faz da educação um ato epistemológico, filosófico, pedagógico e político, e que reduz as distâncias entre o discurso e a *praxis*, de forma a que possa consciencializar e encorajar os seus educandos a intervir no mundo, para além dos muros da escola. Como conceptualizado nas palavras de Freire e Macedo (1987/2013, p. 121),

“uma das tarefas da educação crítica e da pedagogia radical é ajudar a que o processo crítico de pensar-falar se recrie na recriação de seu contexto”. Assim, o projeto de “pedagogia radical” (Freire & Macedo, 1987/2013, p. 121), que tem como meta expor as dinâmicas de poder, questionar a reprodução da ideologia dominante, e construir práticas de resistência à opressão, torna-se um alicerce teórico fundamental das literacias críticas (Funk et al., 2016; Yoon, 2016) como se verá a seguir.

A ideia de leitura da “palavramundo”, trabalhada por Freire (1987) e por Freire e Macedo (1987 /2013, p. xi), foi apropriada no campo das literacias críticas como uma premissa de que os *media* não são neutros: operam sob os sistemas de poder, ideologia e hegemonia que, frequentemente, servem para “exprimir ou silenciar certos grupos e indivíduos” (Yoon, 2016, p. 8). Portanto, ler a “palavramundo” (Freire & Macedo, 1987 /2013, p. xi) no texto mediático significa que os cidadãos podem fazer conexões entre o mundo em que vivem e os textos que produzem, tendo em vista não apenas um mero entendimento das culturas de outros grupos étnicos, mas “um processo transformador no qual, as identidades dos indivíduos são adotadas, valorizadas e respeitadas”, com possibilidades alargadas de empoderamento que conduza à justiça social e à equidade (Yoon, 2016, p. 28).

A noção de empoderamento, a partir das literacias mediáticas, que reverbera em práticas sociais, foi igualmente elaborada pelos investigadores portugueses Brites, Jorge, Santos e Catalão (2017) com o projeto “RadioActive”. Nele, observa-se como a leitura da “palavramundo” (Freire & Macedo, 1987/2013, p. xi) pode ser trabalhada, num contexto de produção noticiosa, tendo como objetivo o empoderamento dos jovens em condição de vulnerabilidade. A partir de um contexto híbrido de rádio e de tecnologias digitais, um grupo de jovens foi incentivado a “ler o mundo” e a produzir conteúdos, de acordo com as suas perspectivas. A experiência permitiu incrementar as suas habilidades críticas, a partir da observação das suas realidades – de onde puderam desenvolver uma compreensão das interrelações entre as sociedades e as dinâmicas de poder, manifestas através da marginalidade, desemprego, política de austeridade, oportunidades com as novas tecnologias – e incluir novas práticas de participação cívica nos seus repertórios de ação. A partir do projeto “Radio Active”, Brites, Jorge et al. (2017) notaram que o empoderamento significa não apenas ajudar os jovens a perceber o mundo onde estão e a engajarem-se com ele, mas também a capacitá-los para criarem o tipo de coragem necessária para mudar a ordem social, quando necessário. Livingstone (2011) também aponta as contribuições da pedagogia transformadora, ancorada em bases *freireanas*, no

campo das literacias críticas, quando reforça que a leitura do mundo pelos jovens possibilita “reposicioná-los como utilizadores ativos dos *media*, de receptor para participante, de consumidor para cidadão” (Livingstone, 2011, p. 28). Indo mais além, Livingstone (2011) conclui que ser capaz de usar a internet é de pouca valia, quando comparado com as oportunidades que este meio proporciona a respeito das possibilidades de engajamento social.

No contexto brasileiro, Ayres e Brites (2019) identificaram as contribuições de Freire (1987) expressas na educomunicação. Ao considerar que o desenvolvimento tecnológico criou novas formas de atuação e oportunidades para o conhecimento, o educador e investigador brasileiro Ismar de Oliveira Soares, vê na educomunicação o papel de aprofundar a interrelação entre duas disciplinas: comunicação e educação para que, juntas, sejam não apenas um terreno de intervenção prática para educadores, que possam oferecer respostas para os desafios de educar numa cultura de meios de massas. É por esta via que a educomunicação trabalha, fundamentalmente, o fortalecimento da capacidade de expressão de crianças e jovens, apoiando-se em duas importantes abordagens: na mediação tecnológica da educação e na literacia dos *media* (Soares, 2014). Mais ainda, a educomunicação discute também os paradigmas da educação, na dialética com o mundo da informação, e sobre o papel do educador perante as inovações digitais (Soares, 2000), o que está em consonância com a noção de “pedagogia radical”, onde o “educador radical” (Freire & Macedo, 1987/2013, p. 121) é aquele que transcende os muros da escola com as suas práticas educativas, encorajando a participação. A educomunicação, portanto, valoriza os *media* e inclui-os na sua análise, como procedimento metodológico, mas vai além dela nos seus propósitos e metas. O papel da consciência crítica nesta abordagem brasileira é basilar, porque os novos meios podem ser tanto uma plataforma para uma ação educativa coerente com as necessidades atuais, como podem acabar por se “tornar plausíveis procedimentos autodestrutivos que inibem a consciência crítica” (Soares, 2012, p. 60).

Em suma, a educomunicação repensa as formas de educar os jovens, não utilizando simplesmente a tecnologia da comunicação, mas fazendo com que a própria disciplina da comunicação, a partir da expressão dos jovens em meios distintos, e até mesmo na ausência dos *media*, cumpra o seu papel de ser uma estrutura nos eixos educativos. De facto, neste trabalho, não se defende uma perspectiva tecnologizante. Pelo contrário, os *media* estão a serviço dos sujeitos a partir de um projeto pedagógico mais amplo,

permitindo-lhes ler o mundo e não sendo apenas como um objeto entre eles (Soares, 2000).

Com esta breve exposição das literacias críticas e com o foco na pedagogia transformadora, percebe-se que os trabalhos revistos estão, continuamente, a desenvolver e a expandir as literacias críticas, com base no próprio desenvolvimento dos *media*. Da mesma forma, percebe-se que os conceitos de poder, de empoderamento e de participação democrática são, historicamente, centrais para estas literacias. Finalmente, a contribuição de pedagogos como Paulo Freire e Donaldo Macedo, foram fundacionais na abordagem da educomunicação pelo investigador Ismar Soares, que posicionou as literacias críticas no Brasil. Estas contribuições serão úteis na análise do objeto empírico nos capítulos 5, 6 e 7, para se repensar uma comunicação que se enquadre na perspectiva dos cidadãos jovens, sobretudo a partir da reflexão crítica sobre o papel dos meios tecnológicos.

A seguir, examina-se um caso brasileiro alicerçado na educomunicação com o objetivo de reafirmar a conceptualização defendida neste subtópico e de demonstrar como os seus efeitos operam na realidade, antecipando as ligações entre estas práticas no Brasil, e o caso empírico objeto de análise deste trabalho.

Projeto Juventude Negra e Participação Política (JNPP)

No Brasil, estimular a participação política de jovens que vivem em permanente risco de destituição de direitos humanos: direito à vida, à liberdade e às condições condignas de saúde, educação, oportunidades de trabalho, entre outras, tem sido parte da agenda de organizações da sociedade civil. Duas destas organizações não governamentais, a CIPÓ Comunicação Interativa e a *Terre des Hommes Schweiz*, formalizaram uma parceria para desenvolver ações de prevenção e de combate ao genocídio de jovens afrodescendentes no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador, na Bahia. O projeto teve início em 2015 e está ainda ativo. Consiste em oferecer ações de formação em diversas formas de participação política a jovens afrodescendentes da periferia da cidade⁴⁵. De entre estas formas de participar nas decisões políticas, o foco do projeto está em dotar os jovens de competências para a monitorização de políticas públicas – orientadas para jovens em condição de vulnerabilidade socioeconómica –, para a expressão das suas vozes através de ações de mobilização social entre pares, e através dos *media* digitais com a produção de documentários e *web* séries para o YouTube. No seu primeiro ano, o projeto JNPP

⁴⁵ Mais informações sobre o projeto disponíveis em <https://jnpp.cipo.org.br>

reuniu 10 jovens advindos de formações técnicas realizadas pela ONG CIPÓ⁴⁶. Estes jovens foram formados por outros jovens, líderes de movimentos em favor de direitos iguais para afrodescendentes e gestores públicos. A metodologia de trabalho, baseada na educomunicação, consistiu em três pontos principais: i) rodas de diálogo, com discussão de temas com líderes da sociedade civil e pertinentes na realidade daqueles jovens, tal como os abusos e a violência; ii) leituras coletivas para desenvolver competências de leitura, escrita, expressão oral, capacidade reflexiva crítica; e iii) educação de pares, para preparar os jovens para serem líderes, sensibilizarem e mobilizarem outros jovens da comunidade para identificarem violações de direitos recorrentes nos seus contextos.

O resultado concreto da primeira edição do projeto foi a realização do documentário *Não Somos + UM*⁴⁷. Esta produção audiovisual teve como objetivo a expressão da visão crítica dos jovens sobre as suas realidades, e contou com a participação de inúmeros líderes da sociedade civil e do governo local, na condição de defensores de políticas públicas mais inclusivas para os jovens que vivem em situação permanente de risco, pela ausência de políticas de segurança pública, de educação e de inclusão social. O êxito da primeira edição do projeto resultou na renovação da parceria entre as duas ONG por mais três anos (2016-2018). Nesse período, 36 jovens foram formados para serem multiplicadores com o monitoramento e supervisão dos jovens da primeira edição do projeto. Ao longo destes três anos destacam-se alguns resultados práticos a partir da replicação da metodologia em educomunicação⁴⁸, nomeadamente: a participação dos jovens em diversas audiências públicas com o poder político local para incorporar as suas visões nas políticas públicas do Estado da Bahia, o lançamento do Curso de Educação à Distância (EaD) “Juventude Negra e Participação Política”, com módulos conceituais sobre racismo, genocídio da juventude negra e a política sobre as drogas na plataforma Moodle em 2017. E, mais recentemente, em 2018, o lançamento da *web* séries *Vidas em Branco*⁴⁹ disponíveis no canal YouTube. Dividida em quatro capítulos as *web* séries são

⁴⁶ A Cipó é uma ONG fundada em 1999 por um grupo de comunicadoras sociais que tem como objetivo transformar a vida de rapazes e raparigas em condições de vulnerabilidade, em Salvador, através da participação nas suas comunidades. A metodologia de trabalho da Cipó baseia-se na educomunicação, pela qual, os jovens têm na comunicação, e nos meios, um suporte para estarem mais atentos ao que se passa à sua volta. Mais informação sobre a Cipó e sobre projetos com metodologia em educomunicação disponíveis em <https://cipo.org.br/>

⁴⁷ O vídeo tem 20 minutos de duração e traz à tona a visão e a voz de líderes juvenis, famílias de jovens, organizações comunitárias e movimentos sociais sobre a violência. Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=286&v=iq5XJwVxVTE. O *making off* do vídeo está disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=35&v=DqHov2CSDgo

⁴⁸ Ver os marcos cronológicos do projeto Juventude Negra e Participação Política em <https://jnpp.cipo.org.br/jnpp/>

⁴⁹ Segundo o a ONG Cipó, a “série de vídeos propõe um debate sobre o genocídio da juventude negra, retratando a tragédia cotidiana da violência que atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos”. Ver em https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=i-BRdiIlb5Y

constituídas por testemunhos de familiares que perderam jovens para a violência urbana, ou de jovens que sofreram violação dos direitos humanos e que foram vítimas de práticas de racismo.

3.3.4 Literacias críticas, os jovens brasileiros e os caminhos para CpDMS

A partir do caso analisado confirma-se que a internet se tem configurado um meio para a participação dos jovens brasileiros na vida pública (Cantoni, 2017; Gohn, 2018; Souto, 2016) e que as literacias críticas podem ser usadas para promover a educação, a auto-expressão democrática e a mudança social (Funk et al., 2016). *Como pode a CpDMS beneficiar com o conhecimento das literacias críticas, ou educomunicação (como é mais conhecida no Brasil) e do potencial das práticas quotidianas dos jovens?*

Em conjunto com estratégias em CpDMS estas formas de consciencialização crítica ancoradas na pedagogia transformadora, criam e reforçam condições favoráveis para o engajamento cívico dos jovens, quando estes aprofundam tanto a consciência global acerca dos desafios complexos, quanto para os desafios locais na esfera onde estes se encontram (Funk et al., 2016). A partir do caso descrito, em que ações co-criadas na perspectiva dos jovens, podem contribuir para a valorização identitária e a autoafirmação destes como sujeitos de direitos, e capacitá-los para serem mais ativos na defesa dos seus direitos. A utilização dos meios digitais, neste caso específico, permitiu criar competências técnico-profissionais, transmitir a voz dos jovens e inspirar e consciencializar outros com similar condição de vulnerabilidade, mas foi sobretudo pelas rodas de diálogo, uma prática da educomunicação inspirada nos ciclos de cultura (Freire & Macedo, 1987/2013), que os participantes do projeto perceberam o seu papel estratégico como agentes da mudança. Ou como dito nas palavras de um dos ativistas:

“Eu achava que não tinha vocação para a política. Mas, acabei percebendo que, no que diz respeito à garantia de direitos da juventude negra, a política não é tão inclusiva como deveria ser. Quando participei de uma audiência pública promovida pelo JNPP, vi que nós devemos buscar essa inclusão, já que o governo não vai trazer pra a gente”. (Maicon Sabino de Jesus, 28 anos, graduando em História, é morador do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia)⁵⁰.

Curiosamente, o relato de Maicon, não é distinto do relato da jovem Sílvia, exposto no início deste capítulo, quando a mesma afirma a importância de estar “pronta para a sociedade”.

⁵⁰ Informação retirada do site da Cipó, disponível em <https://cipo.org.br>

Com o empoderamento de jovens, as literacias críticas poderiam enriquecer as práticas de CpDMS, ao ajudarem os jovens brasileiros a desnaturalizar os discursos estereotipados nos *media* digitais – os discursos de ódio – e a combater a desinformação a partir do uso destes próprios *media*. No caso específico, as literacias críticas, sobretudo as *metodologias educacionais*⁵¹ como as rodas de diálogo e leituras coletivas, ajudaram os jovens a perceber as conotações e os modelos de representações das expressões utilizadas nos *media*: negro, pobre, favelado, periférico. Estas denominações, bem como as de outros grupos, como mulheres, pessoas LGBT, religiosos, têm um tratamento inferior seja pelos *media*, seja pela elite dominante, e a naturalidade dos discursos mediáticos tendem a torná-los não apenas subalternos, mas também invisíveis (Freire, 1987).

De facto, os jovens do projeto JNPP criaram contranarrativas às narrativas mediáticas que funcionaram como discursos de empoderamento, e procuraram combater a desinformação sobre a situação de risco dos jovens da periferia com as *web* séries dedicadas aos seus pares. Utilizaram expressões como: “jovem negro(a) e pobre da periferia” com o estereótipo negativo nos *media*, só que de forma afirmativa e identitária. Assim, ao acederem, compreenderem, analisarem, avaliarem e criarem conteúdos de acordo com as próprias perspectivas (Kellner & Share, 2007a; Livingstone, 2004, 2011), os jovens do projeto JNPP fizeram a leitura crítica dos seus mundos e levaram outros jovens a fazê-lo também. Estes são os princípios fundamentais para a autonomia e para o empoderamento individual e coletivo (Freire, 1987; Freire & Macedo, 1987/2013), e que sugerem os caminhos para de atuação para estratégias de CpDMS.

3.4 Os “caminhos” na futura análise

Neste último capítulo teórico apresentou-se e discutiram-se três abordagens ancoradas na CpDMS. Começou-se por explorar as dinâmicas de mobilização social no Brasil e as suas nuances, com destaque para os coletivos de natureza *autonomista e movimentalista*, bem como as manifestações lúdico-*artivistas*. De seguida, passou-se a discutir o *advocacy*, como mecanismo de envolvimento da sociedade civil e o poder público, com ênfase no caso prático das tecnologias cívicas. Finalmente, abordaram-se as literacias críticas mediáticas e, com estas, o potencial e as limitações de envolver jovens em discussões e consciencializações com foco na ampliação da participação em decisões nas

⁵¹ Termo empregue por duas ONG que desenvolvem trabalhos com jovens a partir da educação: Viração e Cipó.

suas comunidades. Os casos práticos, apresentados nas três abordagens, serviram para reforçar a componente teórica e demonstrar a sua aplicabilidade no contexto brasileiro, e, desta forma criar um terreno para a futura análise do objeto empírico deste trabalho. Estes casos serviram também para clarificar as pistas de como o digital e o *offline*, juntos, podem criar um novo ângulo para a CpDMS, a partir das mobilizações sociais, do *advocacy* dos cidadãos e das literacias críticas.

Capítulo 4: Metodologias

Como construir mudanças positivas na sociedade brasileira?... Acho que este encontro é um bom exemplo disso. Ele vai contribuir para a sua tese e a sua tese vai contribuir para a sociedade. Alguém vai ler a sua tese e fazer algo com ela e eu vou pensar no que você está me perguntando. (Rui, jovem entrevistado em 2018 e 2019 – fases 1 e 2. Estuda Ciências Sociais e trabalha como educador informal na cidade de São Paulo)

Neste quarto capítulo discutem-se as opções metodológicas adotadas neste trabalho reforçando a intenção de descrever, elucidar e justificar todos os métodos, processos e contextos em que esta investigação decorreu.

Relembra-se que o principal objetivo deste trabalho é refletir a CpDMS na perspectiva do cidadão jovem. Por sua vez, esta perspectiva orienta-se por uma comunicação que apoie os jovens brasileiros, no sentido de estes ocuparem cada vez mais espaços de diálogo, projetarem as suas vozes e de se empoderarem para mudar socialmente. Procurou-se também ligar as metodologias detalhadas neste capítulo, com o propósito que motiva muitos investigadores das Ciências Sociais: o de acelerar as mudanças sociais (Denzin, 2012).

O trecho acima proferido por Rui, um estudante desta disciplina, converge com o propósito do cientista social americano, Norman Denzin. O autor, que se especializou nas metodologias qualitativas, relembra que os cientistas sociais devem “agir como catalisadores da mudança social” e que, ao perseguir este objetivo, as opções metodológicas devem permitir criar textos que sejam “utópicos, que envolvam leitores e audiências nessa paixão, colocando-os em ação” (Denzin, 2012, p. 85). De uma forma ainda mais enfática, Denzin inspira os cientistas sociais quando refere que

investigadores de pesquisa qualitativa têm a obrigação de mudar o mundo, de se engajar com trabalhos éticos que façam uma diferença positiva. Somos desafiados a confrontar os factos da injustiça, a tornar as injustiças da história visíveis e, portanto, abertas a mudanças e transformações. Nós escrevemos sempre contra a história, oferecendo reações, não registos da história. Como estudiosos críticos, a nossa tarefa é tornar a história presente, tornar o futuro presente, desfazer o presente. (2012, p. 85)

Numa breve síntese sobre os conteúdos deste capítulo, ressalta-se que a opção metodológica se focou, fundamentalmente, nas metodologias qualitativas, com destaque para o estudo de caso e a técnica de triangulação de dados, tempo e espaço. No que respeita aos métodos de recolha, este trabalho está ancorado também nas entrevistas semiestruturadas, concedidas tanto pelos informantes principais, os 13 jovens, quanto pelos informantes privilegiados, as três profissionais de CpDMS ligadas ao programa U-Report. As entrevistas com ambos os grupos de informantes decorreram em duas fases.

A primeira em maio de 2018 e a segunda em julho de 2019, sendo que, em cada uma das fases, os números de participantes foram distintos. Na primeira fase, participaram todos os 13 jovens e as três profissionais, enquanto na segunda fase, apenas sete dos 13 jovens e duas das três profissionais, se disponibilizaram a participar.

Adicionalmente, e com o objetivo de conferir uma maior robustez e validade aos dados de natureza qualitativa, foram utilizados métodos complementares de angariação de dados advindos de jovens brasileiros. Neste sentido, o trabalho suporta-se em três inquéritos quantitativos, realizados *online*, entre janeiro e março de 2018. Estes inquéritos foram aplicados com recurso à ferramenta RapidPro, que operacionaliza o programa U-Report. Sobre a análise dos dados, neste trabalho recorre-se ao método de análise temática e à técnica de análise de discurso. Finalmente, importa ressaltar que este trabalho obedeceu a um protocolo ético que respeitou o espírito colaborativo de todos os participantes e garantiu-lhes o anonimato, pelo que, os seus nomes verdadeiros foram substituídos por fictícios.

Antes de detalhar as opções metodológicas e descrever o programa U-Report, é útil relembrar as questões de investigação já referidas na introdução, mas agora com a respectiva justificação.

4 1. Questões de investigação

Questão 1. Que tipo de sinergias orientadas para a mudança social se podem estabelecer, entre o uso dos *media* digitais e outras formas, e os meios de participação política?

Com esta primeira questão, mais de âmbito geral, pretende-se explorar a relação entre os *media* digitais – enquanto tecnologias que providenciam espaço e voz – em sinergia com outros meios de participação política para as mudanças sociais expectáveis pelos jovens. Para o efeito, recorre-se ao caso U-Report, como um ponto de partida, para, posteriormente, descobrir outros elementos do repertório participativo deste grupo de jovens. Ou seja, analisam-se estes repertórios – os meios de comunicação e as formas de participar – do caso de estudo, de forma a compreender se estes se podem conjugar e confluír para providenciar pistas para a CpDMS na perspectiva dos jovens.

Questão 2. Como é que os *media* digitais são vistos pelos jovens, no papel de informar e de os engajar com as mudanças sociais?

Com esta segunda questão mais específica deseja-se compreender e explorar a visão dos jovens, em relação ao papel dos meios digitais, nas suas práticas quotidianas, face aos desafios que enfrentam no contexto brasileiro. Deseja-se igualmente compreender quais os efeitos que estes meios têm tido nas suas práticas participativas.

Questão 3. Como se desenrola a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia da CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que experienciam este programa?

Com esta terceira questão, que deriva da anterior, busca-se observar as práticas *online* dos jovens, a partir das suas experiências com o programa U-Report. Tenta-se perceber “*se e como*” uma estratégia de CpDMS elaborada institucionalmente é capaz de apoiar os jovens no contexto brasileiro, de forma a que eles sintam que usufruem de um espaço para o diálogo, com voz e escuta, e se sintam também motivados e empoderados para participar politicamente nos temas que lhes dizem respeito.

Importa destacar que, longe de procurar auferir o impacto do U-Report no Brasil, relacionado com as mudanças sociais, com esta questão pretende-se, mais especificamente, perceber quão próximo, ou quão distante da perspectiva dos jovens, o U-Report opera. Ou seja, enquanto estratégia da CpDMS, que promete “poder às vozes dos jovens” (U-Report, s.d.), procurou-se perceber o que é que os jovens pensam deste programa, quando ponderam sobre o conteúdo, os formatos mediáticos, a linguagem, a capacidade de inclusão dos seus pares e de representação deles nas esferas de poder político.

Questão 4. De que forma(s) a participação política dos jovens pode(m) ser um incremento da CpDMS?

No seguimento das questões anteriores, pretende-se, com esta quarta e última questão, perceber como é que as práticas participativas quotidianas dos jovens podem informar e gerar contributos que acrescentem um novo ponto de vista à CpDMS, seja no Brasil, ou em contextos similares de países em desenvolvimento.

4.2. Sobre o U-Report

Criado pelo escritório de inovação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o U-Report é um programa de participação para adolescentes e jovens, que utiliza plataformas digitais, como as SMS – *short messages system* –, o Facebook, o Twitter e o WhatsApp, para possibilitar que estes fortaleçam as suas vozes e reivindiquem seus direitos (U-Report, s.d.).

O U-Report foi eleito por para ilustrar este trabalho por ser, reconhecidamente, um caso de CpDMS institucional (Banaji et al., 2017; Kleine et al., 2014; Tufte, 2017) e como ferramenta de participação política no domínio do *civic tech* (Berdou et al., 2015). Adicionalmente, o U-Report incorpora algumas vertentes da CpDMS ligadas ao *advocacy*, à mobilização social e às literacias mediáticas. O seu *slogan*: “*voices matters*” (U-Report, s.d.), ou na sua versão brasileira: “aqui a sua voz tem poder” (U-Report, s.d.), exprime a intenção de que os jovens “contribuam com ideias para os processos de governança e tomada de decisões que afetam suas comunidades locais” (U-Report, s.d.).

Os utilizadores do programa, também conhecidos como “*U-Reporters*” têm idades que variam entre os 15 aos 25 anos. De entre as ações empreendidas por estes, estão a partilha opiniões sobre tópicos sobre o seu quotidiano, a exemplo do uso dos espaços públicos das questões de saúde, segurança, emprego, sexualidade, tecnologia, processos políticos, como eleições e decisões públicas, gestão de desastres, entre outros igualmente relevantes (U-Report, s.d.).

Através do envio de mensagens pelas plataformas digitais já referidas, os jovens que ingressam no programa respondem a inquéritos, sobretudo quantitativos, enviados por especialistas em comunicação. As mensagens individuais são confidenciais, mas os dados agregados ficam disponíveis na página do U-Report, nos países onde o este esta presente. Estes dados podem ser eventualmente desagregados para uma análise mais apurada por idade, género e localidade em tempo real, e “são utilizados para conectar os jovens com seus representantes, melhorar os programas do UNICEF e chamar a atenção para questões urgentes com os governos nacionais e a ONU” (U-Report, s.d.). Mais ainda, estes dados servem como tendência sobre o comportamento e a opinião dos jovens – sobre o que desejam, precisam, rejeitam –, e são úteis na formulação de políticas públicas pelo setor governamental e atividades estratégicas da ONG, órgãos de comunicação social e outras entidades que se ocupam com o cumprimento dos direitos da juventude, como foi referido durante as entrevistas pelas responsáveis pelo programa.

O funcionamento do U-Report é garantido por uma plataforma tecnológica/*software*, o Rapid Pro/SMS. Criado pelo UNICEF, o *software* realiza recolha de dados contínua e monitora as atividades de participação *online* dos jovens que aderem ao programa. Numa abordagem técnica, O Rapid Pro/SMS “é uma estrutura gratuita e de código aberto projetada para enviar e receber dados usando telefones celulares básicos, gerenciar fluxos de trabalho complexos, automatizar a análise e apresentar dados em tempo real” (U-Report, s.d.). A partir deste *software*, a estratégia tecnológica do U-Report consiste em utilizar uma ferramenta do *marketing* digital, que tem sido um recurso frequente na área comercial de produtos e serviços, o robô digital, ou, simplesmente, *bot*. É por meio do *bot* que os jovens respondem aos inquéritos *online*, criados pela equipa do U-Report acerca dos temas já enunciados.

A adesão dos jovens é voluntária e sem custos. O U-Report opera em mais de 60 países, e ultrapassou a marca dos sete milhões e meio de participantes até julho de 2019.

4.2.1 U-Report Brasil

No Brasil, o U-Report iniciou a sua atividade em 2016 e nasceu do desafio lançado pelo escritório de inovação do UNICEF, em Nova Iorque, tendo em vista “os limitados espaços de escuta que têm os jovens brasileiros”, como referiu a profissional Gláucia, entrevistada na primeira fase deste trabalho. No país, o U-Report obteve um crescimento considerado “tímido”, em relação à rápida difusão que obteve em países do continente Africano, e concentrou jovens, predominantemente, nos grandes centros urbanos. Contudo, em 2018, graças à parceria do UNICEF com os Núcleos de Cidadania do Selo UNICEF Município Aprovado (NUCAS), o U-Report ganhou escala e volume entre jovens, em zonas consideradas de grande vulnerabilidade económica, como a região Amazónica e o semiárido Nordeste. Apenas para ilustrar como o programa sofreu um crescimento exponencial, o número de utilizadores registados, até fevereiro de 2018, na base de dados do U-Report, e que foram incluídos nos inquéritos, era de 9.292 e aumentou para 75.000, até ao último contacto feito com a profissional Talita, na segunda fase das entrevistas, em julho de 2019. Em termos de presença geográfica, o U-Report já ultrapassa mais de 2.000 cidades brasileiras e, em média, metade dos jovens registados na base de dados, cerca de 30.000, desejam participar dos inquéritos e fazem-no com relativa frequência.

A estratégia de engajar e de mobilizar socialmente os jovens fora dos grandes centros urbanos, e com uma gama de necessidades que difere daqueles inicialmente envolvidos

no programa, ou seja, “de incluir aqueles mais excluídos, de representá-los e de mantê-los interessados no programa” como referiu Talita em julho de 2019, tem sido um desafio constante na operação do programa. De facto, duas das três profissionais entrevistadas – Talita e Gláucia –, na segunda fase, em julho de 2019, concordam que há uma imensa concorrência entre o U-Report e os outros meios/ferramentas de informar os jovens sobre assuntos do seu interesse. Segundo Talita, “há um bombardeio de informações para este público e, da nossa parte, há necessidade de manter o programa interessante”. Isto somado às rápidas mudanças de comportamento dos jovens nos *media* digitais – no que toca a preferências, formatos, conteúdos – *versus* a velocidade com que as instituições conseguem acompanhar e operar. Em conclusão, sobre este desafio de atrair e de manter um grupo de jovens engajados, Gláucia resume: “o jovem não vai entrar e ficar no U-Report só porque o UNICEF pediu, a não ser que faça muito sentido para ele, ou seja, que seja útil de verdade”.

Neste sentido, um fator crucial para a angariação de jovens para o programa, foi a disponibilidade na aplicação WhatsApp⁵², visto que a maioria dos pacotes de planos de dados trabalham com o WhatsApp e o Facebook sem custos, ao passo que as SMS e o acesso ao Twitter são cobrados. O outro ponto destacado por Talita e Gláucia, com efeito na diferença de interesse dos jovens pelo conteúdo foi considerá-los, de facto, plurais. Na prática, a equipa da ONG Viração tem optado pela segmentação, a partir da qual, segundo Talita “não são todos os jovens que recebem todas as informações”. Este trabalho exige análise constante dos perfis dos jovens, para “personalizar” a experiência deles com o *bot*, ou robô. No Brasil, o U-Report tem a sua própria página na *web*⁵³, uma página no Twitter⁵⁴ e outra no Facebook⁵⁵, nas quais divulga os resultados dos inquéritos, cria campanhas de consciencialização sobre os temas abordados nesses inquéritos e divulga histórias acerca das repercussões dos mesmos. Nos casos específico do Facebook e do Twitter, o U-Report sugere discussões entre os jovens que podem estar frequentemente relacionadas com o conteúdo dos inquéritos.

No que respeita ao conteúdo abordado pelo U-Report, o processo de sugestão dos temas decorre de duas formas: na primeira, os temas que a UNICEF tem no seu mandato, e que são discutidos e sugeridos com a ONG Viração, que operacionaliza as atividades do programa U-Report. Na segunda, estão os temas que emergem dos jovens nos

⁵² Disponível para os jovens em 2018 e revelado na segunda entrevista em 2019 pela profissional Talita.

⁵³ Disponível em <http://ureportbrasil.org.br>

⁵⁴ Disponível em <https://twitter.com/ureportbrasil>

⁵⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/ureport.brasil>

inquéritos, como parte da observação de tendências de discussão do U-Report nas redes sociais. Segundo as profissionais e os jovens entrevistados, são temas como política, saúde mental, educação, questões de gênero – como o feminismo e as políticas LGBT –, racismo e abuso de direitos, constituem as preferências entre os jovens e, assim, são os mais frequentemente abordados e que geram um maior nível de engajamento nas discussões, e uma boa taxa de resposta nos inquéritos, conforme foi apontado pelas profissionais da Viração, Patrícia e Talita.

É também válido salientar que, no início da implementação do programa, o envolvimento direto de jovens na orientação do conteúdo, fazia-se através da formação de conselhos, que se reuniam presencial e sistematicamente para discutir e eleger temas para os inquéritos. Entretanto, como reforçado pela responsável pelo programa em Brasília, Gláucia, “os conselhos têm uma limitação de funcionamento a médio prazo, pois os jovens tendem a perder o interesse em participar”. Atualmente, com a entrada dos jovens advindos dos NUCAS, novas formas de mobilizações sociais presenciais têm servido para envolver os jovens nos conteúdos. Citamos, a título de exemplo, o caso em que os jovens foram convocados, por meio de um inquérito *online*, a opinar sobre os usos que uma praça no centro de São Luís do Maranhão deveria ter, com bases nas suas perspectivas. Nesta experiência piloto, por iniciativa do UNICEF, os jovens organizaram-se em grupos e fizeram uma competição para mobilizarem um número maior de jovens a responder ao tal inquérito. Os resultados deste inquérito foram passados ao governo do Maranhão para tomarem decisões que considerassem a opinião daqueles jovens cidadãos locais.

A componente dialógica que o U-Report incentiva nas redes sociais é, na visão da profissional Patrícia, “parte da sua missão de educar os jovens através da reflexão crítica e do diálogo entre os pares”. Um exemplo concreto disso mesmo são as sugestões de temas que suscitam discussão na página do programa no Facebook, como saúde mental, racismo, assédio e abuso sexual, *cyberbullying*, entre outros que dizem respeito ao quotidiano dos jovens.

Ainda de acordo com Patrícia, o U-Report atua no âmbito das literacias mediáticas, quando busca orientar os jovens para uma “melhor percepção da realidade a partir do consumo das notícias”. Nesta vertente, Patrícia afirma que o U-Report pretende ser “um espaço confiável e de informação credível e verdadeira”, num contexto em que “a internet encontra-se repleta de notícias falsas”. Na opinião de Patrícia, “servir de espaço seguro

para o jovem em que ele se sente representado e ter dados confiáveis torna-se o U-Report muito atrativo aos jovens”.

Um exemplo de como o programa atua nesta vertente decorreu durante a campanha eleitoral para Presidente da República, em 2018, quando o U-Report trouxe o tema das notícias falsas à tona e disponibilizou um inquérito com conteúdo informativo, em que os jovens poderiam rapidamente identificar uma notícia falsa, como lidar melhor com o assunto e, ainda, ferramentas para informar os seus pares.

O *advocacy*, por sua vez, constitui a essência do U-Report na busca pela facilitação dos processos de representação dos jovens na esfera pública, encurtando as distâncias entre estes e os gestores públicos, através do envio sistemático de informações sobre o que os jovens para os gestores a nível Federal, Estadual e Municipal, no Brasil. Segundo Gláucia, a responsável pelo programa pelo UNICEF, há um bom engajamento com muitas Secretarias de Estado e Municípios, em ações específicas sobre a agenda dos jovens, e está em curso um alinhamento com o governo Federal empossado em janeiro de 2019. Um exemplo que ajuda a visualizar as possíveis influências do U-Report, no âmbito social, decorreu após o lançamento do inquérito sobre violência sexual. Os resultados das opiniões dos jovens foram apresentados durante o “Primeiro Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”. Nele estavam presentes jovens, profissionais da área de proteção à criança, profissionais de ONG e representantes do governo. Alguns dos resultados apresentados apontaram para o facto de que os jovens não veem a escola como um local para a discussão e denúncia de casos de violência sexual que eles tenham vivenciado. Gláucia complementa que estes dados “geram um insumo para trabalhar com políticas públicas”, mas, antes mesmo de alcançarem este patamar, os dados recolhidos, a partir da interação digital com os jovens, ajudam os educadores a pensar como é que podem melhorar as estratégias de informação e interação entre os alunos, para que eles se sintam mais à vontade para tratar de temas dessa natureza.

O U-Report usa como indicadores de impacto relativo às mudanças sociais, o engajamento entre os jovens e as autoridades, e entre os jovens com eles mesmos. Ou seja, o programa verifica até que ponto consegue fomentar o diálogo entre atores diversos: entre jovens e jovens, e entre os jovens e os políticos. Durante a análise, utilizando a técnica de triangulação, estes conteúdos serão confrontados com a opinião dos 13 jovens sobre o U-Report, por relação com as mudanças sociais.

4.2.2 Sobre a ONG Viração

A ONG Viração trabalha com o U-Report através de um contrato celebrado com o UNICEF Brasil desde o início do programa, em 2016, a partir do seu escritório em São Paulo. A instituição sem fins lucrativos promove e defende os direitos de adolescentes e jovens através da comunicação, educação e *advocacy*, e “mobiliza adolescentes, jovens e educadores para promover uma sociedade justa, participativa e plural” (Viração, s.d.). A metodologia de trabalho da Viração consiste na educomunicação e na educação de pares, para “comunicar e educar os jovens ao mesmo tempo, estabelecendo um diálogo real e uma participação efetiva com os eles”. Aplicado ao contexto do U-Report, o trabalho da Viração, segundo Patrícia “baseia-se no entendimento de que os adolescentes são sujeitos de direitos”, portanto, os jovens precisam ser considerados “em sua condição única de desenvolvimento, com vulnerabilidades e potencialidades específicas, reconhecendo sua diversidade cultural, social e racial” (Viração, s.d.).

4.3 Corpus, contexto e métodos da investigação

4.3.1 Porquê eleger jovens brasileiros?

Relembra-se aqui, uma vez que já foi tratado amplamente o tema do *contexto* no segundo capítulo deste estudo, o motivo do foco nos jovens brasileiros como principal grupo de informantes. Abramo (2016, p. 113) chama a atenção para o facto de que os jovens admitem estar “longe de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e incluídos ativamente no processo democrático no Brasil”. Mais especificamente, o trabalho empírico de Novaes (2014), divulgado no Observatório da Juventude, deixa claras as principais preocupações dos jovens brasileiros ou, como apontado pela autora, os seus maiores medos: o medo de ficar desemprego, o de ficar desconectado e o medo de morrer. É neste contexto em que há uma drástica precarização das condições de vida da maioria da população jovem brasileira, em especial os sectores mais vulneráveis: jovens negros(as), LGBT e rapazes residentes em zonas periféricas, alvo da violência no Brasil (Cerqueira et al., 2018), que estes medos se aprofundam.

Como poderemos ver a partir do breve perfil, e que veremos em pormenor mais adiante, na análise, avança-se que uma parte do grupo é formada por jovens que se consideram LGBT e/ou moradores de zonas periféricas, e ainda negros ou mestiços. Isto num país como o Brasil, com um presidente eleito com 55,13% dos votos válidos em 2018, e que ataca políticas para *gays*, mulheres, negros e nordestinos. De facto, alguns

destes jovens entrevistados sentem-se ameaçados com o crescimento da violência urbana e com a ausência de políticas públicas que lhes assegurem educação de qualidade, trabalho, crescimento profissional, saúde e, principalmente, segurança pública. Alinhado com este contexto, durante as entrevistas, alguns destes jovens referiram, textualmente, os seus medos e a sensação de impotência, e a ausência de proteção do Estado, quando não acusaram o próprio Estado de ser o promotor dessa violência, através do aparato policial.

Paralelamente, as formas de resistência, cada vez mais centradas e iniciadas pelo cidadão comum, têm emergido na arena pública brasileira, tal como ficou evidenciado nos capítulos 2 e 3. É por se levar em consideração, por um lado, o contexto e, por outro, as respostas, que se percebe a oportunidade neste momento de grande efervescência política na sociedade brasileira, aliado ao facto de a nacionalidade da investigadora, e se conseguem aprofundar estas nuances na percepção dos jovens brasileiros face às suas formas de participação para a mudança social.

4.3.2 Quem são os jovens entrevistados?

A amostra é composta por 13 jovens brasileiros, dos quais sete raparigas e seis rapazes, com idades entre os 16 e os 22 anos, 11 dos quais residentes no estado de São Paulo, e dois da Bahia.

Ressalta-se que neste estudo observa-se a juventude a partir de uma visão plural, ou de *juventudes*, um termo que remete para as diversas dimensões dos jovens: “biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, económicas dentre outras que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil” (Ribeiro et al., 2005, p. 7). Esta noção de *juventudes* tem repercussão no facto de que se procura particularizar a experiência de cada jovem durante as entrevistas individuais. O guião, com questões semiestruturadas formuladas, encontra-se disponível nos anexos, e permitiu perceber quem são esses jovens, a partir dos seus contextos familiares: em que localidade vivem, com quem vivem, se trabalham, se estudam – se ambos –, o que fazem os seus pais, e como participam politicamente. No âmbito desta visão de *juventudes* que embasa este trabalho, é importante ressaltar que se observam os jovens desta amostra, a partir das suas visões de mundo, quando pensam nas mudanças sociais que desejam experimentar, e que acabam por orientar as suas práticas participativas quotidianas.

Na Tabela 1, a seguir, resumem-se estas informações pertinentes, que surgirão novamente nos capítulos de análise, para ajudar a relacionar os seus discursos com as

suas visões do mundo. Relembra-se que se atribuíram nomes fictícios aos jovens entrevistados, a fim de garantir o anonimato, seguindo o protocolo ético, que finaliza este capítulo.

Tabela 1: Os jovens entrevistados

Rui*	Tem 20 anos, vive em Campos Elíseos, no centro de São Paulo, é estudante universitário e estuda Ciências Sociais numa universidade privada. Trabalha como professor numa escola privada, nas horas vagas, é animador sociocultural voluntário e atua no ensino informal na cidade de São Paulo. Foi líder do movimento dos escoteiros até 2019. O pai tem nível superior completo e a mãe superior incompleto. *Entrevistado em ambas as fases
Fernando*	Tem 22 anos, mora em Osasco, na região metropolitana de São Paulo⁵⁶, frequenta o curso de Administração, trabalha como assistente jurídico numa empresa privada e é professor de Português no ensino privado. Filiou-se no Partido Democrático Trabalhista – partido de esquerda – e pretende ingressar na política. É voluntário e fundador de um projeto sem fins lucrativos de suporte a jovens carentes, que tentam entrar na universidade. Os pais trabalham, a mãe é professora, tem o nível superior, e o pai é funcionário público, tem o nível fundamental⁵⁷. *Entrevistado em ambas as fases
Larissa*	Tem 19 anos, em 2018 morava em Santo André, ABC Paulista⁵⁸ – região metropolitana de São Paulo – mas, no início de 2019, mudou-se para Araguaína, Tocantins, para viver com a mãe. Era mais ativa em movimentos LGBT quando vivia em São Paulo, por uma questão de contexto. Hoje, numa cidade menor, reúne-se com os amigos para discutir política regularmente. Tem o ensino médio completo, estuda para tentar adentrar o nível superior, no curso de Ciência da Computação. A mãe tem o ensino médio⁵⁹, o pai tem nível superior. A mãe é autônoma, vende roupa, e o pai é aposentado. *Entrevistada em ambas as fases
Joana*	Tem 17 anos, mora em Itaquera, na periferia de São Paulo, frequenta o ensino médio e vai prestar vestibular para ingressar na universidade particular, no curso de Administração de empresas. Usa a internet para fazer pesquisas, mas não gosta de se expressar ali, prefere as conversas entre amigos. O pai tem o ensino superior completo e a mãe, o superior incompleto. *Entrevistada na fase 1

⁵⁶ Osasco integra a região metropolitana da cidade de São Paulo, sendo a nona cidade brasileira em termos de produto interno bruto e a segunda no Estado de São Paulo. Informação consultada em

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/audpub/anexos/89/YY2012MM9DD9HH15MM57SS28-ABCDMRR.pdf>

⁵⁷ O nível fundamental corresponde ao ensino básico em Portugal.

⁵⁸ O chamado ABC Paulista, às vezes também apelidado de ABCD, é uma região que integra a área metropolitana, tradicionalmente industrial, com um importante histórico na indústria automóvel brasileira, e que inspirou o movimento sindical, as greves e o surgimento do Partido dos Trabalhadores. A sigla vem das três cidades que, originalmente, formavam a região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (às vezes, Diadema). Informação consultada em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/audpub/anexos/89/YY2012MM9DD9HH15MM57SS28-ABCDMRR.pdf>

⁵⁹ O ensino médio corresponde ao ensino secundário em Portugal.

Filomena*	Tem 21 anos, mora na Penha, Zona Leste, na periferia, é formada em Pedagogia e frequenta ainda o curso de Gestão Pública. Estagia no Ministério da Agricultura. A sua forma de participar é sobretudo através das discussões entre amigos. A mãe não tem emprego formal, mas eventualmente trabalha com o pai, que tem uma editora de livros e um instituto. O pai e a mãe têm o nível superior completo. *Entrevistada em ambas as fases
João*	Tem 21 anos, mora no Jardim Helena, no extremo Leste da cidade de São Paulo, na periferia e é formado em Jornalismo. Tem estado muito nas redes sociais, mas a sua atuação social dá-se nos encontros com os amigos, e no trabalho voluntário com jovens em situação de risco. Está fora do mercado formal, mas faz trabalhos temporários em investigação e comunicação. Os seus pais não trabalham e ambos, têm o ensino fundamental completo. *Entrevistado em ambas as fases
Sílvia*	Tem 20 anos, vive em Salvador, no bairro do Rio Vermelho, e frequenta o curso de Serviço Social. É filha de pais separados, mora com a sua companheira e trabalha como assistente administrativa num hospital privado. Participou do conselho do U-Report a convite do UNICEF⁶⁰. Atua como voluntária no grémio da sua universidade sobre os direitos LGBT e de género, promovendo eventos e palestras. Os pais têm segundo grau incompleto. *Entrevistada em ambas as fases
Daniel*	Tem 17 anos, mora em Salvador, no bairro de Tancredo Neves, na periferia, frequenta o nível médio e não trabalha. Participou do conselho do U-Report a convite do UNICEF. É voluntário em algumas instituições que advogam os direitos LGBT, tendo sido convidado para cogerir uma delas, o “De Trans pra Frente”. A mãe tem o ensino primário e o pai o ensino médio. *Entrevistado em ambas as fases
Vívian*	Tem 18 anos, é Paulista, mas vive em Passos, MG, porque estuda. Tem o nível superior incompleto em Produção Publicitária e estuda no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Reúne-se com os amigos para conversar e discutir melhorias políticas para jovens. A mãe está desempregada e o pai trabalha, ambos estudaram até ao ensino médio. *Entrevistada na fase 1
Gina*	Tem 16 anos, mora em São Mateus, São Paulo, frequenta o ensino fundamental, e prepara-se para entrar no ensino médio. Trabalha para ajudar em casa com estética (sobrancelha, manicura). Considera-se uma ativista social nas redes, gosta de consciencializar os amigos com as suas postagens. A mãe frequentou a escola até ao quinto ano do ensino fundamental e o pai terminou o ensino médio e frequentou ainda o primeiro ano da faculdade, mas suspendeu. *Entrevistada na fase 1

⁶⁰ Ao dar início à atividade do U-Report Brasil, o UNICEF convidou diversos jovens para integrarem um conselho de *U-Reporters*, com reuniões presenciais, com quem discutiu os principais conteúdos que seriam abordados nos temas dos inquéritos, campanhas de consciencialização nas redes sociais e formas de mobilização entre os jovens.

Tomás*	Tem 20 anos, vive na chamada Zona Leste Paulista ⁶¹ , na periferia da cidade. Frequentou o supletivo, que concluiu em junho. Não trabalha, mas já trabalhou como consultor imobiliário. Já participou no grémio estudantil e gosta das discussões com os amigos, mais que estar nas redes. Os pais não puderam estudar, nem chegaram ao segundo grau. *Entrevistado na fase 1
Inácia*	Tem 19 anos, vive em Jardim Valquíria, no bairro de São Mateus, na periferia de São Paulo, perto do ABC Paulista. frequenta o ensino médio técnico. Usa as redes digitais para inspirar discussões no <i>offline</i> com os amigos. A mãe trabalha na área comercial, em vendas e o pai é eletricitista. Os pais frequentaram até ao ensino médio. *Entrevistada na fase 1
Pedro*	Tem 16 anos, mora em São Miguel Paulista, na Região Metropolitana de São Paulo, frequenta o segundo ano do ensino médio, e sempre estudou em escola pública. Neste momento está desempregado. Criou um coletivo cultural, o Dancitude, que aborda as formas de violência enfrentadas pelas mulheres através da arte cénica em ruas. Os pais são encarregados de limpeza e estudaram até ao ensino fundamental. *Entrevistado na fase 1

4.3.3 Os 13 jovens: ímpares entre os seus pares

Tendo em consideração a situação do jovem brasileiro, vista de forma geral e previamente descrita no segundo capítulo, convém analisar os perfis dos 13 jovens. Representam uma diminuta minoria dos jovens brasileiros, por terem privilégios importantes face à precariedade com que convivem os seus pares. Primeiramente, este grupo detém acesso à informação de forma ampla, tanto através da internet, como de meios de comunicação, como se observará mais adiante, na análise. Em segundo lugar, todos estes jovens tiveram, e têm acesso, ao sistema de educação formal, ainda que mais da metade deste grupo advenha de escolas públicas, algo que no Brasil, em rigor, está associado à precariedade do ensino (Guimarães, 2015). Adicionalmente, têm ainda as vantagens de participar em redes sociais, *online e offline*, e de usufruir de espaços de reflexão e de discussão, a partir destas redes. São conscientes desse facto, e isso está explícito nos seus discursos, quando demonstraram estar conscientes das suas realidades, dentro da conjuntura política que o Brasil atravessa, e dos riscos e oportunidades que esta reflete nas suas práticas participativas.

Em terceiro lugar, ainda que alguns deles – pelo menos seis – tivessem demonstrado condições de vulnerabilidade social por serem negros, viverem em comunidades, ou

⁶¹ Uma região que nasceu pela extensão dos caminhos de ferro que escoava mercadorias entre São Paulo e Rio de Janeiro. Começou a ser formada por bairros proletários que cresceram de forma descontrolada e seus habitantes começaram a sofrer marginalização pela falta de infraestruturas. Ver em https://www.vitrinedobairro.com.br/zona-leste-sp/web/Plano_Municipal_Habitacao.pdf

favelas, na periferia, serem LGBT, na sua maioria, estes jovens estão engajados socialmente, a partir de um vasto repertório de práticas participativas *online e offline*.

Apesar do descontentamento com a política nacional atual, o que se destacou em todos os seus discursos, estes jovens valorizam a importância do voto e muitos já votam, exceto dois dos 13, visto que, no Brasil, o voto é facultativo a partir dos 16 anos, e obrigatório a partir dos 18 anos (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Em quarto lugar, e também por residirem em centros urbanos, estes jovens estão menos sujeitos à violação dos seus direitos essenciais, enquanto cidadãos, como alimentação, saúde, educação e comunicação, quando comparados com jovens residentes em zonas rurais (Cerqueira et al., 2018). Por fim, uma outra razão possível para que estes 13 jovens representem uma exceção à maioria dos jovens brasileiros, reforçada pelas anteriores, pode residir no facto de estarem engajados com um programa de participação política *online*, como o U-Report. Ou seja, para chegarem a pertencer a tal programa, estes jovens percorreram um caminho que pressupõe o acesso aos direitos essenciais já referidos.

Considerando esta problematização, é importante atentar que, para fins de análise, este grupo detém características muito singulares e que não se enquadram necessariamente na condição da maioria dos demais jovens brasileiros. Em especial, no que diz respeito à consciência sobre o que é participar politicamente para mudar a sociedade e, de igual forma, à capacidade de avaliar o papel dos *media* digitais nos processos participativos.

Estes fatores têm implicações nas limitações que se expõem neste trabalho, no sétimo capítulo e nas conclusões, pois não se pode considerar que estes jovens representem a massa dos jovens brasileiros. Contudo, com esta investigação, não se tem a intenção de generalizar os resultados obtidos, ou de assumir factos conclusivos a partir do contexto brasileiro. Pelo contrário, pretende-se delinear tendências, a partir de um grupo específico de jovens que foi analisado em profundidade, a que se soma a observação de um grupo maior de utilizadores do programa U-Report, inquirido digitalmente. Este grupo é formado por jovens mais escolarizados, conscientes das suas realidades, utilizadores dos meios digitais, politicamente participativos, representando, cada vez mais, o universo dos jovens brasileiros (Abramo, 2016; Souto, 2016).

4.3.4 Porquê São Paulo e Bahia?

São Paulo foi eleita por ser a cidade com maior representatividade e diversidade sociocultural no país, uma vez que se procurou um grupo mais heterogéneo, alinhado com a noção de *juventudes* defendida no segundo capítulo. A intenção foi conseguir estudar

jovens que enfrentam desafios distintos relativamente ao uso das suas vozes e espaços nos *media*, bem como outras formas de participação igualmente distintas e associadas às suas realidades socioculturais. De facto, notaram-se algumas diferenças marcantes entre esses jovens, e similaridades, em maior escala, não obstante os seus contextos particulares.

São Paulo foi também escolhida por ser o local em que está sediada a ONG Viração, que executa o U-Report e, uma vez que se desejou ter um ponto de apoio, que fosse uma referência para os jovens para a realização das entrevistas, e também entrevistar os profissionais da ONG, a cidade tornou-se, uma vez mais, oportuna.

Em suma, os jovens advindos da cidade de São Paulo e da sua região metropolitana acabaram por refletir a diversidade que se buscava neste estudo.

Salvador, a capital do Estado da Bahia, foi selecionada por uma questão de oportunidade: por questões ligadas à insegurança pública e à greve dos camionistas, que decorreu no período de realização das entrevistas – o tema da greve será tratado em pormenor mais adiante –, obteve-se um número reduzido de confirmações dos jovens que, outrora, se haviam mostrado dispostos a vir ao encontro em São Paulo. Inicialmente, estava confirmada a presença de 13 jovens, contudo apenas 11 conseguiram vir ao local agendado e foram, efetivamente, entrevistados. Ciente desta limitação, e sendo a investigadora natural da cidade de Salvador, recorreu-se à coordenação do U-Report, em Brasília, através da profissional Gláucia, que recomendou dois jovens em Salvador. Estes tinham participado nos conselhos para a elaboração de conteúdos iniciais para a implementação do programa: Daniel e Sílvia, o que se traduzia numa forte possibilidade de se voluntariarem para participar no estudo. Seguindo a recomendação, e a partilha de contatos de *e-mail* de ambos, seguiu-se a consulta aos dois jovens, em que ambos confirmaram a disponibilidade em colaborar com as entrevistas presenciais realizadas nos Shoppings Iguatemi, no caso do Daniel, e Center Lapa, no caso da Sílvia.

4.3.5 O acesso aos 13 jovens e os inquéritos quantitativos

Os jovens ingressaram no programa U-Report Brasil, a partir de uma parceria realizada com o UNICEF e a ONG Viração, que operacionaliza o programa em todo o país. Voluntariaram-se para participar na investigação, quando a parceria foi estabelecida. Parceria que teve uma natureza informal, com o objetivo de garantir a cooperação do UNICEF em três frentes: i) na cedência de informações sobre o programa U-Report, através de entrevistas com as suas profissionais; ii) na ajuda para recrutar os jovens

utilizadores do programa, através de inquéritos disponibilizados pela plataforma RapidPro, do U-Report; e iii) na recolha e partilha dos resultados dos inquéritos. Em pormenor, nesta parceria ficaram definidos os papéis que cabiam à investigadora e às profissionais da Viração, na recolha dos dados. À investigadora coube criar as questões dos três inquéritos, enquanto às profissionais coube disponibilizá-las na plataforma tecnológica RapidPro, via Messenger, e facultar os resultados dos mesmos inquéritos sob a forma de gráficos. Também no âmbito desta parceria, as profissionais deviam garantir a concessão de um espaço para a reunião com os jovens no escritório da ONG, na cidade de São Paulo.

Como foi avançado na introdução deste capítulo, o processo seletivo dos 13 jovens foi realizado a partir de três inquéritos quantitativos com questões de escolha múltipla e algumas abertas, lançados, respetivamente, em janeiro, fevereiro e março de 2018, via Messenger, a partir da plataforma RapidPro – a base tecnológica da operação do programa U-Report.

Os inquéritos, cada qual com três questões, exploraram respetivamente os seguintes temas: i) o comportamento dos jovens na plataforma; ii) o perfil de participação *online*; e iii), relação entre o U-Report e as mudanças sociais. Os inquéritos completos encontram-se nos anexos desta tese.

Como se antevia, através dos inquéritos lançados na plataforma para a captação da amostra, não foi possível perceber as nuances subjetivas necessárias a um estudo de caso (Yin, 1981a) e que respondem às questões de investigação deste trabalho. Contudo, pelo volume de resposta dos envolvidos, percebeu-se que este método complementar de triangulação de dados criou um grau de riqueza nos resultados para a análise (Denzin, 1989).

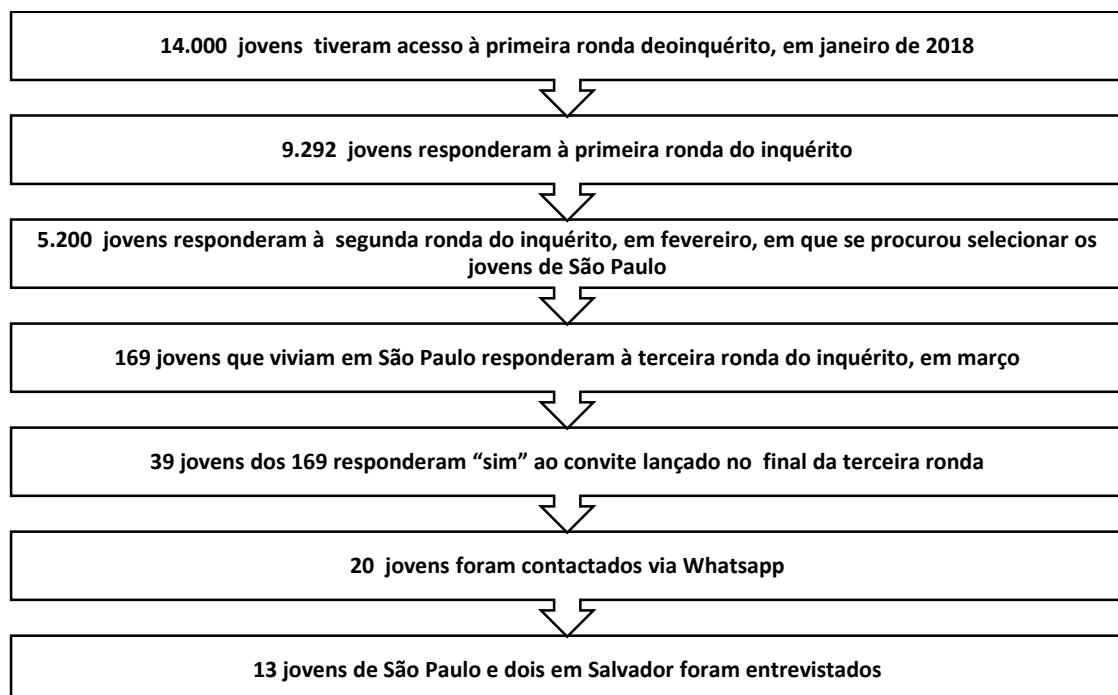
Mais ainda, a necessidade de ter dados quantitativos atendeu a um duplo propósito. Por um lado, funcionou como um ponto de partida para que os convites para as entrevistas face-a-face com os jovens, ou “*U-Reporters*”, pudessem ter sido lançados. Por outro, ainda que complementares às entrevistas, os dados quantitativos podem servir como uma alternativa às entrevistas individuais, com uma grande diversidade de opiniões gerada pelo número elevado de respondentes: 9.296 jovens que vivem por todo o país.

Ainda sobre o acesso aos jovens, ou a angariação do *corpus*, considerou-se toda a base de dados do U-Report, com cerca de 14.000⁶² indivíduos no país. Só na primeira ronda

⁶² Número de jovens participantes do U-Report no Brasil, em janeiro de 2018, na altura em que o primeiro dos três inquéritos foi lançado (U-Report, s.d.).

do inquérito, concretizada em janeiro, obtiveram-se 9.292 respostas. Na segunda ronda de inquérito, realizada em fevereiro, o volume de resposta reduziu para mais da metade. Finalmente, por motivos de angariação de respondentes, uma das questões do último inquérito, efectuado em março, funcionou como um convite para as entrevistas individuais, apenas para os jovens respondentes que viviam na cidade de São Paulo, dos quais totalizaram 169. Destes, 39 disseram estar interessados e cederam os seus contactos de *e-mail* e telefone para o efeito. Estes jovens foram, de seguida, contactados pela investigadora via *e-mail* e WhatsApp, ao longo de uma semana. Desses 39, apenas 20 confirmaram o interesse em participar nas entrevistas individuais, na sede da Viração, em São Paulo. Porém somente 11 apareceram nas datas das entrevistas realizadas, na semana de 21 de maio de 2018. Complementarmente, tal como já foi referido, dois jovens foram recomendados pela profissional Gláucia, contactados e entrevistados em *shoppings* da Capital baiana. A Figura 1, abaixo, resume o processo de acesso aos jovens, desde os inquéritos até às entrevistas presenciais, com recolha de dados quantitativos.

Figura 1: Processo de recrutamento dos jovens até às entrevistas



4.3.6 A recolha dos dados qualitativos

As entrevistas aos jovens

Selecionou-se, como técnica de recolha de dados, as entrevistas semiestruturadas, realizada em fases duas distintas. A primeira, concretizada em maio de 2018, antes das eleições presidenciais – que decorreram em outubro de 2018 – e a segunda, em julho de 2019. Na primeira fase, compareceram 13 dos jovens que se tinham voluntariado para participar no estudo, enquanto na segunda, foram apenas sete, a saber: Daniel, João, Sílvia, Fernando, Rui, Filomena e Larissa.

A principal razão pela qual se estruturou a recolha de dados em duas fases, com um ano de diferença, deveu-se à pertinência de acompanhar e de observar as práticas participativas políticas dos jovens, com o destaque para possíveis mudanças nos períodos pré e pós-eleições para os cargos de Presidente da República, do Congresso Nacional – Senadores e Deputados – e dos Governadores de Estado.

Na primeira fase, as questões do guião semiestruturado foram organizadas a partir de três grandes blocos, ligados às questões de investigação, a saber: i) *comportamento dos jovens perante dos meios, em termos de opiniões e atitudes*; ii) *a participação política e as mudanças sociais*; e iii) *CpDMS, tecnologias de informação, comunicação e mudanças sociais*. Cada um destes blocos era composto por uma série de perguntas, cuja quantidade variou entre 13 e 25, e podem ser consultados no anexo desta tese.

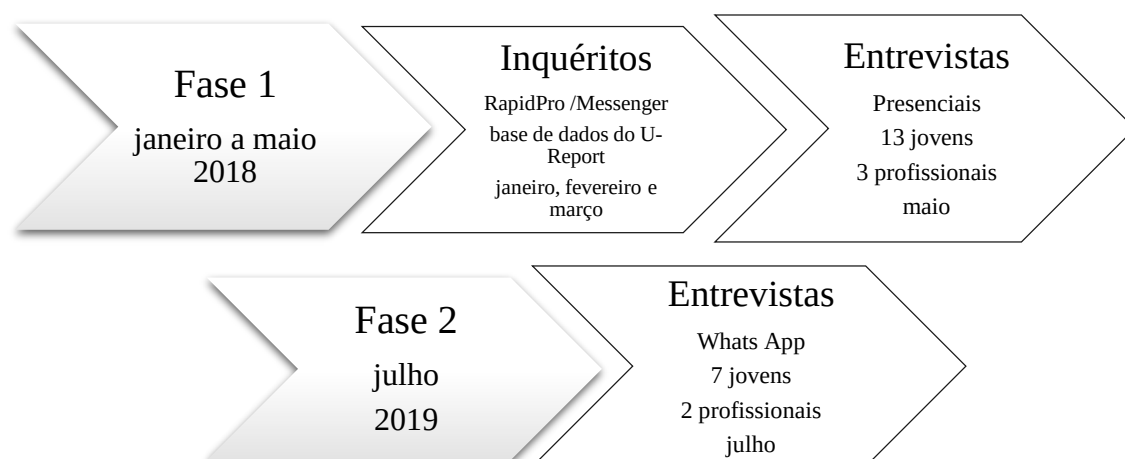
Por sua vez, na segunda fase, em que participaram sete dos 13 jovens, o guião semiestruturado era mais curto, com 10 questões, já que se pretendeu deixar os jovens mais livres para discorrerem sobre como autoavaliaram a sua participação política nas fases de pré e pós-eleições, e ainda sobre o seu envolvimento com a programa U-Report. As sete entrevistas realizadas nesta segunda fase decorreram via WhatsApp, com todos os jovens e ainda com duas das três profissionais do U-Report.

Como sugerido por Brites (2015), as perguntas de ambos os guiões foram flexíveis, de modo a deixar os jovens muito à vontade para responder apenas o que desejassem, e na forma que desejassem, com expressões originais, respostas curtas, respostas longas, exemplos, etc... Houve, entretanto, neste processo, o cuidado de manter o fio condutor focado nos objetivos deste trabalho para que os jovens não transitassem para fora do domínio dos grandes temas.

As entrevistas às profissionais do U-Report

Como foi referido no início deste capítulo, foram feitas entrevistas a três profissionais ligadas à estratégia e operacionalização do U-Report, realizadas nas mesmas fases em que decorreram as entrevistas com os jovens. Na primeira fase, todas as três profissionais foram entrevistadas enquanto na segunda, foram entrevistas apenas duas das três profissionais. Para garantir o anonimato, omitem-se os verdadeiros nomes e elas são referidas, respectivamente, como Gláucia, Talita e Patrícia. Portanto, na primeira fase, as entrevistas com Talita e Patrícia decorreram presencialmente na ONG Viração, em São Paulo, enquanto que a de Gláucia, que trabalha na sede do UNICEF em Brasília, foi entrevistada via Skype. Na segunda fase, apenas Gláucia e Talita foram entrevistadas, via WhatsApp, para fins de atualização dos dados sobre o U-Report, e percepção sobre as dinâmicas participativas dos jovens durante os períodos pré e pós-eleitoral. Mais detalhadamente, as entrevistas às três profissionais foram fundamentais para recolher dados sobre o U-Report, que foram utilizadas na descrição do caso. E, mais ainda, para se captar a percepção que estas têm sobre os jovens, a partir do ponto de vista institucional que também se aprofunda neste trabalho, quando se analisa a CpDMS decorrente da interação dos jovens com o programa U-Report. Ou seja, foi útil perceber o ponto de vista destas profissionais sobre o que, na prática, significa envolver os jovens com o U-Report e comunicar com eles através da plataforma. Esta complementaridade está em linha com a metodologia de triangulação de dados, com variação de participantes e com um intervalo de tempo, o que confere uma maior riqueza aos dados (Denzin, 1989). Na Figura 2, a seguir, sumarizam-se as fases da recolha de dados, métodos, períodos e os respectivos participantes.

Figura 2: Síntese da recolha dados



O acesso às profissionais do U-Report e os precedentes da parceria

Importa agora referir como se chegou até às três profissionais do U-Report no Brasil, um longo caminho, que exigiu investimento de tempo e de recursos financeiros de parte a parte. Quando o U-Report emergiu como ideia de exploração empírica, deu-se início a um contacto com a ex-representante adjunta do UNICEF Angola, em meados de 2017, para discutir as possibilidades de se abordar um objeto empírico ligado à tecnologia de informação e comunicação naquele país⁶³. A partir daquele primeiro contacto, seguiu-se um diálogo com a atual representante-adjunta da organização naquele país, que sugeriu a exploração do tema com a equipa de Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) de Luanda. A partir do contacto com aquela equipa *in locu*, a opção do estudo em Angola ficou descartada, uma vez que não estava ainda não o U-Report em funcionamento. A sugestão da, então, especialista em C4D, em Angola, foi contactar a equipa do U-Report Brasil, por já terem avançado com a operacionalização do programa desde 2016, tendo assim, um caso configurado e pronto a explorar. De seguida, em novembro de 2017, iniciaram-se os contactos com o U-Report Brasil, facilitado pelo UNICEF de Angola. Em dezembro do mesmo ano, conseguiu-se efetivar uma parceria com a coordenação do U-Report Brasil.

⁶³ Angola foi inicialmente cogitada, por ser um país familiar para a investigadora e pela pertinência do tema da CpDMS.

4.3.7 O número de jovens e os fatores de força da informação

Como já foi mencionado, o estudo contou com a participação de 13 jovens em entrevistas em profundidade, que foram repetidas com sete deste mesmo grupo aproximadamente um ano depois. Além da complementaridade da parte quantitativa com o número inicial de 9.292 jovens, e três informantes privilegiados, as profissionais do U-Report, é importante referir que se esperava um número de participantes entre 15 e 20. De facto, houve, inicialmente, 20 confirmações para as entrevistas, mas houve fatores que fizeram decrescer este número. O primeiro tem que ver com a sensação de insegurança dos jovens, reforçada pelos seus familiares, para encontrar uma investigadora que os abordou pela internet. Segundo, conforme referiu por um dos jovens, via WhatsApp, este tipo de reação era esperado num país como o Brasil, cujas questões de segurança pública já foram descritas neste trabalho. Tendo a investigadora disso conhecimento, a medida de precaução tomada foi de procurar beneficiar da reputação da associação com o U-Report, através da ONG Viração. Isto só foi possível a partir da eleição da ONG como o local de realização das entrevistas, e da informação disponibilizada no convite feito aos jovens, para facilitar que eles viessem até à ONG. No convite, criou-se a associação entre o U-Report e a ONG Viração. Procurou-se, desta forma, que os jovens se sentissem, de algum modo, mais seguros, uma vez que já faziam parte do U-Report.

O segundo fator foi a ocorrência de uma greve de todos os camionistas no Brasil, nas duas semanas em que as entrevistas decorreram, e que paralisou diversos serviços básicos. A greve foi anunciada depois do convite feito e com a investigadora, que é natural de Salvador, já em São Paulo. O clima no Brasil era de caos em diversas cidades brasileiras, mas, principalmente, em São Paulo, por centralizar uma boa parte destes serviços, como a distribuição alimentícia, de combustível, de valores monetários, etc.. Os transportes públicos – autocarros – dependem do combustível transportados por camiões. E foi a redução na frota de autocarros na cidade de São Paulo, que impediu que alguns jovens viessem até ao local do encontro na ONG⁶⁴.

Apesar deste número mais reduzido dos 13 jovens, percebeu-se que o trabalho alcançou um bom nível de saturação teórica (Malterud et al., 2015), já que cumprem dois requisitos importantes: i) *mix* metodológico contemplado e focado na técnica de triangulação (Denzin, 1989), complementaridade com os dados quantitativos e em grande volume, entrevistas em duas fases distintas, com intervalo de um ano, e o envolvimento

⁶⁴ Sobre os efeitos desta greve, pode consultar-se mais informação em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>

de informantes privilegiados; e ii) a observância de fatores que constituem a chamada “força da informação” (Malterud et al., 2015, p. 1), explicada a seguir.

O número de uma amostragem qualitativa está relacionado com a ideia de saturação teórica (Fontanella et al, 2011; Malterud et al., 2015; Mason, 2010). A saturação deve satisfazer um número necessário de elementos novos, para subsidiar uma teorização almejada, ou possível numa determinada circunstância (Fontanella et al, 2011). A teórica, por sua vez, determina a saturação empírica, que acontece quando o investigador é capaz de realizar inferências indutivas, ou a partir dos dados (Malterud et al., 2015). Na visão destes últimos autores, alcançar a saturação teórica depende, sobretudo, de processos metodológicos específicos, dos quais a qualidade do diálogo e a estratégia de análise, entre outros fatores, são capazes de constituir o que denominam de “*information power*” – ou poder de informação –, cuja “qualidade informativa pode ser o elemento capaz de sugerir o tamanho de uma amostra, mais pela qualidade do que pela quantidade, para efeitos de saturação teórica” e depende de alguns fatores (Malterud et al., 2015, pp. 1-2). Os três fatores que estão relacionados com o trabalho são:

Fator 1: especificidade da amostra – densa ou esparsa?

O poder da informação está relacionado com a especificidade de experiências, conhecimentos ou propriedades entre os participantes incluídos na amostra. Para oferecer poder de informação suficiente, é necessária uma amostra menos extensa, desde que os participantes tenham “características que são altamente específicas para o objetivo do estudo em comparação com uma amostra contendo participantes de especificidade esparsa” (Malterud et al., 2015, p. 3). Neste caso, constatou-se a presença de um grupo denso, com jovens com muita ligação ao objeto do estudo, e apostou-se na pertinência dos seus discursos em relação às questões de investigação e aos objetivos do estudo, já enunciados.

Fator 2: qualidade do diálogo – forte ou fraco?

O poder da informação está também relacionado com a qualidade do diálogo da entrevista. Um estudo com uma comunicação precisa e clara entre o investigador e os participantes, requer menos participantes para oferecer o poder de informação suficiente, do que um estudo com diálogos ambíguos ou fora do foco. Num estudo qualitativo, os dados empíricos são co-construídos pela interação complexa entre o investigador e o participante. Há uma série de questões que determinam a qualidade da comunicação, a

partir da qual o poder de informação é estabelecido. De tal modo que, o valor analítico dos dados empíricos depende das habilidades do entrevistador, da articulação do participante e de uma “boa química entre eles” (Malterud et al., 2015, p. 4). Neste caso, defende-se que houve uma boa qualidade de diálogo e um ambiente de descontração ao longo das entrevistas, que decorreu quando os jovens chegaram ao local onde as mesmas se realizaram, e conheceram onde é feito, e quem faz o U-Report. Ainda antes das entrevistas fez-se uma espécie de “quebra-gelo”, com uma conversa leve, em que se falou de assuntos quotidianos, para os deixar mais à vontade e, só então, se iniciaram as entrevistas, na primeira fase. Já na segunda, com o número mais reduzido, o efeito “quebra-gelo” para tornar os jovens mais receptivos, não foi necessário, visto que os sete jovens já conheciam a investigadora.

Fator 3: estratégia de análise – caso ou caso cruzado?

Por último, o poder de informação está relacionado com a escolha da estratégia para análise no projeto específico. Por exemplo, uma análise cruzada exploratória requer que mais participantes ofereçam poder de informação suficiente, por comparação com um projeto para análise profunda dos discursos de alguns participantes selecionados. “Dentro de uma análise exploratória, a ambição não é cobrir toda a gama de fenómenos, mas apresentar padrões selecionados relevantes para o objetivo do estudo” (Malterud et al., 2015, p. 5). Este argumento aplica-se a este caso, pelo facto de não se ter realizado um estudo transdisciplinar de casos, mas por se debruçar sobre um caso específico. Mais ainda, o facto de haver questões de partida muito bem delimitadas sobre o fenómeno da participação política, fez com que o foco estivesse muito mais nos discursos, para satisfazer o carácter exploratório deste caso.

Em suma, pelos motivos expostos, percebeu-se que, tanto o *mix* metodológico, reforçado pela triangulação de participantes e num intervalo de tempo (Denzin, 1989), quanto alguns dos fatores que constituem a chamada “força da informação” (Malterud et al., 2015, p. 1), ajudaram a compensar o número dos entrevistados, que ficou aquém do desejado.

4.4 Estudo de caso, triangulação e etnografia digital

As metodologias qualitativas beneficiam melhor os propósitos de explorar e de perceber discursos, comportamentos e posições subjetivas do quotidiano dos indivíduos

(Brites, 2015; Denzin, 1989; Stake, 1995; Yin, 1981a). Mais especificamente, a técnica de estudo de caso é capaz de examinar um “fenômeno contemporâneo no seu contexto real” (Yin, 1981a, p. 98). Acerca desta capacidade, Robert Yin (1981a) refere que os estudos de caso podem ser utilizados largamente nas Ciências Sociais, tanto para fins descritivos, explicativos, como para fins exploratórios. Ou seja, na prática, tanto podem descrever uma situação – por exemplo, um historial de um caso –, como podem ser utilizados para testar explicações, ou ainda para perceber por que eventos específicos ocorrem e como ocorrem. Esta última vertente, mais exploratória, foi a adotada neste trabalho.

Importa elucidar que o estudo de caso, nesta investigação, não é o U-Report, mas sim *as práticas participativas quotidianas dos 13 jovens nos seus microcontextos*. Ainda assim, e de forma mais aplicada, o programa U-Report serve para ilustrar as práticas dos jovens nesse meio digital específico, da mesma forma que também ajudou a delinear o grupo de respondentes principais⁶⁵, funcionando como um pequeno caso, dentro do caso mais abrangente, que são as práticas participativas. Para deixar claro, o U-Report foi um importante ponto de partida para explorar estas práticas participativas dos jovens abordadas neste trabalho, mas, refira-se, o caso verdadeiro – as práticas dos jovens – extrapola, e muito, os limites da atuação do próprio programa.

De entre as principais vantagens do estudo de um caso com vertente exploratória, que se aplica a este trabalho, a primeira é a flexibilidade, quanto à combinação de métodos complementares. Um estudo de um caso não implica um tipo de evidência particular, servindo, tanto para as evidências qualitativas, como para as quantitativas, ou para a combinação de ambas (Yin, 1981a). Da mesma forma, “o estudo de caso também não implica o uso de um método particular de coleta de dados”, podendo advir de métodos mistos (Yin, 1981b, p. 58), como é o caso desta investigação, com o recurso a metodologias complementares. A segunda vantagem é a capacidade que o estudo de caso tem para dar resposta a perguntas complexas como *porquê, como e onde*, em que o investigador tem pouco, ou mesmo nenhum, controlo sobre os eventos que, por vezes, condicionam a sua investigação (Yin, 1981a). Neste âmbito, fez-se um bom uso dos momentos pré e pós-eleitoral no Brasil⁶⁶ para enriquecer o contexto do estudo de caso,

⁶⁵ Prefere-se tratar os jovens como respondentes, do que os denominar como amostragem. Este último termo está mais associado a experimentos que envolvem resultados numa perspectiva positivista. Pelo contrário, este trabalho está mais identificado com a perspectiva construtivista das Ciências Sociais, que é mais dialética e pensada a partir de conclusões que advêm “da relação entre o investigador e os seus respondentes” (Guba & Lincoln, 1994, p. 111).

⁶⁶ As eleições para Presidente, governadores e deputados, a nível Federal e Estadual, decorreram a 31 de outubro de 2018 e a tomada de posse teve lugar no dia 1 de janeiro de 2019.

com a realização das entrevistas aos jovens em dois momentos: em maio de 2018 e em julho de 2019. Tomada esta opção, foi possível a identificação das nuances distintivas sobre a participação dos jovens em ambos os períodos, com repercussões comparativas e complementares, que serão abordadas mais adiante, na análise.

Em suma, a técnica de estudo de caso permitiu, neste trabalho, não apenas a exploração ou descrição dos dados no ambiente real, mas também a explicação das complexidades de situações da vida real, que poderiam não ser captadas numa investigação mais experimental (Yin, 2009).

Porém, um estudo de caso também tem algumas desvantagens. Em primeiro lugar, são frequentemente acusados de falta de rigor. Yin (1984, p. 21) observa que “muitas vezes, o investigador do estudo de caso tem sido descuidado e tem permitido evidências ambíguas, ou visões preconceituosas para influenciar a direção das descobertas e conclusões”. Em segundo lugar, os estudos de caso fornecem base pouco substancial para a generalização científica, uma vez que se recorre a um pequeno número de sujeitos, e alguns são conduzidos com apenas um assunto. A questão comumente levantada por Yin é: “como é que se pode generalizar a partir de um único caso?” (Yin, 1984, p. 21). Visando conferir mais consistência e uma maior validade ao estudo de caso, Yin (2009) pressupõe a necessidade de o investigador decidir sobre algumas componentes importantes, que fazem parte do plano lógico: listar as questões de investigação, identificar um conjunto de teorias para serem examinadas no estudo de caso, decidir recorrer a técnicas de coleta de dados que se possam reforçar umas às outras e proceder à análise, considerando toda a riqueza dos dados angariados.

Reconhecendo-se as desvantagens do estudo de caso, no âmbito das metodologias qualitativas, levantadas por Yin (1984), procurou-se superá-las, primeiramente, a partir de uma sistematização dos passos da metodologia, e com as questões de partida e objetivos, já expostos neste capítulo. Posteriormente, procedendo a uma revisão da literatura, que explora o cerne destas questões levantadas, e que também se encontram no objeto empírico, para acrescentar robustez à análise. Finalmente, optando por uma estratégia de triangulação de métodos e de dados (Denzin, 1989), que são detalhadas a seguir.

4.4.1 Triangulação e etnografia digital

A combinação de práticas metodológicas múltiplas, dados empíricos, perspectivas e observadores, num único estudo, é entendida como uma estratégia que confere rigor,

amplitude de percepção da complexidade, e riqueza em qualquer investigação (Denzin, 1989). O uso de métodos e estratégias múltiplos, ou a triangulação, “reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão profunda de um dado fenómeno social” (Denzin, 2012, p. 82). Ou ainda, como o próprio autor defende e conceptualiza:

“se todos os métodos levam a diferentes aspectos sobre uma realidade empírica, então nenhum método, isoladamente, deve ser completamente capaz de captar todas as características relevantes desta realidade. Consequentemente, os sociólogos devem ser capazes de empregar métodos de análise distintos, sobre os mesmos eventos empíricos. Chamo a isto triangulação”. (Denzin, 1989, p. 13)

Em *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*, Denzin (1989) identificou quatro tipos de triangulação: i) a de dados; ii) a metodológica; iii) a de investigador; iv) e a teórica. Nesta investigação exploram-se os dois primeiros tipos.

A triangulação de dados

Baseia-se na noção de verificar fontes de dados múltiplas, entrevistas com informantes distintos, grupos focais, documentos institucionais, fotos, vídeos, entre outros (Denzin, 1989). Nesta forma de triangulação, qualquer fragilidade nos dados pode ser compensada pelos pontos fortes dos outros, aumentando assim a objetividade, a validade e a credibilidade dos resultados da investigação social. A triangulação por fontes de dados, segundo Denzin (1989, p. 93) “força o investigador a ir o mais fundo possível nas situações, para formar uma base de observação dos factos e conferir uma maior exatidão e repetibilidade”. Aprofunda o estudo científico, na medida em que inclui três elementos importantes a ser considerados numa triangulação: *tempo, espaço e pessoas*. Ao aprofundar muito mais sobre um dado contexto, a triangulação de dados tem sido usada em muitos setores, para fortalecer as conclusões sobre os resultados, e reduzir o risco de falsas interpretações (Denzin, 1989, 2012).

Neste trabalho, a triangulação de dados decorreu através de diversas formas, quando se observa o trinómio *tempo-espaço-pessoas*, que Denzin (1989) refere. Relativamente ao primeiro elemento, o *tempo*, angariaram-se dados qualitativos em duas fases separadas pelo espaço de um ano e um mês entre elas, com entrevistas individuais, e em profundidade, com os jovens e com os profissionais do U-Report.

Com relação ao *espaço*, este foi explorado de formas distintas: houve interação com os jovens mediados pela plataforma tecnológica RapidPro do U-Report, na fase quantitativa, pela aplicação WhatsApp, nas entrevistas, e em contactos presenciais em São Paulo, durante as entrevistas principais. Explorar estes espaços distintos de conexão

com os informantes, beneficiou a investigação, pela construção da confiança entre os jovens e a investigadora, na preparação para as entrevistas face-a-face. Curiosamente, ao interagir com os jovens via U-Report, a investigadora era “invisível”. Para os jovens, tratava-se apenas de mais um inquérito do U-Report com o *bot* com o qual estavam habituados a interagir, e não uma investigação científica. Este facto gerou uma grande adesão na resposta aos inquéritos. A linguagem e o formato das questões foram cuidadosamente adaptados, com ajuda de uma das profissionais da Viração, visando não haver “quebras” naquilo que os jovens estavam habituados a responder. Posteriormente, ao contactá-los, individualmente, via WhatsApp, para o reforço do convite para as entrevistas presenciais, houve uma associação positiva entre a investigadora e o U-Report. Este facto ajudou a que os jovens concordassem em participar do processo. Não obstante o facto de que alguns jovens tivessem desistido de vir ao encontro, a escolha do espaço, a ONG Viração, foi muito apropriada.

A fim de que os jovens pudessem dissociar a investigação do programa U-Report naquilo que era importante, entenda-se responder livremente sobre o que pensavam do U-Report, foi devidamente esclarecido o propósito da investigação, ainda antes de se iniciarem as entrevistas, para que ficasse claro que esta era independente do programa, mas que contou com a parceria deste, apenas para viabilizar este estudo. Daí em diante, houve contactos esporádicos com os jovens via WhatsApp, com diálogos curtos tais como: “*olá, como vai você? Como vai o trabalho/estudos?*”. O vínculo criado nesse espaço *online* proporcionou que os jovens que foram convidados para a segunda fase, a partir de uma predisposição positiva manifestada na primeira, tivessem aceite participar um ano depois.

Ainda no trinómio *tempo-espaço-pessoas* proposto por Denzin (1989), na componente *pessoas*, optou-se pela diversificação de opiniões, ao eleger informantes privilegiados, como são as profissionais da Viração e do UNICEF, que trabalham com jovens no quotidiano. O que permitiu a descrição pormenorizada do programa U-Report, e também ajudou a perceber mais sobre as formas de engajamento da estratégia de CpDMS para o meio digital, a partir de uma visão institucional que propicia a comparação e o contraste durante a fase da análise.

A triangulação de métodos

A triangulação metodológica, por sua vez, acarreta uma dupla classificação segundo Denzin, (1989, p. 243): “*within methods*” – dentro do mesmo método – e “*between*

methods” – entre métodos. A primeira constitui uma variação da triangulação de dados, com ênfase no uso dos dados coletados por diferentes métodos utilizados. A segunda reveste-se de uma vertente mais transversal, em que pode considerar uma interrelação entre um estudo de caso, com um estudo etnográfico (Denzin, 1989). A intenção desta triangulação entre métodos é diminuir as deficiências e as tendências que advêm de do recurso a um método único. Este tipo de triangulação é muito semelhante às abordagens de métodos mistos, empregues na investigação em Ciências Sociais, em que os resultados de um método são usados para aprimorar, aumentar e esclarecer os resultados de outro método, com características mais limitadas, e que permitem aos investigadores ultrapassar as deficiências encontradas no uso de um único método. Ou, tal como foi aludido pelo próprio Denzin (1989, p. 243), “as forças de um método podem compensar as fraquezas do outro”.

No caso particular deste trabalho, como já se referiu, combinou-se a utilização da etnografia digital, com recurso aos inquéritos *online*, com o estudo de caso, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, em profundidade e face-a-face. Com os inquéritos, ainda que superficiais na abordagem das questões de partida, criou-se uma base de dados ampla, que possibilitou uma percepção mais abrangente da realidade brasileira, com a participação dos 9.292 jovens, e que permitiu complementar os dados essenciais deste estudo, fornecidos pelas entrevistas.

Em suma, e tendo em conta que a triangulação é a estratégia que permite “explorar os diferentes níveis e perspectivas do mesmo fenómeno” (Denzin, 1989, p. 26), o seu uso, a partir dos dados e dos métodos escolhidos, foi a forma de não só construir esta investigação, mas de a fortalecer.

4.4.2 O uso da etnografia digital

Segundo Giglietto et al. (2012) é publicada, diária e mundialmente, por milhões de utilizadores, uma quantidade crescente de conteúdo digital, sendo a maior parte deste, acessível ao público, de forma permanente. Simultaneamente, o número de estudos que propõem o uso de diferentes técnicas de recolha de dados, e de metodologias, para explorar este conteúdo, que serve de base para os investigadores, em diferentes disciplinas nas Ciências Sociais está, também, em franco crescimento (Giglietto et al., 2012). Em resposta a esta expansão, a digitalização e as comunicações *online*, têm proporcionado aos investigadores oportunidades sem precedentes para aceder e examinar os repertórios comunicativos dos indivíduos (Varis, 2016). Estas práticas *online* fazem com que a

etnografia digital possa contribuir para capturar a forma e a natureza de tais experiências comunicativas (Varis, 2016). A etnografia digital, é, portanto, “o resultado de um conjunto de métodos etnográficos tradicionais, que podem ser suportados com outros de natureza estatística e computacionais” (Giglietto et al., 2012, p. 7). Para estes autores, as abordagens computacionais, consideradas anteriormente apenas por cientistas da computação, são agora encaradas na sua natureza mista. Esta pode ser utilizada numa matriz de variáveis e de casos, pois não se resume, exclusivamente, nem aos dados estatísticos, nem aos métodos etnográficos. Pelo contrário, suporta e intensifica ambos.

Reforçando o que defendem Giglietto et al. (2012) sobre as vantagens desta abordagem computacional, ao favorecer a recolha de dados estatísticos e também a sua análise qualitativa, a etnografia digital, aplicada à plataforma operacional do U-Report, o RapidPro, foi útil para angariar dados estatísticos e gráficos que resumem um universo amplo e distinto de jovens no Brasil, com dados mais gerais, por exemplo, sobre os usos dos meios de participação pelos jovens e, por outro lado, a plataforma permitiu que se chegasse ao número final dos 13 jovens.

Com estes dois exemplos, por meio de um arranjo colaborativo entre áreas científicas distintas, as Ciências Computacionais e as Ciências Sociais, foi possível examinar a participação dos jovens na plataforma o U-Report, estando eles já integrados e passando “despercebidos” na interação, de tal forma que se mantiveram muito mais à vontade para se expressar. Giglietto et al. (2012, p. 15) concluem que a etnografia digital concorre para uma “nova abordagem de competências, tanto para cientistas sociais, quanto para os da computação”, o que, frequentemente, enriquece o *curriculum* dos primeiros, por permitir mais uma aprendizagem, o que se equipara a este arranjo colaborativo com o U-Report. Para estes autores, verifica-se uma forte necessidade de colaboração entre cientistas que advém de áreas distintas do conhecimento, para dar suporte aos estudos cujo objetivo é obter perspectivas mais alargadas, com interpretações dos fenómenos humanos nos *media* digitais profundas e efetivas.

Em linha com os argumentos de Giglietto et al. (2012), assume-se que, com este estudo, se abre um precedente interessante, relativamente à colaboração de competências entre as Ciências da Computação e as Ciências Sociais, pois, até julho de 2019, não se havia registo de investigações académicas, realizadas no Brasil, que utilizassem a

plataforma Rapid Pro, do U-Report, como meio de angariação de dados para este fim. Assim sendo, considera-se esta investigação a primeira experiência neste âmbito⁶⁷.

4.5. Procedimentos da análise

A metodologia de análise adotada neste trabalho baseia-se na combinação de uma abordagem dupla. O método indutivo, com uma construção analítica a partir do que emerge dos dados (Gioia et al., 2013; Glaser & Strauss, 1967; Yin, 1984), e o método dedutivo, por sua vez, concretizado a partir da revisão da literatura e das questões de partida que o orientam (Fereday & Muir-Cochrane, 2006; Johansson, 2007).

A combinação entre estas duas abordagens analíticas foi encontrada em estudos qualitativos em que se procurava explorar os fenómenos sociais e o quotidiano de grupos específicos, que são muito similares ao do presente trabalho (Brites, 2015; Fereday & Muir-Cochrane, 2006; Gioia et al., 2013). Tal como já se mencionou, a investigação qualitativa é frequentemente vista como não tendo rigor científico, carecendo de métodos de sistematização que confirmem robustez e validade às descobertas feitas (Yin, 2009). Procurou-se, pois, contrabalançar estas críticas com uma criteriosa sistematização, que envolveu três passos – por inspiração em dois estudos científicos –, que compõe a dualidade indutiva/dedutiva (Fereday & Muir-Cochrane, 2006; Gioia et al., 2013). No âmbito desta sistematização, recorre-se à análise temática (Boyatzis, 1998) e à análise do discurso (Fairclough, 1992, 1997; van Dijk, 2005). Descrevem-se, a seguir, nos três passos, os pormenores do processo analítico.

Passo 1: codificação inicial

O primeiro passo, após a transcrição das entrevistas, foi realizar uma codificação inicial, a partir de fragmentos dos discursos dos jovens, em unidades semânticas menores, identificando os sentidos comuns e as diferenças marcantes (Fairclough, 1992, 1997). Manteve-se, contudo, a total integridade dos chamados “termos de primeira ordem” (Gioia et al., 2013, p. 18), ou seja, centrados nos informantes principais e nos privilegiados, respectivamente, os jovens e as profissionais do U-Report.

Para efeito desta codificação seguiu-se uma lógica assente na elaboração do guião semiestruturado, em que se classificou os conteúdos em três grandes blocos temáticos, a

⁶⁷Informação auferida a partir das profissionais do U-Report. Já houve, entretanto, colaborações para fins mediáticos, em que os dados dos jovens do U-Report foram utilizados para a elaboração de peças jornalísticas, a exemplo do jornal *o Globo*, que publicou um artigo sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros antes das eleições de 2018 (Assad et al., 2018).

fim de favorecer a análise temática: i) *comportamento dos jovens perante os meios, refletido nas opiniões e atitudes*; ii) *a participação política e as mudanças sociais*, e iii) *CpDMS, tecnologias de informação, comunicação e mudanças sociais*. Em conjunto com esta classificação mais geral, está implícito o fio condutor da revisão literária: *espaço, voz e dinâmicas de poder*.

Passo 2: refinando a codificação e criando padrões

O passo seguinte foi o de refinar a seleção dos termos já codificados e desenvolver um compêndio mais apurado dos “termos de primeira ordem” (Gioia et al., 2013, p. 18), com a intenção de os relacionar com os conceitos existentes na literatura, com potencial para se transformarem em “termos de segunda ordem” (Gioia et al., 2013, p. 18), ao serem confrontados com a literatura de base e as questões de partida. Nesta fase, examinou-se e interpretou-se os discursos dos jovens, considerando a relação entre os processos discursivos e os seus respetivos processos sociais (Brites, 2015), uma vez que os discursos estão imersos em práticas socioculturais que permitem produzir significados (Fairclough, 1992, 1997; van Dijk, 2008).

Neste passo, houve, portanto, um refinamento da codificação, em que ideias semelhantes e opostas foram sendo conectadas, para se descobrirem padrões nos dados, capazes de suscitar temas para a análise (Fereday & Muir-Cochrane, 2006).

As ideias semelhantes e opostas nestes discursos serviram de matéria prima para suscitar os temas. Segundo Boyatzis (1998, p. vi), o tema “é um padrão encontrado numa informação, que é capaz de descrever e organizar possíveis observações, e/ou de interpretar ao máximo os aspectos de um dado fenómeno”. Os temas podem ser gerados, quer indutivamente, quer dedutivamente, ou ambos (Boyatzis, 1998), como foi o caso deste trabalho, tal como é descrito no passo a seguir.

Passo 3: identificando os temas e os subtemas de análise

A sistematização temático-analítica inicia-se com a elaboração dos inquéritos em grandes blocos temáticos – mencionados no subtópico anterior – e que geraram, tanto as questões do inquérito quantitativo, como do qualitativo. Estes blocos temáticos ajudaram a aprimorar a codificação, com a identificação dos “termos de segunda ordem”, os que estão relacionados com a literatura, e dos “conceitos nascentes”, os temas não encontrados na literatura (Gioia et al., 2013, p. 18).

Apresenta-se um exemplo prático: questionou-se os jovens se eles se sentiam ouvidos e levados a sério no Brasil. As respostas obtidas, dividem os jovens em três grupos: que responderam afirmativamente às duas questões, os que responderam parcialmente a uma delas e os que responderam negativamente a ambas. Extraíu-se, a partir destes três grupos de discursos distintos, a percepção de resistência que os jovens encontraram para fazer valer as suas vozes no contexto da participação política no Brasil. Mais ainda, foi explorado o que entendem como *serem levados a sério* na arena política. Esta descoberta foi somada a um conjunto de outros discursos dos jovens, que referiram a dificuldade de tomar parte das decisões políticas no país, ou de não alcançarem os seus líderes, ou ainda, de não verem políticas públicas que façam cumprir os seus direitos. A resposta a esta questão gerou o subtema: *até que ponto os jovens se sentem ouvidos e levados a sério no meio digital*, a que é dado enquadramento no segundo tema do capítulo 5: *a participação política vista a partir do papel da internet para as mudanças sociais*.

Agrupadas por similaridade semântica na análise de discurso, e à luz do quadro teórico de *espaço, voz e dinâmicas de poder*, este terceiro passo deu origem aos seguintes temas e subtemas de análise, que serão apresentados nos capítulos 5 e 6, como se resume na Tabela 2.

Tabela 2: Resumos dos temas e subtemas de análise

Temas Capítulo 5	Sub-temas Capítulo 5	Temas Capítulo 6	Sub-temas Capítulo 6
O contexto para participar e as formas de participação política eleitas pelos jovens	• Que mudança sociais esperam estes jovens brasileiros? • O que motiva os jovens a participarem da mudança social? • As percepções de poder e as formas de participação política • A participação política imbricada no quotidiano • As resistências à participação política • O que mudou nas formas de participar no pós-eleições de 2018? • A confiança para participar	Perfil dos U-Reporters	• 6.1.1 Consumo do meio online e formas de interação • U-Report: motivações, interesse e desinteresse • Desafios do U-Report na atração e retenção de jovens • Temas de interesse dos jovens no U-Report
		Participação política e consciência crítica	• U-Report e participação política • U-Report e consciência crítica

	politicamente no pós-eleições de 2018		Jovens mais críticos e participativos?
A participação política vista a partir do papel da internet para as mudanças sociais	- Qual a relação entre o papel das redes digitais e as mudanças sociais? - Participação híbrida e os jovens LGBT - Até que ponto os jovens se sentem ouvidos e levados a sério no meio digital? - Qual o papel dos <i>media</i> digitais para informar e engajar os jovens para as mudanças sociais? - A internet e as <i>fake news</i> - A internet e o discurso de ódio no Brasil - A internet e os obstáculos às mudanças sociais	Reconhecimento e representatividade	- Vozes escutadas e levadas a sério no U-Report? <i>Advocacy</i> e representação dos jovens na arena pública - Aproximações entre o poder e o contrapoder
		Impacto positivo nas mudanças sociais	- Influência nas leis e nas políticas públicas - Empoderar, motivar e agir - Representação e efeitos nas mudanças sociais - Jovens: donos da própria história?
		A mobilização social como caminho	- Mobilizar e envolver jovens em outros espaços - Mobilização social e institucionalização da participação - Mobilizações sociais mais ou menos mediadas? - A comunicação institucional e a perspectiva do cidadão

4.6 Questões éticas

Seguir um protocolo ético é extremamente relevante, quando se trabalha com jovens, especialmente com menores de 18 anos, que é quando se atinge a maioridade no Brasil. Seguindo este protocolo, foi solicitado, a cada um deles, o consentimento por escrito e foi respeitada a sua privacidade, através da leitura e assinatura do formulário de consentimento, que consta nos anexos deste trabalho. Foi, ainda, informado que poderiam interromper a entrevista em qualquer momento, o que, felizmente não ocorreu em nenhum caso. Não obstante esta precaução, assumiu-se um compromisso com o anonimato de todos os 13 jovens, e as 3 profissionais, em virtude da sua preferência antes das entrevistas decorrerem, o que levou a investigadora a criar-lhes nomes fictícios.

Tudo isto possibilitou que os jovens e as profissionais tivessem mais liberdade para expor as suas opiniões. Pela mesma razão, decidiu-se não apresentar as transcrições dos seus discursos na íntegra, visto que alguns jovens abordaram assuntos ligados à sua sexualidade, situações explícitas de racismo, hostilidade e preconceito, e, ainda, por razões que envolvem terceiros no âmbito familiar, que alguns jovens referiram, num momento de conflito por visões político-partidárias contrárias às deles.

Ademais, ao ouvir as entrevistas, percebeu-se que a palavra *medo* surgiu constantemente associada às condições de vulnerabilidade social de alguns deles, que se autodenominam: *jovem, negro(a), periférico(a), LGBT*. Por outro lado, optou-se por proteger os jovens nas suas identidades, pelo facto de os seus discursos terem uma componente de *desabafo*, como alguns referiram, pela relação de confiança estabelecida com a investigadora e que, para efeito de análise, não representa qualquer perda.

O mesmo princípio foi aplicado para as profissionais da ONG Viração e do UNICEF Brasil. O anonimato, e a não transcrição dos discursos na íntegra, evitou a exposição das trabalhadoras, que seriam facilmente identificadas pelas posições que ocupam.

Capítulo 5: As vozes dos jovens sobre a participação política no Brasil e o papel da internet para as mudanças sociais

Neste capítulo apresenta-se e analisa-se parte dos resultados, seguindo os princípios metodológicos que encerraram o capítulo anterior, focando em dois temas: i) o contexto para participar e as formas de participação política eleitas pelos jovens, e ii) a participação política vista a partir do papel da internet para as mudanças sociais. Cada um destes temas se desdobra em sete subtemas.

No primeiro tema são abordados os seguintes subtemas: que mudanças sociais esperam estes jovens brasileiros? / O que motiva os jovens a participarem da mudança social? / As percepções de poder e as formas de participação política / A participação política imbricada no cotidiano / As resistências à participação política / O que mudou nas formas de participar no pós-eleições de 2018? / A confiança para participar politicamente no pós-eleições de 2018.

Já no segundo tema, foca-se a atenção nos subtemas: Qual a relação entre o papel das redes digitais e as mudanças sociais? / Participação híbrida e jovens LGBT / Até que ponto os jovens se sentem ouvidos e levados a sério no meio digital? / Qual o papel dos *media* digitais para informar e engajar os jovens para as mudanças sociais? / Internet e *fake news* / A internet e o discurso de ódio no Brasil / A internet e os obstáculos às mudanças sociais.

A partir da abordagem destes temas e subtemas, no presente capítulo traça-se um diagnóstico sobre o que os jovens brasileiros, ouvidos neste trabalho, pensam sobre o que é participar nos seus contextos e, ainda, que mais valias tem, ou não, a internet para lhes dar voz, espaço e empoderamento, à luz do que percebem como mudança social.

Neste diagnóstico exploram-se, portanto, as dinâmicas participativas dos 13 jovens com uma dupla função. A primeira é servir de alicerce para ajudar a responder às duas primeiras das quatro questões de investigação desta investigação. Com a primeira pretende-se explorar *que tipo de sinergias orientadas para a mudança social se podem estabelecer entre os media digitais e outras formas de participação política*. Com a segunda procura-se analisar *como é que os media digitais são vistos pelos jovens, no papel de informar e engajar para as mudanças sociais*. A segunda função deste diagnóstico é consubstanciar a análise a ser feita no próximo capítulo, para se refletir sobre a teoria e as práticas da CpDMS, a partir do caso brasileiro.

Ainda sobre os aspectos estruturais deste capítulo, importa referir que os resultados descritos aqui emergem apenas do processo de recolha de dados qualitativos das entrevistas, nas suas duas fases, e não dos inquéritos complementares.

Relembra-se o desenho metodológico selecionado, em que a fase 1 das entrevistas presenciais, com os 13 jovens, decorreu em maio de 2018, em São Paulo e em Salvador. Enquanto a fase 2, que contou com entrevistas realizadas via WhatsApp, em julho de 2019, com apenas sete dos 13 jovens: Rui, Fernando, Larissa, Filomena, João, Sílvia e Daniel. Procurando uma melhor ligação dos resultados com este desenho metodológico, procedeu-se a uma referência sobre a fase de realização das entrevistas, seguida do nome fictício de cada jovem.

Ao adentrar no primeiro tema, os resultados demonstram que o contexto brasileiro tem influenciado, num nível altíssimo, as práticas participativas deste grupo. Tem, igualmente, delineado as suas expressões enquanto agentes políticos, ou seja, enquanto indivíduos capazes de usar as suas vozes, de se fazerem ouvir e de tomarem decisões que afetam as suas vidas. Portanto, ao descortinar o contexto brasileiro da participação, pelas visões destes jovens, toma-se como ponto de partida o que eles entendem como mudança social, e identifica-se o que influencia os seus valores, práticas e a forma como se percebem enquanto agentes políticos, a partir do conceito das culturas cívicas (Dahlgren, 2009, 2013). Ao aprofundar ainda mais os seus contextos, revelou-se a percepção de empoderamento que estes jovens têm de si próprios, assim como as limitações e os desafios que têm enfrentado, face às privações de uma conjuntura política bastante adversa, ao pleno exercício da cidadania no Brasil.

Por sua vez, no segundo tema deste capítulo explora-se a relativização e, até certo ponto, uma certa desilusão destes jovens com o papel da internet, quando associado às mudanças sociais que desejam viver. Para o efeito, recorre-se aos argumentos expostos no segundo capítulo da revisão de literatura, que apontam, tanto para uma insuficiência (Banaji, 2011; Banaji et al., 2017; Brites, 2015), quanto para uma ineficácia (Gladwell, 2010; Mansell, 2010; Morozov, 2011a; Pilkington 2011) dos novos *média* relacionados com a participação política, em linha com o que se defende neste trabalho. Ou seja, sobre uma participação que permita uma capacidade de influência dos cidadãos sobre os seus representantes em decisões que lhes dizem respeito (Cantoni, 2017; Carrano, 2012; Verba et al., 1995).

5.1. O contexto para a participação política no Brasil e as formas de participação eleitas pelos jovens

Antes de se avançar para a exposição dos resultados, cabe uma breve complementação do que já foi avançado nas metodologias, quando se tentou perceber quem são os jovens, a partir das suas origens socioeconómicas e, assim, problematizá-los à luz do contexto brasileiro. Entender mais sobre estes jovens, colabora na percepção dos desafios e motivações que enfrentam para participar politicamente, uma vez que participação, contexto e origens socioculturais, estão intrinsecamente associadas (Carpentier, 2011; Dahlgren, 2009; Gohn, 2017).

Dos 13 jovens entrevistados na primeira ronda, três são brancos, heterossexuais, estudaram numa escola privada e não residem em regiões periféricas das capitais. São eles, Rui, Fernando e Vívian. Os três têm pais que também estudaram, no mínimo, até ao ensino médio. Cinco outros, Larissa, João, Pedro, Sílvia e Daniel, autodeclaram-se negros ou afrodescendentes, LGBT e moradores da periferia. Estes cinco têm pais que não chegaram a completar o ensino médio. Entre estes grupos, estão os restantes quatro jovens: Joana, Gina, Tomás, Inácia e Filomena. Nestes grupos misturam-se características dos anteriores, não se assumem nem negros, nem brancos, mas vivem na periferia, estudam numa escola pública, pelo facto de as famílias não conseguirem suportar os seus estudos numa escola privada, cujos pais completaram o ensino médio.

Quando se analisa esta caracterização sociocultural, à luz da situação dos jovens no Brasil, problematizada nos capítulos 2 e 4, entendem-se melhor as motivações e os desafios que alguns jovens enfrentam, se comparados com outros, quando o assunto é participar politicamente. É de relembrar que jovens advindos de famílias cujos progenitores são pouco escolarizados, a que junta o facto de serem negros, LGBT e de viverem na periferia, correm maior risco de serem alvo do racismo estrutural, da violência urbana e de terem as suas vozes limitadas em espaços públicos. Ao passo que, ser branco, ter pais escolarizados e ter tido acesso à educação de qualidade – normalmente em escola privada – faz com que tais riscos diminuam e posiciona melhor estes jovens em espaços participativos (Abramo, 2016; Cerqueira et al., 2018; Novaes, 2014). Não esquecendo esta perspectiva literária, passa-se a apresentar e a analisar os dados recolhidos em maio de 2018, a partir do primeiro dos sete subtemas.

5.1.1 Que mudança social esperam estes jovens brasileiros?

Quando questionados sobre o que entendem como mudança social, a maior parte dos jovens percebe-a como um processo contínuo e a longo prazo, o que, no caso brasileiro, implica alterações sociais profundas e com consequências positivas.

De entre as diversas opiniões, os jovens convergem para a ideia de que as mudanças sociais que querem experimentar, levam muito tempo e exigem um esforço coletivo, pois percebem, acima de tudo, que são mudanças sistêmicas, que decorrem tanto dos comportamentos individuais para as macroestruturas políticas, quanto do contrário, como fica subentendido, quando referem a corrupção na política. Convergem ainda na opinião de que, ainda que profundas, essas mudanças podem ser implementadas com a ajuda dos próprios. Ou seja, os jovens entrevistados sentem-se como partícipes ativos deste longo processo.

Mais precisamente, na opinião destes jovens, os passos da mudança social se iniciam nas relações interpessoais e com ações que podem ser facilitadas pelo acesso à informação, pela reflexão crítica, diálogo e partilha de pontos de vista entre os seus pares, familiares, alunos, vizinhos e até mesmo entre os seus desconhecidos. No âmbito desta abordagem em cascata, muitos dos discursos convergiram para a ideia de que tudo começa com a mudança de mentalidade e de um comportamento individual, para depois alcançarem um comportamento coletivo, e avançarem para os domínios mais abrangentes da sociedade, como a política e a economia. É assim que as mudanças podem ser sentidas nas suas vidas e nas dos grupos sociais mais vulneráveis, constantemente, citados nos discursos como negros, moradores da periferia, pobres e LGBT. As estudantes Gina, Joana e Inácia que vivem na periferia de São Paulo resumem bem este conjunto de achados descritos acima⁶⁸:

“Mudança social é quando um grupo de pessoas cria um novo debate e agrega outros grupos de pessoas. Isso acaba gerando uma conscientização, acaba gerando mudança de opinião e mudança de comportamento que se espalha para a sociedade toda”. (Gina, fase 1)

“Essa palavra me diz sobre a sociedade estar evoluindo com as diferenças. Mudar a opinião, para aceitar a diferença no outro. Diferença de opinião, de cor de pele, financeira(...)”. (Joana, fase 1)

“A mudança social pra mim é não é só estar juntos e falar das questões sociais, financeira, mas também uma questão de como eu te vejo e de como você me vê. E eu acho que, mudando o comportamento, você acaba mudando o todo, a política e a economia”. (Inácia, fase 1)

⁶⁸ Respeitou-se a grafia, a partir das transcrições originais dos discursos dos jovens.

A ideia de mudança social partilhada por estes jovens está próxima da que foi apresentada no capítulo 3, definida como um processo complexo, dinâmico, amplo e de longo-termo, que decorre de forma não-linear e inesperada, através de relações entre indivíduos, com estes próprios, e com as instituições que os representam, de forma a favorecer o desenvolvimento humano (Quarry & Ramirez, 2009; Waisbord, 2008). Mais ainda, os jovens também deixam pistas de que as mudanças sociais estão relacionadas com a aceitação das diferenças e com o reconhecimento, ou de ser visto, por aquilo cada indivíduo é, como aludiu Inácia. O que remete para a associação do sentido de mudança social com as dinâmicas do poder entre cidadãos, com eles próprios e com as instituições que estão acima deles (Waisbord, 2008). A mudança social é tida como um processo político, em que os indivíduos influenciam por um lado uns aos outros e, por outro as suas estruturas (Waisbord, 2008), o que tem eco no discurso dos jovens, quando eles se identificam como partícipes deste processo. No subtema a seguir aprofunda-se ainda mais esta noção.

5.1.2 O que move os jovens a participarem da mudança social?

Para estes jovens, a mudança social é sinónimo de experienciar oportunidades de uma vida condigna, que se inicia com o direito de poderem ser quem realmente desejam ser, de serem respeitados pelas suas escolhas, de se sentirem representados, e de usufruírem de direitos básicos como cidadãos.

Nas entrevistas, um aspecto relevante notado foi o desejo dos jovens serem reconhecidos socialmente. Percebem que têm um papel preponderante e transformador, mas não são vistos como tal por quem, de algum modo, detém o poder, ou seja, os seus representantes na política. O tema do reconhecimento perpassa todos os discursos, mas sobressai, sobretudo, nos discursos da Sílvia, do João e do Pedro que, como foi indicado acima, fazem parte do grupo de maior risco social, como exemplificado a seguir.

“Não acho que a mudança social é mudar o status social ou financeiro de alguém, mas é a forma de você está enxergando as pessoas na sociedade. Por exemplo, será que eu estou enxergando a Cássia (a entrevistadora) como eu penso que a Cássia é? Ou como alguém muito além do que você própria se imagina? Como as suas capacidades e entendendo o que você pode? Ver além é o que entendo como mudança social”. (Sílvia, fase 1)

“Eu gostaria de ser visto e aceito em todos os espaços, também gostaria que as pessoas iguais a mim se sentissem aceitas, vistas e que se sentissem positivas. Acho que mudança social seria chegar em uma entrevista de emprego e não ser perguntado se eu sou viciado em droga, sou porque sou negro e periférico”. (João, fase 1)

“Mudaria a situação do jovem...são os jovens negros como eu que estão morrendo dentro da periferia pela mão da polícia. Isso me incomoda demais. (Pedro, fase 1)

Entrevistadora: *Você se considera em risco?*

Pedro: *Sim, eu me considero! Eu sou negro, LGBT e periférico”.*

Em comum, todos os 13 jovens estão alinhados nos desejos de mudança, enquanto cidadãos de direitos. Se, por um lado, entre os três jovens dos discursos acima, há uma clara intenção de mudar, para que lhes seja possível usufruir de direitos essenciais na primeira pessoa, por outro, entre os outros jovens, que não se sentem diretamente em situação de risco, há o desejo de que estes direitos sejam alargados a todos os jovens brasileiros. Para estes, a ideia de empatia com os seus pares em condição desigual prevaleceu, como demonstram Fernando e Rui, respectivamente:

“Mudaria a igualdade de tratamento, como ser humano, como meu irmão, ainda que eu seja branco. Depois é mudar estruturalmente, o centro, a periferia e aí pressionar os políticos para mudar”. (Fernando, fase 1).

“Eu mudo através do movimento escoteiro, com empoderamento, pela partilha de experiências. Um caso concreto foi o dia do desabamento do prédio aqui em São Paulo e eu me reuni um grupo de escoteiros para fazer recreação com as crianças que tinham acabado de perder suas casas. São coisas que são simples, curto prazo e fazem a diferença. Então é por isso que partilho minhas experiências, por que todos somos seres influenciadores também”. (Rui, fase 1)

Uma educação de qualidade, num país com má oferta de serviços educacionais e com ameaça constante de cortes orçamentais pelo Governo Bolsonaro, como já foi abordado no capítulo 2, é um tema que sensibiliza a maioria dos jovens. Como já foi dito, não há mudança possível sem mudança da mentalidade e, esta passa, necessariamente, pelo acesso à educação, como um tema transversal que está na base da igualdade de oportunidades para os jovens, e que influencia o combate ao racismo e ao preconceito. Daniel, que se assume “um homem transgénero”, tem colaborado, há já alguns anos, com organizações que defendem os direitos LGBT e femininos. Tem uma posição muito firme e marcada pelas ações de militância, por já ter sido vítima de preconceito. De forma empática, quando questionado, ainda na primeira fase das entrevistas, sobre o que mudaria na realidade em que vive, ele responde: *“quero melhorar a vida das pessoas LGBT e a vida das mulheres”.*

“Entrevistadora: *como?*

Daniel: *Falando da vida destes grupos, de aprendendo com eles e promovendo o que elas querem. Acredito muito na educação como promoção dessas mudanças”.*

Na mesma linha de ideias, Filomena, uma estudante universitária paulistana, que orienta a sua atuação política a partir dos seus estudos académicos em Gestão de Políticas Públicas, é peremptória e responde: *“Educação! Porque muitas pessoas falam que os*

jovens são o futuro da nação, então se a gente é, a gente tem que fazer alguma coisa neste assunto” (Filomena, fase 1).

Finalmente, João, um entusiasta jornalista paulistano e bastante sensível às causas de gênero, gosta de influenciar os seus pares pelas redes sociais, para o assunto do reconhecimento, com informação de qualidade e *memes* bem-humorados. Quando questionado sobre o que mudar, ele diz que “*mudaria muita coisa...*”, mas que começaria com a “*educação de qualidade, direitos iguais entre as mulheres que recebem menos, que são agredidas fisicamente, sexualmente, verbalmente nas ruas*” (João, fase 1).

Ainda durante a primeira fase, outros jovens como Fernando, Rui, Tomás e Sílvia também apostam prioritariamente na educação como base para a mudança social. Nas suas formas de participação, o tema lidera as suas motivações pelas mudanças sociais, como se verá ao longo desta análise, em outras questões em que foram abordados.

Estas descobertas indiciam que a ideia de mudança social e de empoderamento sistêmicos, que estes jovens têm, ressoam na estrutura multinível e ecológica convocada no primeiro capítulo, a partir dos contributos de Rappaport (1987), e de Lord e Hutchison (2009). Também para os jovens, estas noções estão para além de um constructo psicológico individual, e avançam, em escala, para os campos económico e político. Outro aspecto relevante é que estes jovens se incluem no processo de mudança social, a partir da mudança de comportamento pela educação e pela influência que esta exerce na formação de uma nova mentalidade. Esta, por sua vez, é forjada nas relações interpessoais, focadas na ação reflexiva e na consciência crítica, que os empoderam como sujeitos, e contribuem para empoderar terceiros, muito em linha com o pensamento de Freire (1987) sobre a emancipação individual e coletiva de estruturas opressoras, a partir da educação crítica e da consciencialização política, e que remete para o lugar das literacias críticas, quando se analisa o ativismo e a juventude.

Finalmente a busca por um reconhecimento de quem são e de quem o outro é, ou como bem frisou Sílvia no seu “ver além”, ou João, que quer “ser visto”, aproxima-se da visão de Nancy Fraser quando a autora refere que só se pode falar em reconhecimento recíproco e igualdade de *status*, quando os atores são vistos como pares e “capazes de participar em pé de igualdade na vida social” (2000, p. 113.) De igual forma, para a maior parte dos jovens, a igualdade de condições para os que estão em situação de desigualdade, é um aspecto muito relevante.

Oportunamente, a necessidade de serem reconhecidos e de o fazerem por si próprios, enquanto cidadãos participantes, evoca a importância do que Djamila Ribeiro chama de

“lugar de fala” (2017, p. 59), ou a perspectiva de narrativas construídas a partir das vozes de grupos minoritários, como mulheres negras e populações LGBT, que vivem em constante sobressalto no Brasil. Por conseguinte, o empoderamento destes grupos marginalizados deve considerar a interseccionalidade, ao admitir que não deveria haver supremacia de uns sobre os outros, uma vez que, estão estruturalmente relacionadas as causas que alimentam o racismo, a a homofobia e q desigualdade económica.

5.1.3 As percepções de poder e as formas de participação política

Não apenas de forma hipotética, a maioria dos jovens percebe que tem poder para conseguir uma mudança social, através de uma participação mais ativa na sociedade brasileira, como se constata ao longo de todo este capítulo. Poucos foram os que não se consideraram em condições de atuar, por acreditarem que não bastam sozinhos, ou por proibição dos pais. Durante a primeira fase, Vívian representa uma destas raras opiniões dissonantes. A paulistana de 19 anos, que frequenta o curso de Publicidade em Passos, no interior de Minas Gerais, refere que os pais, que ficaram em São Paulo, se preocupam muito com a sua segurança pessoal e que isto a impede de estar em manifestações de rua, e mesmo de utilizar o espaço digital para discussões mais acaloradas, em virtude dos ataques *online*, cada vez mais comuns entre os pares. Vívian é sensível às condições laborais desiguais no Brasil e gostava “*que todos pudessem gozar de dignidade no trabalho*”. A jovem acredita não ter poder para mudar muito, pois, é pelas mobilizações em massa que as mudanças sociais se fazem sentir no Brasil. Por acaso, durante a entrevista com Vívian, em maio de 2018, decorria a greve dos camionistas, o que trouxe à tona um exemplo, quando questionada sobre se a sua participação importava para as mudanças que queria ver, como se resume a seguir:

“Não muito. Porque eu percebo que o que tá resolvendo no Brasil são as greves. Se todo mundo vai e se mobiliza pára o país inteiro, é isso que soma e que dá resultado. Eles (os políticos) já falam, tipo, calma, vamos fazer alguma coisa. Do contrário, não tá rolando, tipo as pessoas estão percebendo que estão perdendo a voz, porque elas vão perder tempo e ficar sem comida. Nas redes digitais, eu penso que não dá pra fazer muita coisa, tem que sair mesmo às ruas....

Entrevistadora: *E tu sais às ruas?*

No meu caso, eu fico restrita pelos meus pais me protegerem”.

Excepto este caso, e durante a primeira fase, a maioria dos jovens demonstrou uma aptidão para a participação política, que se manifesta no voto consciente, num maior investimento de tempo e recursos, no trabalho voluntário, no foco nos estudos e no próprio trabalho formal, como meio de consciencialização dos seus pares, em grupos sociais, ou em outras situações diversas que se examinam aqui. Em apenas dois casos, os

jovens desejam participar na própria política partidária, enquanto representantes no poder Legislativo. Um deles é Daniel:

“Entrevistadora: *Como acha que podes participar para mudar a sua realidade e a de outros jovens?*

Tenho pensado e me aproximado de uma galera ligada à política partidária para pensar essas representações nos espaços de poder mesmo, sabe? De forma real, com tomada de decisão de partidos, de cadeiras na Assembleia (Poder Legislativo Estadual), na Câmara e no Senado (Federal) pra gente garantir que as nossas agendas sejam de facto consideradas e que não sejam usadas como negociatas, enfim...organizar a luta em contextos específicos”.

O ímpeto para participar nas mudanças afasta a ideia de que estes jovens possam ser apáticos, quando o assunto é a participação política, ou mesmo numa “crise de participação cidadã” (Ribeiro et al., 2005, p. 7). Pelo contrário, os resultados demonstram que, ainda que, maioritariamente de forma mais apartidária (Gohn, 2018; Souto, 2016) nas formas enunciadas, a participação dos jovens vincula-se, intimamente, com as suas crenças e os seus valores, como elementos fundamentais de construção de uma cultura cívica participativa (Dahlgren, 2009).

5.1.4 A participação política intrínseca no quotidiano

Para a maior parte destes jovens, um ato político não é apenas votar ou relacionar-se com um representante, é também posicionar-se a partir das roupas que veste, do penteado que adota, dos locais que frequenta e, em alguns casos, é tornar esta posição pública no ambiente digital. As rodas de conversa, onde estão mais à vontade para influenciar os pares, e as manifestações artísticas a serviço do ativismo, ou o *ativismo* que examinámos no segundo capítulo, são parte do repertório de muitos destes jovens. Um exemplo disso é que, ao questionarmos sobre o que é participar politicamente, João refere: “é o ato de você se expressar, de se apoiar ou não causas, ideias e pensamentos, sejam quais forem”. Ao aprofundar, João deixa inúmeros exemplos do que pensa ser participar:

“Por exemplo, ato político é tirar a foto do que você tá comendo. E também os grandes atos, de você escrever um textão no Facebook, falando que você não tá de acordo com aquela decisão que aconteceu hoje na Câmara dos Deputados.” Acho que quando você se reúne com os seus amigos numa noite de sábado para uma festa está tomando uma atitude política. Acho que quando você vai a uma festa com uma camisa (t-shirt) que tem a foto de uma mulher negra estampada, isso também é uma forma de participar da política. Isso se dá de diversas formas, também com a forma usar o seu cabelo...em grandes e em pequenas escalas e elas estão acontecendo. Acho que os jovens estão se vendo na obrigação de fazer política nas formas mais simples distintas, com poesia, música”. (João, fase 1)

A ideia de ter as artes associadas à participação política é também defendida por Pedro que, como forma de participação, criou o “Dancitude”, um coletivo cultural que, segundo

o próprio, “através da dança, fala sobre o genocídio de jovens, pretos e periféricos”. Ao ser questionado sobre o que o levou a fundar um coletivo, ele responde:

“A gente pesquisou muito sobre as estatísticas e esse assunto do jovem preto morrer a todo momento e ninguém falar nada. Eu queria que isso mudasse e eu tô fazendo isso. Quando a gente trabalha com estas informações e começou a apresentar o grupo dentro das favelas a gente chocou o pessoal. Muitos jovens disseram...nossa, isso acontece na nossa cara e a gente não vê e não fala nada?” (Pedro, fase 1)

Em linha com ambos, e durante a primeira fase, Sílvia amostra a sua admiração e apoio ao coletivo de mulheres “As Severinas”, como forma de participação política que, com música regional, o forró, e encenações de rua, consciencializam a população em Salvador contra a violência e os abusos contra as mulheres, e com alcance *online*. “Acompanho o trabalho dessas mulheres e admiro a forma como abordam o feminismo”, refere Sílvia.

O que se pode analisar, a partir destes extratos de discursos, é que estes jovens veem as suas formas de participar muito mais para além de uma perspectiva normativa, que diferencia a participação política “formal”, ou mais tradicional – que se manifesta no voto, nas assembleias e na filiação partidária –, da participação cívica, ou “extraparlamentar”, menos tradicional – petições, envolvimento com movimentos sociais e artísticos e comportamentos (Ekman & Amnå, 2012, p. 295). Para os autores, há uma fusão indissociável de ambos – a participação política e a participação cívica – que tem a internet como elemento de ligação entre as suas práticas (Ekman & Amnå, 2012).

Da mesma forma, a percepção destes jovens sobre o que é participar está também em linha com o pensamento de Abramo e Branco (2005); Carrano (2012) e Gohn (2018), que denominam os sentidos cívicos, entenda-se, menos formais, e políticos, entenda-se mais formais, classificados por Ekman e Amnå (2012), simplesmente como participação política. Consequentemente, a participação política – termo adotado neste trabalho e problematizado no segundo capítulo – serve, tanto para designar as formas mais convencionais de envolvimento dos cidadãos jovens em assuntos de interesse público, quanto para ilustrar as menos convencionais, incluindo grupos de discussão política *online*, o net ativismo, o voluntariado em causas, os coletivos culturais e as manifestações de rua iniciadas nas redes. De facto, constata-se que a ideia de participação política, para a maioria dos jovens entrevistados, está dispersa em todas as dimensões das suas vidas práticas, sobretudo nas relações sociais, na cultura e nos *media*, concretizada no sentido de político (Mouffe, 2005) e que se aproxima do carácter maximalista de participação (Carpentier, 2011, 2012).

5.1.5 Resistências à participação política

Durante a primeira fase das entrevistas, questionaram-se os jovens sobre que tipo de resistências encontravam, para eles e para outros jovens, para participar politicamente e construir as mudanças sociais que queriam ver. De entre as respostas obtidas, aponta-se a dificuldade em estabelecer diálogo com os pares e, principalmente, com os seus representantes. Para eles, há muito pouca disponibilidade em serem ouvidos e representados.

“Há bastante resistência política de lá de cima, não dá muita abertura. A gente até tenta ir lá, lutar, manifesta, protesta, mas aí chega lá em cima e ninguém faz nada (...) morre um projeto que tá lá e por não ter tantos votos na bancada evangélica”. (Daniel, fase 1)

O acesso à informação, através da conectividade *online*, é outro fator que separa os jovens da participação. “O acesso à internet na minha comunidade é limitado e é de propósito”, revelou João. “E há ainda os jovens não podem pagar por internet ...”, como lembra Rui, embora ele não seja diretamente afetado.

Ressalta-se ainda que, a privação da informação, motivada pelo excesso de vigilância dos pais que, por razões de conflitos geracionais – por não terem acesso desde cedo, à internet e por a usarem pouco –, por razões de segurança pessoal ou religiosa, cria ou reforça as barreiras existentes, como refere Vívian: “há os conflitos entre os jovens, os pais que impedem os filhos de participarem”. Questionada acerca da razão, explica: “os pais reprimem os jovens de se expressarem, ficam com medo que eles se exponham, que algo lhes aconteça”. Questionada como se sente, Vívian responde: “frustrada!”

Na verdade, *frustração* é a palavra que a maioria dos jovens utiliza, quando questionados sobre o que sente, ao não poder participar através das redes digitais.

Tomás, por exemplo, sente-se beneficiado com o acesso à internet de que dispõe, mas refere a frustração dos jovens que são reprimidos pelos pais.

“É frustrante, como um jovem sabe que não pode participar, fica meio mal querer fazer uma coisa e não poder, é meio frustrante para ele.”... “Às vezes o pai ou a mãe acham que é perda de tempo os jovens estarem na net, por não terem eles acesso e isto é frustrante”.

Aprofunda o que a internet lhe trouxe, relacionado com as suas competências e participação, e descreve o que seria uma privação deste tipo.

“Sim, eu posso perceber porque, antigamente, eu era uma pessoa mais tímida e na internet, eu pude me soltar mais, expressar minha opinião. Tanto que, na minha vida pessoal, depois da internet, eu tive uma mudança mais positiva em relação a mim. Bom, hoje em dia, eu sou uma pessoa mais comunicativa, uma pessoa que faz amizades bem fácil com muitas pessoas, eu tirei certos preconceitos que eu tinha antigamente, então a internet me deu uma visão que eu não tinha antes”. (Tomás, fase 1)

5.1.6 O que mudou nas formas de participar no pós-eleições de 2018?

Neste subtema, exploram-se as formas de participação política dos jovens, dando-se especial destaque para as mudanças a partir da alteração do contexto, desde o novo governo presidencial, eleito em 2018, e que tomou posse a 1 de janeiro de 2019. Como já referido na introdução deste capítulo, e abordado também na metodologia, nesta segunda fase, entrevistaram-se apenas sete dos 13 jovens.

Fazendo uso da técnica de triangulação de dados com variação temporal (Denzin, 1989), conseguiu-se consubstanciar o caso de estudo sobre as práticas de participação dos jovens, com foco no uso da voz, ou participação, na ocupação dos espaços públicos e a na percepção do empoderamento, enquanto cidadãos, que estes jovens têm de si próprios, tendo as eleições como um marco temporal.

Os jovens reconheceram que o cenário para a participação no Brasil tem mudado rapidamente, desde a campanha eleitoral de 2018. Para eles, a polarização político-ideológica – com partidos de extrema-direita que apoiaram a vitória do presidente Jair Bolsonaro, *versus* os partidos de esquerda que apoiaram o governo da Presidente Dilma, que deixou o cargo, depois do processo de *impeachment*, em 2016 –, gerou um ambiente de intolerância, de reduzida capacidade de diálogo, de segmentação dos indivíduos no que chamam de “bolhas”, não apenas no ambiente *online*, como também nas relações presenciais, onde é difícil as pessoas entenderem-se.

Na verdade, as divergências de pensamento anotadas por estes jovens, desde o período de campanha, só se acentuaram. As posições contrastantes serviram para separar amigos de infância, familiares próximos e, em muitos casos, tornaram-se um alerta de conduta social, em que vigorava a neutralidade e a omissão do posicionamento político, e o abrandamento das tentativas de resistência ao pensamento conservador, por associação com o governo eleito em 2018. Para quase todos os jovens entrevistados, a mensagem é clara: “não nos querem ouvir!”, como referiu Sílvia. Calar, por vezes, representa a atitude mais sensata, seja nas relações sociais em geral, seja no ambiente laboral e, sobretudo, na internet.

De forma absolutamente não intencional, uma vez que já foi demonstrado o caráter aleatório da constituição deste grupo, os 13 jovens que foram entrevistados têm um posicionamento político-ideológico contrário ao do governo eleito em 2018. Nos seus discursos, estes jovens mostram-se claramente sensibilizados com as medidas políticas que implicam perdas de direitos essenciais como, por exemplo, educação, tolerância à igualdade de género, segurança pública, oportunidades de emprego, entre outros,

referidos inclusive no segundo capítulo desta tese. Ainda atônitos, e com medo da escalada da hostilidade pela polarização desde o período da campanha eleitoral, estes jovens percebem o peso de um ambiente de vigilância e de desrespeito face às opiniões contrárias, como uma progressiva redução da voz, dos espaços de diálogo, e, consequentemente, das formas de empoderamento, especialmente entre LGBT, negros e moradores da periferia.

Um dos depoimentos mais veementes na expressão deste medo é o do Daniel. O jovem baiano desabafou sobre como se sente relativamente aos espaços de participação neste momento com o novo governo, em especial face às suas perspectivas de empoderamento.

“Cara, tem várias questões com este governo. O Bolsonaro faz da transfobia e da LGBT fobia a sua plataforma de governo, de campanha e de ação, então é óbvio que ele vai empoderar o LGBT fóbico e vai fazer essa galera se sentir confortável para exprimir seu ódio, seu racismo tanto por meio de palavras quanto por meio de ações. Tem mais, o Bolsonaro tem uma perspectiva de polícia que mata pobre, que mata preto, que criminalização da juventude, das drogas... Também tem a questão do porte de arma que ele quer liberar indiscriminadamente. A gente sabe quem são os alvos preferenciais das pessoas que querem andar armadas, né? É o negro, o LGBT....Eu sou preto e sou uma pessoa LGBT, então eu sou o tipo de pessoa, de perfil que sofre a criminalização do que qualquer outro”. (Daniel, fase 2)

O discurso de outros três jovens: Sílvia, João e Larissa, LGBT e residentes na periferia, seguem a mesma ideia, quando questionados sobre o tema. Este grupo é formado por jovens conscientes dos riscos que correm, como membros de uma população considerada mais vulnerável, já analisada no segundo capítulo, e que demonstraram, além de medo, um nível elevado de pessimismo. Sílvia refere que,

“como jovem, eu me sinto violada. Não vejo perspectiva para o que eu desejo seguir, a carreira de serviço social. O atual governo mexe com as políticas públicas e com as questões sociais e vejo que tudo está mais vulnerável. Vejo portas se fechando, perigo de você ser militante, porque militantes são considerados gente de esquerda, comunistas) eu vejo perigo até do que você vai falar nos locais em que você está presente. Vejo perigo nas redes sociais porque posso sofrer um ataque por algum grupo específico que não vai de acordo com a minha opinião...enfim, vejo muitos direitos sendo violados e sem perspectiva de algo melhor”. (Sílvia, fase 2)

João e Larissa enfatizam, de iguala forma, o medo e o pessimismo, respectivamente.

“Ah! Eu tenho medo, né? Acho que esse medo se dá em diversas etapas, acho que há uma série de conquistas e direitos políticos sendo revogados a cada dia sobre os espaços de participação e os diversos pontos que a gente entendia como uma vitória para os jovens que estão sendo dizimados. Podemos citar a perda de direitos com os debates sobre o armamento da população, o aumento da violência policial que atinge pessoas como eu, jovens, negras. O pacote anticrime do Moro (Ex: Juiz Sérgio Moro, nomeado Ministro da Justiça pelo Presidente), a questão do trabalho infantil, a ditadura militar... A questão policial é o que mais me assusta, porque eu tenho medo de sair na rua, porque eu vi o aumento de ações policiais acontecendo aqui na rua onde eu moro”. (João, fase 2)

“É bem preocupante na verdade. É um governo que em pouco tempo piorou muita coisa. Eu não sei nem por onde começar...A saúde, a educação, ele já quis fazer vários cortes. Isso pra mim é ruim, porque eu não tenho condições de fazer uma faculdade paga. Para o meio ambiente, para os povos indígenas. Aqueles milhões de agrotóxicos que ele aprovou, entendeu? Com a falta de

empatia dele também com o próximo. Acho que o governo dele só quer ajudar só os ricos mesmo...”. (Larissa, fase 2)

Os depoimentos acima convergem com os dos demais jovens entrevistados na segunda fase, com a diferença que, alguns destes jovens, ainda que não percebam diretamente as violações dos seus direitos e a limitação do espaço e da voz para eles, conseguem, contudo, notar tais fenômenos na sociedade em geral e ressentem-se pelos seus pares. É o caso do Rui que, ao responder à mesma questão, referiu estar

“numa posição muito confortável na verdade dentro deste governo, por que eu sou o branco, homem, heterossexual, de classe média. Dentro do meu ciclo de pessoas, há muitas que são aquelas estigmatizadas pelo governo...gente da periferia e pobre”. (Rui, fase 2)

Apesar dos temores, até mesmo de morte, e de sentirem estas perdas de direitos e dos espaços de participação, praticamente todos os jovens entrevistados pareceram dispostos a resistir. Desejam, inclusive, estar na arena pública e veem esta presença como condição essencial para se manterem esperançosos pela mudança, e de darem sentido às suas vidas. Sentem-se aptos para a mudança social, ou empoderados para alterar as suas realidades. Com cautela, Daniel considera que é importante *“continuar a resistir, mas sem se esquecer de que militante bom é militante vivo!”*. Filomena, por sua vez, não vê outra escolha senão resistir.

“Eu continuo acreditando na utopia da mudança. Acho que é a única forma de seguir em frente. Se eu acreditar agora que não tem mais jeito também não faz sentido pra mim estudar e até nem de viver(...). Ainda que estas pessoas estejam aí, eu sei que existem outras pessoas que pensam nessa melhor e sei que não estou sozinha”. (Filomena, fase 2)

Percebe-se que, com a eleição do novo governo, foi ubíqua a percepção, até mesmo pelos jovens mais privilegiados, de que os jovens brasileiros não são considerados como cidadãos, no sentido de pertença, ou de *“terem os mesmos direitos e deveres”* (Marshall, 1950, p. 28). Sofrem, aliás, um tratamento diferenciado e discriminatório, por serem considerados distintos de um padrão próximo à elite (Holston & Appadurai, 1996). O mal-estar e os medos que os jovens vivenciam, confluem com o medo de morrer e de não terem oportunidades profissionais – ou de sobrar –, confirmados no estudo de Novaes (2014), confirmam a distância que há a percorrer para que eles sejam considerados sujeitos de direitos (Abramo, 2016). Agravam-se ainda mais quando são estão em situação de maior vulnerabilidade, como é o caso dos LGBT, dos negros e dos que vivem nas zonas periféricas das suas cidades, confirmando as tendências para o risco de exclusão e mortalidade entre os jovens, já problematizadas no relatório *Atlas da Violência* (Cerqueira et al., 2018).

5.1.7 Confiança para participar politicamente no pós-eleições de 2018

Levando em consideração os riscos que correm no Brasil e a polarização de opiniões políticas, estes jovens apostam em espaços que entendem ser os mais seguros para se fazerem ouvir e se sentirem incluídos. Se, por um lado, a internet lhes confere alguma proteção para opinar ou, como referiu Vívian, ser “a capa de invisibilidade dos jovens”, por outro, parece que também “ninguém quer ouvir ninguém” nas redes sociais, como referiu Rui, quando abordado sobre o papel das redes relacionados com estas mudanças, na segunda fase. Demonstra-se, portanto, uma tendência dos jovens entrevistados para estarem em espaços onde se sintam mais seguros, como as redes presenciais, as conversas entre amigos, o ambiente escolar, como estudantes, ou como professores, e em coletivos culturais, as suas formas de participação preferidas, por representarem espaços de confiança. Estar entre os conhecidos, e com alguma liberdade para se expressarem, significa correr menos riscos. Por vezes, a internet corrobora, por outras, não.

Fernando é um bom exemplo para ilustrar estas descobertas. Para além de perceber que exerce um papel político nas suas atividades laborais e voluntárias, enquanto educador, tem pretensões políticas para 2020, tal como Daniel, como já foi referido. Ambos contrariam a tendência dos seus pares, pois almejam um envolvimento direto com a política partidária. No caso do Fernando, através da sua afiliação no PDT, o Partido Democrático Trabalhista, fundado por Leonel Brizola e Dilma Rousseff, em 1979. Quando foi entrevistado, em 2018, Fernando era educador voluntário na Fundação Leonel Brizola, e ainda não tinha tais pretensões. Mas, no espaço de pouco mais de um ano, decidiu “colocar a mão na massa e sair dos bastidores do ativismo do sofá”, como o próprio descreveu, em julho de 2019. Com base na experiência que já tinha, como educador, fundou o projeto “Educracia”, para dar apoio a jovens estudantes menos favorecidos, com suporte técnico e socioemocional, para facilitar a aprovação no vestibular. Curiosamente, em 2018, Fernando utilizava a internet apenas para se informar, e tinha um perfil tímido de expressão, com pouca tolerância às discussões *online*, que qualificava como “insanas”.

“Entrevistadora: *O que mudou na tua forma de participar, desde maio de 2018, quando falámos pela primeira vez?*

Fernando: *Teve uma grande mudança. Eu me senti na obrigação de fazer algo significativo. Além do Educracia, eu me filiei ao PDT e estou desenhando uma pré-candidatura para vereador no ano que vem. E passei a participar dos processos locais do partido na cidade de Osasco e acionei algumas ideias de projetos relacionados com educação.” Além disso, participo do movimento Bancada da Educação (movimento suprapartidário para reuni pessoas interessadas na temática e criar diálogo das demandas com o legislativo das cidades) e coordeno o movimento aqui em Osasco. (Fernando, fase 2)*

Entrevistadora: *E como é que tem visto o papel da internet, neste novo caminho político?*

Fernando: *Embora eu pessoalmente não tivesse um perfil de exposição, pelo facto de estar em pré-campanha, hoje eu tenho recebido conselhos de como usar sociais também como uma promoção do que se faz na vida real, porque isto nos nossos tempos atuais tem uma relevância e é a alma da coisa, praticamente.*

Entrevistadora: *Dê-me exemplos...*

Fernando: *Estou mais no Facebook, Instagram....Tenho participado mais e me exposto mais em razão deste objetivo da campanha. Acho que é o diálogo com os diferentes que vai fazer a gente tomar de novo o caminho destes acordos básicos que a gente precisa. Acho que o esforço na nossa militância não é mais falar dentro da mesma bolha e sim tentar sempre furar estas bolhas e conversar, porque quem votou nisso que é que está aí (o Presidente da República) está do nosso lado aqui, é nosso vizinho”.*

Também alinhado com a vertente da participação político-partidária, Daniel fez um caminho inverso, relativamente ao uso das redes digitais: restringiu as suas práticas participativas *online*, por não acreditar em resultados práticos. Com militância na causa LGBT, desde os 15 anos, “graças às informações disponíveis nas redes”, Daniel credita nas redes o papel de o informar, de o ajudar neste envolvimento social, e de “canalizar ações feitas no *offline*”. Durante a entrevista *online*, um ano depois, Daniel relatou que estava “bem afastado das redes sociais em relação à participação política” e complementa:

“Uso mais pra leitura para acompanhar as pessoas que eu sigo. Eu tenho sido mais ativo fora das redes sociais. Participo de um coletivo LGBT, o De trans pra Frente e fui convidado para compor a secretaria geral da Associação Baiana de Transsexuais, Travestis e Transgêneros em Ação, a Atracção”. (Daniel, fase 2)

Questionado sobre a razão por detrás de tal restrição, Daniel refere que percebeu que a dinâmica das relações na internet é muito diferente das relações sociais e, de forma enfática, adiciona: “*na internet, você não tem a complexidade do debate que costuma ter fora. Acho que não rende, como rendem os encontros presenciais, sabe?*”. Ao se tentar perceber como correu a sua participação política no período eleitoral, ele responde num tom de indignação:

“Acho que a situação do debate eleitoral no Brasil tava polarizada num nível que você tem muito pouco a dizer. Tinha muito pouca abertura para diálogo, para discutir com as pessoas. Era muito na esquerda e no antipetismo. Quem ia votar no Bolsonaro ia. Quem não ia votar, não ia. Foi uma coisa muito complicada e eu não entrei muito nessa não”.

Um outro percurso interessante, alterado pelas circunstâncias políticas, é o do Rui: era líder do movimento dos escoteiros em São Paulo, na primeira entrevista, em maio de 2018, e usava as redes para divulgar as ações do movimento. Em pouco mais de um ano, decidiu deixar o movimento, porque acha que o mesmo “*tinha os vícios de qualquer organização e já não o representava*”. Hoje, a sua participação política está inserida na própria atividade laboral, que exerce como professor de crianças e adolescentes, entre os 4 aos 15 anos, em São Paulo, e só usa as redes digitais para se informar, porque “*não há*

espaço para dialogar no digital com tendências tão opostas”. Mesmo enquanto educador, Rui confessa que o momento político tem delineado o seu discurso e a forma de dialogar com os seus educandos.

“Entrevistadora: *Fala um pouco das tuas formas de participação desde que falamos há mais de um ano?*

Rui: *O meu ativismo social e político tem se dado basicamente como educador, numa questão de provocar reflexões, a ideia é sempre trazer pensamento crítico para os meus alunos. Quero entender o que eles escutam em casa, o que escutam nas escolas e ali a gente se encontra para ter um espaço novo de discussão. E tudo isso tem representado um amadurecimento do meu engajamento. Até onde eu posso trabalhar algumas coisas e até onde não.*

Entrevistadora: *Como assim?*

Rui: *Me preocupava menos com as minhas palavras. Hoje, tenho que tomar cuidado com o que digo, fico como que pisa em ovos, sabe? Por exemplo há casos em que o pai que é um doador da escola. Se eu falar algo que ele não gosta tanto sobre política, isso vai prejudicar a mim e a escola. É uma pressão que vem de cima para baixo. Vem dos diretores a dizer que não podemos passar daquele ponto, não podemos levantar esse assunto, ou tratar dessa polémica.*

Entrevistadora: *E o que mudou com o novo governo?*

Rui: *A gente já não dialoga mais. Já não são mais discursos diferentes se encontrando. Agora tem um policiamento dos discursos mais fortes que já eram. Os pais se tornaram policiais dentro da instituição de ensino e os funcionários mais altos também. A repressão aumentou, talvez”.* (Rui, fase 2)

Depois de analisadas estas declarações, percebe-se que, o direito a ter uma voz, dissonante da maioria, e ao poder de exercê-la como forma de influência sobre os que estão ao seu redor, representa o prenúncio do que se entende como participar (Couldry, 2010; Verba et al., 1995). Mais ainda, percebe-se que a influência do contexto adverso afeta a confiança dos jovens para atuar socialmente, sendo este mais um elemento que delineia as suas práticas participativas, alargando os vínculos em rede dos jovens, ou, no caso da desconfiança, desabilitando redes e inibindo a participação, em linha com o modelo de culturas cívicas (Dahlgren, 2009, 2011). Para alguns, esta confiança para expressar as suas vozes manifesta-se no meio *online*, mas, para muitos, está mais assente em situações presenciais e, mesmo assim, deve ser feita com ressalvas, ou a “pisar em ovos”, como declarou Rui, durante a segunda fase das entrevistas.

Mais ainda, o fenómeno da polarização ideológica, que decorreu no Brasil durante as eleições, prova como a internet acirrou as disputas e dificultou o diálogo, ao invés de o facilitar, através de uma narrativa de opressão ao pensamento plural e crítico, com características sectárias e radicais (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

5.2 A participação política a partir do papel da internet

Dá-se lugar agora ao segundo tema deste capítulo, cujo o foco foi captar como os jovens percecionam as repercussões da internet nas suas práticas participativas, em

relação às mudanças que desejam ver. Aqui, a comparação, e o contraste, entre as duas fases da recolha de dados, enriqueceu a percepção das nuances do contexto político, que afetaram as práticas participativas dos jovens, utilizando o meio digital. Este tema desdobra-se nos seis subtemas de análise já referidos na introdução deste capítulo.

5.2.1 Qual a relação entre o papel das redes e as mudanças sociais?

Com esta questão aprofunda-se a relação entre a participação digital e as mudanças sociais, ao abordar os jovens sobre se acreditavam que quanto mais participassem nas redes digitais, maiores eram as possibilidades de causar mudanças sociais no Brasil. As respostas quase que se dividiram meio a meio, com uma breve predominância para o sim, com uma ressalva: a participação no meio digital, por si só, “não muda nada” e a verdadeira mudança faz-se “fora dali, nas ruas”. Para os jovens, é preciso haver um híbrido *online-offline*, em que o contexto presencial reforça a ação no digital, e vice-versa, o que também se confirmou no estudo realizado por Brites (2015). Em suma, a internet é vista pelos jovens como um recurso para a participação política, que os habilita para a ação, através do acesso à informação que necessitam, e que lhes permite criar uma “posição para se manifestar”, como resumiu Joana. Ainda que não tivesse sido considerada pelo caráter comparativo, a internet é preferida, em relação à televisão, “que maquilha informações”, defende Vívian, durante a segunda fase das entrevistas.

Por sua vez, Larissa confessou, na primeira entrevista, em 2018, que usava pouco as redes digitais, por medo da hostilidade. Já na segunda, em julho de 2019, referiu que, no início daquele ano se havia mudado de Santo André, periferia de São Paulo, para Araguaína, no Estado do Tocantins – uma cidade muito menor, num Estado com menor densidade populacional. A mudança geográfica impôs a Larissa uma dificuldade para se adaptar à rotina social presencial que tinha e, como resposta, hoje recorre ao meio digital para se informar e para se relacionar com os amigos. Quando foi entrevistada, em 2019, Larissa referiu que a internet foi fundamental para ampliar o seu engajamento nas causas LGBT, que antes era restrito, por falta de conhecimento sobre determinados assuntos, e que lhe deu “autoconfiança”. Questionada sobre como andava a sua participação nas redes, em relação à primeira entrevista, um ano antes, Larissa respondeu: *“aumentou um pouco o meu engajamento eu comento mais nas redes sociais, eu gosto mais de me posicionar sobre causas LGBT e causas raciais também por que tenho mais conhecimento e segurança para dizer o que penso”*.

Fernando, na primeira fase das entrevistas, por exemplo, acha que o papel da internet é positivo para engajar e informar, ainda que questione a efetividade do meio: “mas a que serve essa informação? É para agente ficar só revoltado? Ou é para fazer alguma coisa? Acho que é uma questão de também aceder de modo produtivo pois assim, pois assim cumprirá o papel importante”. Entretanto, na segunda fase, com um discurso mais moderado, o jovem estava convicto de que a internet era um aliado fundamental na comunicação para o engajamento político, com informações que podem ser úteis à mudança de comportamento.

A maioria dos jovens vê vantagens na combinação entre o *online* e o *offline*, entre as formas de participação. O caso de Sílvia, a baiana que trabalha em projetos acadêmicos, na área de serviço social, com foco no empoderamento feminino, ilustra bem este conjunto de afirmações. Ela, que costumava usar o Facebook, mas que encerrou a conta na aplicação, depois de ter sofrido hostilidades, por parte de familiares e de colegas de trabalho, por causa das suas opiniões políticas, em 2018, ao ser questionada sobre o papel da internet para as mudanças sociais, afirmou: “*sim, há, mas não fica só por aí, as pessoas tem que ir para as ruas*”.

Um ano depois, Sílvia aprofundou o assunto quando foi questionada sobre a efetividade da internet, considerando as suas formas de participação: “*estou mais fora, mas uso muito as redes digitais para divulgação das minhas atividades sociais, como meio de comunicação para atingir muitas pessoas para fazer a minha mensagem chegar muito além daquilo que imagino*”.

Complementando como participação para as mudanças que quer ver, Sílvia reforça:

“Tenho priorizado a minha atuação política no presencial. Atualmente sou uma das líderes do Grémio da faculdade e sou militante a favor das questões gênero em eventos e palestras, focadas no reconhecimento e na autoestima. É preciso reconhecer a importância das mulheres na sociedade”. (Sílvia, fase 2)

Quase todos os jovens reforçaram a ideia de que a participação via internet não faz nada por si só, é fundamental alimentar os debates fora da rede, e de ocupar os espaços físicos, sejam as ruas, os eventos, os cafés, e até mesmos as festas. Gina confia mais nas rodas de amigos, do que nas redes, e acredita que, da mesma forma que ela própria foi mudada por muitas opiniões, por muitas perspectivas do que viu, sente que “*também pode mudar outras pessoas*”. Quando questionada sobre se considera que quanto maior a participação digital, maior será a possibilidade de gerar mudanças sociais, a paulista respondeu:

“não necessariamente. É uma boa parte, mas não é só isso, a gente também tem que ter debates pessoais, como o encontro aqui com você. Pode também ser uma roda de conversa, uma manifestação, um café, um concerto. A gente pode trocar uma ideia pessoalmente, mais do que conversar só nas redes sociais”. (Gina, fase 1)

Ao responderem a mesma pergunta durante a primeira fase, Daniel e Filomena afirmaram, respetivamente:

“Eu acho que a participação online é importante porque serve para a gente aprender e se comunicar, mas não faz nada sozinha. A participação não faz mudanças...as ruas precisam ser ocupadas fisicamente”. (Daniel fase 1)

“Sim, só que eu acho mais interessante assim, a plataforma virtual, justamente não para alertar a vida virtual, mas falando sobre a participação fora. A participação da rede é muito legal. você mobiliza as pessoas, dá o conhecimento, mas que a mobilização saia da internet, não fique só ali debatendo, porque é um debate essencial. Utilizar a participação online para fortalecer a offline”. (Filomena, fase 1)

Os discursos acima transcritos, demonstram a percepção da maioria destes jovens sobre a limitação da internet como meio de participação para as mudanças sociais, na prática, da sua efetividade, ou impacto para conquistas sociais que desejam experimentar. Durante a análise destes discursos, deu-se especial atenção para tentar perceber até que ponto estes indivíduos podem, não apenas expressar-se da forma que desejam, mas, também, em fazer com que a sua participação possa influenciar decisões políticas que têm consequências no cenário nacional (Cantoni, 2017; Carrano, 2012). É importante relembrar no sentido de participação política deste trabalho, considera-se que há três fatores que podem facilitar os processos de mudanças sociais: a capacidade de os sujeitos exercerem as suas vozes (Couldry, 2010), os diversos espaços por onde estas vozes ecoam, e se potenciam como prenúncio de participação (Dahlgren, 2009), e o equilíbrio nas dinâmicas de poder, face ao poder estabelecido (Freire, 1987).

Neste ponto em particular, percebe-se que o papel da internet fica mais restrito ao uso da informação, para produzir conhecimento e literacia que habilita a opinião, ou as vozes dos jovens (Dahlgren, 2011), do que, propriamente, enquanto provedora de espaços eficazes para o diálogo e pela noção de empoderamento para a atuação. Em suma, quando se pondera se a internet tem sido o meio pelo qual estes jovens têm conseguido interagir com os seus representantes, e influenciar o poder estabelecido, conclui-se que não alcança tal dimensão.

Sobre este sentido de participação focado na presença das vozes, do uso dos espaços e da percepção de empoderamento que se defende, Dahlgren (2013) relembra que os *media* digitais ainda que possam ser vistos como formas de participação, muitas vezes não avançam para além da expressão das vozes, e do favorecimento para que os jovens

possam desenvolver uma opinião própria, a partir do uso do espaço, e do conhecimento que adquirem, através das redes, como elementos das culturas cívicas. Contudo, como reforça o investigador sueco, algumas esferas *online* podem ser consideradas “fracas” (Dahlgren, 2013, p. 19), no sentido de favorecer os processos de tomada de decisão e de influência. Em sintonia com estes resultados, está a investigação conduzida por Souto (2016, p. 279), em que se chama a atenção para o facto de que os jovens identificam a atuação via internet como “*uma forma de ação política relativamente menos eficaz*”, quando comparada com as outras alternativas, como as mobilizações de rua e as ações diretas, a atuação em associações ou coletivos, a atuação em conselhos, conferências e audiências públicas. Porém, estes resultados diferem dos argumentos que indiciam que as redes favorecem os processos democráticos e de proximidade com as instâncias do poder (Castells, 2007, 2009; Di Felice, 2017).

Ressalva-se, ainda, que os jovens entrevistados percebem que há uma ideia espacial, um “dentro” e um “fora” das redes digitais, quando o assunto é participar politicamente. Assim, contrariando as posições de Postill (2014), e de Mollerup e Gaber (2015), centradas na ausência de fronteiras entre os espaços digital e o presencial, a partir das suas experiências com ativistas em mobilizações sociais, o grupo de jovens entrevistados afasta-se desta tendência, e consegue marcar os limites entre o *online* e o *offline*, e decidir onde desejam atuar por mais tempo, e até que ponto é oportuno estar entre estes dois espaços, ou não. Contudo, há, entre os jovens, uma ideia de complementaridade entre estes espaços, na medida em que ambos se reforçam, mas que o *offline* é decisivo na efetivação da participação – sendo assim, possível fazer greve, ir para as ruas, criar instituições –, como alguns dos exemplos vistos neste subtema. Contudo, no subtema a seguir avança-se na discussão deste resultado.

5.2.2 Participação híbrida e os jovens LGBT

Explorando ainda a influência da participação *online* nas dinâmicas participativas dos jovens, colocou-se-lhes a questão se seriam igualmente participativos, se não estivessem conectados ao meio digital. Ver-se-á, no tópico a seguir, os resultados em pormenor.

A maioria dos entrevistados respondeu que seriam participativos, ainda que não estivessem engajados em plataformas *online*. Em alguns destes casos, há jovens que já atuavam em causas, em que a internet não foi um fator preponderante: Rui, que era escoteiro, Fernando, que era educador na Fundação Brizola, ou Sílvia, que já era voluntária em creches, e tem uma opinião que resume as conclusões deste grupo, “*sim*,

me envolveria, porque não foram os media que me tornaram a militante que eu sou” (Sílvia, fase 1).

Daniel, Filomena e Pedro também afirmam que a internet não foi determinante para que participassem, e acrescentam que esta serviu para os informar e para os direcionar para organizações específicas. De tal forma que aceleraram os processos participativos, que aconteceriam de qualquer modo, como se comprova nos fragmentos a seguir, a partir da pergunta: *estarias também a participar politicamente se não estivesses ligado às plataformas digitais?*

“Sim, eu me envolveria, mas não tão cedo, porque eu fui me envolver na militância aos 15 anos graças às informações disponíveis nas redes. Do contrário, talvez chegasse com uns 19 anos. No fundo, a internet serviu para canalizar o que o offline tem, sabe?”. (Daniel, fase 1)

“Sim, faria de qualquer modo, mas hoje é muito mais fácil. Todas as instituições em que sou voluntária, achei na internet, das plataformas, eu não consigo me imaginar sem. Sou voluntária na Cruz Vermelha, que é apartidária, na ong Só Riso e Alegria, de palhaços que visita hospitais e no Instituto Renove”. (Filomena, fase 1)

“Sim, e não... o meu envolvimento na em assuntos de interesse mais social veio a partir da internet, mas se não fosse pelo online, também me envolveria, pelos amigos, pela escola. Mas a internet me traz a informação. Também me envolvo com grémio estudantil onde sou voluntário há três anos”. (Pedro, fase 1)

Há, contudo, poucos casos em que os jovens teriam uma autêntica dificuldade em participar, se não fosse pelo digital, como é o caso de João, Gina e Vívian. O rapaz, por causa de questões relacionadas com o reconhecimento social em espaços presenciais, pelo estigma que percebe que carrega, pelo facto de ser negro, LGBT e viver na periferia de São Paulo. Já as raparigas, por sua vez, pela alternativa de acesso à informação ser precária e pelo fator da informação ser considerado preponderante para a participação.

“Eu acho que seria mais difícil, porque eu não sou visto nesses meios offline, não sou reconhecido. Não tenho essa questão do pertencimento, embora seja uma coisa em que eu esteja trabalhando, mas é muito mais difícil. (João, fase 1).

“Eu acredito que seria bem menos interessada, porque, pelo outro lado, a gente tem informação da televisão e família e muitas das coisas são manipuladas”. (Gina, fase 1)

“Não tanto, porque acho que teria acesso à televisão e como já disse o que a TV fala é máquina de ilusões”. (Vívian, fase 1)

Ao observar os dois últimos subtemas, em que retrata a efetividade da internet nas suas dinâmicas participativas, percebeu-se que, apesar de considerarem fronteiras marcadas entre os espaços de “dentro” e “fora” do digital, curiosamente, também, estes jovens percebem os momentos em que estes dois espaços confluem, ou se hibridizam, quando admitem a ideia de complementaridade e de reforço do *online* sobre o *offline*. De entre os benefícios desta confluência, estão a utilidade das informações, que a

TELEVISÃO não dispõe, por exemplo, e que leva à predisposição para a participação, a capacidade de tornar as suas ações mais visíveis, quando atuam em rede para gerar volume e escala, e o facto de que as redes geram espaços seguros para os jovens que se sentem desprivilegiados, ou estão impossibilitados de atuar no *offline*, por constrangimento dos pais.

Refira-se ainda a importância do ativismo *online* por pessoas LGBT, considerando que, uma parte significativa do grupo dos jovens entrevistados, declarou fazer parte deste grupo, cinco em 13 jovens. O foco deste trabalho não é entender o que os jovens LGBT, por comparação com o grupo não LGBT, pensam da internet como meio que favorece voz, espaço e poder. Metodologicamente, não houve preocupação em desagregar este grupo, a partir das suas orientações sexuais. Contudo, é interessante perceber que os jovens LGBT, em geral, veem vantagens na internet para a prática do ativismo (Cardoso, 2016). Como explicitado no discurso de Larissa, de Sílvia e de Daniel, estas razões variam entre o acesso ao conhecimento e influência no desenvolvimento sua personalidade, especificamente no caso de Larissa. Ou o de favorecer atividades institucionais, no âmbito da militância dos transgéneros, em complemento às atividades *offline*, como é o caso de Daniel. E, por fim, também abrangendo mulheres LGBT que são, simultaneamente, negras, como o caso de Sílvia. Com base nestas declarações, incluindo as que ainda estão por vir, fica claro que a internet importa para os LGBT, no que diz respeito à manifestação das suas opiniões num espaço mais seguro, que retroalimenta as suas percepções inditárias de género, e os projetam para a ação, ainda que os resultados desta sejam considerados limitados, quando comparados com o meio *offline*. O que converge com o estudo sobre jovens, género e participação cívica de Cardoso (2016), no qual se demonstra como a internet ajuda a diminuir a violência simbólica contra jovens LGBT, e na aquisição de novas competências e conhecimentos para serem passados adiante. Também nele se apontam limitações à ação cívica, como o progressivo afastamento, tal como foi confirmado pelos jovens Sílvia e Daniel, que mudaram as suas estratégias de ação durante as eleições de 2018.

5.2.3 Até que ponto os jovens se sentem ouvidos e levados a sério no meio digital?

A percepção de escuta e de representatividade que os jovens entrevistados têm, a partir do uso do meio digital – de uma forma geral, não especificamente no caso do U-Report – é mais marcada por limitações, do que por potencialidades. De tal forma que, apenas dois

dos 13 jovens entrevistados na primeira fase, referiram que se sentem ouvidos e levados a sério, quando usam os canais digitais em tentativas de diálogo, como acontece com João e Filomena.

No dia-a-dia, João usa muito mais os *media* digitais, do que os presenciais, como meio de participação política. Comenta que, recentemente, acompanhou as votações em direto no plenário da Câmara e do Senado pelo Facebook, e deixou a sua opinião nestas sessões. Satisfeito com o meio, o jovem refere que *“a internet serve de espaço de voz e de reconhecimento”*. A questão da representatividade negra, e das pessoas LGBT, nos meios de comunicação, toca especialmente João, tendo sido este o seu tema de dissertação na licenciatura em Jornalismo, concluída antes da segunda fase de entrevistas, em 2019. Quando questionado sobre se se sente ouvido e levado a sério na internet, responde: *“sim, porque eles (os jovens) têm buscado cada vez mais essa possibilidade, de serem ouvidos, de serem vistos. Hoje, os jovens necessitam dessa atenção, dessa visibilidade”* (fase 1).

Ao aprofundar o assunto, tentando perceber o que é que a internet lhe tem proporcionado, João sintetiza:

“espaço de fala, principalmente. O Facebook, o Instagram, essas redes mais populares me deram isso. Embora eu esteja em uma bolha em que as pessoas que vêm estão relacionadas a mim, mas ainda assim é um espaço que eu ainda tenho de fala, que eu tenho um alcance muito bom”. (João, fase 1)

Em linha com o João, Filomena é otimista sobre o uso da voz e do espaço: *“acho que sim, porque tem os influenciadores digitais. Para o posicionamento X ou Y, mas eles influenciam muita gente. Finalmente é um espaço onde a gente pode se articular”* (Filomena, fase 1).

Contraditoriamente, para os demais 11 jovens, os adultos acham que estão sempre “a brincar”, como diz Joana. Ou ainda, como refere Sílvia, “não sabem de nada porque não viveram nada”. Daniel vai mais além na sua análise, abordando a constituição do quadro político brasileiro.

“Definitivamente, não, somos levados a sério. Temos um paternalismo no Brasil onde um cidadão de 17 ou 18 é visto como um incapaz de pensar a sociedade. Nosso quadro político é feito por, maioritariamente, homens de meia idade”. (Daniel, fase 1)

Gina, por sua vez, tem a sua própria estratégia para ser levada em consideração:

“não mesmo! Nossa, quantas vezes eu já menti idade para ser levada a sério. Ninguém leva a sério o jovem, todo mundo acha que nós somos mente fraca, que nós somos muito influenciados, que essa geração é perdida, mas acredito que essa geração vem com muitas mudanças pra melhor”. (Gina, fase 1)

Como parte da técnica de triangulação de dados proposta por Denzin (1989), anteriormente descritas na metodologia, foram entrevistadas três profissionais em CpDMS ligadas ao U-Report, três na primeira fase, e de forma presencial, e apenas uma na segunda fase, sendo realizada para fins de atualização do caso U-Report. Durante a primeira fase, as três profissionais reagiram de forma muito similar aos jovens, quando abordadas sobre o mesmo tema, ao ser colocada a questão se achavam que os jovens têm a importância que merecem na esfera pública, presencial ou *online*.

“Não, porque a gente deu um passo pra frente na formação de políticas de juventude, como o ter o Estatuto da Juventude, ter a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) durante o Governo Dilma, então neste momento de retirada de direitos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) existe, mas não é fiscalizado e a SNJ está totalmente fragilizada”. (Patrícia, fase 1).

Na opinião das outras duas profissionais, as respostas convergem: *“não, definitivamente, pois não há muitos espaços de escuta institucional para os jovens”* (Gláucia, fase 1) e *“não, definitivamente não”* (Talita, fase 1).

Estes fragmentos de discursos remetem para o tema da representatividade, associado à ideia de cidadania e de *media*, estudado em pormenor por Mata (2002). A autora argentina enfatiza que, o binómio *comunicação-cidadania*, acarreta as questões de poder, como sendo capazes de favorecer mudanças sociais, ou de as obstruir. No caso da percepção de escuta, e do espaço de representatividade deste grupo de jovens, evidencia-se que as desigualdades entre adultos e jovens violam, na opinião dos próprios, o direito à escuta e as possibilidades de os mesmos se sentirem reconhecidos plenamente, um pressuposto elementar para o exercício do poder e da cidadania (Mata, 2002). Em última instância, a falta de reconhecimento, e de espaços de representatividade, dificulta as formas mais diversificadas de visibilidade para estes jovens o que, por sua vez, alimenta o ciclo do não reconhecimento (Fraser, 1990).

A percepção de não escuta dos jovens, e a dificuldade de serem reconhecidos e representados na esfera pública, da qual a internet faz parte, no Brasil, vai de encontro à discussão do papel da CpDMS – amplamente argumentado no capítulo 1 –, quanto ao facto da crise ligada ao desenvolvimento ser também uma crise de participação, e de não inclusão de cidadãos na arena pública, configurando-se, portanto, como uma crise de comunicação (Tufte, 2013, 2017). Por conseguinte, percebe-se que o desequilíbrio de poder afeta a representatividade dos jovens na arena política. O que não se sabe ainda, e será discutido no próximo capítulo, é: *até que ponto a falta de representatividade no online é reforçada, ou não, pelas estratégias da CpDMS, a partir do caso U-Report.*

5.2.4 Qual o papel dos *media* digitais para informar e engajar os jovens para as mudanças sociais?

Aprofunda-se agora o papel da internet, desta vez para informar e engajar para as mudanças sociais. É importante revelar que todos os jovens se consideram grandes utilizadores, quando questionados com que frequência utilizam as redes. Em média, eles ultrapassam metade do dia, ou são mais de seis horas envolvidos em pesquisas escolares, a ler notícias, ou nas redes sociais como forma de entretenimento.

Questionou-se, portanto, aos jovens sobre se eles consideram que a comunicação feita nos *media* digitais constitui uma forma importante de informar e de engajar a participação política deles, em assuntos do seu interesse. Anote-se que, esta questão foi colocada antes e depois do período eleitoral. Em ambas os momentos, e de forma unânime, todos os jovens responderam “sim”, à relevância deste papel, provando que a internet é o meio preferencial, no quotidiano, sobretudo para fins de informação. De entre as argumentações mais comuns, os jovens referiram que a internet informa e engaja mais do que qualquer outro meio, permite que certos assuntos, que não têm espaço noutros meios, sejam ali expostos, serve para influenciar e mudar o pensamento das pessoas, permite ter voz e representatividade, quando comparada com a televisão, e gera informação, que contribui para o engajamento.

Entretanto, é importante sublinhar que há uma uniformidade nas respostas dos jovens, quanto a uma ambivalência deste papel, quando questionados sobre se estavam, ou não, satisfeitos. As respostas foram na direção de um “sim”, com a ressalva de que “poderia ser melhor”, ou “muito melhor”. De forma geral, os jovens reconhecem a contradição deste papel de informar e de engajar para a mudança, consideram que as *fake news* e os algoritmos, que seguem “pegadas digitais”, e as segmentam em “bolhas” – numa lógica de elevar e de fidelizar a audiência para publicidade de produtos e serviços –, bem como e o ambiente de hostilidade contribuem, respetivamente, para a desinformação, para a segregação dos pares e restrição, e mesmo para o impedimento dos debates. Para Rui, Daniel, João, Filomena, Silvia e Fernando, o jovem brasileiro não tem consciência para identificar notícias falsas, ou mesmo perceber a lógica das redes associada aos algoritmos, que determinam a visibilidade, portanto, “*as desvantagens acabam por ser fortes*”, como sustenta Sílvia, na fase 1. Fernando vai mais além e questiona a ideia das redes associadas à democracia, ao assinalar que

“o papel das redes sociais foi dissolver essa concentração dos média tradicionais e tem vantagens e desvantagens, mas ainda assim acho que tem um risco porque a nossa educação tradicional não trata de fazer uma base sólida. Não há um filtro das pessoas para analisar tudo

o que tem nas redes. Portanto é um risco mais para o perigoso do que para esta visão de democratizar o acesso, essas coisas”. (Fernando, fase 1).

Durante a segunda fase das entrevistas, no período pós-eleitoral, já em 2019, o teor das críticas ao papel da internet, para informar e engajar para as mudanças, acentuou-se. Todos os sete jovens entrevistados citaram exemplos decorridos durante as eleições, explicitando como este papel, na opinião deles, tem sido cada vez mais questionável. As declarações que se apresentam a seguir, de ambos os períodos, fazem alusão aos três principais motivos de descontentamento dos jovens com o papel da internet, nomeadamente, as *fake news* e a desinformação, as bolhas, e os discursos de ódio.

5.2.5 A internet e as *fake news*

Os jovens entrevistados afirmam que as *fake news* geram uma grande desconfiança, e um desafio, sendo que desejam manter-se informados e também transmitir informações de qualidade. Ávidos para que a informação ultrapasse o domínio da televisão, têm procurado mecanismos próprios para lidar com a questão, como fazer a verificação da informação e das fontes, dar preferência a *sites* confiáveis, e instruir-se sobre a lógica e o funcionamento das redes. Vívian não é das jovens mais otimistas sobre a internet, mas reconhece que, até aos 11 anos de idade, momento em que teve acesso à rede, a informação era muito limitada e que a internet veio “*para informar e abrir olhos das pessoas naquilo que a TV maquilha e se você pesquisar a fundo, vai ver que a internet vai gerar em você uma pessoa engajada com as causas sociais*”. Sobre as suas ressalvas, refere: “*eu sei que tem muito fake news também que não é legal*” (Vívian, fase 1).

Inácia reconhece que a internet aprimorou e ajudou bastante a recolha de informação e na socialização. Considera-se distinta dos outros jovens, porque vem de uma “*geração de antes que não tinha tanta internet*” e que este balanço constituiu a pessoa que é, crítica da rede. Desaprova a atitude dos jovens no Facebook, ao repassarem as notícias falsas, sem terem consciência do que representam e assume:

“acredito que a internet tem tido um bom papel, mas acho que há algo mais a se fazer, por exemplo, em relação às fake news. É uma coisa muito comum, que aparece principalmente no Facebook, mas as pessoas não verificam de onde surgiu, não sabem de onde vem e só compartilham o que a pessoa vê ali”. (Inácia, fase 1)

Alguns jovens, no entanto, vão mais além, e manifestam que é importante saber utilizar as redes digitais. Nos seus discursos defendem que é importante ser tolerante com as diferenças de pensamento, saber ouvir, conseguir dialogar, consciencializar e colaborar

presencialmente com os seus pares. É o caso de Filomena que quando, questionada sobre o papel de informar dos meios digitais, a jovem refere:

“sim, sim, não consigo me imaginar sem. As informações chegam aos montes, mas me ajudou muito, me desenvolveu muito. Tem esta questão de ler alguma coisa, verificar se é verdadeiro. A internet está formando opiniões, porque você recebe informações e você acaba acreditando e isso impacta muito a sua formação. (Filomena, fase 1)

Entrevistadora: *Como consegues verificar se a notícia é ou não verdadeira?*

Filomena: *Estou fazendo um curso para reconhecer as fake news”.*

Na mesma linha de pensamento, Tomás relata as suas estratégias para lidar com a questão, que incluem cautela, priorização de uma agenda voltada para o jovem, e a consciência de como os meios funcionam: *“eu acho que determinados assuntos precisam ser falados. Então eu procuro saber se a informação que eles estão passando é certa, porque eu não quero passar informações erradas ou um link falso, tento sempre procurar a verdade”* (Tomás, fase 1).

Esta série de discursos aqui apresentados foram captadas na primeira fase das entrevistas. A seguir, apresentam-se os três discursos recolhidos, na segunda fase, aos jovens Daniel, Sílvia e Rui, respectivamente, no âmbito deste tema.

“O papel se resume às fake news, basicamente. É isso, né? O Bolsonaro foi eleito praticamente numa plataforma de notícias falsas de convencimento sobre o Hadadd. Não houve no Brasil uma outra eleição que tivesse sido tão pautada nos meios digitais quanto esta. O uso de robôs, as fake news, acho que as redes sociais tiveram um papel que assustaram muito, o papel foi de desinformar”. (Daniel, fase 2)

“Muito importante é o papel, porém muito perigoso. Estamos vivendo o ápice de discussões e opiniões. A internet torna um ambiente mais democrático, só que pessoas entendem que é um lugar livre, mas não é totalmente, porque vemos as fake news. A partilha de notícias falsas sem fontes confiáveis que podem te levar a ter reflexões em momentos produtivos, construtivos e perigosos. É importante refletir como estamos usando estas redes para a nossa construção enquanto pessoas e levando informações às pessoas que não têm”. (Sílvia, fase 2)

“Esta inundação das fake news foi muito chocante no período eleitoral e me encorajou a me informar mais. E eu senti que se a internet já é uma coisa tensa e obscura, ela ficou muito mais. Nas discussões com meus alunos eu percebi muitas distorções”. (Rui, fase 2)

5.2.6 A internet e as “bolhas”

Estes jovens percebem muito bem a lógica dos algoritmos, e as repercussões na limitação das informações e da visibilidade dos jovens que precisam ser vistos. Sílvia e João, respectivamente, expõem os seus pensamentos, em maio de 2018.

“A rede tem um papel, mas esse papel não é bem usado e deixa a desejar. Porque se eu pagar por um anúncio para ser visibilizado, meu anúncio ou meu post pode ser um lixo, mas vai estar ali visibilizado. Pois então, tem informações necessárias que ficam completamente de lado (...). É por isso que as redes sociais ajudam muito, mas também prejudicam muito, se a gente não souber usar...”. (Sílvia, fase 1)

“Em geral estou mais satisfeito (com papel dos média), mas confesso que embora a internet dê visibilidade para pessoas que são marginalizadas e que têm menos formas de expressão na

sociedade, ela também dá mais visibilidade muito maior às pessoas que já têm essa visibilidade. E isso acontece de diversas formas, tanto nas chamadas bolhas do Facebook, como no Instagram, são os sistemas em que você vê porque está associado, e pela questão da publicidade paga, por exemplo”. (João, fase 1)

No período pós-eleitoral, o tema da pluralidade do diálogo na esfera pública e da visibilidade das populações marginalizadas, também está presente nos discursos, a exemplo de Filomena e João.

“O papel devia ser o de facilitar, só que as informações vêm muito rápida, só que eu não dou espaço para o outro, só posto o que é meu...eu delete, ou finjo que não vi, porque cada um coloca o que quer e não tem o espaço do outro. E aí tem aquela coisa da bolha, né de você excluir todo mundo e ficar só com quem é interessante. É bom e ruim. É bom pela saúde mental e é ruim por que não tem espaço para o diálogo”. (Filomena, fase 2)

“A internet tem um papel grande. Acho que toda a questão política e partidária, ela tomou grandes lados, as bolhas. Eu acho que essas bolhas não só já existiam na Internet como as se transferiram para o mundo real. Sim, passei informações confiáveis adiante. Corrigi as pessoas nas interpretações que tinham, tipo, olha, o candidato tal não falou isso, ele falou tal coisa. Conversei com alguns amigos, com professores, presencialmente e online, houve muita troca. Assisti um documentário, fui a um debate na Viração e partilhei informações...é isso”. (João, fase 2)

5.2.7 A internet e o discurso de ódio no Brasil

Questionou-se aos jovens sobre o que pensam do papel das redes digitais, em relação às mudanças sociais que eles querem ver no Brasil. De forma geral, os jovens admitem que já sofreram, ou que acompanham a hostilidade nos meios *online*. Esta, é sobretudo caracterizada pelo chamado discurso de ódio, em *posts* e comentários que apresentam conteúdos de racismo, homofobia, machismo e extremismo político-ideológico. O convívio, com tal clima de hostilidade, inibe não apenas a presença, mas também a participação dos jovens nas discussões que consideram úteis, nas redes digitais. Isto está implícito do discurso do Rui, um jovem que assumiu ser *“uma pessoa muito tímida até me envolver com games online”*. Quando começou a usar a internet, Rui começou a conhecer pessoas que pensavam muito diferente dele, mas conseguia relacionar-se melhor. Hoje, mais desenvolvido e menos dependente da internet para as relações sociais, assume que *“a internet é uma via de mão dupla”*. Ao ser questionado, Rui discorre:

“minha opinião é que vivemos num mundo tão maçante que as pessoas precisam encontrar nos média digitais uma oportunidade de se desconectarem, curiosamente. (referindo ao pouco interesse em temas mais sérios e grande interesse por temas banais). Também há muita hostilidade: as pessoas se acusam, xingam todo mundo, algo que elas não podem fazer na vida real. O Facebook virou uma plataforma de descarga emocional”. (Rui, fase 1)

Por sua vez, Larissa defende que o meio digital representa um mecanismo de voz importante para os LGBT, como ela, mas queixa-se do extremismo e do radicalismo de

pontos de vista na net, como algo que “atrapalha as coisas” referindo-se ao processo de mudança social.

“A internet me favoreceu muito, como eu era uma pessoa do interior, onde não via LGBT, me ajudou muito, pensar em questões raciais, abriu meus horizontes. Embora eu seja tímida e prefira agir fora das redes, acho que a internet me ajudou muito a levar para mais lugares, espalhar mais (as informações) (...) mas poderia ser melhor. É um lugar muito livre e muita gente vai para atrapalhar, sujar a imagem de quem está fazendo tudo direitinho, que tá tentando uma mudança, tentam falar de um jeito que não machuque e tem os extremistas que ofendem. Eu acho que tudo o que é extremo acaba atrapalhando as coisas”. (Larissa, fase 1)

O discurso hostil foi citado, por Sílvia, como algo que contribui para a falta de sanidade mental, durante a segunda fase das entrevistas. O que já havia sido citado por Filomena, quando mencionou as bolhas, reforçado ainda por outros jovens, que declararam sentir-se mal, psicologicamente, e evitar a internet quando percebiam o clima de hostilidade.

“Durante o período eleitoral notei que a internet veio também muita hostilidade em relação a grupos específicos, discurso de ódio escancarado, maldades repetidas, a pessoa ataca sem medo de nada. Quem está psicótico, fragilizado, eu não recomendo usar o digital de jeito nenhum”. (Sílvia, fase 2)

5.2.8 A internet e os obstáculos às mudanças sociais

As respostas obtidas com a questão sobre quais os grandes obstáculos às mudanças sociais, que os jovens encontram, a partir do uso do meio *online*, revelaram um conjunto de pistas que complementam as limitações que existem na internet. As *fakes news*, as bolhas, a hostilidade *online*, a intolerância e o preconceito com os jovens, incluindo os próprios jovens, reforçam os argumentos que já identificámos. Pedro, por exemplo, mencionou, algumas vezes, a incapacidade de lidar com os seus pares na rede, durante a primeira fase. *“Os jovens pensam diferente de mim, não tenho medo, mas fico pensando porque um outro jovem pensa tão diferente de mim sendo ele também preto e periférico”.* Pedro, que pratica o *ativismo*, faz uma reflexão sobre a bolha nos meios *online* e a bolha dos coletivos culturais, como forma de resistência.

“Qualquer rede social ela te fecha, ela te coloca na bolha e quando você começa a curtir esse lance de poesia, de política na periferia é como se você fizesse parte de uma outra bolha e a gente cria ali uma resistência e esta é a uma forma de mudança social, porque de tanto bater na mesma tecla (insistir) eles (os políticos) vão ter que fazer alguma coisa”. (Pedro, fase 1)

Em sintonia com Pedro, Filomena reflete sobre a sinergia entre o *online* e o *offline*, quando questionada sobre como sair do efeito bolha.

“Pra mudar precisa mobilizar, mas também manter mas não necessariamente fisicamente, tem que ter o encontro pessoalmente, mas montar uma rede no e-mail, para que as pessoas conversem fora daquele ambiente, tentar uma conversa compartilhada no Hangout, por exemplo, só para as pessoas se conhecerem e se compartilharem. Porque eu acho que você

comenta, mas é meio individual, você comenta, a pessoa replica e só fica ali, mas se você pega várias pessoas, inclusive de pontos de vista diferentes, eu acho legal fazer uma conversa fora dali”. (Filomena, fase 1)

Indubitavelmente, estes jovens consideram a internet como o meio por excelência para conhecerem a realidade e para se manterem ativos como cidadãos. O que muito se deve ao desenvolvimento de competências pessoais e aos vínculos que se criam ou que se reforçam nesse ambiente digital.

Os jovens entrevistados tornaram, uma vez mais, explícitas as limitações da internet, como meio para informar e engajar a sociedade para as mudanças sociais, no Brasil. Os temas das *fake news*, das bolhas e da hostilidade são os que são mencionados com frequência, como exemplos da ambivalência deste papel. A desconfiança na veracidade das notícias, a falta de visibilidade, e o medo de expressar as opiniões políticas num ambiente que consideram tenso – sobretudo depois das eleições de 2018 –, influenciam comportamentos e práticas, também elas ambivalentes nestes jovens. Verifica-se também que, o papel da internet, na visão destes jovens, não concorre absolutamente para a tese defendida por Castells (2009, p. 413) sobre a “auto comunicação de massas”, como um mecanismo que permite aos cidadãos comuns “vigiarem os poderosos”, quando o assunto é o reforço da cidadania e da democracia. Pelo contrário, na tentativa de se fazerem ouvidos, são os jovens que se sentem mais vigiados pelas instituições e pelos políticos, demonstrando a existência de clivagens entre o poder constituído e os contrapoderes.

Mais ainda, estudos realizados no Brasil no período de pós-eleições de 2018, tornaram evidentes importantes contradições entre a abundância de espaço e voz para jovens brasileiros considerados marginalizados socialmente, e a relativização da cidadania e empoderamento (Levy, 2020), por entre acirradas polarizações político-ideológicas vivenciadas no meio digital (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

Por outro lado, as limitações do papel da internet, concretizadas pela expressão “podia ser melhor”, incentiva-os a buscar soluções para lidar com a desinformação, ou para “furar as bolhas”, e criar um melhor ambiente e mais propício ao diálogo e à participação, que estão na lógica das literacias críticas dos *media* (Freire & Macedo, 1987/2013; Funk et al., 2016), examinados no capítulo 3, na revisão de literatura. Neste âmbito, a grande mais-valia das literacias críticas seria potencializar ainda mais a consciência crítica destes jovens, as suas capacidades de influência e o desejo de se engajar com os seus pares. As literacias – tanto na vertente da desinformação, quanto do discurso de ódio e das bolhas –, que impedem a visibilidade, poderiam auxiliar a que os jovens estivessem mais atentos

aos comentários e *posts* dos seus pares, e menos a tentarem perceber as lógicas de poder, que influenciam a visibilidade de quem não tem privilégios, sobretudo os modelos de representação de mulheres, pessoas LGBT, negros e periféricos, grupos que são tratados, tradicionalmente, como inferiores pela elite política brasileira (Ayres & Brites, 2019), e cuja naturalidade dos discursos tendem a torná-los não apenas subalternos (Fraser, 1990), mas invisíveis (Freire & Macedo, 1987/2013).

Quando este contexto é visto sob a perspectiva *freireana*, explorada no terceiro capítulo, as restrições do diálogo que os jovens entrevistados têm enfrentado no Brasil, remetem para a desigualdade estrutural de poder entre estes jovens e os seus representantes (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020), pois, como Paulo Freire lembra, “o diálogo é parte inerente do processo revolucionário e de libertação” (Freire, 1987, p. 137). Dessa forma, a práxis do povo com os líderes revolucionários, para o pedagogo brasileiro, pressupõe que os “cidadãos e os seus líderes devem aprender tanto sobre o diálogo quanto o sobre o uso do poder” (Freire, 1987, p. 137).

Entretanto, é importante ponderar também o lugar das literacias críticas como argumenta Buckingham (2019, p. 219). O autor inglês defende a importância das literacias aplicadas ao ensino, para promover a consciencialização dos estudantes para combater notícias falsas, mas reconhece que as “notícias falsas são apenas uma manifestação de problemas muito mais amplos”, sendo estes, fundamentalmente, gerados pelo capitalismo digital. Para Buckingham (2019, p. 219), sem um mecanismo de regulação estatal dos sistemas mediáticos pelos governos adequado, olhar para a literacia mediática como uma solução para as notícias falsas, pode “simplificar demais o problema e subestimar a dificuldade de se cumprir a tarefa”, uma vez que o cidadão é o único responsável por se defender de tais conteúdos, neste caso em particular, os jovens. Portanto, da mesma forma que os jovens demonstram determinação para verificar as notícias falsas, ou para furar as bolhas, Buckingham (2019) considera uma tarefa complexa atribuir a este público, em concreto, que verifique a veracidade de conteúdos noticiosos, ou que ultrapassem ideias racistas, ou até mesmo que desafiem o conforto de viverem em bolhas, onde as suas opiniões políticas não são contestadas.

Capítulo 6: “*U-Reporters*”, espaço, voz e poder

No presente capítulo aborda-se e analisa-se a segunda parte dos resultados da investigação, constituindo também a última parte do diagnóstico, que explora as experiências quotidianas participativas de um grupo de jovens brasileiros. Se, no capítulo anterior foram examinadas as nuances participativas dos jovens, de forma mais abrangente, entre o *online e offline*, tendo a internet, de forma geral, como ponto de partida, neste, estudam-se, mais em particular, as suas experiências, enquanto utilizadores do programa U-Report. Isto permitiu explorar, tal como foi avançado na metodologia, o caso, *dentro do caso*, em ambos os meios, e estabelecer comparações pertinentes, à luz do referencial teórico relacionado com a CpDMS. Assim sendo, procura-se então dar resposta à terceira das quatro questões de investigação, que se suscita neste trabalho, enquanto estudo de caso exploratório: *como se desenrola a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia da CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que utilizam este programa?*

Estabelece-se, assim, uma tentativa de perceber *se e como* uma estratégia de CpDMS, elaborada institucionalmente, é capaz de apoiar os jovens no contexto brasileiro, de forma a que eles possam usufruir de um espaço para o diálogo, com voz e escuta, e se sintam motivados para participar politicamente, em assuntos do seu interesse. Este capítulo está estruturado em cinco principais temas: i) perfil dos *U-Reporters*; ii) participação política e consciência crítica; iii) reconhecimento e representatividade; iv) impacto positivo nas mudanças sociais; e v) mobilização social como caminho.

É relevante referir que, os que os resultados aqui descritos, emergiram, tanto do processo de recolha de dados qualitativos, quanto do complemento quantitativo, alcançado através da aplicação dos inquéritos. Lembra-se o que já foi exposto no capítulo das metodologias: a recolha dos dados qualitativos adveio de duas fases de entrevistas, respetivamente, em maio de 2018 – presencial com os 13 jovens e as três profissionais –, e em julho de 2019 – via WhatsApp, apenas com sete jovens e duas profissionais. Quanto à coleta de dados quantitativos a partir dos inquéritos, estes foram lançados em três rondas: em janeiro, fevereiro e março de 2018, recorrendo à plataforma tecnológica RapidPro, do U-Report, como meio de operacionalização. De modo a contextualizar os resultados e facilmente alinhá-los com a metodologia, faz-se sempre uma referência sobre o método de recolha de dados, antes de os apresentar, sejam os discursos, ou

os gráficos, extraídos da plataforma *RapidPro* e cedidos à investigadora pela equipa de profissionais da ONG Viração, em São Paulo. Importa ainda antecipar que, os resultados apresentados a partir das três rondas de inquérito, não foram fornecidos em bruto pela equipa para que a investigadora os pudesse trabalhar sob a forma de gráficos, forma entregues já finalizados, neste formato, por questões de proteção e confidencialidade.

Dos resultados dos cinco temas conclui-se que os “*U-Reporters*” admitem ter vantagens na experiência com o programa, enquanto meio de participação política para as mudanças sociais, que são superiores à internet, quando vista de forma geral. No que diz respeito ao segundo tema, sobre reconhecimento e representatividade, o programa parece ser relevante para enaltecer as vozes dos jovens, e a percepção de que são levados em conta as suas opiniões. Este último ponto repercute-se na motivação para desenvolver competências críticas aplicadas aos seus contextos e para participar nas mudanças que querem ver concretizadas. Em termos de representatividade, ou comunicação feita para o jovem, os “*U-Reporters*” parecem satisfeitos, criando uma identificação direta com os temas, a linguagem, os conteúdos e os formatos mediáticos.

Todavia, os pontos que chamaram a atenção sobre os limites do programa, são os que reforçam a problemática deste trabalho, e a crise de representação, no âmbito da CpDMS, enquanto disciplina e prática (Tufte, 2017). O mecanismo automatizado do *RapidPro*, com conteúdo predeterminado, e uma comunicação não-dialógica e sem interfaces com instâncias mais alargadas de poder, reforçam os argumentos críticos das “confluências preservas” (Dagnino, 2010, p. 101). No âmbito da indústria do desenvolvimento, estas confluências diluem o sentido de termos engendrados por lutas de cidadãos como participação, cidadania e empoderamento, e perpetua as distâncias entre o poder e o contrapoder, que está no cerne desta crise. Em complementaridade, a partir da opinião das profissionais que trabalham para o U-Report, não se verifica uma forte participação direta dos jovens no desenho das estratégias de comunicação do programa. Contudo, do ponto de vista do incentivo a participar, ou participação por “espaços convidados” (Tufte, 2017, p. 143), nota-se um aproveitamento das formas de mobilizações sociais no U-Report, que podem gerar diálogos entre os jovens e potenciar a reflexão crítica, no sentido de converter os esforços gerados no âmbito dos *media* digitais, e transportá-los para o ambiente presencial.

No desfecho deste capítulo, procede-se a uma síntese da análise, que ajuda a responder à questão sobre as experiências dos “*U-Reporters*” relacionadas com as mudanças sociais.

6.1 Perfil dos “U-Reporters”

Antes de se explorar os temas específicos sobre a relação dos jovens com o programa U-Report, sobre o que pensam, e que tipo de influência este tem nas suas dinâmicas participativas, em relação com as expectativas de mudanças sociais, importa conhecer alguns pormenores acerca das suas práticas *online*, como chegaram até ao programa e as motivações para serem “U-Reporters”.

6.1.1 Consumo do meio *online* e as formas de interação

Durante a primeira fase de entrevistas, em maio de 2018, os 13 jovens foram questionados sobre a frequência com que utilizam os meios digitais, a internet em geral e os *social media*. Não se pretendeu explorar o quanto utilizam os meios para o entretenimento, mas para se informarem, e manifestarem as suas opiniões sobre temas diversos. De entre as respostas obtidas, as expressões mais comumente utilizadas pelos jovens demonstram um consumo elevado, a exemplo de *muito tempo, metade do meu dia, uso pra caramba, mais de seis horas*. Com a questão que se seguiu a esta, tentou-se conhecer para que fim, especificamente, os jovens utilizavam os meios digitais, dentro do escopo da informação e da opinião. As respostas convergem para as pesquisas e para os estudos, em linha com o que declarou Sílvia: “uso muito. Pesquiso muito para tudo que faço na universidade e até para os encontros com o UNICEF, mesmo, mas tenho consciência e não acredito em qualquer coisa, hoje tem muita notícia falsa”.

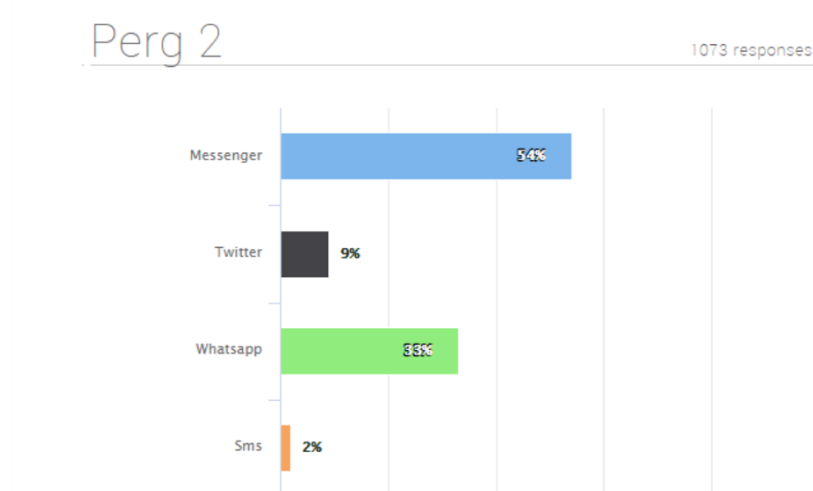
Uma terceira questão, feita durante esta primeira fase das entrevistas, foi: qual o canal digital – entre *media social, sites, blogs, fóruns* –, preferido por estes jovens, para obter informação e participar em temas diversos. Maioritariamente, os jovens citaram quatro canais principais: o Facebook, o Instagram, o WhatsApp e o YouTube. Estes canais distintos aparecem nos discursos de três jovens: Gina, Sílvia e Fernando. Gina mencionou os *sites dos media* alternativos, para abordar temas ligados aos direitos humanos⁶⁹, como “Catraca Livre”, “Desconstruindo Conceitos” e o “Quebrando o Tabu”. Sílvia, por sua vez, citou o “Blog Empreendedorismo Afro” e a página do UNICEF, enquanto Fernando nomeou outros dois meios informativos, o jornal *El País*, a *Revista Brasileira Carta Capital* e também a página do UNICEF.

⁶⁹ Em comum, estes meios alternativos, que também estão disponíveis nas redes sociais, tratam de temas como o combate ao racismo, homofobia, violência doméstica e apelam para a liberdade de expressão e participação, fazendo alusões frequentes de constrição destes direitos na atualidade com o governo eleito. Ver em <https://pt-br.facebook.com/desconstruindoconceitos/> <https://www.facebook.com/quebrandootabu/> <https://catracalivre.com.br>

Nos inquéritos incluiu-se uma questão complementar sobre o uso dos *media* digitais, trata-se da segunda questão do primeiro inquérito, de janeiro de 2018, com que se procurou saber algo mais relacionado com a forma preferida de interação com o *bot*, ou robô, do U-Report, nos meios em que atua junto aos jovens. Do número de 1.073 jovens que responderam à questão, 54% elegeu o Messenger, seguido de 33%, que prefere o WhatsApp, 9% o Twitter, e 2% as SMS, conforme se demonstra no Gráfico 1.

Gráfico 1: Qual é o melhor meio para interagir *online* com você?

Fonte: RapidPro, janeiro de 2018



A diferença entre o Messenger – o *chat* do Facebook –, em relação aos demais, é bastante significativa, mas nota-se que o WhatsApp, introduzido entre as formas de contacto, em 2018, ganhou rápida expressão, em relação ao Twitter, e às SMS. Isto comprova a preferência crescente dos jovens brasileiros do uso do WhatsApp, como canal de comunicação, como foi já contextualizado no segundo capítulo deste trabalho. Este resultado também converge com a opinião da profissional do U-Report, Gláucia, que considerou o WhatsApp como um elemento que favorece o acesso dos jovens ao conteúdo do U-Report, ao afirmar que

“a disponibilidade do U-Report via WhatsApp tem sido de grande valia, pois os pacotes de dados das empresas de telefonia costumam ser gratuitos para as redes sociais, enquanto que o SMS tem um custo ainda considerável, ainda mais a considerar que um smartphone está cada vez mais acessível no preço”. (Gláucia, fase 1)

6.1.2. U-Report: motivações, interesse e desinteresse

Os 13 jovens entrevistados na primeira fase foram questionados sobre o que os levou a participar do programa. A exceção de dois, Sílvia e Daniel, que aderiram em 2016, todos os demais aderiram ao U-Report em 2017. De entre as respostas registadas, destaca-se a afinidade com os temas que o U-Report propõe para discussão, e a sua pertinência para eles. Alguns jovens enfatizaram que estes temas não encontram espaço em outros canais, ou plataformas de comunicação, e que, por esta razão, se sentem atraídos pelo conteúdo. A possibilidade de refletir sobre estes temas, e de os conhecer com mais profundidade, foi também bastante reforçada por todos os jovens. De facto, o desejo de se informarem e de pesquisarem sobre assuntos pelos quais se interessam, ausentes em outros meios, essencialmente na TV, serve dois propósitos: o de terem uma opinião mais bem formada e o de terem voz na arena pública.

Nos discursos dos jovens, predominou o facto de que suas opiniões no U-Report contribuem para os resultados e de que estes integram as vozes de outros jovens brasileiros. A maioria deles entrou por influência de amigos, ou pela publicidade do U-Report feita em canais e *sites*, como o Canal das Bee – um canal LGBT no YouTube – e através da ONG Viração, que operacionaliza o programa.

Rui e Joana ilustram estes resultados mais gerais. Quando foi entrevistado pela primeira vez, em maio de 2018, Rui fazia parte do programa há quase um ano. Relatou que o que o levou a participar, foi a influência de amigos do movimento escoteiros, do qual era líder na altura: *“gosto porque é instantâneo, é rápido e porque são temas me interessam e eu me sinto contribuindo para as estatísticas”*. Por sua vez, Joana, que conheceu o programa através da Viração, relata sobre o que a motivou: *“eu gosto de ser um dos números nos inquéritos que tá ali. Isto me permite ajudar a sociedade”*.

De entre os casos mais raros, estão Daniel e Sílvia, ambos foram atraídos pela direção U-Report, em Brasília, para fazerem parte de um mecanismo de auscultação de jovens, que definiu os conteúdos para os primeiros inquéritos que o programa lançou. *“Gostei de participar e me chamou a atenção foi o facto de gente ter voz, conseguir se expressar e ser escutado. Eu pensei, poxa! o UNICEF tá escutando a gente”* (Sílvia).

Em sintonia com este efeito de escuta, Daniel resume a sua principal motivação para entrar no U-Report e avança com o que percebe ser um problema, em que a solução pode estar nas vozes dos jovens: *“é o assunto de ser ouvido, de prestarem a atenção na gente”*. Questionado sobre o que isto implica, explica que

“O Brasil tem um problema muito grande com a atualização de dados estatísticos. Nossos dados são desfasados. O U-Report possibilita que a gente tenha alguma coisa pra dialogar com autoridades e pra resolver isto. É uma ferramenta que gera informação e me permite estar antenado (alinhado) com os jovens e falar a língua deles”. (Daniel, fase 1)

A relevância de fazerem parte “de um todo”, somada com a afinidade com os conteúdos, que lhes garante representatividade, e a percepção de escuta, aparecem igualmente nos discursos da Larissa, Gina, Tomás, Inácia e João, respetivamente, a seguir:

“Larissa: *Vai fazer um ano agora em 2018. Conheci no Canal das Bee (LGBT) e gostei da plataforma.*

Entrevistadora: *O que a levou a buscar?*

Larissa: *Falar sobre política, aborto, racismo. Eu sou negra, eu sofro LGBT fobia e me sinto no dever de participar dessas coisas e ter uma opinião”.* (Larissa, fase 1)

“Eu estou desde janeiro de 2017. Eu entrei porque notei que o U-Report tem interesses políticos e sociais bem-parecidos com os meus. A gente precisa muito da informação, a gente tem muita vontade de conhecimento”. (Gina, fase 1)

“Tomás: *Eu entrei em 2017. Minha motivação era me expressar em assuntos que as pessoas não falam e que estão na plataforma.*

Entrevistadora: *Que assuntos?*

Tomás: *Sexualidade, violência, abusos. Pra mim chamou a atenção que as pessoas devem para pensar um pouco. Porque as pessoas não sabem o que acontece se não vivem aquilo. Tipo, faz eu pensar, faz eu querer estar mais presente nestes inquéritos”.* (Tomás, fase 1)

“Eu gostei muito da ideia e eu me senti com voz. No ano passado (2017) eu comecei a fazer parte de muitos movimentos e então pensei...nossa, vou ver como funciona. Lembro que foi uma amiga comentou dessa plataforma, mas ela não é mais ativa”. (Inácia, fase 1)

“Foi pela Viração (...) depois eu entrei, eu gostei muito. Comecei a me engajar, até por conta dos resultados dos inquéritos e pelo o conteúdo, que são muito bacanas, e a partir disso, comecei a me engajar na plataforma. Inclusive, já usei alguns dados para fazer matérias e textos relacionados”. (João, fase 1)

Na segunda fase das entrevistas, realizada via WhatsApp, em julho de 2019, com sete dos 13 jovens – Rui, Fernando, Larissa, Sílvia, Daniel, Filomena e João –, dois deles, Rui e Daniel, já não estavam ligados ao U-Report, por razões distintas. Rui desvinculou-se, oficialmente, por perder o interesse no conteúdo, enquanto Daniel simplesmente passou a ignorar as mensagens do bot, o robô digital da plataforma, com os inquéritos, por se envolver com outros interesses. Em pormenor, Rui confessou:

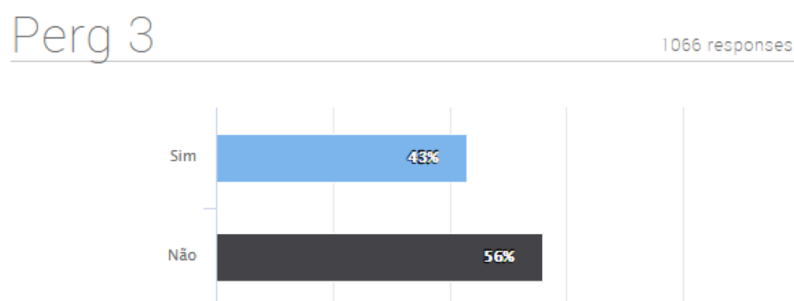
“Eu senti que o U-Report começou a trabalhar temas que não eram do meu interesse. Nos últimos meses eu parei e me descadastrei (cancelei a subscrição) dos inquéritos. Me perguntei até que ponto com tanto assunto pra ser discutido na política, o U-Report estava abordando os temas do meu interesse? Fiquei um pouco decepcionado com o conteúdo”. (Rui, fase 2)

Os outros cinco jovens ainda estavam ligados ao U-Report até as entrevistas, na fase 2, e consideraram ter as mesmas vantagens que gozavam antes. Fernando, que na primeira fase das entrevistas viu a importância dos dados estatísticos e a proximidade com o pensamento de outros jovens, manteve a sua posição na segunda fase: *“sim, eu continuo participando, respondendo e acompanhando os resultados dos inquéritos. Continuo usando muito para saber qual a opinião dos outros jovens. Preciso entender qual é a linguagem da juventude...”*.

Por contraste com os entrevistados que manifestaram o interesse pelo U-Report, até ao ponto de irem verificar os resultados dos inquéritos, e de utilizarem a informação, para o grupo de jovens inquiridos *online* na segunda ronda, esta relação não se confirma. Dos 1.066 jovens que responderam à terceira questão, em fevereiro, 56% admitiu que *não* verifica os resultados dos inquéritos, contra 43% que confirmaram *que o fazem*. O Gráfico 2, abaixo, apresenta este resumo.

Gráfico 2: Você verifica o resultado dos inquéritos do U-Report?

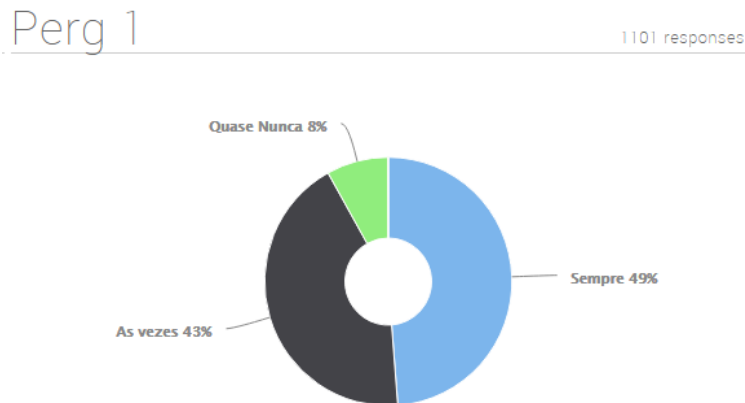
Fonte: RapidPro, fevereiro de 2018



A tendência de não verificar os resultados dos inquéritos altera-se quando os jovens inquiridos em fevereiro de 2018, falam sobre a frequência de participação nos inquéritos, que revelou que são poucos aqueles que quase nunca participam, 8%, comparados aos que participam às vezes, 43%, e os que participam sempre, 49%, de um universo de 1.101, como o Gráfico 3 ilustra.

Gráfico 3: Qual é a frequência da sua participação nos inquéritos?

Fonte: RapidPro, fevereiro de 2018



6.1.3 Desafios do U-Report na atração e retenção de jovens

Seguindo a técnica de triangulação de dados, acrescenta-se a estes resultados dos jovens que demonstram fatores de interesse e de desinteresse, a opinião de duas profissionais do U-Report, com o objetivo de comparar e as pôr em contraste com os resultados dos jovens. Para o efeito, traz-se um resumo de declarações de Talita e Gláucia, na segunda fase de entrevistas, em julho de 2019, via WhatsApp, que referiram alguns dos desafios que o programa tem enfrentando. O primeiro ligado à atração de novos jovens, tendo Gláucia afirmado que *“o U-Report compete com outras plataformas digitais e o jovem não vai entrar apenas porque o UNICEF pediu, a não ser que faça muito sentido para ele”*. Em linha com esta opinião, Talita revelou que os desafios, em termos de atração e retenção dos jovens, passam por *“representá-los cada vez mais”*. Para Talita, *“há um bombardeio de informações de relevância do conteúdo para adolescentes de forma que temos que nos manter sempre muito interessantes”*. Talita diz que a estratégia tem sido a de segmentar os jovens. Nas palavras desta profissional, *“não podemos enviar um inquérito sobre um tema para um grupo de adolescentes que não se enquadram nele”*. Talita referiu também que *“é difícil acompanhar o tempo de mudanças das redes sociais”* e citou como exemplo a mudança da presença dos jovens do Facebook para o Instagram, algo que o U-Report *“não consegue, com a mesma velocidade acompanhar o fluxo e criar soluções para seguir os adolescentes”*.

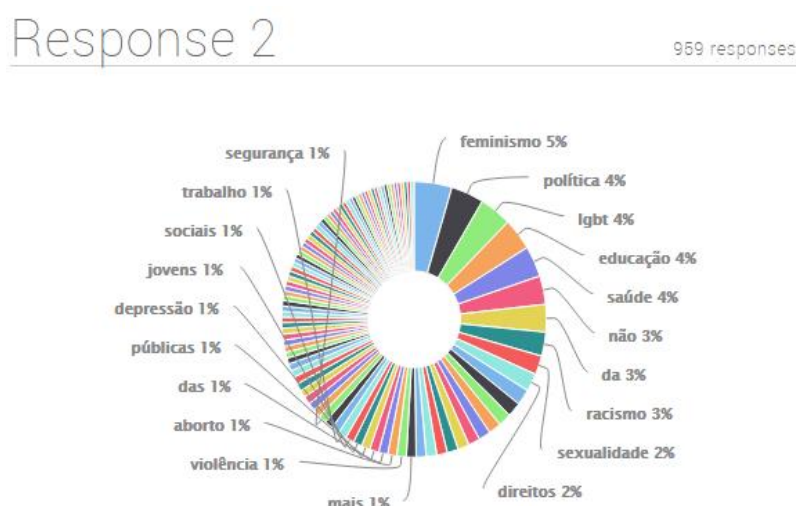
6.1.4 Temas de interesse dos jovens no U-Report

Ao procurar perceber quais os temas de interesse dos 13 jovens entrevistados na primeira fase, e do grupo inquirido *online* em março de 2018, foram encontradas muitas semelhanças entre ambos. Assim, do grupo dos 13, os principais temas identificados foram, género, sexualidade, racismo, política, economia e saúde e violência. Em pormenor, Daniel revela que se interessa por racismo, sexualidade e feminismo e justifica a sua razão: “sou um homem trans e sou negro”.

Tendência semelhante, que valoriza temas ligados à educação, saúde, política, sexualidade, direitos LGBT, racismo, feminismo, abuso sexual e violência, foi extraída da terceira ronda de inquéritos pode ser vista no Gráfico 4⁷⁰, abaixo.

Gráfico 4: Quais são os temas que você gostaria de ver nas nossas enquetes e conteúdos?

Fonte: RapidPro março de 2018



Um ponto que emerge destes resultados ligados à preferência de temas e à afinidade e representatividade, é que, pela natureza de comunidade *online*, o U-Report parece criar uma sensação de pertença nestes jovens, os 13 entrevistados: *fazer parte dos dados parece fazer parte de um conjunto maior*. Pela afinidade com os conteúdos dos inquéritos *online*,

⁷⁰ Como todos os demais gráficos, o Gráfico 4 foi gerado pela plataforma RapidPro, a partir das respostas *online*, e cedido pela profissional Talita, de São Paulo, para os propósitos desta investigação. A questão: *quais são os temas que você gostaria de ver nas nossas enquetes e conteúdos?*, permitiu respostas abertas, nas quais os jovens citaram, com uma palavra, o tema de preferência. Respostas com menos de 1% não aparecem no gráfico, e as respostas sem significado inteligível, resultante de erro de grafia como “da” ou “das”, também não foram consideradas.

que incitam a participação, é que o programa parece atrair e reter estes jovens. Refira-se, contudo, que estes 13 jovens advêm de nichos específicos, mais exigentes com a qualidade e pertinência das informações que buscam, evitam a TELEVISÃO, estão atentos às *fake news* e, como visto no capítulo anterior, são jovens mais críticos e participantes nas suas realidades. O que se confirma pelo facto de os jovens que chegam ao U-Report, advirem por referências de amigos, ou de canais mediáticos específicos, como os LGBT, ligados à ideia de representatividade. De forma geral, e mais ainda entre os jovens LGBT, negros e mulheres, nota-se uma forte tendência do grupo dos 13 jovens pelo ativismo político, relacionado com as respetivas causas (Cardoso, 2016; Ribeiro, 2017), como já se discutiu no capítulo anterior, e que será aprofundado no segundo tema a seguir.

6.2 Participação política e consciência crítica

Seguindo a observação sobre que são os “*U-Reporters*” a partir de suas práticas, motivações e preferências *online*, neste segundo tema observa-se o U-Report à luz da participação política, da capacidade de contribuir para informar e favorecer a consciencialização e reflexão crítica dos 13 jovens entrevistados, e do grupo maior dos inquiridos *online*. A partir dos resultados, será também possível perceber *se e como* o programa é percebido por ambos os grupos como uma mais valia para os envolver e para os influenciar na direção das mudanças sociais.

6.2.1 U-Report e participação política

Durante a primeira fase das entrevistas, os 13 jovens foram questionados sobre se achavam que a plataforma U-Report os apoiava, de algum modo, a serem mais participativos na esfera social e política e, em caso positivo, como tal acontecia. À exceção do Daniel, todos os demais jovens afirmaram que *sim*. De modo que, através dos discursos, a maior contribuição do U-Report, é estimular as reflexões e a capacidade questionadora destes jovens. Contribui, em igual medida, quando consegue que pensem sobre temas a que nunca prestaram atenção, motivá-los a discutir estes temas nas diversas arenas públicas de que fazem parte, *online* e *offline* e, ainda, quando consegue criar um estímulo para que defendam as suas causas. De forma geral, foram opiniões bastante convergentes sobre o papel do U-Report para incentivar a participação política, como os exemplos a seguir demonstram.

Gina, Inácia e Larissa, responderam, respetivamente. *“Com certeza. Instiga muito a gente a pensar, a fazer questionamentos e a debater...”*. *“Acredito que sim, que dá um incentivo, porque quando mandam uma questão, você tem que pensar sobre aquilo e ter uma resposta”*. *“Sim, às vezes, mandam questões que eu não estou inteirada, eu vejo e penso não estou sabendo tanto disso e vejo que é algo que eu deveria saber e vou pesquisar”*. Para Rui, o U-Report favorece a participação na medida em que:

“Cria a possibilidade de promover reflexões, ou seja, de questionar os jovens o que eles pensam e fazê-los pensar se alguma coisa deve mudar ou não. Este exercício de fazer a reflexão já é, pra mim, uma forma de promover o engajamento”.

Numa mesma corrente de ideias, Sílvia fala de uma chamada para a consciencialização, que foge à regra das redes sociais: *“sim, o U-Report ampliou muito minha cabeça para refletir sobre temas importantes. Há jovens que são levados a acreditar em tudo o que vêm nas redes sociais, e acho que o U-Report traz essa consciência”*.

Também positivo sobre este papel, Fernando acha que é *“fundamental perceber o que os jovens pensam sobre temas dos seus interesses”*. Ele, que se autoafirma *“um jovem que difere dos seus pares por pensar lá na frente”*, confessa que encontra no U-Report uma espécie de *“termómetro de tendências sociais”*.

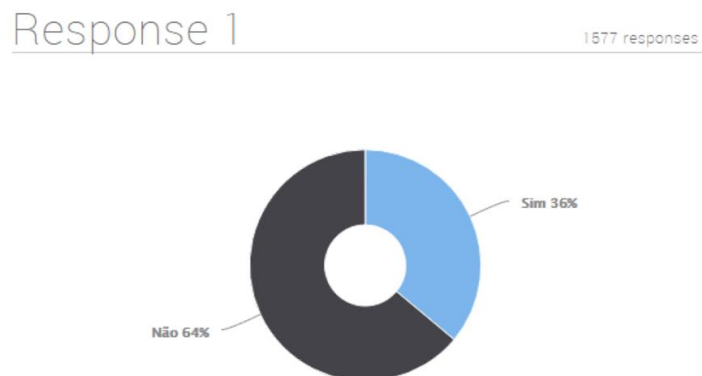
Contudo, Daniel, é a única exceção. Quando questionado, defendeu: *“não, não acho que diretamente não faz isso e não fez de mim o jovem que eu sou, mas acho que tem aquela função de reunir dados e entender o que alguns jovens pensam”*.

Ainda neste âmbito da influência na participação política, desejou-se conhecer se os jovens tinham presença noutras plataformas, grupos ou coletivos que discutiam políticas públicas, para tentar verificar outras possíveis formas de engajamento deles no meio *online*, para além do U-Report. Dos resultados, exceto Filomena, que participa da plataforma *“Jornalistas livres”*, e Rui, que participa da plataforma do Senado Federal, nenhum outro jovem participa em outras plataformas políticas *online*.

Obteve-se um resultado similar, que marca uma minoria que participa de outras plataformas, na segunda ronda de inquéritos. Nesta, com 1.577 dos jovens questionados, 36% disseram que *sim*, contra 64%, que referiram que *não*, como se ilustra no Gráfico 5.

Gráfico 5: Participa em outros coletivos ou grupos de políticas públicas?

Fonte: RapidPro



6.2.2 U-Report e consciência crítica

Do ponto de vista institucional, a educomunicação, em linha com as literacias crítico-mediáticas, é considerada parte da metodologia de trabalho do U-Report, como foi descrito no caso de estudo, no capítulo 4. Durante a segunda fase das entrevistas, com as profissionais do programa, Talita referiu que o U-Report tem permitido que os jovens se consciencializem uns aos outros, e que contem com um espaço seguro para se informarem. Sobre o impacto neste âmbito, Talita revela: *“o nosso valor vem através da educação entre pares, possibilitando que adolescentes estejam dialogando entre si”*.

“Entrevistadora: E como isto tem se desenvolvido na prática?

Talita: Acho um saldo muito positivo a gente ter criado uma base, ensinado e aprendido, como funciona o U-Report e como eles podem se beneficiar do U-Report (das informações) e ter se legitimado como um espaço de informação segura, com tantas fake news e de internet segura para eles se expressarem através de uma parceria com a Safernet”⁷¹.

Em linha com o que refere Talita, durante o período pré-eleitoral para a presidência da República, no ano de 2018, o U-Report lançou uma campanha nos *media* digitais, acompanhado de uma série de inquéritos sobre o assunto da desinformação e das *fake news*. O objetivo, segundo Talita, foi o de *“consciencializar os jovens sobre disseminação de factos não verdadeiros divulgados durante as campanhas políticas e habilitá-los para os reconhecer e lidar com estes factos, servindo como um guia”*.

⁷¹ Safernet é uma organização sem fins lucrativos, que se estabeleceu como uma referência nacional na luta contra crimes e violações dos direitos humanos na internet, e opera em cooperação com instituições governamentais, como o Ministério Público Federal.

Por ser um tema que integra o escopo de trabalho do U-Report, e pelo facto de os jovens terem citados inúmeras vezes as *fake news* ao longo da discussão sobre o papel da internet, na primeira fase das entrevistas, questionou-se na segunda fase, se estiveram atentos às tais iniciativas promovidas pelo U-Report, e o que pensavam acerca das mesmas. Dos sete jovens, quatro qualificaram a iniciativa como necessária e responderam aos inquéritos. Dos três restantes, uma não deu conta da iniciativa (Filomena), enquanto outros dois viram, mas não atuaram (Sílvia e Daniel).

Satisfeita com a iniciativa, Larissa comentou: “*sim, as dicas foram bastante legais. Algumas coisas eu já fazia, como verificar a fonte*”. Em consonância, Rui disse: “*achei bastante válido. Não poderiam faltar. Era necessária e acho que demorou um pouco para aparecer*”. Quando questionado sobre como se comporta em relação às *fake news*, Rui foi preciso: “*checo as notícias, principalmente a data e as fontes, sempre evito canais que eu não conheça. Quando encontro as notícias num lugar sempre verifico noutro lugar*”. João, por sua vez, aprovou a iniciativa, pela utilidade que as dicas tiveram pra ele.

“Sim, eu vi. Achei bacana, bem eficiente na verdade. Não existe um manual sobre o assunto, as pessoas não sabem como combater e validar uma matéria jornalística, saber que a fonte é confiável. Então um manualzinho, né, como eles colocaram de dados ajudam muito, me ajudaram, por exemplo a esclarecer um caso”.

Fernando vai mais além na sua avaliação do panorama das *fake news*:

“Vi. Eu fico muito triste (...). Percebo que houve bastante no período eleitoral, agora com a Reforma da Previdência também há bastante...mas tenho visto que a coisa é muito forte e no que se puder fazer algum tipo de consciencialização, eu tento, não na própria rede, mas de outras formas, pela beirada conversando com os amigos, alunos. Por exemplo: consenso básicos de direitos humanos. Como olhar para isto de forma mais desconstruídas fora da retórica das fake news”.

6.2.3 Jovens mais críticos e participativos?

Para estes jovens e, similarmente ao que ficou evidenciado no capítulo anterior, sobre o papel da internet relacionado com a participação, o U-Report parece incentivar a participação política, sobretudo, por fomentar novas habilidades e competências, como por exemplo, o parar para pensar em algo que nunca tinham pensado e pesquisar mais a fundo, perceberem como pensam os outros jovens para criarem a sua leitura de mundo, utilizar dados que confiam num texto jornalístico, ou mesmo conseguirem reconhecer uma notícia falsa de uma que é verdadeira.

Os “*U-reporters*” entrevistados entendem a contribuição do programa para a sua participação, a partir de uma chamada para o questionamento e reflexão, que fomentam

o desenvolvimento da consciência crítica, numa associação a uma leitura crítica do mundo (Freire & Macedo, 1987/2013; Soares, 2000), que também está em linha com o pensamento de Freire (1987), no que diz respeito ao empoderamento pela ideia de sujeito de direitos, que são adquiridos por esta leitura de mundo. A diferença entre a influência da internet na participação política, vista de forma geral, já assinalada no capítulo anterior, e o U-Report, é que o programa parece assumir um lugar de maior confiança entre os jovens, pelas informações ali contidas advirem de fontes onde eles próprios se incluem e que têm gosto por pertencer.

Contudo, não se pode, necessariamente, afirmar que o U-Report, por si só, motiva a participação *online* dos jovens. Nesta medida, e ao contrário dos resultados do estudo de Livingstone (2007), sobre a plataforma de participação política Epal – em que apontou desafios comunicativos impeditivos à participação do lado do produtor de conteúdo –, a questão não parece passar por uma inadequação do conteúdo do U-Report para os jovens. Não se poder concluir que o U-Report motive processos participativos, *per se*, pode estar mais relacionado com o facto de estes jovens serem, na sua maioria, já bastante ativos politicamente, antes mesmo de serem “*U-Reporters*”. Dito de outra forma, por um lado, não se pode contrariar o facto que o U-Report motiva a participação desses jovens e, até mais, quando comparado com a internet, de forma geral, como examinado no capítulo anterior. Por outro lado, como fica ilustrado no discurso de Daniel, não se pode simplesmente assumir que o U-Report é um meio eficaz de engajar aqueles jovens, que estão atualmente mais conscientes da importância de participar. O que o U-Report pode representar é uma ênfase para os jovens que já possuem esta tendência para a participação.

Esta análise está em linha com os resultados do estudo “CivicWeb” (Banaji, 2011), no qual se concluiu que a internet pode ser um meio eficaz para motivar a participação dos jovens com alguma predisposição, mas não é, necessariamente, eficaz nos jovens mais excluídos destes processos. Dado que não se explorou, neste estudo, jovens fora da internet, pode-se falar muito mais num papel de reforço para as tendências participativas de jovens que entraram no U-Report, por ressonância e afinidade com os temas e a oportunidade de voz, do que a conversão de jovens apáticos em jovens participativos.

6.3 Reconhecimento e representatividade

No terceiro tema deste capítulo examina-se a relação entre as motivações dos jovens para participar no programa, as suas vozes e a noção de empoderamento que estes têm,

enquanto participantes do U-Report, a partir da análise do seu *slogan: aqui sua voz tem poder*.

6.3.1 Vozes escutadas e levadas a sério no U-Report?

Durante a primeira fase das entrevistas, os 13 jovens foram questionados sobre se eles se sentiam ouvidos e levados em consideração, enquanto participantes do U-Report. Pretendia-se conhecer a percepção dos jovens sobre o reconhecimento das suas vozes no âmbito do programa e estabelecer uma comparação entre o que os jovens pensam da internet, como mecanismo que favorece as suas vozes, discutido no capítulo anterior, e o U-Report, nesta mesma função.

De forma ubíqua, os jovens responderam *sim*, que sentiam que as suas vozes, e as opiniões que têm, contam, e que se sentem levados em consideração pelo U-Report. Assertiva, Sílvia diz que *“cada opinião conta ali. É um trabalho de formiguinha, vamos juntando as informações para gerar um todo”*. Alinhada com a opinião de Sílvia, Larissa confirma: *“sim, eu penso que vou responder algo que vai fazer a diferença, que é para as pessoas pensarem mais sobre isso, penso na quantidade de pessoas que respondem”*.

Joana traz o tema da escuta, como o próprio sentido de motivação para participar. *“Sim, por isso é que continuo respondendo às pesquisas, porque me sinto ouvida”*. Fernando, por sua vez, menciona a confiança institucional por parte do U-Report, para justificar a sua percepção de escuta. *“Sim, é na base da confiança. Eu confio que eu esteja sendo ouvido porque há um entrelace de instituições de credibilidade, como por exemplo o UNICEF.”*

Aprofundando os efeitos de escuta e inclusão, João refere:

“a minha voz conta nos resultados dos inquéritos, principalmente contam quando eu faço um comentário sobre alguma dúvida que eu tenho e a plataforma me responde, me dá atenção. Eu acho isso muito legal, me sinto visto, ouvido e compreendido”. (João, fase 1)

Em linha com a percepção de reconhecimento de João, Gina responde:

“sim. Porque sempre que postam dados, eu vejo que a minha opinião foi escolhida para falar, sempre que me chamam lá no Messenger, perguntam...ah, tá tudo bem com você? Mesmo que eu esteja falando com uma máquina, eu sinto que estão cuidando de mim”. (Gina, fase 1)

Comparada a internet, vista de forma geral, e analisada no capítulo anterior, em que o grupo dos 13 jovens da fase 1 têm a percepção de não se sentirem ouvidos, ou levados a sério, o mesmo não parece acontecer no âmbito do U-Report. Como participantes do programa, os mesmos jovens percebem que as suas vozes importam. Importa relembrar

o *slogan* do U-Report, trabalhado na descrição do caso, no quarto capítulo: “aqui a sua voz tem poder”. Com este *slogan*, sugere-se que as vozes dos jovens são ouvidas e que têm poder para fazer mudanças. Durante as entrevistas, na primeira e na segunda fase, nenhum dos jovens citou o *slogan* espontaneamente, mas cada qual evocou o que significa ser ouvido e levado a sério, à sua maneira. De entre os principais sentidos estão: ter espaço para a expressão, ser notado e acolhido como sujeito, ser respeitado enquanto cidadão.

Estes sentidos ecoam com o pensamento de Couldry (2010, p. 6) sobre a “sociologia da voz”, em que o autor inglês defende a importância das vozes, como um elemento fundamental de reconhecimento dos indivíduos, enquanto cidadãos, sendo igualmente crucial para a legitimidade das democracias contemporâneas, em que “espaços para voz são, inerentemente, espaços de poder” (Couldry, 2010, p. 12).

Contudo, no âmbito U-Report, ainda que o atributo da voz seja um prenúncio de atenção, cuidado e compreensão, como referidos nos discursos de João e Gina, nenhum dos 13 jovens falou sobre a relação entre terem as suas vozes ouvidas e a percepção de poder. No subtema a seguir aprofunda-se esta relação.

6.3.2 Advocacy e representação dos jovens na arena pública

Durante a primeira fase das entrevistas, em maio de 2018, os jovens foram também questionados se achavam que as suas opiniões alcançavam o poder público, os gestores. Nas respostas dadas, deixam pistas de que, para além de desejarem serem ouvidos pelos responsáveis pelo programa, o que importa é serem representados na arena pública, pelo U-Report, de modo a que suas vozes alcancem os gestores públicos. Contudo, duvidam se isto de facto acontece, ou seja, não percebem até que ponto se conseguem fazer representar pelo U-Report, uma vez que o mecanismo do *advocacy*, que o sustenta, parece não estar explícito na comunicação do programa.

Fernando é um exemplo disso: “tenho a expectativa de ser ouvido pelo poder público”. Questionado se considera que a sua voz alcança estas instâncias, ele diz:

“eu gostaria muito. Eu imaginava, mas não tenho certeza que isso acontece (...) queria que o pessoal (U-Report) pudesse pressionar os políticos e dizer, olha aqui o quê a galera tá dizendo, ó! Mas eu não tenho certeza se isso acontece”. (Fernando, fase 1)

Similar discurso tem Rui, quando declara: “espero que dê voz às pessoas. O exercício de fazerem as pessoas ouvidas é muito valoroso. Ao mesmo tempo de que a minha voz dá em algum lugar”. Questionado sobre o que pensa que acontece às suas opiniões na plataforma, ele retruca: “não tenho esta expectativa, não sei se chegam ali, não está claro

pra mim. Seria muito bom se fosse encaminhado a estas pessoas. Tenho dificuldade de saber com a dinâmica do U-Report funciona”.

João também deixa claro o desconhecimento sobre o papel de *advocacy* do U-Report e avança: *“eu tenho esperança de que a minha voz vá para os políticos, mas eu não sei. Eu acredito, mas como se acontece, se é possível ou não, eu não sei”*. Por sua vez, Vívian e Inácia aprofundam a ideia do que entendem sobre a ideia de representação e de *advocacy*, inerente ao papel do U-Report.

“Olha, eu acredito que eles possam levar isto para as ruas com pessoas que podem sair, porque eu gostaria de sair também e lutar pelos meus direitos, mas eu não posso, porque eu tenho medo. Outros são também covardes pelos cuidados dos pais”. (Vívian, fase 1)

“Eu adoraria que a minha voz chegasse aos políticos. Eu vejo o U-Report com um meio social em si, não que na política não tenha, pois, a política é no dia a dia, mas pra mim nunca ficou claro se o que eu respondo lá vai ser passado para o meio político, sabe? Pra quem realmente faz a diferença...”. (Inácia, fase 1)

Há, contudo, três exceções quanto ao desconhecimento sobre o papel de *advocacy* do U-Report. As duas primeiras são Sílvia e Daniel. Como referido anteriormente neste capítulo, ambos colaboraram com opiniões para construir os primeiros conteúdos do programa, portanto, conhecem o U-Report a partir da sua estrutura institucional. Sílvia afirma: *“sim, sabia disso porque fiz parte do comité de jovens que criou os primeiros inquéritos do U-Report e isso foi falado na ocasião”*. Daniel, por sua vez, refere: *“acho que este é o objetivo do U-Report, mas ele não vai fazer muito se não escutarem as nossas vozes”*. A terceira exceção, Júlia, reporta que o papel do *advocacy* ficou claro *“desde a primeira vez que visitou a página”*.

Evocando a revisão da literatura no terceiro capítulo, o *advocacy* tem como fim maior (re)equilibrar relações de poder firmemente estruturadas, a partir de processos que promovam a voz entre aqueles que são marginalizados, facilitando a sua participação ativa nas decisões que fazem a diferença nas suas vidas (Quarry & Ramírez, 2009; Servaes & Malikhao, 2012; Wilkins, 2014; World Health Organization, & Health Education Service, 1992). Em complemento, e como já descrito no quarto capítulo, enquanto estratégia de CpDMS, o U-Report está assente, fundamentalmente, na componente do *advocacy*. Prova disso é o depoimento da profissional Gláucia, durante a fase 1 das entrevistas: *“o programa foi criado para influenciar políticas públicas em favor dos jovens a partir de um mecanismo participativo das suas vozes”*. O que ocorre, porém, na prática, é que esta intenção não está clara para a maior parte dos jovens. Desconhecem,

ou não têm a certeza sobre este objetivo, nem sobre como funciona o U-Report, e não sabem para onde vão as suas vozes, se os políticos as ouvem e se as consideram.

Como visto no tema anterior, se para Couldry (2010) o exercício da voz é parte de um processo de reconhecimento dos cidadãos, há, no entanto, um ponto que permanece em aberto para estes 13 jovens, no que diz respeito à facilitação do U-Report, enquanto mecanismo de *advocacy* e de representação, que eleva as suas vozes até às instâncias políticas. Couldry (2010) alega que não basta o reconhecimento das vozes dos outros, registando-as como importantes, é preciso uma análise realista das obstruções a este reconhecimento, de forma a favorecer-las. Netsa ordem de ideias, para terem de facto poder, estas vozes precisam ser capazes de alcançar e de influenciar as esferas de poder que importam para os jovens.

Considerando que este grupo dos 13 entrevistados, que incorpora vozes normalmente marginalizadas no Brasil, entre negros, mulheres, LGBT, periféricos, importa enaltecê-las, a partir das suas perspectivas, ou do “lugar de fala” (Ribeiro, 2017, p. 58), para que as vozes consideradas desprivilegiadas, não sejam homogeneizadas em narrativas pós-coloniais. Pelo contrário, que sejam levadas em conta pelos representantes, a partir da pluralidade das suas narrativas subalternas (Fraser, 1990) e, especialmente no caso brasileiro, a partir do pensamento crítico feminista, racial e decolonial para que, de facto, tenham a influência que merecem (Ribeiro, 2017).

6.3.3 Aproximações entre o poder e o contrapoder

Em complementaridade com as questões anteriores, e que abordam a percepção de escuta e do *advocacy* na arena pública, uma terceira questão foi feita aos 13 jovens, na primeira fase das entrevistas. Pretende-se abordar a percepção dos jovens sobre o U-Report, no papel de colaborar para os aproximar do poder público no Brasil. No capítulo anterior discutiu-se este tema, a partir da internet, vista de forma geral, e a sua capacidade de favorecer o diálogo entre os cidadãos e os seus representantes. Concluiu-se que os jovens atribuem à internet a possibilidade de serem mais ouvidos, e de interferirem nas decisões e visões contrárias aos interesses por justiça social.

No âmbito do U-Report, similarmente à questão anterior, todos os jovens demonstraram ter dúvidas e, na sua maior parte, desconhecem esta possibilidade, como confirma Sílvia: “*nunca participei de nenhuma aproximação, não tenho certeza.*” Porém, a maior parte dos jovens nutre esperanças que o U-Report facilite a comunicação entre

eles e os seus representantes na política (Vereadores, Prefeitos, Deputados, Governadores, etc...).

Fernando e Daniel, respectivamente, nutrem estas expectativas: “*não sei...acho que tem potencial. Seria um sonho de consumo. Gostaria que fosse*”; “*tem esta intenção, mas só sei porque eu participei do processo. Do contrário, não saberia*”.

Inácia, por sua vez, concretiza a sua expectativa sobre o papel do U-Report de aproximar os jovens dos seus representantes:

“Se for numa parte da política, mais pra baixo, com Deputados, Senadores, acho que o U-Report consiga influenciar sim, porque tem aquela questão de a sociedade pode votar na lei, que não é literalmente votar na lei, mas faz com que os parlamentares falem ‘poxa, já tá caminhar para esse lado, se eu for eleito, não vou votar no contrário’. É o que esperamos. E eu acredito que o U-Report possa mudar de alguma forma, ajudar nisso”.

A comunicação entre eleitores e eleitos, no sistema político representativo brasileiro, é, historicamente, tênue ou inexistente (Ayres & Krohling, 2020). É útil, porém, comparar a percepção dos mesmos jovens sobre os dois mecanismos distintos: a internet, de forma geral, e o programa U-Report. Relembrando a análise no capítulo anterior, em que a internet proporciona um certo nível de “encolhimento do crítico do espaço público de deliberação”, reforçando uma lacuna comunicacional entre os representantes e os representados (Tufte, 2017, p. 168), no caso do U-Report, tal lacuna também parece resistir. Do ponto de vista institucional, a ideia de representatividade parece não se concretizar, na perspectiva do cidadão jovem. No caso do U-Report, os jovens percebem que estão ainda distantes do poder constituído, e não sentem que podem confrontar as suas opiniões e expectativas com a classe política, ou os seus posicionamentos, com capacidade de afetar as suas próprias vidas. Uma possível explicação para a percepção do poder que as suas vozes alcançam, reside no facto de que, no U-Report, o jovem não é participante do processo criativo que dá origem às discussões *online*, é apenas convidado a participar delas (Ayres, 2020). É notória a diferença entre os jovens que conhecem o programa a fundo, por terem participado do processo consultivo. Como é o caso de Daniel e Sílvia, e os demais. Da mesma forma, os jovens que participam do U-Report não escolheram o público com o qual gostariam de interagir, ou seja, os seus representantes na política. Portanto, desconhecem os canais pelos quais as suas vozes viajam e os destinos a que podem chegar.

Consequentemente, o *poder* que o U-Report atribui às vozes dos jovens no *slogan* “aqui sua voz tem poder”, tem a intenção de aproximar as distâncias estruturais, entre os jovens e os políticos no Brasil, mas, na percepção dos jovens entrevistados, esta

proximidade não se efetiva, tampouco o poder das suas vozes chega às esferas mais alargadas ao participarem do programa. Portanto, o *slogan* pode não estar a ser usado na interpretação da noção de *participação radical*, de que fala Tufte (2017), mas num sentido mais diluído e desapropriado do seu sentido original, em linha com o que Dagnino (2010, p. 101) chama de “confluências perversas”.

6.4 Impacto positivo nas mudanças sociais

A partir do exame feito no tema anterior, indaga-se agora se as práticas dos jovens vão ao encontro de outras nuances do empoderamento que o programa busca alcançar: influência nas leis e nas políticas públicas, e instrumentalização dos jovens com competências para a autonomia, ou, pela noção de CpDMS que se defende neste trabalho, de “serem donos da sua própria história” (Manyozo, 2017, p. 6).

6.4.1 Influência nas leis e nas políticas públicas

Relembrando a noção de participação política, que se defende neste trabalho, ou seja, a que reside na *capacidade* de os sujeitos exercerem as suas vozes, mas, sobretudo, no poder que estas vozes têm de influenciar decisões, conforme as suas perspectivas, conferindo-lhes o lugar de sujeitos, ou de cidadãos (Carrano, 2012; Couldry, 2010; Freire, 1987). A partir dela, questionou-se aos jovens, na primeira fase das entrevistas, até que ponto eles percebiam que a sua participação, no âmbito do U-Report, era, de algum modo, capaz de influenciar as leis e as políticas públicas no Brasil, que é, de facto, a missão do programa. Das respostas, no geral, o tom foi de descrença nesta possibilidade, pois estes jovens condicionam as mudanças sociais à ação dos políticos, ainda que a partir das suas vozes. Vívian ilustra-o desta forma: “*sim, mas só se os decisores fizerem algo com a nossa opinião*”. Indignada, Vívian desenvolve o seu ponto de vista:

“Não sei se podem (o U-Report) chegar a este ponto, mas se tiverem este acesso, era muito interessante que pudessem influenciar quem pode fazer algo por nós, mas não acho que os políticos não estão interessados em nós. Não ligam pra nós”.

Sílvia tem a mesma opinião: “*sim, se os decisores fizerem algo com a nossa opinião*”. Rui, por sua vez, admite não ter esta percepção, pois “*depende sempre dos políticos*”. As exceções foram para Filomena, Pedro e Gina, que acreditam que o U-Report pode imiscuir-se nestas esferas, por reunir “*uma representatividade dos jovens*”, como frisou Filomena, ou pelo programa conter “*muitas opiniões de jovens que influenciam*”, como

mencionou Pedro, e ainda pelo facto de a “*internet gerar mobilização social*”, como frisou Gina.

Uma questão mais simplificada feita na segunda ronda dos inquéritos *online*, em fevereiro, tinha como objetivo saber se os *U-Reporters* acreditavam ser possível construir mudanças positivas na sociedade brasileira, através das contribuições do programa. Obteve-se resposta de 176 jovens, dos quais 81% acreditavam que *sim*, enquanto 19% responderam que *não*, como o Gráfico 6 abaixo demonstra.

Gráfico 6: U-Report e mudanças sociais

Fonte: RapidPro, fevereiro, 2019

Acha que através do U-Report é possível construir mudanças positivas na sociedade brasileira N= 176



Ainda que não se vá ao detalhe, e se explore em que condições, ou quais são os fatores que poderiam habilitar as mudanças sociais, as respostas ao inquérito demonstram uma predominância muito maior de respostas positivas que negativas, algo que contrasta com os 13 jovens entrevistados na primeira fase, que puderam elaborar os seus pontos de vista e os fatores condicionantes desta influência nas mudanças sociais.

6.4.2 Empoderar, motivar e agir

Durante as entrevistas na primeira fase, os 13 jovens foram questionados se eles se sentiam, de algum modo, empoderados para dialogar com os seus pares e familiares, (consciencialização), para denunciar abusos em favor dos seus direitos, ou qualquer outra ação cívica motivada pelos conteúdos que acedem a partir do U-Report, como inquéritos semanais, *posts* e comentários no Facebook, e resultados dos inquéritos na página do U-Report.

Dos resultados obtidos, para a maioria dos jovens, estes conteúdos são capazes de influenciar as formas de participação, das mais simples, como as discussões com amigos e colegas em sala de aula, até às mais complexas, como a militância LGBT (Cardoso, 2016), o uso dos resultados dos inquéritos para escrever textos jornalísticos de alerta à população, e uma ação no Ministério Público, como fez Fernando, indignado com a baixa oferta de serviços de saúde em Osasco.

“Sim, acho que empodera... aconteceu comigo. Uma vez eu vi os resultados de um inquérito que mostrava o percentual das pessoas que dependiam de saúde pública e que o poder público não conseguia atender bem. E ao mesmo tempo, aconteceu que lá em Osasco, onde eu moro...O serviço público de saúde começou a restringir por bairro o atendimento às consultas. Eu então fiquei revoltado com aquilo e usei aqueles números do U-Report e fiz uma denúncia no Ministério Público”. (Fernando, fase 1)

Outros exemplos resumem estes resultados:

Gina: *Sim, sim, eu nas minhas aulas de história, a gente debate muito, e eu já citei o U-Report, eu falei da plataforma, dos inquéritos e o pessoal gostou.*

Entrevistadora: *E como acha que isso pode gerar alguma mudança?*

Gina: *Pode, porque é um grupo de pessoas levantando um debate e esse debate pode atingir um grupo maior de pessoas e mudar o comportamento”. (Gina, fase 1)*

“Eu acredito que influencia sim, já tive momento de dizer pra galera, ah, vamo conversar sobre isso! isso é importante! Sugiro essa plataforma”. (Inácia, fase 1)

“Sim, quando você se vê em massa (nos resultados dos inquéritos), você tem vontade de ir pra cima e atuar. Acho que o U-Report traz a pesquisa, né? Quando ele traz a informação da pesquisa, basta a gente pegar naquilo e bater de frente com quem tem que bater de frente. Tipo, isso aqui é o que a juventude pensa. É uma pesquisa séria...”. (Pedro, fase 1)

“Sim. Eu acho que deu essa condição e a questão de você se ver como agente no quesito de mudança. Pela questão do assédio, por exemplo, que foi uma das temáticas abordadas. Tinha uma campanha, se eu não me engano, foi no Carnaval (...). Muita gente tem dúvida e a partir do momento que você tem essa perspectiva, e aí diz tal coisa é errada, isso passa a ser um meio de educar. É um trabalho que os pais fazem dentro de casa ou não. Então eu acho que a plataforma dá esse recurso para uma pessoa mudar”. (João, fase 1)

Verifica-se, contudo, ainda que minoritariamente, a percepção de uma fraca relação direta entre o U-Report, empoderamento e mudança. São os casos de Rui e Daniel, respetivamente.

“Eu não sinto isso dessa forma, mas acho que pode até contribuir para o processo de empoderamento de algumas pessoas. Por exemplo, o inquérito sobre abuso sexual que eu participei recentemente não me trouxe essa vontade de levar o assunto adiante, mas entendo que para alguns jovens pode revelar essa motivação”. (Rui, fase 1)

“Eu não sinto que o U-Report sozinho faça muita diferença. Acho que criam espaço para eu falar e dar minha opinião sobre algumas questões. No meu caso, eu uso os dados estatísticos para minha militância LGBT, recomendo a amigos, e respondo às questões coletivamente”. (Daniel, fase 1)

Esta questão ajudou a perceber os desdobramentos das práticas participativas *online* e *offline*, entre este grupo, e também como é que os jovens sentem que uma plataforma *online* os influencia, ou não, a participar em escalas diversas. Com apenas duas exceções, a maioria dos jovens sente uma motivação pessoal para agir, dentro dos seus próprios contextos sociais, a partir dos conteúdos. Estas ações ativistas, em pequena escala e ligadas ao meio digital, com ampliação para as suas vidas quotidianas, são centradas nas suas percepções políticas, noções éticas e de mudança social (Bakardjieva, 2009). O subativismo de que fala Bakardjieva (2009), marcado por ações de contestação e reclamação na esfera pública, está subjacente nas ações destes jovens. Contudo, como notam Rui e Daniel, o conteúdo não lhes conferiu empoderamento, nem motivação que fizesse diferença nas suas práticas.

Quanto ao segundo ponto, que se refere à percepção de empoderamento para agir, importa recordar que a noção de empoderamento, que se defende neste trabalho, implica um processo de tomada de consciência e de reflexão crítica nos espectros político, económico e cultural (Freire, 1987) e centra-se na ideia de que, as ações coletivas de sujeitos conscientes, são capazes de engendrar mudanças sociais sustentadas. Neste sentido, o conteúdo do programa ajuda a consciencializar os jovens, inclusivamente sugere uma consciencialização em efeito cascata, como o ativismo *online*, a sala de aula, a conversa entre amigos e o texto jornalístico, sugerindo que, uma componente desta autopercepção de empoderamento, que a maior parte dos jovens teve, pode ser iniciada por conteúdos sugestivos à reflexão e à ação, como frisou Pedro: “*sim, quando você se vê em massa (nos resultados dos inquéritos), você tem vontade de ir pra cima e atuar*”. No próximo tópico aprofunda-se esta percepção e as suas ligações.

6.4.3 Representação e efeitos nas mudanças sociais

Dos 13 jovens entrevistados na primeira fase, apenas três mencionaram que não conseguiram perceber uma relação entre a sua participação no programa e as suas expectativas, sobre as mudanças que querem experimentar. Vívian, por exemplo, volta a falar na falta de sinergia entre o *online* com o *offline*: “*eu não vi nada ainda, não vi mudança, porque não vi se eles podem levar isso para as ruas!*”. Tomás, por sua vez, percebe que as mudanças sociais importantes requerem tempo, mas acredita que o programa “*possa vir a fazer a diferença lá na frente*”. Finalmente, Rui, que reforça o seu desconhecimento sobre o que o U-Report faz com a opinião dos jovens, diz: “*nunca vi*

nada surtir.... Eu acho que o direcionamento (do programa) é meio fraco, porque não sei o que fazem com a minha opinião”.

Pouco mais de um ano depois, na segunda fase das entrevistas, os sete dos 13 jovens abordados via WhatsApp, foram novamente questionados se achavam que o U-Report conseguia, de algum modo, relacionar-se com a mudanças que queriam ver, e também em termos de conteúdo, aos formatos mediáticos e à linguagem utilizada. De forma geral, os jovens afirmaram sentir-se representados pelo U-Report nestes aspectos. À exceção de Rui, que decidiu sair do programa e argumentou não perceber o seu papel. Para o jovem

“falta uma definição do papel do U-Report. Se pretende ser um movimento de vanguarda ou um simples movimento de diálogo e conscientização (consciencialização), ou tudo isso junto.... falta deixar claro o que é que o U-Report pretende! Isso foi uma das coisas que me desanimou. Desde o início percebi o papel do U-Report como uma ferramenta de vanguarda e de advocacy que atua nos direitos dos jovens, mas eu senti que vi pouco disso acontecendo. Tipo, eles perguntavam: qual o assunto que vocês gostariam de ver na semana que vem? Eu achei isso muito pouco, mas eu sei que não sou muito o parâmetro.... Mas pensei, até que ponto isto estava a ser relevante pra as pessoas e pra mim”.

Uma jovem que se identifica e se sente representada pelo programa é Larissa, que destaca que o discurso é inclusivo para as populações marginalizadas.

“Acho que sim. Como eu conheci mesmo o U-Report num meio que me representa. Eu vi no Canal das Bee que eles estavam escutando os jovens LGBT. Aliás, estavam falando com os jovens negros também. E aí eles usaram a pesquisa do U-Report para falar que na escola ainda existia racismo e preconceito. Então estavam olhando para um grupo de jovens negros e LGBT que estavam tentando ser ouvidos”.

João é mais enfático sobre a linguagem que acha que é feita “por jovens e pra jovens”:

“João: *Eu me identifico muito. Primeiro que é a mesma linguagem que eu uso no meu dia a dia que eu uso com os meus amigos, né? Os posts, as tirinhas (quadrinhos), memes, os bordões, tudo parece que é feito por jovens e pra jovens. Ele fala diretamente comigo, numa linguagem que eu entendo.*

Entrevistadora: *E o que pensa sobre os temas?*

João: *Acho que as discussões são muito bem alinhadas. Teve o orgulho LGBT agora em Julho e tivemos conteúdo, teve a questão da saúde mental, ligada à juventude, temas da violência doméstica. Enfim, são muitos debates que estão alinhados com aquilo que a gente fala nas redes sociais, né? Com o que que está voltado para a cultura pop, jovem do Brasil e mundial, então acho que me representa muito”.*

6.4.4 Jovens: donos da própria história?

No primeiro capítulo da revisão de literatura defendeu-se o papel da CpDMS, no sentido de valorizar a diversidade cultural dos povos, e as singularidades dos indivíduos, as suas vozes, e assegurar oportunidades para o exercício da cidadania e da ação coletiva para as mudanças sociais que estes almejam (Dutta, 2015; Huesca, 2002; Manyozo, 2017; Waisbord, 2008). Os efeitos da comunicação do U-Report neste grupo de jovens, de entre as exceções já exploradas, parecem estar em linha com o papel de uma comunicação que

busca assegurar espaço para as vozes e motivar para a ação. O programa concretiza a sua intenção quando, por um lado, proporciona aos jovens um conteúdo informativo que motiva a reflexão crítica e a ação cívica (Brites, 2015; Dahlgren, 2009) e, por outro, quando tem a intenção de chamar a atenção dos políticos para as visões dos jovens, na vertente do *advocacy*, com as respetivas limitações já discutidas.

Os jovens percebem que o programa contribui para os empoderar, no sentido de os motivar para a ação, embora esse mesmo empoderamento esbarre, porém, na vontade política de quem, na opinião deles, pode de facto mudar, que são os seus representantes, como explicado no capítulo anterior. Ou seja, o poder que consideram ter é desproporcionalmente menor, face aos desafios que enfrentam para alcançar mudanças nas leis e nas políticas públicas, sendo que, a comunicação do U-Report não consegue fechar essa lacuna.

Linje Manyozo (2017, p. 6) propõe uma comunicação que habilite o indivíduo a ser “dono da sua própria história”, algo que requer consciência crítica, inclusão na arena política e autonomia como evidências de empoderamento, o que põe em evidência que os jovens entrevistados estão ainda a meio deste processo. Ao U-Report, portanto, parece faltar um nível mais abrangente de representação dos jovens na esfera pública, junto dos gestores, que promova os primeiros. Quando se relaciona o U-Report com o papel da CpDMS em apoiar a autonomia dos sujeitos, para “transformar a economia, a política e as relações sociais” (Manyozo, 2017, p. 81), o U-Report parece requerer formas mais personalizadas de comunicação, para que as vozes dos jovens possam ser não só ouvidas, como efetivamente levadas em conta. Esta personalização requer uma influência maior no panorama político e uma não neutralidade, sob pena de permanecer ineficaz no suporte à representação dos cidadãos (Thomas, 2014; Waisbord, 2008). Neste requisito em particular, o U-Report, como parte de um mecanismo institucional, parece assumir a neutralidade.

Oportunamente, relembra-se sobre o estudo em que se investiga o fomento da participação política, seguindo o uso de tecnologias a partir do exame do programa “Making All Voices Count” (Edwards et al, 2018; Herringshaw, 2018), que também opera no Brasil. Seguindo as conclusões desse estudo, e aplicando-o ao caso brasileiro, o U-Report poderá não ultrapassar a barreira da representação esperada pelos 13 jovens pois, “as tecnologias trabalham para aumentar sua capacidade de intervenção dos cidadãos nas políticas públicas apenas onde essa disposição de abertura e de resposta aos cidadãos já existe” (Edwards et al, 2018, p. 15). A partir das conclusões deste estudo, o

desafio que reside no Brasil, transcende a implementação de plataformas tecnológicas, para ampliar os níveis de compromisso da classe política, para conferir visibilidade à agenda dos jovens, numa comunicação que alcance as esferas políticas. Pelo contrário, os novos espaços de engajamento entre cidadãos mobilizados e atores estatais podem permanecer inócuos, e o papel da CpDMS aquém da pretensão de assegurar oportunidades de espaço, voz e poder aos donos da sua própria história.

6.5 A mobilização social como caminho para repensar a CpDMS

Este conjunto de resultados acarreta a opinião dos jovens, sobre o que pensam do programa, em termos de evolução. Para além do espectro do *advocacy*, de que outras formas o programa poderia contribuir para empoderar os jovens, e apoiar estas mudanças que eles desejam experienciar? O que pensam das estratégias de envolvimento do U-Report? O que gostariam de melhorar no programa quando pensam numa comunicação feita de acordo com as suas perspectivas?

6.5.1 Mobilizar e envolver jovens em outros espaços

Indagou-se a opinião dos jovens entrevistados, sobre como é que o programa pode facilitar o empoderamento, ainda na primeira fase das entrevistas. A primeira convergência aponta que o U-Report deveria ocupar outros espaços, reunindo os jovens presencialmente. Nos discursos, os entrevistados sugerem que o U-Report sirva de suporte às mobilizações sociais, não apenas para facilitar os mecanismos de representatividade, sobretudo para os que não podem ir para as ruas, como também para favorecer o contacto direto com os jovens, que podem e desejam participar mais em espaços presenciais. Vívian, Sílvia e Inácia, respectivamente, ilustram este conjunto de opiniões, quando questionadas sobre outras possíveis influências do programa nas mudanças sociais.

“Vívian: *Sim, se eles não ficam só no online, tipo se saem com as nossas opiniões para o offline, eu acredito que podem fazer. Eles pegam e levam para as ruas com eles junto com pessoas que podem ir para as ruas, mas se não fazem isso, não podem fazer muito.*

Entrevistadora: *Mas o U-Report te faz sentir empoderada de algum modo?*

Vívian: *Sim, o U-Report me faz sentir assim, porque parece que ele vai atrás das pessoas que não podem sair do online como eu já te disse. Você se sente confortável, eu acredito que o U-Report pode resolver, porque ele pode sair para o offline, na verdade o U-Report sai para o offline com a gente”. (Vívian, fase 1)*

“Sim, pode, mas o que falta no U-Report é trazer as pessoas para conversarem, é reunir os jovens de vez em quando, pessoas de outros estados. Pessoalmente a gente tem um contato mais direto, sabe que está acontecendo na sua tribo, na sua cidade, quais são as políticas precárias. E, a partir daí, criar um todo com mais representatividade de outros locais”. (Sílvia, fase 1)

“Eu acho que o U-Report falta muita essa questão do offline, que tem muito online, exceto nessa ocasião de vir conversar com você. Eu acho que falta fazer uma reunião com os U-Reporters(...) E aí tem pergunta que eu sei sobre, mas eu fico pensando.... e se a pessoa não soubesse sobre aquele assunto? Ela vai responder qualquer coisa...ou então ela não vai responder, certo?”. (Inácia, fase 1).

Similarmente à questão colocada sobre a internet corresponder, ou não, com as expectativas dos jovens, quando pensam em influenciar mudanças sociais, que foi analisada no capítulo anterior, questionou-se também, na primeira fase das entrevistas, se o U-Report tem correspondido, ou não, com as expectativas que possuem. Dos resultados, e quando comparada com internet, vista de forma geral, os “*U-Reporters*” foram mais otimistas com o papel do programa e, maioritariamente, disseram que *sim*, que o U-Report *os satisfaz ou que cumpre com o seu papel*, por representar um espaço, ou um meio para as suas vozes sejam ouvidas pelos seus representantes, e suscitar formas de participação.

Ainda assim, os jovens deixam algumas ressalvas importantes, quando foram questionados sobre o que sentem falta ou o que melhorariam no programa. A necessidade de transitar do *online* para o *offline*, e funcionar de forma híbrida (Postil, 2014), voltou a ser referenciada, em conjunto com a inclusão dos mais jovens, e também dos que não estão em nichos tão específicos, como os canais na internet que o U-Report tem buscado. Exemplos práticos, relativos às formas de expandir e de diversificar a sua forma de atuação *offline*, envolvem a presença nas escolas, os eventos de rua e em reuniões, envolvendo grupos de jovens.

Sobre isto, Vívian diz que *“aumentaria o número de pessoas e traria elas para as ruas para protestar. Eles (o U-Report) têm a faca e o queijo nas mãos, é só usar”*. Por sua vez, Filomena pensa que *“o U-Report poderia buscar também as universidades, fazer parcerias, uma troca”*. A jovem fala também de inclusão e alcance, para além de nichos específicos. *“O U-Report deveria estar perto de outros jovens que não o conhecem. Os meus amigos que conhecem são do mesmo contexto que eu vim, da Viração e tudo mais, acho que deveria sair destes espaços e explorar outros”*.

João vai além, ao sugerir a presença do U-Report em mobilizações sociais iniciadas nas redes:

“embora ela seja uma plataforma digital, ela poderia trabalhar em parceria com os outros meios, talvez o alcance fosse maior. O meio offline, por exemplo. Sei lá, se o U-Report estivesse no ato da Marielle (a ex-vereadora Marielle Franco assassinada no Rio de Janeiro em 2018) por exemplo. Uma banquinha (um stand) explicando, falando sobre a importância de o jovem dialogar, ou tipo uma convergência de mídias (médias)”.

Outros dois jovens, Rui e Fernando, respectivamente, reafirmam a ideia, discutida no capítulo anterior, da limitação de impacto de um programa *online* que incita à participação (Banaji, 2011; Banaji et al., 2017; Livingstone, 2007) e acrescentam ideias sobre como os jovens podem ser mais participativos no U-Report (Tuftte, 2017), como por exemplo: participar de encontros com os representantes no poder público, sendo, claro, mediados pelo programa, co-criar os inquéritos e, até mesmo, influenciar a gestão do programa junto com os profissionais.

“Acho que o U-Report me representa no que ele é, uma plataforma de consulta e de escuta. Faz uma escuta acolhedora. Gostaria de me sentir mais representado a partir de encontros como estes como estou tendo agora contigo. Conversas, só que transmitidas com interações online. Eu fico me perguntando como nós podemos nos engajar mais, onde e quando. Acho que o U-Report deveria deixar estes próximos passos pra nós, tipo o que a gente faz com a informação? O que é que eu faço?”. (Rui, fase 1)

“Deveria trabalhar em sinergia com o poder público e reunir os jovens e o poder público presencialmente. Também acho que o jovem deveria criar os inquéritos que saem ali. Os temas têm que ser definidos por jovens, esse protagonismo, mas a gestão pode ser dos adultos com os jovens”. (Fernando, fase 1)

6.5.2 Mobilização social e institucionalização da participação

Como foi anteriormente observado, fica explícito para os jovens que o U-Report deveria também ocupar espaços presenciais, alcançar outros jovens fora dos tradicionais nichos, e incluí-los na criação de conteúdo e também no processo decisório. Como parte da metodologia de triangulação de dados, as profissionais que estão à frente do U-Report foram ouvidas nas duas fases das entrevistas, realizadas na mesma altura que as dos restantes jovens, em maio de 2018 e julho de 2019. Foram questionadas sobre as ações em curso, no âmbito do programa, que vão ao encontro das sugestões dos jovens.

Mais especificamente, durante a segunda fase, as duas profissionais entrevistadas, Talita e Gláucia, referiram que o U-Report tem avançado com uma estratégia de mobilização social de jovens de natureza híbrida, *online/offline*, em que os jovens “*U-Reporters*” são convidados a mobilizar os seus pares em ações específicas. Um exemplo disto foi a parceria com o movimento de escoteiros, que organizaram grupos e fizeram uma competição entre jovens, para angariar opiniões sobre que tipo de ofertas de serviços públicos deveriam estar à disposição deles, numa praça no Estado do Maranhão. Um outro exemplo, advém de uma nova vertente criada pelo U-Report, nomeada “*On the Move*”, na região da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, durante a crise político-económica que este segundo país atravessa. Segundo Gláucia, esta vertente “*deseja mobilizar jovens*

venezuelanos para perceberem melhor suas necessidades no Brasil quando ultrapassam a fronteira”.

No que diz respeito à inclusão e ao alcance de jovens em situação de risco no programa, os Núcleos de Cidadania dos Adolescentes (NUCAS), descritos no quarto capítulo, estão a facilitar o ingresso de milhares de novos “U-Reporters”, advindos das regiões do semiárido Nordeste e da Amazônia, e incentivado a mobilização social entre pares, através de do que chamam de “desafios”⁷². Contudo, tanto Gláucia, quanto Talita, reconhecem que há limitações importantes a ser consideradas acerca da inclusão de novos jovens. Gláucia alertou para o que chama de “*desafios institucionais do programa que são necessários driblar*”. Relembra-se o trecho do seu discurso, transcrito no primeiro capítulo sobre “*o desafio do U-Report de trazer os jovens que estão em formatos mais informais de participação política e que uma instituição como o UNICEF não consegue chegar ou acionar, facilmente*”.

Para além do mais, alguns outros desafios de alcance do U-Report entre os jovens, foram igualmente expostos durante a segunda fase de entrevistas com estas profissionais. Um deles, frisado por Talita, é que o U-Report compete com outras plataformas digitais e “*há um bombardeio de informações de relevância do conteúdo para adolescentes de forma que temos que nos manter interessantes*”.

Relativamente à participação direta dos jovens, como os conselhos que tinham sido instituídos no passado, Gláucia admite que esta “*é uma estratégia com prazo limitado, com o tempo é difícil sustentar*” e de que preferem fazer “*consultas ad hoc com os jovens*”. Em compensação, a linha de atuação do U-Report tem sido de “*dar visibilidade à figura do mobilizador social e mostrar o que os jovens estão fazendo*”. Um exemplo seria, como referido “*motivar os jovens a participar dos espaços se tomada de decisão para temas importantes para eles, como, por exemplo, a saúde mental, nas escolas*”⁷³.

Problematizado esta limitação sobre a lente da literatura visitada no primeiro capítulo, as limitações institucionais descritas pelas profissionais parecem encontrar eco nas ideias de Waisbord (2008) e de Enghel (2015), sobre o caráter centralizado das intervenções em CpDMS, que atribuem um poder de intervenção limitado aos cidadãos, reforçando, assim, o caráter pouco participativo destes nas mesmas intervenções. Perante os desafios

⁷² Mobilização de jovens via jogos e competições. Disponível em <http://www.selounicef.org.br/tags/nucas>

⁷³ O UNICEF lançou o Guia do(a) Mobilizador(a) de adolescentes e jovens, associado ao U-Report e direcionado aos mobilizadores de adolescentes e jovens dos municípios participantes da Edição 2017-2020 do Selo UNICEF, com o objetivo de orientar os municípios sobre como promover a participação cidadã de adolescentes nas políticas públicas que lhes dizem respeito (Volpi, 2020).

expostos pelo programa, e a reclamação dos cidadãos jovens por mais participação nos conteúdos e na gestão, qual seria o lugar da mediação institucional nos processos mais participativos e liderados por jovens?

6.5.3 Mobilizações sociais mais ou menos mediadas?

Evocando a questão levantada no subtema anterior, o primeiro ponto que merece ser destacado dos resultados anteriormente descritos, é a sugestão dos jovens em haver mediações do U-Report em dinâmicas de mobilizações sociais, já que percebem o potencial do U-Report para favorecer as mobilizações sociais, que podem ter início nas redes, e ganhar força nos espaços públicos (Babo, 2018). Os jovens admitem que estas mobilizações podem emergir, tanto dos temas que o U-Report cria, e que são pertinentes para as suas agendas, como dos temas a que o programa se pode aliar, oportunamente, como exemplificado pelo jovem João, referindo-se ao ato em homenagem a Marielle Franco⁷⁴. Neste caso, é uma forma de explorar outros espaços públicos discursivos para a consciencialização e para a ação coletiva (Babo, 2018).

O segundo ponto que merece destaque é o que marca os discursos das duas profissionais, Talita e Gláucia, na segunda fase das entrevistas: os exemplos recentes de envolvimento dos jovens em formas de mobilização social facilitada institucionalmente (Bennett & Segerberg, 2012). Neste caso, pelo UNICEF, em cooperação com os governos locais.

O apelo dos jovens por este tipo de mediação estratégica de processos deliberativos com o poder público, que as profissionais do U-Report ilustraram com o exemplo da relação com o Governo do Maranhão sobre a praça pública⁷⁵, ressoa com a segunda vertente da tipologia de Bennett e Segerberg (2012), que se refere às ações conectadas, facilitadas por redes organizacionais (*“Connective action Organizationally Enabled Networks”*). Assumindo este papel, o U-Report continuaria a dar início a ações através da plataforma tecnológica, que poderiam ter como sequência novas ações presenciais. Um outro exemplo da aplicação desta tipologia seriam os “desafios”, referidos por Gláucia, sobre os jogos e competições, mobilizando os jovens para causas específicas. Neste sentido, os comentários dos jovens, de que o U-Report *deve sair para o offline*, parece

⁷⁴ Marielle Franco, ex-Vereadora da Cidade do Rio de Janeiro, foi executada a tiro no dia 14 de março de 2018. A impunidade do seu assassinato engendrou uma série de protestos em cidades brasileiras (Machado, 2018).

⁷⁵ O U-Report intermediou a relação entre os jovens de São Luís do Maranhão e as autoridades públicas para a revitalização da praça (Governo escuta adolescentes em projeto sobre revitalização do Viva Cidade Operária – Maranhão, 2019).

advir da crítica feita de que *o digital, por si, não muda nada sozinho*, como já foi mencionado.

Mais ainda, a solicitação dos jovens por formas de mobilização social híbridas, que o U-Report possa vir a concretizar, estão em concordância com as organizações que representam o interesse da sociedade civil em ampliar o espaço público, quer para a comunicação, quer para a ação coletiva (Tufte, 2017; Waisbord, 2008). Partindo deste pressuposto, qual o papel da comunicação, feita institucionalmente, que tenha em conta a “perspectiva do cidadão” (Tufte, 2017, p. 170) como ponto de partida?

6.5.4 A comunicação institucional e a perspectiva do cidadão

Relembra-se a problemática que motivou este trabalho, abordada no primeiro capítulo: a crise da CpDMS. Esta parte do princípio de que, embora os meios digitais possibilitem o acesso e a pluralidade de vozes, “há cada vez menos espaço para agência e deliberação dos indivíduos” (Tufte, 2017, p. 167). O que se reflete numa redução das experiências comunicativas dos cidadãos, junto dos seus representantes.

Em sentido inverso, a proposta de Tufte (2017, p. 170), quando fala de uma comunicação que esteja na “perspectiva do cidadão”, tem como ponto de partida um novo pensamento social, com foco no cidadão, que reconhece o poder de ação do indivíduo, no coletivo e na sua capacidade de agência, por oposição aos paradigmas do desenvolvimento que fundamentaram, tanto a teoria, quanto as práticas da CpDMS.

À luz desta perspectiva, analisam-se as experiências dos jovens com o U-Report, ponderando aspectos, como a participação e a representatividade – no sentido de se sentirem representados pelos conteúdos –, bem como as formas de articulação entre os jovens e os seus representantes.

Sobre a participação, e quando comparado com a internet, de forma geral, os jovens veem no U-Report, possibilidades de inclusão e de consideração das suas vozes e opiniões, no debate público, e em matérias do seu interesse. Consideram também que o programa estimula e valoriza a reflexão crítica, produz dados confiáveis, promove competências para lidar com os meios, e também potenciais formas de ação cívica intra e extra-meios. Quanto à representatividade, os “*U-Reporters*” reconhecem que a comunicação feita pelo programa os representa, que *fala a língua deles*, que os informa, que os envolve, e que os entretém. Sentem ainda que o programa consegue alcançar as populações marginalizadas, em particular os LGBT e os afrodescendentes, potenciando espaços seguros, com os quais se identificam e onde se expressam. Ao contrário da análise

que fazem da internet, os “*U-Reporters*” não relacionam as formas de desconforto nas suas experiências com o programa, com factos relacionados com a vigilância e a hostilidade, referidos quando relataram a experiência de uso da internet. Factos esses que demonstram a vocação do programa para representar jovens advindos de realidades socioculturais distintas, manifestada pela opinião deste grupo de entrevistados heterogêneo. Segundo estes pontos de vista, o programa utiliza uma comunicação que engloba os valores dos jovens, e que está centrada na cultura. Os principais elementos que a compõem, fundamentam-se em princípios de inclusão das comunidades consideradas subalternas, e por pressupostos de escuta e de participação, muito próximos da abordagem *culture centered communication*, proposta por Dutta (2015). Verifica-se, igualmente, uma relação entre as experiências dos jovens com o U-Report e a ideia de “Epistemologias do Sul”, de Sousa Santos e Meneses (2010), em que se privilegiam os contextos locais, assim como as abordagens que assumem o conhecimento como forma de emancipação, e não como mera difusão de informação.

Há, contudo, na representatividade da comunicação, evidências contraditórias. O U-Report é operacionalizado por um *bot*, ou robô, que cria a ideia de interação de uma conversa, ou *chat*, e lança inquéritos, pré-determinados e de escolha múltipla, concebidos por profissionais do programa U-Report, e não por jovens, cujos resultados são analisados e reunidos. Levantam-se então duas questões, a primeira tem que ver com o facto de o projeto não ser feito por jovens, por muito que se consiga representá-los. Os conselhos com participação dos jovens, que outrora serviram para motivar a elaboração de conteúdo, dispersaram-se, e não se tornaram viáveis como alternativas de auscultação. Mais ainda, não foi cogitado, durante os diálogos com os profissionais, um processo de cogestão com os jovens. A segunda questão está relacionada com o facto de a comunicação com o *bot* não ser essencialmente dialógica, os jovens não recebem *feedback* sobre os seus pedidos, exceto os resultados dos inquéritos. Passa-se, a seguir, a discutir estas questões, na lógica de uma comunicação feita na “perspectiva do cidadão” (Tufte, 2017, p. 170).

Quanto à primeira questão, não sendo o programa feito por jovens, ou não os envolvendo no processo decisório, a contradição reside no facto de o U-Report, nas suas interações, buscar formas de participação, em linha com o seu *slogan* “*aqui a sua voz que tem poder*”, e de supostos espaços “reclamados”, em processos que surgem nos fluxos de base-topo, por cidadãos com intervenções diretas. Na prática, porém, percebe-se que o programa permanece num estágio de espaços “convidados”, que caracterizam uma participação e um poder decisório dos cidadãos em intervenções comunicativas em suas

agendas, bastante limitados. O U-Report parece confirmar a contradição da CpDMS analisada no caso do UNICEF por Tufte (2017), que sublinha as limitações da organização em utilizar a força das mobilizações sociais que ganharam intensidade nos últimos anos, em que os cidadãos constituem as suas agendas, reclamam por espaços e deliberam. A ideia de inclusão, a partir da criação de uma arena pública plural é, portanto, incompleta na sua génese, quando, não só não traz o jovem para dentro do processo, como não cocria uma comunicação com o jovem.

Quanto à segunda questão – a comunicação não ser de dialógica e de ter inquéritos com respostas pré-determinadas –, durante a primeira fase das entrevistas, a profissional Talita considerou este processo operacional da plataforma RapidPro, como algo que faz parte da “*curva de aprendizado dos jovens para saber utilizar a plataforma*”. Do lado dos jovens, evidencia-se a restrição do processo, como confirmam Rui: “*e se eu não escolher nenhuma daquelas opções?*”, e Inácia: “*e se o jovem não souber o que responder, ou responder qualquer coisa?*”. Portanto, este processo comunicacional pré-determinado, com excesso de objetividade institucional, pode, por vezes, constranger a riqueza do discurso dos participantes e, mais ainda, limitar a interatividade e os processos dialógicos (Tufte, 2017). Na verdade, alguns jovens percebem a constrição da objetividade na abordagem *online*, quando referem o contraponto que falta ao U-Report, os encontros presenciais de discussão com outros jovens.

Ainda neste quesito da representatividade, verifica-se, também, uma tendência de o programa segmentar os públicos, enviando inquéritos específicos, para grupos específicos. Com isto, o U-Report pretende ampliar a sua capacidade, e eficácia, de se comunicar com públicos distintos, mas também de “*atrair e reter cada vez mais jovens em suas bases de dados*”, como registou por Talita, na segunda fase das entrevistas. Invoca-se novamente Tufte (2017, p. 170), que lembra que não basta apenas “comunicar o conteúdo certo ao público certo”, porque os problemas comunicados são mais do que problemas de natureza informativa, “são problemas mais complexos na seara da justiça social que demandam mais visibilidade e diálogo entre todas as partes para serem resolvidos” (Tufte 2017, p. 174). Neste caso específico, as partes são os jovens e o poder público, em que o papel do U-Report é de os articular entre si na esfera pública discursiva, e ajudar a que as suas vozes sejam fortes na agenda pública dos decisores, no sentido de serem considerados como prioridade, algo que os jovens esperam, mas desconhecem o *que fazem com as suas vozes*.

É sobretudo nestas questões, que compreendem uma participação que Tufte (2017, p. 171) chama de “radical”, e mecanismos de representação, com aproximação entre o poder instituído e o contrapoder, num contexto político em que o próprio jovem sente como hostis e adversas as suas necessidades no Brasil, que residem limitações importantes do U-Report. Os resultados obtidos indiciam que o U-Report parece ser mediado institucionalmente em demasia, e que não conecta as duas instâncias de poder: os jovens e os seus representantes. Esta limitação, de entre outros fatores examinados neste capítulo, deve-se também ao espaço de intervenção limitado, que é concedido ao jovem, através dos inquéritos, de modo a que estes não percebem como é que as suas opiniões, ou vozes, podem ligadas às mudanças sociais, naquele espaço. Soma-se a isto, a descrença e a desconfiança que os jovens demonstraram no potencial do programa nesta direção. O que está em consonância com a opinião que têm sobre o potencial da internet, vista de forma geral, relacionado com estas mesmas mudanças, que são inconsistentes, fragmentadas e inconclusas (Babo, 2018).

Em suma, a problemática deste trabalho sobre a CpDMS, refletida na contradição entre a abundância da oferta de novos espaços tecnológicos, e a carência de envolvimento efetivo entre os cidadãos e os seus representantes, persiste para estes jovens. De tal forma que, para eles, ter mais espaço e mais voz, não significa, necessariamente, ter mais poder na arena política sobre as decisões que os afetam. Responde-se, assim, à terceira questão de investigação sobre a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia de CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que experienciam este programa.

No próximo capítulo discutem-se possíveis novos usos da CpDMS na perspectiva do cidadão jovem, à luz dos desafios levantados neste capítulo, e no anterior, que levam em conta duas vertentes: as dinâmicas participativas dos jovens, e as suas percepções sobre mudança social, e o contexto em que ambas decorrem.

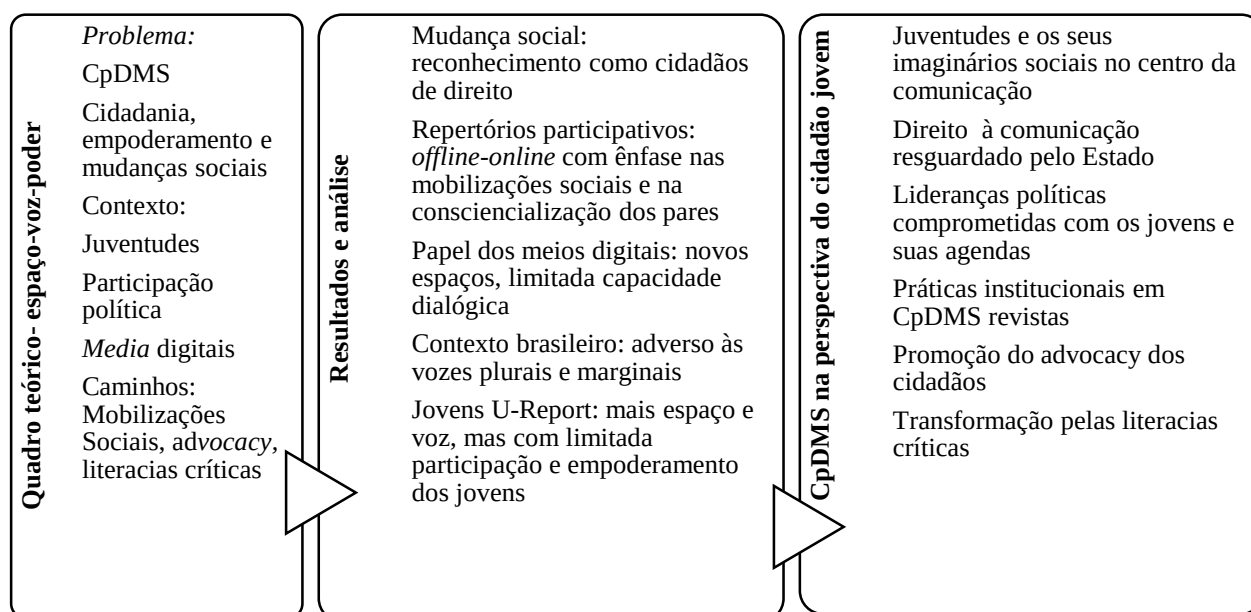
Capítulo 7: A comunicação na perspectiva do cidadão jovem

Recorda-se que o foco deste trabalho está em perceber e refletir sobre as dinâmicas participativas de um grupo de jovens brasileiros, o contexto em que as mesmas se estabelecem, e os seus possíveis desdobramentos para a CpDMS, no Brasil, em contextos similares. Pretende-se sustentar os argumentos sobre uma comunicação na perspectiva do cidadão jovem, como se defende aqui. Apontando este objetivo, no presente capítulo faz-se uma reflexão sobre como considerar os jovens, como ponto de partida e de chegada, na CpDMS, a partir de seis princípios: i) considerar as *juventudes* e os seus imaginários sociais; ii) garantir o direito à comunicação dos cidadãos; iii) comprometer os políticos para ouvirem os jovens; iv) rever as práticas institucionais e as suas relações com os cidadãos; v) promover o *advocacy* dos cidadãos; e vi) transformar a sociedade pelas literacias críticas.

Estes seis princípios emergem das contribuições do quadro teórico, presente nos capítulos 1, 2 e 3, em combinação com os resultados, e a análise, trabalhados nos capítulos 5 e 6, considerando os processos metodológicos previamente descritos. Na figura abaixo, resume-se o racional por detrás dos seis princípios, e, de seguida, recorda-se o problema de partida, e alguns pontos da análise que substanciam estes princípios.

Neste capítulo final procura-se, também, responder à quarta, e última, questão de investigação proposta neste trabalho: *de que forma(s) a participação política dos jovens pode(m) ser um incremento da CpDMS?* Por fim, encerra-se o capítulo com uma reflexão sobre as limitações da aplicação desta proposta no Brasil, que também pode ser aplicada em contextos similares.

Figura 3: O racional dos seis princípios da CpDMS na perspectiva do cidadão jovem



Recorde-se o problema de partida que motiva este trabalho, expresso na falta de representação dos cidadãos, relacionada com a contradição entre as inúmeras oportunidades que o desenvolvimento dos novos *media* proporcionam, *versus* o encolhimento do espaço crítico, a diminuta participação dos cidadãos no debate público, que reforçam as suas visões e demandas (Tufte, 2017). É de relembrar também que, no âmbito institucional, a crise da CpDMS, e de representação dos cidadãos, advém dos modelos de desenvolvimento que não funcionaram (Dutta, 2015; Huesca, 2001; Thomas, 2014). O que decorreu, tanto por confluências semânticas de termos engendrados por lutas dos cidadãos que a lógica neoliberal deturpou e enfraqueceu (Dagnino, 2010; P. A. Leal, 2007), quanto por epistemologias pós-coloniais dissociadas do contexto dos cidadãos, em países em desenvolvimento (Sousa Santos & Meneses, 2010), que mantiveram os cidadãos à margem dos processos decisórios que impactam as suas vidas (Manyozo, 2017; Waisbord, 2019).

Em linha com estes argumentos, relembram-se também cinco pontos da análise, que se situam na base destes seis princípios. O primeiro ponto ressaltou que o reconhecimento social dos jovens, como cidadãos de direitos, está na essência da noção de mudança social que desejam ver e experienciar. O segundo retratou a vastidão dos seus repertórios participativos, *online/offline*, e a vontade de consciencializarem, com informação de

qualidade, os seus pares, alunos, familiares e até desconhecidos. O terceiro salientou a percepção de distância dialógica entre os jovens e os seus representantes, na esfera política – Vereadores, Governadores, Deputados, etc... –, que o digital não é capaz de colmatar. O que se confirmou, inicialmente, com o exame do contexto nacional, bastante adverso à concretização dos direitos dos jovens e, de forma ainda mais incisiva, através dos discursos dos próprios entrevistados, discutidos à luz do quadro teórico que considerou, transversalmente, o trinómio *espaço-voz-poder*. O quarto ponto da análise evidenciou a limitação do digital, como mecanismo de deliberação política. Mais ainda, as experiências com os jovens entrevistados com o programa U-Report, demonstraram que a vaga participação direta dos jovens, assim como o excesso de mediação institucional do *advocacy*, se, por um lado, favorece a visibilidade das agendas dos jovens, por outro, não permite um diálogo direto entre estes e os seus representantes. Aliás, muitos dos jovens entrevistados referiram a impossibilidade de dialogar também com os seus pares pela net. O quinto ponto ressaltou a parca atuação do U-Report em espaços presenciais de participação, o que contribui para reduzir ainda mais as possibilidades de articulação social entre os jovens e os seus pares, entendida como condição necessária para fortalecer os repertórios de mobilização social, na direção das mudanças sociais que desejam vivenciar.

Estes pontos constituem a essência da conceptualização da comunicação na perspectiva do cidadão jovem, que se defende aqui. Em resposta ao problema, *esta comunicação significa tê-los no cerne de um processo comunicacional, bem diferente de apenas serem convidados para ocupar novos espaços, sejam estes mediáticos, ou presenciais*. Igualmente, esta comunicação implica *considerar as suas próprias lógicas participativas e, em segundo lugar, refletir acerca das condições estruturais que afetam o exercício participativo, especificamente no caso brasileiro, que se está a analisar*. Considerando estes pontos de vista, define-se o principal objetivo desta abordagem, e os seus seis princípios: *pretende-se que sejam os próprios jovens a liderar estes processos comunicacionais, não mais pensados numa lógica para eles, mas sim com eles*. Ou como refere Huesca (2001, p. 249) “incorporando a característica de refluxo e fluxo de ação dos contextos desinstitucionalizados na teoria e na prática do desenvolvimento para alterar o design da comunicação”.

7.1 Princípios da comunicação na perspectiva do cidadão jovem

7.1.1 Considerar as *juventudes* e os seus imaginários sociais

Começa-se por determinar o que significa levar em consideração a perspectiva do cidadão jovem, inspirada, fundamentalmente, na noção de imaginários sociais, *trabalhada* por Thomas Tufte, a partir do filósofo Canadano Charles Taylor. Na sua abordagem sobre a comunicação na perspectiva dos cidadãos, Tufte (2017, p. 178) refere que Taylor (2004, citado em Tufte, 2017) compreende os imaginários sociais como “as formas como as pessoas imaginam a sua existência social, como se relacionam com as outras, que expetativas normalmente são atendidas e quais são as noções e imagens normativas mais profundas subjacentes a essas expetativas”. Partindo desta premissa, Tufte (2017) argumenta que, sem considerar os imaginários sociais dos indivíduos, não haverá espaços de diálogos plenos e, por conseguinte, não haverá oportunidade para os processos de comunicação radicalmente participativos, que sejam liderados pelos cidadãos, em que estes possam exercer os seus direitos, capacidades e oportunidades de formular e articular uma comunicação para a mudança social.

Quando aplicado a este trabalho, que se circunscreve à conjuntura brasileira, considerar os imaginários sociais dos jovens implica dedicar-se a conhecer quem são estes sujeitos tão plurais, a partir das suas formas de participar, as suas necessidades, motivações e as barreiras sociais que os impedem de participar politicamente no país.

Mas, o que significa considerar a pluralidade dos jovens e os seus imaginários? A noção de *juventudes*, amplamente descrita no segundo capítulo deste trabalho (Abramo, 2016; Abramo & Branco, 2005; Dayrell, 2005), é a mais apropriada para compreender os jovens, a partir das suas percepções singulares de realidade, e as suas expressões participativas nos seus contextos distintos. Neste sentido, as *juventudes* mesclam-se, muito bem, com o sentido de imaginários sociais, para delinear uma comunicação na perspectiva do cidadão jovem. De facto, o ponto de partida para esta perspectiva foi a constatação das diferenças entre os 13 jovens que participaram deste trabalho, em conjunto com a revisão da literatura sobre o que significa participar politicamente, em que se destacou a multiplicidade das suas visões e práticas.

Cabe agora ressaltar o contraponto entre os achados empíricos e o enquadramento literário, que reforça a noção de *juventudes*, lembrando o que já foi problematizado no quarto capítulo, destinado às metodologias, acerca dos jovens entrevistados. Estes 13

jovens utilizadores do U-Report, destacam-se da vasta maioria dos jovens brasileiros, pois todos têm, ainda que uns, bem mais que os outros, acesso aos serviços considerados essenciais, como alimentação adequada, educação, saúde, moradia, e acesso à internet. Mais ainda, estes jovens demonstram ter uma notável consciência da realidade social, na qual estão inseridos, do poder concentrado *versus* as limitações à participação, e conhecimento das estratégias mediáticas, como são os algoritmos e as *fake news*. Por fim, revelam ainda uma elevada consciência da importância de se engajar em causas sociais, que se refletem nos seus repertórios participativos.

Segundo Abramo e Branco (2005), o acesso aos serviços essenciais, descritos acima, contribui para que os jovens sejam mais escolarizados, bem informados, tenham uma consciência crítica maior, e exerçam formas de atuação social, nos seus próprios contextos. De forma complementar, o facto de serem utilizadores engajados do U-Report, poderia favorecer tais efeitos (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020), tendo em vista que o U-Report procura contribuir para fomentar o pensamento crítico, a educação informal e o incentivo à participação política (U-Report, s.d.). Por contraste com uma condição distinta dos seus pares brasileiros, no que diz respeito ao acesso aos serviços essenciais, a excessiva exposição à violência e as constrições à participação, enfatizadas no segundo capítulo, acerca dos riscos e o mau-estar que os jovens têm enfrentado.

Tendo em apreciação estas disparidades é que se consideram as *juventudes* e os imaginários sociais dos jovens. Contudo, nesta dupla consideração, relembra-se o ponto de convergência, entre o grupo dos 13 jovens, e do panorama geral, que emergiu da revisão literária: *as aspirações dos jovens brasileiros para um reconhecimento social como cidadãos de direitos*. Na prática, é o que entendem como mudança social: algo que se consolida através da melhoria de acesso aos serviços prioritários de saúde, educação, e segurança, mais oportunidades de expressão, de opinião e das suas potencialidades, que lhes assegurem melhores condições de trabalho, e uma vida mais promissora. Aplicando a noção de imaginários sociais de Taylor (2004, citado em Tufte, 2017), é desta forma que estes jovens imaginam a sua existência social: sendo reconhecidos como cidadãos.

No caso dos 13 entrevistados, a maioria participa em suas comunidades: são voluntários, militantes, ativistas, reúnem-se com frequência com os seus amigos para discutir política. Lidam, também, com as barreiras socialmente impostas – como o preconceito, a hostilidade, a carência de recursos financeiros, a falta de segurança pública e um contexto político adverso –, a partir da apropriação do conhecimento das suas realidades. Desta apropriação, advém uma motivação fundamental, quando pensam em

transformar as suas realidades, assim como a partilha do conhecimento que adquirem. Nos seus imaginários sociais, a maior parte dos 13 jovens assume-se como agentes da mudança, quando são capazes de influenciar outros cidadãos. Não se conectam apenas às redes digitais, ainda que sejam utilizadores ativos, ligam-se, uns com os outros, às outras redes sociais, e fazem-no através processos educativos não formais, e de consciencialização crítica, em linha com o pensamento de Paulo Freire (Ayres & Krohling Peruzzo, 2020). É, sobretudo pela consciencialização dos pares, dentro e fora do digital, que este grupo participa politicamente. Por outras palavras, é pela voz, e pela exploração de espaços distintos, que sentem que têm algum poder face às circunstâncias, cada vez mais adversas, que enfrentam.

Em suma, considerar as *juventudes* e os seus imaginários sociais, nesta abordagem comunicativa, deve partir do princípio de que os lugares de representação para o reconhecimento da cidadania, devem ser definidos e ocupados pelos próprios jovens. Consubstanciando este princípio, o professor Robert Huesca lembra que, quando se observam os movimentos sociais, não basta mais adentrar o universo dos cidadãos, como um agente externo, para perceber as suas necessidades, emoções e motivações, e oferecer-lhes respostas, “é fundamental compreender e apropriar-se dos processos de formação de identidades em ação coletiva” (Huesca, 2001, p. 430).

Com base nisto, há dois aspectos que podem informar a comunicação na perspectiva dos jovens. O primeiro é ter os próprios jovens à frente deste processo, e não apenas por quem os entende. Neste caso, sugere-se que o papel das instituições ligadas aos direitos dos jovens, deve ser o de garantir que estes elevem as suas vozes, não vociferar por eles. Igualmente, enfatiza-se que, ao estabelecer condições que reforcem as vozes dos jovens, a exemplo da criação de espaços e plataformas de projeção destas vozes, devem ser cocriadas com os próprios jovens. E, extrapolando para além do grupo de entrevistados, o segundo aspecto diz respeito aos espaços e que estes devem integrar as populações mais vulneráveis e marginalizadas no Brasil que, de outra forma não teriam acesso aos meios de expressão.

Nos tópicos a seguir, reflete-se sobre algumas condições estruturais do contexto brasileiro e as suas implicações na CpDMS.

7.1.2 Garantir o direito à comunicação dos cidadãos

Como abordado no primeiro capítulo, a comunicação é, reconhecidamente, um direito humano fundamental, que se relaciona com a democratização e intercâmbio da

informação, e com a pluralidade de vozes (International Commission for the Study of Communication Problems, MacBride, S., & UNESCO, 1980). De facto, o direito dos cidadãos à comunicação, passa por ter liberdade, e igualdade, no acesso à informação e capacidade de transmitir visões de mundo. É, portanto, algo multifacetado, que engloba, tanto as dimensões mediáticas do *cyberespaço*, como as práticas presenciais no âmbito da comunidade, que se mobilizam para ampliar a cidadania (Peruzzo, 2014). Relembra-se ainda que, o direito dos cidadãos à comunicação, “transcende os meios e as mensagens, e vai além de transmitir e receber” aos cidadãos, tomando parte em processos de produção, planeamento e gestão da comunicação que entendem que os representa (Peruzzo, 2014, p. 178).

Levando em consideração que o Brasil ainda esbarra em desafios regulatórios, que impedem a maioria dos cidadãos do usufruto deste direito universal (Vannuchi, 2018), constata-se que o Estado brasileiro avançou pouco nestas matérias, e que ainda funciona sob um forte regime de oligopólio nos *media*, que estão fortemente ligados aos grupos económicos, políticos e religiosos (Demarchi & Kerbauy, 2017; Vannuchi, 2018). O que se reflete nas discrepâncias regionais de acesso à informação (Barros & Goulart, 2016), impossibilitam a pluralidade de vozes, a presença de contrapoderes na arena pública, e faz com que os meios sejam cada vez menos confiáveis, ou vistos como insuficientes, pelos próprios cidadãos, para a participação (Vannuchi, 2018), evidente na situação de grupos minoritários, como os das mulheres negras e os LGBT, havendo uma resistência hegemónica a estes tenham as suas narrativas largamente difundidas (Ribeiro, 2017).

À luz desta realidade, e como discutido nos capítulos 5 e 6, compreende-se o descrédito dos jovens na fiabilidade da televisão e, sobretudo, da própria internet como meio informativo, constantemente relacionada com as *fake news*. Notou-se, de igual forma, entre alguns jovens, que, a privação no acesso à internet de qualidade, é responsável por manter os seus pares à parte das decisões que os afetam, sendo considerada uma das barreiras às mudanças sociais, em conjunto com a burocracia, e a falta de vontade política. Adicionalmente, os jovens criticaram a vigilância, ou influência dos algoritmos, e a falta de segurança para a liberdade de opinião sem hostilidades, nos espaços digitais. Todas estas críticas, encontradas nos discursos, reforçam as clivagens de natureza comunicacional e de representação, problematizadas neste trabalho, que marcam o distanciamento do exercício do direito à comunicação, e apontam as causas destes fenómenos para a economia política dos *media*, como já se defendeu no segundo capítulo.

Uma proposta de *comunicação na perspectiva do cidadão jovem*, não se pode concretizar sem o envolvimento, e ação contínua, do poder público, para regular o setor privado, na condição de providenciadores de meios que favorecem os espaços de expressão para os jovens, sobretudo os de menor poder aquisitivo, oriundos de grupos étnicos desfavorecidos, como os negros e os indígenas, ou ainda os de orientação sexual LGBT, bem como os jovens periféricos. Pois, como já foi discutido, por si só, os jovens não estão em condições de atuar sobre os efeitos da economia política dos *media* (Buckingham, 2019). Da mesma forma, não é possível conceber que ONG, ou entidades que defendam os direitos dos jovens, sejam capazes de mediar estratégias de CpDMS bem-sucedidas, se tais barreiras, que criam insegurança e ceticismo, quanto ao uso da internet para fins de cidadania, não forem ultrapassadas (Unwin, 2009). Visto que as estratégias institucionais de desenvolvimento, que envolvem as tecnologias de informação e comunicação, são parte inerente de um sistema mais abrangente (Unwin, 2009), o capitalismo digital requer soluções engendradas por instituições públicas e privadas, e não apenas do lado de quem consome os *media* (Morozov, 2011a).

O U-Report serviu como um caso para ilustrar este argumento, pois, ainda que se tivesse destacado como meio de promoção de espaço e voz, quando comparado com a internet, vista de forma geral, pelos jovens, o programa não alcança as suas expectativas de apoiar as mudanças sociais, conforme as limitações já discutidas nos dois capítulos anteriores.

Em linha com a proposta de comunicação defendida neste trabalho, o papel do governo é prover mecanismos regulatórios competentes que protejam os cidadãos, em detrimento da concessão de privilégios às organizações privadas estabelecidas neste setor. Na prática, o marco regulatório ligado às concessões de exploração de serviços de difusão, e à instalação de infraestruturas de internet, e a sua normatização, necessitam ser revistos, para assegurar que todos os jovens, em especial, os grupos mais vulneráveis, exerçam o seu direito à comunicação, para que, além de consumidores, tenham também a capacidade de participar e de influenciar as decisões (Peruzzo, 2014; Vannuchi, 2018).

Para o efeito, os grupos de jovens ativistas podem, e devem, liderar estes debates presenciais, e *online*, com o poder público, pensar numa política mediática, de acordo com as suas próprias perspectivas e, em linha com o direito à comunicação, que todos os jovens tenham meios genuínos para participar.

7.1.3 Comprometer os políticos a ouvir os jovens

As percepções dos jovens entrevistados, em conjunto com o contexto brasileiro, examinado no segundo capítulo, apontam para um fraco compromisso da classe política em assegurar os direitos básicos da juventude (Abramo, 2016; Abramo & Branco, 2005). Mais especificamente, os jovens percebem que a falta de compromisso começa com a falha dos seus representantes escutá-los atentamente. Mais ainda, os jovens que advêm de extratos sociais marginalizados – a exemplo dos negros, LGBT e periféricos –, percebem que não ocupam um lugar, enquanto cidadãos, no país e de que a situação piorou após a tomada de posse do governo eleito em 2018, a ponto de temerem pela própria segurança. Para muitos destes jovens, o não comprometimento da classe política com as suas demandas, é uma decisão voluntária dos próprios políticos, quando os mesmos referem que “*os políticos não ligam para eles*”. Um dado que repercute estes discursos, anotado no segundo capítulo, foi a aprovação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que garantiu a continuidade de cerca de 700 conselhos vinculados à administração pública, direta e indireta. Estes conselhos da sociedade civil são formados por populações marginalizadas que, no Brasil, representam a sua vasta maioria (Bonfim, 2019).

Num estudo que investiga as vozes dos cidadãos *versus* as respostas dos políticos, utilizando plataformas digitais, no âmbito do programa “Making All Voices Count” – abordado no sexto capítulo –, Herringshaw (2018) lembra as limitações das tecnologias digitais, para favorecer transformações profundas, em ambientes onde não haja predisposição política para servir os cidadãos. As evidências da autora sugerem que, é extremamente difícil alcançar mudanças sociais, onde “trabalham forças políticas contrárias aos cidadãos” (Herringshaw, 2018, p. 8). Num outro estudo, em que se analisou as interações entre os cidadãos e os governantes, no âmbito do mesmo programa, Edwards et al. (2018) concluíram que, somente as tecnologias não promovem as relações de confiança necessárias entre governos e cidadãos, e que, frequentemente, os problemas de governança irresponsável, e sem resposta, envolvem as normas sociais subjacentes.

Estes argumentos remetem para o contexto brasileiro, no período pós-eleições de 2018, expresso no artigo de Waisbord (2020). O autor defende que se instaurou no Brasil um populismo de extrema-direita, que evita a discussão crítica, nega a ciência, desdenha do intelecto, e apela ao preconceito, na tentativa de evitar o diálogo entre os representantes e a população.

As conclusões retiradas da literatura ressoam com a opinião bastante comum entre os jovens entrevistados, de que “*a internet sozinha não muda nada se os políticos não quiserem mudar*”.

A *comunicação na perspectiva dos cidadãos jovens*, reforça que o papel das instituições, na área do desenvolvimento, deve ser o de favorecer o compromisso político com a agenda dos jovens, em contextos onde o diálogo não se consegue estabelecer entre os cidadãos e o sector público. Neste sentido, não basta às instituições criar espaços *online*, plurais e convidativos, numa suposição do que seria a ótica dos jovens, se os políticos não forem, efetivamente, afetados pelas exigências que advêm do *advocacy*, ou da mobilização social destes cidadãos. Os novos espaços, a serem criados, devem ser igualmente convidativos para os representantes, na tentativa de se combater o que Edwards et al. (2018, p. 15) chamam de “*fear factor*”, ou “fator medo”, que reside do lado do governo, e está por trás das tradicionais resistências em escutar os cidadãos, e de lhes dar respostas.

As possíveis práticas e sinergias *online/offline* devem ser precedidas de um investimento nas relações mediadas com instituições de defesa dos jovens, que busquem ampliar o diálogo entre estas duas partes, a partir do entendimento e da negociação da agenda pública. Mais especificamente, a importância da mediação institucional reside em assegurar que haja um maior compromisso, e afinação, entre as demandas dos jovens, e a definição da agenda pública. As sinergias podem ter início em encontros presenciais entre os jovens e os seus representantes, facilitados por organizações, visando acordos que selem o compromisso da classe política com o atendimento às exigências dos jovens.

Os estágios sucessivos deste diálogo (Freire, 1987), podem intercalar encontros presenciais, com conselhos e coletivos de jovens, mediados por instituições com plataformas digitais de deliberação cocriadas com os jovens, e suportadas por um compromisso prévio. A ideia destas plataformas, que se sucedem aos encontros, é servir para inserir grupos com maior diversidade e especificidades temáticas, e legitimar posições assumidas por ambas as partes. Um exemplo disso seria a promoção de diálogo com representantes de comunidades *quilombolas*, grupos indígenas mais específicos, grupos LGBT fora dos grandes centros urbanos, mulheres que sofrem violência doméstica, entre outros grupos, considerados vulneráveis.

Estas sinergias poderiam superar as barreiras de aproximação que os jovens criticaram.

A noção de diálogo (Freire, 1987) – trabalhada nos capítulos 2 e 3 – é novamente convocada aqui, como ponto fulcral de uma comunicação na perspectiva dos jovens, que busca aproximar os pólos do poder. Segundo Freire (1987), “o diálogo é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outros”. Ainda segundo o pedagogo brasileiro, este diálogo não se trata de um mero intercâmbio de ideias, nem numa discussão perniciososa, entre os indivíduos que desejam impor a sua própria verdade. O diálogo pressupõe, na visão de Freire (1987), o respeito e a quebra de poder, associado às hierarquias daqueles que dialogam, ou seja, um empoderamento da participação, sem distinção social ou gênero. Aplicada a esta proposta de comunicação, o diálogo, na visão *freireana* defendido neste trabalho, orienta-se para colmatar a lacuna representacional dos cidadãos, em parte, por uma recusa do poder público em dialogar com estes.

Em suma, a comunicação na perspectiva do cidadão jovem, pressupõe a criação de compromissos na esfera *offline*, para assegurar a ascensão de vozes marginalizadas no Brasil, e reforçá-las em espaços de deliberação e incidência, para influenciar políticas públicas que atendam, prioritariamente, estes grupos. Assim sendo, assume a importância da participação como um prenúncio para a emergência de vozes, espaços e equilíbrio das dinâmicas de poder. A criação de espaços *online* de interlocução e diálogo, inclui uma mediação institucional, para dar lugar ao protagonismo dos grupos em deliberação direta, como como se verá a seguir, com as estratégias de *advocacy* e mobilização social, no âmbito das práticas institucionais.

7.1.4 Rever as práticas institucionais e as relações com os cidadãos jovens

Um desafio fulcral, na prática da CpDMS, é o forte imperativo institucional na área do desenvolvimento, capaz de viabilizar, ou inviabilizar, as estratégias de comunicação, tal como se tem problematizado neste trabalho e que irá determinar a forma como as instituições se relacionam com os cidadãos, no sentido de influenciar as suas vozes e práticas participativas.

Um desafio que passa pela noção de responsabilidade, ou *accountability*, das instituições, na relação com os cidadãos, ou por outras palavras, perceber *qual é o papel das organizações do desenvolvimento, quando promovem estratégias de comunicação para os cidadãos, ou se envolvem com eles*. Neste trabalho defende-se a ideia de que, sendo a mudança social um processo político, que exige a participação popular, o

accountability das instituições, no que diz respeito aos cidadãos, deveria orientar-se para criar condições para a participação local, e para o exercício dos direitos essenciais, sobretudo o direito à comunicação. Facto que se reveste de especial importância num país como o Brasil, em que o direito a ter espaços de voz e escuta tem sido constrangido, quando não é mesmo anulado.

Um dos fatores que chamam a atenção para as práticas institucionais, e que colocam a CpDMS em risco, é o facto de as agendas do desenvolvimento serem definidas pelos governos, instituições de ajuda humanitária, ONG, e pelos interesses de doadores (Enghel, 2015; Thomas, 2014; Waisbord, 2008). O que significa que, por vezes, a consideração dos interesses destes agentes compete com os interesses dos cidadãos. Como se defendeu no primeiro capítulo, uma comunicação de carácter participatório não coaduna com a estrutura vertical das organizações, que delegam pouco nas comunidades a abordagem do entendem como sendo o problema que enfrentam (Waisbord, 2008). Igualmente, muitas organizações envolvem-se mais com a técnica da comunicação, de carácter informacional, e com a política dos doadores, e menos com a política local, ou o contexto social que engendra as desigualdades de poder, que a própria comunicação para o desenvolvimento deveria solucionar. Por sua vez, é a predominância institucional, com a mentalidade técnica e distanciada das realidades, que também limita os usos do pensamento participativo (Waisbord, 2008).

Um exemplo disto é que a prática da CpDMS, presumida, geralmente, como democratizante, tem sido tradicionalmente estruturada por agências de desenvolvimento, na lógica de um “projeto institucional” (Enghel, 2015, p. 15). Projeto este que define as premissas da comunicação, a sua implementação, a avaliação de resultados, de acordo as prioridades definidas para esse mesmo projeto, o executa e o financia.

Importa ressaltar que este trabalho não se centra em aspectos ligados às fontes de financiamento de estratégias de CpDMS, nem aos seus mecanismos de avaliação de impacto, mas em perceber o processo comunicacional, a partir de quem o idealiza, o executa e o avalia, ao problematizar e discutir a comunicação. Neste âmbito, os resultados apontam que, desde a elaboração dos conteúdos para os inquéritos, *posts* e campanhas nas redes sociais, até à avaliação dos resultados do *advocacy*, com as instâncias do poder público brasileiro, o processo do U-Report é centralizado: a gestão do programa é feita pelo UNICEF, em Brasília, e pela ONG Viração, que o implementa. Verifica-se, portanto, uma limitada participação dos jovens nestas etapas, exceto ao opinar nos inquéritos. Na prática, o U-Report dissemina informações de forma centralizada, e isto chama a atenção

para o facto de a estrutura institucional ser, em última instância, capaz de moldar a CpDMS num modelo *para* os jovens, e não *com* estes. A contradição neste caso é o facto de o U-Report ser um programa que incentiva a voz dos jovens, como pilar fundamental do seu funcionamento para, assim, ser capaz de intermediar as suas demandas com as instituições públicas, que desejam influenciar.

Pelas razões próprias do contexto brasileiro, de supressão dos espaços de participação, já expostas na revisão de literatura, e nos discursos dos jovens entrevistados, reconhece-se a importância fundamental do papel das instituições, ou do seu *accountability*, na vida dos jovens, sobretudo daqueles com menores oportunidades de expressão. Este papel pode ser visto em duas instâncias de *advocacy*. A primeira, mais elevada, em que as instituições podem criar um ambiente político-legal mais favorável ao direito à comunicação dos jovens (Peruzzo, 2014; International Commission for the Study of Communication Problems, MacBride, S., & UNESCO 1980). O que inclui o suporte a projetos de leis, regulação estatal e uma maior articulação com o setor privado, no sentido de organizar melhor os espaços de projeções de vozes para jovens marginalizados, que não se incluem no perfil dos entrevistados.

A segunda instância dá-se mais ao nível das comunidades, e manifesta-se numa mediação entre as instâncias governamentais locais, e os cidadãos jovens, para reforçar a importância da escuta a estes últimos, e do diálogo com os seus representantes. Neste sentido, o que se espera das instituições, é um papel de facilitador, no sentido de elevar as vozes dos jovens até ao nível em que possam ser escutadas e representadas na arena política, que difere do papel de falar pelos jovens, ou em nome deles, retirando-lhes o protagonismo.

Ainda nesta segunda instância de *advocacy*, pretende-se que sejam os jovens a conduzir o processo comunicacional em todas as suas etapas, em conjunto com as instituições na área do desenvolvimento. A noção de participação, de acordo com esta comunicação, é irrestrita, e abrange os processos decisórios desde: i) o desenho das estratégias comunicacionais, a partir da agenda dos jovens; ii) a angariação de fundos; iii) a criação dos conteúdos e escolha de canais para dialogar com os representantes; e iv) a avaliação de resultados e respectivos ajustes, visando a melhoria das estratégias. Mediante o exposto nos capítulos anteriores, defende-se que, a comunicação na perspectiva do cidadão jovem, deve contribuir para valorizar as potencialidades transformadoras de que os jovens dispõem, enquanto agentes da mudança. Ao mesmo tempo, deve ser orientada para criar oportunidades para a ação coletiva, focando os temas

considerados mais complexos e sensíveis – como a diversidade de género, a desigualdade social, o racismo, a diversidade político-ideológica – para serem traados, pelso próprios jovens, na arena política.

De igual forma, esta proposta de comunicação na perspectiva do jovem, deve contribuir para que eles próprios produzam conteúdo e eduquem os seus pares, através dos coletivos culturais, ou manifestações *artivistas*, e dos *media* digitais. Deve valorizar-se, também, a predisposição do grupo dos 13 entrevistados para a ação cívica, enquanto voluntários e mobilizadores sociais.

7.1.5 Observar os processos orgânicos das mobilizações sociais

Para pensar criativamente sobre como transpor os limites das redes, para os espaços presenciais, por forma a abranger os jovens mais participativos fora das redes, devem ser delineadas estratégias de comunicação específicas. O que se pretende é favorecer a autonomia e empoderamento, para se concretizarem mudanças que, na internet, parecem ainda esparsas e inconsistentes, quando se pensa no impacto das mudanças sociais, como se concluiu no capítulo 6. Estes grupos, ou movimentos, poderiam funcionar, eventualmente, com o suporte de uma estrutura institucional que lhes assegurasse suporte material nas ações – como recursos para criar um portal, conhecimento para levantar fundos – e reforço das relações com o setor público, pela capacidade de se imiscuir neste meio e pela reputação que acarretam, com vista a assegurar uma maior sustentabilidade das ações de comunicação estratégica, ao longo do tempo.

Entretanto, o fator que se considera crucial nestes arranjos entre meios híbridos, e co-criativos, e instituições, é que estes sejam espaços que estejam marcados pelos imaginários sociais dos jovens, de forma a que a sua representatividade e reconhecimento sejam valorizados, e favorecidos, em detrimento de objetivos institucionais estratégicos. Daí que não devem ser as instituições a desenhar os projetos, mas os jovens dispostos a fazê-lo.

O que se chama de processo orgânico, define que devem ser os jovens a criar movimentos e coletivos *online/offline*, de maneira experimental e descomprometida, com procedimentos estratégicos normativos. Um processo orgânico orienta-se pelos seus usos nas redes sociais, estes processos são idealizados por eles próprios, emergindo dos diálogos que os possam criar, e de novos indivíduos que os possam aglutinar, envolver e multiplicar para causas específicas. Segundo Huesca (2001, p. 429), as estratégias de comunicação para o desenvolvimento podem, a partir da influência de movimentos

sociais, tornar-se “mais esporádicas, e de natureza cíclica, para se alinharem aos ritmos do mundo e da vida quotidiana”, respeitando as dimensões de “contingência, fluxo e capacidade de resposta às exigências diárias”. As “Jornadas de junho de 2013”, que instituíram novas formas de mobilização social no Brasil, à semelhança de movimentos globais, discutidos no terceiro capítulo, são um exemplo do que se defende aqui, sobre o caráter orgânico destes fluxos comunicativos. As mobilizações que surgiram depois, foram, e têm sido, marcadas por expressões e narrativas que personificam as práticas midiáticas, e não midiáticas, dos brasileiros. Porém, é fundamental levar em conta, como já foi problematizado neste trabalho, que estas mobilizações, decorridas a partir de 2013, foram também responsáveis por empoderar os grupos de extrema-direita, e o governo instituído em 2019, cuja plataforma ideológica se aproxima do populismo, contraria o diálogo, na perspectiva *freirena*, e limita a pluralidade das vozes (Waisbord, 2020). Mais ainda, as repercussões sociais destas mobilizações serviram para incitar a cultura do ódio às diferenças ideológicas e reforçar a polarização perniciosa (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

Ressalvada a ambivalência dos efeitos sociais das mobilizações brasileiras, a partir de junho de 2013, destaca-se o caráter popular, orgânico e menos institucionalizado e hierarquizado, em termos de lideranças, desta comunicação, e que serve de alicerce na conceptualização e na organização dessas mesmas manifestações (Gohn, 2018), e não necessariamente os propósitos e as agendas das reivindicações dos grupos políticos, com as nuances de esquerda e de direita que as constituíram.

Juntam-se a estas características, apontadas por Gohn (2018), algumas pistas que emergiram das respostas dos jovens entrevistados. Consideram que possíveis sinergias orientadas para a mobilização em causas que estes defendem, podem incluir grupos de discussão específicos – que são convocados nas redes e sustentados em encontros em contextos educativos, de lazer e ativistas, como escolas e universidades –, as rodas de amigos, os bares e eventos culturais, e as manifestações de rua, que se desenvolvem pelos laços de afinidade, se identificam de forma mais espontânea, mas com poder para refletir, criticar, educar os pares e forçar a ação dos líderes, de acordo com as suas perspectivas. Outras formas de sinergias *online/offline* poderiam incluir jogos e competições, em torno de causas específicas. A transição do digital para o presencial, em curso com o U-Report no caso da praça do Maranhão, é um exemplo de como algumas destas sinergias podem ser potenciadas. Contudo, ao contrário do programa, defende-se que os jovens não devem ser convidados a integrar as estratégias, mas sim, que as suas práticas descomprometidas

possam inspirar as instituições e serem adaptadas em estratégias lideradas por eles próprios.

7.1.6 Promover o *advocacy* dos cidadãos

Recapitulando a conceção do *advocacy*, no âmbito da CpDMS, detalhado no terceiro capítulo, abordou-se que este envolve uma comunicação pública em apoio a uma causa, ou a uma política social, e que pode ter como beneficiários uma variedade de grupos sociais e comunidades, através do qual se deseja alterar políticas públicas vigentes, em favor do acesso aos direitos pelas populações (Servaes & Malikhao, 2012; Wilkins, 2014). No caso de estudo abordado, reconhece-se a força do UNICEF como uma organização com mandato para advogar em favor dos direitos das crianças e adolescentes. Este facto foi anotado por alguns jovens entrevistados, que percebem os benefícios de estarem vinculados a um programa com a chancela desta organização, já descritos no capítulo 6. Entretanto, a questão encontrada nos resultados, que sugere refletir a comunicação do *advocacy*, na perspectiva dos jovens, está em rever o excesso de intermediação institucional do UNICEF, através do U-Report. Nas declarações prestadas, fica explícito o facto de que os jovens não terem percebido o impacto do programa, de forma efetiva nas suas vidas, favorecida pela persistência da lacuna comunicacional com os seus representantes, como parte de suas práticas diárias.

Numa posição distinta ao que ocorre na prática do U-Report, Servaes e Malikhao (2012) defendem que quando os cidadãos tomam parte em estratégias de *advocacy*, envolvem-se de forma mais efetiva, profunda e sustentada e, por conseguinte, defendem um *advocacy* menos institucionalizado. Adicionalmente, não se pode esquecer que o Brasil está a atravessar uma das piores crises políticas da sua história, com a combinação de escândalos generalizados de corrupção, e uma crescente desconfiança entre os cidadãos e as elites políticas (Brazil: defenders vilified and criminalized, censorship and attacks against media on the rise, 2019). Ou seja, participar pela cidadania é, neste contexto adverso, não apenas um direito, como um estatuto de pertença social, e pode configurar-se como um projeto de autonomia e empoderamento para estes jovens brasileiros (Freire, 1987; Holston & Appadurai, 1996; Mata, 2002).

Uma vez mais, e seguindo a análise das repercussões sociais das “Jornadas de junho de 2013”, entende-se que um projeto de pertença social acarreta, também, riscos para a própria noção de cidadania, como exemplo da ascensão do populismo e do Governo Bolsonaro, instituído em 2019, que atenta contra os direitos essenciais dos cidadãos,

relacionados com o diálogo e com o próprio exercício da participação política (Waisbord, 2020). É preciso, ainda, considerar que, mesmo os jovens moradores na favela, considerados periféricos e marginalizados, também se organizaram em suporte à eleição do governo Bolsonaro em plataformas como o YouTube “Pobres de Direita”, estudada por Levy (2020). Ou seja, muitos foram os grupos de cidadãos, com orientação política de extrema-direita, que reivindicaram a projeção das suas vozes, com a emergência do governo de extrema-direita (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020).

Levando em conta os riscos que atentam contra a noção de cidadania, tratada neste trabalho, defende-se que a comunicação na perspectiva do cidadão jovem, pode contribuir para ampliar a representatividade dos que não se sentem representados e reconhecidos na arena política.

O foco no *advocacy* cidadão pressupõe uma maior proximidade entre os pólos do poder, e uma intermediação institucional mínima, nos limites do que se defende como necessário para criar e consolidar o compromisso dos políticos com as causas dos jovens.

Neste sentido, o caso examinado no terceiro capítulo, do NOSSAS, o laboratório de ativismo, é um exemplo emblemático da direção prática que este *advocacy* pode tomar. O NOSSAS reúne 250 mil pessoas, em nove cidades no país, e foi desenvolvido pela sociedade civil para agir nos *media* sociais e permitir que os cidadãos partilhem opiniões, assinem petições, e façam denúncias de forma anônima, diretamente para os seus representantes no Legislativo Brasileiro, ou responsáveis na área da segurança pública, como delegados de polícia (NOSSAS, s.d.). No âmbito do NOSSAS, o caso específico da Beta, o *bot* feminista analisado no mesmo capítulo demonstra, em concreto, uma possibilidade para o que aqui se apelida de *advocacy* cidadão. Naquele *chatbot* – o *bot* que simula um diálogo –, operado no Messenger, os participantes podem fazer-se representar sem intermediários, para proteger os direitos das mulheres, onde são, também, atualizados os resultados das suas intervenções (Toledo & Molinari, 2018).

Por meio deste mecanismo de *advocacy*, os participantes fazem uma política mais quotidiana, com participação direta e pressão social constante, mas não necessariamente partidária, num contexto desinstitucionalizado. Estas características são muito próximas ao sentido amplo do político, *political*, de Mouffe (2005) apresentado, de forma mais ampla, no segundo capítulo. É por este sentido alargado de participação política, e focado nos contextos da vida diária (Huesca, 2001; Tufte, 2017) que se defende aqui a possibilidade de construir estratégias em comunicação mais focadas na perspectiva dos jovens.

O híbrido no *advocacy*

Refletindo sobre como aprimorar as metodologias de *advocacy*, focados no digital, para mecanismos híbridos, indica-se que uma das soluções possíveis passaria por idealizar plataformas que instituíssem o debate em simultâneo, tanto entre cidadãos, quanto entre estes e o poder público. Um exemplo prático deste envolvimento dos cidadãos decorre nas sessões plenárias, em que se discutem os projetos para votação, no Congresso Nacional, e no Senado da República. Alguns meios, por exemplo, Mídia Ninja e Universo Online (UOL), têm feito transmissão em direto destas sessões, em que os utilizadores do Facebook têm a oportunidade de deixar as suas opiniões e comentários, no Brasil. Contudo, este exercício ainda se reveste de nuances unilaterais e não dialógicas. Um desafio para uma comunicação na perspectiva do cidadão jovem, é criar e reforçar o compromisso político, para que novos espaços de discussão sejam cocriados com os cidadãos, para facilitar a participação popular durante estas sessões plenárias, através de transmissões em direto. Ao contrário das atuais transmissões convencionais, a contribuição destes novos espaços seria que, as vozes dos jovens participantes, pudessem ser efetivamente ouvidas. Por outras palavras, que os políticos levem em consideração estes comentários e opiniões, como contribuições incorporadas no exercício democrático de votação sobre a agenda dos jovens.

7.1.7 Transformar a sociedade através das literacias críticas

A pedagogia transformadora é uma abordagem educacional pensada para apoiar os cidadãos na conquista de justiça social, por meio da ação política (Freire & Macedo, 1987/2013). Para Freire (1987), a autonomia e o empoderamento são o resultado de um processo educativo, que pressupõe o diálogo, entre educadores e educandos, para favorecer, no caso dos últimos, o desenvolvimento de uma consciência crítica. Esta, por sua vez, culmina com a libertação dos indivíduos das estruturas opressoras de poder, responsáveis por muitas desigualdades sociais. Como foi trabalhado no terceiro capítulo, as literacias críticas, aplicadas aos meios, incluem pressupostos da pedagogia transformadora de Paulo Freire, ao criar e reforçar algumas condições favoráveis para a agência política dos jovens, seja a partir do desenvolvimento de uma consciência global, acerca dos desafios complexos que os permeiam (Funk et al., 2016), seja pelo reforço do sentido de cidadania e da participação cívica (Brites, 2015; Livingstone, 2011). Em suma, as literacias críticas oferecem uma valiosa contribuição para a capacitação dos jovens para se engajarem uns com os outros, para facilitar a problematização das suas realidades

e a reflexão sobre as questões sociais concretas que lhes dizem respeito (Funk et al., 2016). Relembra-se que, por um lado, nos discursos dos jovens, é feita uma crítica ao papel dos meios digitais de informar e engajar para a participação política, e nota-se também uma tendência destes jovens para atuarem em prol da consciencialização dos seus pares. Por outro lado, quando se observa o contexto da juventude brasileira mais alargada, entende-se as privações relacionadas com o direito à comunicação, que impedem o pleno exercício de acesso a informação de qualidade, e a disseminação de conteúdos por eles próprios (Vannuchi, 2018).

Por esta razão é que, ao pensar na transformação pelas literacias críticas, como uma das premissas para a comunicação na perspectiva do cidadão jovem, definem-se dois aspectos fundamentais, que estão relacionados com o foco da aplicação desta proposta: i) o reforço das capacidades relacionadas com a agência política, que alguns jovens têm para intervir nas suas realidades, e ii) a importância de orientar os jovens brasileiros, em condições de vulnerabilidade, para construir estas capacidades críticas e, assim, estarem mais aptos a exercer as suas vozes. Por esta razão, esta proposta comunicacional consiste em dotar os jovens de competências, para que sejam capazes de ler o mundo à sua volta, em linha com o pensamento de Freire e Macedo (1987/2013, p. xi), uma leitura não apenas da palavra, como da “palavramundo”, que significa “ler o mundo lendo a palavra”.

No âmbito desta *comunicação na perspectiva do cidadão jovem*, o que interessa desenvolver, a partir das literacias críticas, não está centrado apenas em educar os jovens para o consumo consciente dos *media*, no quer concerne ao reconhecimento de notícias falsas, ou dos discursos de hostilidade, racistas, sexistas ou homofóbicos. Quanto às contribuições das literacias críticas, na opinião dos jovens que entrevistados, o foco não está centrado no meio, ou na tecnologia, como solução para a *crise da CpDMS*, num modo de atuação segundo uma lógica tecnologizante (Livingstone, 2011), mas em como podem utilizar essa tecnologia em sinergia com as suas práticas participativas, para se engajarem na vida política (Livingstone, 2011; Soares, 2000), ainda que se deixe uma ressalva aos riscos de participação que atentam contra a ideia de cidadania e representatividade, já discutidos.

As literacias críticas e os seus possíveis usos

O papel das literacias críticas na *comunicação* na perspectiva dos cidadãos jovens, consiste em dotar os jovens com competências para estarem mais atentos às suas realidades e à ação dos seus representantes. Na prática, isto torna-se possível quando os

jovens são capazes de observar e monitorizar as políticas públicas, em função das suas agendas, e transmitir o que aprenderam aos seus pares, utilizando os meios digitais e os encontros presenciais. Dá-se, como exemplo, o Projeto da Juventude Negra e Participação Política (JNPP)⁷⁶, analisado no terceiro capítulo, cujas características ilustram esta ideia, no âmbito do fortalecimento da agência participativa dos jovens. Através da ação da ONG Cipó, os jovens negros e periféricos, em Salvador, foram selecionados para uma formação que incluiu as seguintes atividades: i) rodas de diálogo, em que se discutiram temas pertinentes às suas realidades com líderes da sociedade civil; ii) leituras coletivas, para desenvolverem competências de leitura, escrita, expressão oral e capacidade reflexiva crítica (Freire & Macedo, 1987/2013); e iii) educação de pares, para preparar os jovens para serem líderes, sensibilizarem e mobilizarem outros jovens das suas comunidades, por meio da produção de documentários e *web séries* para o Youtube.

Com projetos facilitados por organizações que advogam os direitos dos jovens, mas numa abordagem comunicacional em que estes são os protagonistas da ação, pensar as literacias críticas, no âmbito de futuras estratégias de CpDMS, pode contribuir para a inclusão de grupos de jovens brasileiros, tradicionalmente marginalizados, nos espaços mediatizados alternativos, como canais no YouTube e páginas em outros *media* sociais, e nos espaços presenciais de decisão, como conselhos, assembleias e audiências públicas. Esta ocupação poderia abrir caminho para novas narrativas de empoderamento destes jovens. que as literacias críticas associam ao combate da desinformação e dos estereótipos negativos nos *media*, comumente alusivos a estes grupos, ligados ao preconceito e ao racismo (Funk et al., 2016; Livingstone, 2018; Yoom, 2016). Ainda que se considere o facto de que estas plataformas possam também representar o discurso radical de jovens de extrema-direita (Levy, 2020), vistas no segundo capítulo, e com a ressalva da limitação destas literacias, no âmbito da economia política dos *media*, e da não regulação do governo (Buckingham, 2019), analisadas no terceiro capítulo.

7.2 Limitações da aplicação desta proposta

O contexto que sustenta a comunicação na perspectiva dos cidadãos jovens, trabalhada neste capítulo, requer a consideração de seis princípios, firmemente intercalados uns com os outros e que aludem, fundamentalmente, à natureza institucional da CpDMS. Por outras palavras, esta proposta conjectura um alinhamento entre a

⁷⁶ Ver o projeto em <https://jnpp.cipo.org.br>

consideração dos imaginários dos jovens, que advêm das suas *juventudes*, e destes com os arranjos institucionais mais alargados, que fomentam e sustentam as estratégias de CpDMS no Brasil. Estes seis princípios respondem à quarta questão deste trabalho: *de que forma(s) a participação política dos jovens pode(m) ser um incremento da CpDMS?*

Destacam-se, nesta fase, três limitações da aplicação desta proposta no Brasil que, eventualmente, pode afetar contextos similares. A primeira diz respeito às falhas no compromisso dos políticos com as instituições públicas. Isto é particularmente aplicável ao governo que tomou posse em 2019, pelos fatores indicados no segundo capítulo, e pelos discursos dos jovens, já referidos na análise. O não comprometimento dos representantes pode pôr em risco o exercício do direito à comunicação e às possíveis oportunidades de diálogo com os jovens, sobretudo com os marginalizados. Estas privações, por sua vez, reforçam as dicotomias entre o poder e o contrapoder, e favorecem o incumprimento do papel da CpDMS, e da crise em que se encontra, discutida ao longo desta tese. Longe de afirmar, ou de propor, uma comunicação que promova a equidade de poder, por entender que este é um desafio demasiado difícil de ser transposto (Dutta, 2015; Huesca, 2001; Manyozo, 2017), *a comunicação na perspectiva do cidadão jovem*, procura ser mais sensível às múltiplas dimensões dos grupos de jovens menos empoderados, marcados por processos históricos no Brasil, como o racismo, o machismo e a discriminação social e de género (Ribeiro, 2017), e desejar o lugar que estes podem assumir, tendo em conta as limitações que enfrentam.

A segunda limitação diz respeito à não revisão das práticas de CpDMS pelas instituições ligadas à defesa dos direitos dos jovens, no sentido de deixarem espaço para o seu protagonismo, defendido ao longo deste capítulo. Uma inflexibilidade das instituições na compreensão dos imaginários sociais dos jovens, e das suas potencialidades para participar na vida política no Brasil, pode implicar a perpetuação de modelos de CpDMS ineficientes, e manter os *media* digitais aquém de uma possível contribuição para a elevação das vozes deste público, em processos de participação política com influência na formulação de políticas públicas.

A terceira, e última, limitação diz respeito às contradições e discrepâncias no sentido da cidadania defendida aqui, ligada ao reconhecimento de grupos oprimidos, facilitada pelas tecnologias. Relembrando que, durante e após as “Jornadas de junho de 2013”, as tecnologias digitais, combinadas com as mobilizações presenciais, deram voz a grupos contrários às ideias de empoderamento, os grupos considerados vulneráveis: negros, moradores da periferia e LGBT, suportando a elite socioeconómica brasileira. O que

significa que, um projeto de emergência de vozes plurais dos indivíduos, na arena política, nem sempre tenderá para os ideais de cidadania, participação e reconhecimento (Freire, 1987; Holston & Appadurai, 1996). Como observado no caso brasileiro, após 2019, corre-se o risco de que aqueles que admitem representar as vozes dissonantes, ou que clamem por mais espaço, sejam de facto, grupos de orientação populista, contrários às ideias de diálogo e com um discurso de ódio (Levy, 2020; Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020; Waisbord, 2020). Isto mina, em parte, o otimismo de uma proposta que trata de valorizar as vozes dissonantes e em situação de desigualdade. Ainda que sejam milhares os jovens brasileiros nesta situação. Quais destas vozes estariam sintonizadas com as ideias de justiça e mudanças sociais, em consonância com as conclusões deste trabalho?

Conclusões

Tendo, como ponto de partida, o problema da CpDMS manifestado, sobretudo, pelo incumprimento do seu papel de habilitar os cidadãos para atuarem em favor das mudanças sociais, que eles próprios desejam promover e experienciar, definiu-se como objetivo para esta investigação refletir a CpDMS na perspectiva do cidadão jovem. Esta, orienta-se por uma comunicação que apoie os jovens brasileiros, para que, cada vez mais, possam ocupar espaços de diálogo, projetar as suas vozes e de empoderar-se para mudar socialmente o seu contexto. Na prossecução deste objetivo, definiram-se quatro questões para nortear o estudo.

Com a primeira, procurou-se compreender que tipo de sinergias orientadas para a mudança social se podem estabelecer com o uso dos *media* digitais e outras formas de participação; com a segunda questão, pretendeu-se estudar como os *media* digitais são vistos pelos jovens, especificamente no papel de informar e de os procurar envolver com as mudanças sociais. Com a terceira, focou-se a atenção na forma como se dá a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia de CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que utilizam este programa. Por fim, com a quarta, quis-se perceber como, e de que forma(s), a participação política dos jovens pode trazer melhoria(s) para a CpDMS.

Com a revisão de literatura ficou explícito o trinómio *problema-contexto-caminhos*, respectivamente nos capítulos 1, 2 e 3, tendo como fio condutor as conceptualizações sobre espaço, voz e dinâmicas de poder, que estão no cerne da CpDMS. Transversalmente, ao longo deste trabalho, apresenta-se uma abordagem focada na participação dos jovens, e no contexto brasileiro, nos períodos de pré e de pós-eleições de 2018, cuidadosamente considerada de forma a aportar a análise dos discursos dos 13 jovens entrevistados, relativos à participação política. De forma pertinente, e visando preparar a discussão sobre a perspectiva dos jovens, alicerçou-se este trabalho na literatura crítica da CpDMS, que engloba as concepções focadas em projetos de participação radical e de autonomia dos cidadãos, *versus* as visões ligadas aos paradigmas do desenvolvimento e aos interesses institucionais, que configuraram esta comunicação, a partir da segunda metade do século XX. Mais em particular, foram expostas e discutidas as noções de participação, cidadania, empoderamento e mudanças sociais, como elementos constitutivos da CpDMS. Ainda sobre o enquadramento teórico, de entre os possíveis *caminhos* para se refletir a CpDMS na perspectiva dos jovens, consideraram-se

as mobilizações sociais, o *advocacy*, e as literacias críticas dos *media*, colocando em destaque o potencial que estas vertentes podem vir a ter nas práticas participativas deste grupo de cidadãos brasileiros.

Com as metodologias selecionadas, em que se deu prevalência às abordagens qualitativas, com as entrevistas individuais, realizadas em duas fases, a intenção foi de capturar as experiências participativas dos jovens, as suas visões e motivações, sobre o que significa participar para mudar a sociedade, e que mudanças sociais desejam viver. Para ter uma perspectiva mais abrangente, foram incluídos, na amostra deste estudo, informantes privilegiados do lado institucional, que trabalham perto dos jovens. Como parte do contexto metodológico, a etnografia digital, com a recolha de dados quantitativos, presente na fase de seleção dos 13 jovens entrevistados, possibilitou levar em consideração um grupo mais numeroso de indivíduos, o que complementou as percepções sobre as práticas participativas, sobretudo as que são feitas no meio *online*.

Estruturalmente, neste capítulo final sumarizam-se as respostas às quatro questões de investigação, trabalhada, de forma ampla, nos capítulos de análise e, de seguida, avança-se para uma breve reflexão sobre as limitações deste estudo, bem como para a apresentação de possíveis contribuições, deste estudo, para o campo da CpDMS.

Invoca-se, então, a primeira questão, sobre as possíveis sinergias orientadas para a mudança social, que se podem estabelecer entre os *media* digitais, e outras formas de participação política. Em primeiro lugar, reitera-se o que os jovens deste estudo entendem como mudanças sociais. Para eles, as mudanças significativas ocorrem quando são reconhecidos, enquanto cidadãos, e usufruem dos seus direitos que, no Brasil estão consagrados pela *Constituição* de 1988. De entre alguns citados estão o direito à vida, à segurança, à saúde, à moradia condigna, à educação de qualidade, às oportunidades de trabalho, sem qualquer distinção de sexo, etnia e condição social. Como se comprova nos resultados, a maioria dos jovens entrevistados sente-se ameaçada por circunstâncias políticas, adversas ao exercício destes direitos. De tal forma que, mesmo aqueles que se consideraram privilegiados, nutrem algum pessimismo sobre estas mudanças, em função da desconfiança nos seus representantes e no poder público.

Contudo, estes jovens estão longe de ser considerados apáticos, no que diz respeito à participação política. Pelo contrário, percebem que também têm poder para intervir nos seus contextos e fazem-no, de facto, de formas distintas. Por detrás de cada dinâmica participativa dos jovens que foram aqui capturadas, seja apenas no *offline*, no *online* ou de forma híbrida, está o desejo de obter informação de fontes credíveis, e de aprender,

para depois consciencializar e influenciar positivamente os seus pares, alunos, familiares e até desconhecidos. A educação, para muitos, foi considerada como o ponto de partida para mudar a sociedade. Muitos referiram, inclusive, a necessidade de mudança de comportamento e de mentalidade anti-preconceito, de natureza racial, sexual, classe social ou religioso. Neste sentido, estes jovens aplicam um conjunto de estratégias de resistência para quebrar paradigmas conservadores e, de acordo com os seus pontos de vista, questionar as atuais lógicas de poder, que os mantêm distantes do exercício dos seus direitos, e, por conseguinte, do exercício da cidadania plena. As estratégias de resistência descritas a seguir, constituem o repertório participativo destes jovens.

Em segundo lugar, importa ressaltar o que os jovens entendem como participar politicamente no Brasil. Fica patente, neste estudo, através das declarações dos jovens o carácter mais desinstitucionalizado e independente das suas formas e meios de participar. Os entendimentos, dos próprios, sobre o que é participar politicamente, são demasiado amplos e distantes das concepções mais formais de participação revistas na literatura, como o voto, a filiação partidária e a pertença em conselhos. Para a maioria deles, portanto, participar politicamente para a mudança, inclui desde o ato de votar, até mesmo ao ato de conversar com a autora deste trabalho, durante as entrevistas. Nas suas concepções sobre o que é participar, estão implícitos três aspectos: o exercício da voz, o facto de serem levados em conta pelas instâncias do poder, e o ato de se consciencializarem, primeiro a si e depois aos outros. Daí derivam também as formas de participar consideradas como subativismo social nos meios digitais, como os *posts* nas redes sociais, assinatura de petições e, até, os *likes* no Facebook.

Numa outra vertente, mas ainda ligada a estes três aspectos, estão as ações cívicas, a partir da atividade voluntária em instituições, o envolvimento em associações estudantis, os coletivos artísticos, ou mobilizações *artivistas* de rua. Finalmente, há, ainda neste repertório, uma terceira vertente do que, para este grupo, constitui o que é participar, pelos elementos simbólicos de resistência como prenúncio para influenciar amigos, chocar a sociedade e serem reconhecidos no Brasil: frequentar espaços públicos de influência, como são os espaços culturais, as associações estudantis ou cafés, trajar de determinadas formas e pentear o cabelo de uma maneira particular.

Levando em consideração estas vertentes de repertórios participativos, surgem possíveis sinergias, orientadas para a mudança social, que convergem no domínio das mobilizações sociais, do *advocacy*, e das literacias críticas, pelos aspectos comuns às práticas e às conceptualizações discutidos nos capítulos de análise. Relembrem-se

algumas características, que demonstram esta convergência por práticas sinérgicas que emergiram dos resultados: jovens que alertam os amigos sobre uma notícia falsa, vista nas redes digitais; os que acompanham uma votação no Congresso Nacional; os que organizam entidades e que mobilizam recursos, materiais e humanos, para uma causa iniciada *offline*, nas suas comunidades; os que utilizam as redes digitais para lançaram uma campanha política; os que criam páginas e *posts* nos *media* sociais para defender os direitos das populações minoritárias; os que opinam em programas de participação política e que utilizam os temas em discussões presenciais; os que organizam, digitalmente, coletivos artísticos que saem às ruas, entre outras sinergias. Acrescenta-se a estas o desejo que estes jovens têm de atuar, de demonstrar os seus atos e de reverberá-los em escalas maiores, sejam elas políticas, económicas ou culturais, com o fim último de atingir níveis mais deliberativos, como por exemplo, de melhorar as condições de vida nos seus contextos.

Avança-se, assim para a segunda questão de investigação que trata como é que os *media* digitais são vistos pelos jovens, no papel de informar e de os engajar com as mudanças sociais.

Neste âmbito, ressalta-se uma contradição importante deste papel, de acordo com as visões apresentadas pelos jovens. Por um lado, nota-se, na maior parte dos casos analisados, que a internet criou novas formas de sociabilidade que, por sua vez fortalecem a atuação que estes jovens tinham, ou que passaram a ter, nas suas práticas diárias, no meio presencial. Para estes jovens, a internet revela-se também uma mais valia, na medida em que, como já foi referido, os jovens desejam ser protagonistas da mudança que desejam ver, o que implica demonstrar o que fazem, em muitos casos, para servirem de exemplo. Sem dúvida, os jovens percebem que têm ao seu dispor muito mais espaços de voz e de escuta, ainda que o segundo efeito seja desproporcional face ao primeiro. Particularmente, para mais de metade do grupo, que advém de populações mais vulneráveis, como são os jovens negros, LGBT e moradores da periferia, a internet ajudou a intensificar os seus espaços de interlocução, e a noção de que podem ser reconhecidos.

Isto porque, para estes jovens, os meios digitais permitem o registo da ação – seja na manifestação de uma opinião ou causa, seja pela divulgação de um *post*, fotos, vídeos, de próprios, ou de terceiros –, nas causas com que têm envolvido e defendido. De igual forma, o meio digital foi destacado por informar muito mais do que a televisão, segundo eles, e permite envolver grupos e gerar influência à escala planetária.

Contudo, apesar de todos estes benefícios, a internet não é condição essencial para a participação política e, como muitos dos jovens afirmaram, *não muda nada sozinha*. Para eles, a participação pressupõe processos dialógicos, e não apenas monológicos, e conflituosos, como a internet tem demonstrado no Brasil. Neste sentido, o espaço para a pluralidade de vozes que deveria ser premissa, não se configura na prática. Senão veja-se: no período que antecedeu as eleições presidenciais, em 2018, as *fake news* inundaram o espaço mediático e incomodaram os jovens; a presença dos algoritmos, que geram as chamadas “bolhas”, reforçaram a ideia de que os iguais estejam sempre entre os iguais, segmentando ainda mais a população; bem como o clima de hostilidade, com recurso ao discurso de ódio pela polarização ideológica, racismo e homofobia, mantiveram os jovens afastados das discussões políticas e eleitorais, e de outras, pertinentes para o processo democrático de opinar no espaço mediatizado.

Anota-se, assim, que a saída dos jovens foi para buscar laços mais fortes de confiança, em que se sentissem mais seguros para se expressar, sendo que, muitos destes laços foram também transpostos do presencial para o digital, só que com as comunidades fechadas no Facebook e em grupos no WhatsApp, com os seus pares advindos das rodas de amigos, coletivos culturais, grupos de estudos e atividades laborais.

Perante este panorama, que emergiu dos resultados, importa recordar, novamente, o sentido de participação política, que se defende neste trabalho, e que é expresso na capacidade de os cidadãos terem as suas vozes fortes para influenciar as decisões tomadas na esfera pública, de acordo com os assuntos que mais lhes dizem respeito. A internet, *per se*, não tem sido o meio pelo qual estes jovens têm conseguido, de facto, interagir, nem entre pares, com a abrangência que desejavam, tampouco com a classe política, para deliberar e influenciar novas decisões em seu favor. O bloqueio dialógico entre pares, e também entre representantes e representados, constitui uma outra desilusão destes jovens, com a internet, de forma geral, e a partir do exame do programa U-Report.

Um outro limite importante do meio digital passa pela contradição entre a emergência de novas narrativas, para a mudança social no Brasil, e as que estes jovens defendem. Neste âmbito, o que chama a atenção, no Brasil pós-eleitoral de 2018, é o uso dos *media* digitais para propagar discursos de ódio, em consonância com o populismo de extrema-direita, dos quais uma população marginalizada também faz parte da co-autoria, mas que os jovens consultados neste estudo, definitivamente, rejeitam. Desta forma, o paradoxo do digital, passa por reconhecer que a internet, que ajudou a organizar mobilizações importantes na história recente da participação política brasileira, ou seja, desde junho de

2013, é a mesma que, anos mais tarde, amplificou os discursos de extrema-direita, e daqueles que concordam com um projeto de manutenção do desequilíbrio das relações de poder, que os 13 jovens, unanimemente, não entendem como mudanças sociais desejadas. Em suma, tanto as forças, quanto os limites da internet, no contexto brasileiro, parecem criar e reforçar os repertórios comunicativos e participativos destes jovens, referidos na resposta à primeira questão.

Com a terceira questão deste trabalho foca-se a atenção na forma como se dá a relação entre a atuação do U-Report, enquanto estratégia de CpDMS, e algumas mudanças sociais almejadas pelos jovens que utilizam este programa.

A este respeito, os jovens indicam inúmeras vantagens na experiência com o U-Report, enquanto meio de participação política para as mudanças sociais, que se mostraram superiores à internet, quando vista de forma geral, reportada na questão anterior. Novamente, retomando a ideia do que entendem como mudanças sociais, os jovens atribuem um importante grau de afinidade, pertinência, confiança nos conteúdos do U-Report. Consideram que a comunicação do programa, pelos temas que aborda e como os aborda, no formato e na linguagem, os representa, definitivamente. Ainda no quesito da participação, o programa ganha destaque por estimular as suas reflexões críticas e a capacidade de questionar as suas realidades, o que, para eles, está em contraste com a internet, vista de forma geral. Entretanto, por estes jovens não serem apáticos e advirem de um meio *online* que, naturalmente, atrai os mais atentos à realidade do seu entorno, e predispostos para a ação cívica, como já foi problematizado no quarto capítulo, não se pode concluir, ou mesmo precisar, até que ponto o programa também poderia engajar outros jovens mais desprendidos da importância de participar, ou que não tenham o mesmo nível de acesso à informação. Ressalva-se, oportunamente, que este exame não constitui o foco deste trabalho.

Por sua vez, sobre a questão do reconhecimento e representatividade, a relação entre estas experiências com o programa, e as mudanças sociais, é igualmente superior quando comparados à internet, em que as vozes dos jovens, ou seja, as opiniões que têm, contam, e que se sentem levados em consideração pelo U-Report.

Contudo, esta relação também tem os seus pontos de fragilidade. Os jovens duvidam se, de facto, as suas vozes conseguem reverberar em outras instâncias da arena pública, para além dos limites do programa. Na sua maioria, são desconhecedores, e até mesmo céticos, se conseguem estar mais próximos dos seus representantes. Isto porque o *bot* não é um humano, é um mediador que pretende ser dialógico, mas não é. Dá respostas pré-

programadas e tem, inclusive, resposta para as questões espontâneas que podem sugerir reflexões.

Mais ainda, a participação dos jovens no programa é limitada. Este público crucial não percebe bem até onde chegam as suas opiniões, ou que impacto as mesmas têm sobre os seus representantes, da mesma forma que têm consciência de que não participam no desenho dos conteúdos e que não ajudam a formular as estratégias de mobilização que saem do digital.

Quando se observa o impacto positivo do U-Report nas mudanças sociais, no que diz respeito à influência nas leis e nas políticas públicas, a dúvida dos jovens sobre a influência do programa ganha contornos que variam entre uma grande expectativa e uma completa descrença nesta possibilidade. Isto deve-se ao facto de que o lugar do jovem se tem configurado, historicamente, como o de desprivilegiado nas políticas públicas, ainda que em crescente ascensão nas arenas públicas com as mobilizações sociais, como ficou claro no segundo capítulo. É desta vertente que emergem as críticas ao programa, no sentido de mobilizar e de envolver os cidadãos também em espaços presenciais. Aprimorar a experiência inclui um papel do programa de mediador nas mobilizações sociais iniciadas nas redes e facilitadas por eles próprios, o que lhes daria um maior sentido de autonomia e de poder, para concretizar mudanças que, na internet, parecem inconsistentes, fragmentadas e inconclusas.

Em suma, face à problemática da CpDMS, exposta na contradição entre a abundância da oferta de novos espaços tecnológicos, e a carência de envolvimento efetivo entre os cidadãos e os seus representantes, explicada no primeiro capítulo, as experiências dos “U-Reporters” com o programa demonstram que a *lacuna dialógica* persiste para estes jovens, e de que, *ter mais espaço e mais voz, definitivamente, não significa ter mais poder na arena política sobre as decisões que os afetam*. Portanto, conclui-se que, enquanto estratégia de CpDMS elaborada institucionalmente, o U-Report revela limitações, tanto quando visto sob as lentes da participação política, quanto sobre o papel da CpDMS de empoderar os cidadãos para serem os donos da sua própria história, que se defende neste trabalho.

Este último ponto conduz à quarta e última questão de investigação que trata de *como, e de que forma(s), a participação política dos jovens pode trazer melhoria(s) para a CpDMS*.

A proposta que se sugere nesta investigação é *a comunicação na perspectiva do cidadão jovem*. O enquadramento que sustenta esta comunicação, requer a consideração

de seis princípios firmemente intercalados uns com os outros. Estes aludem, fundamentalmente, por um lado, à consideração dos jovens no cerne do processo comunicacional e, de outro, à natureza institucional a CpDMS, no contexto brasileiro. Em suma, esta proposta conjectura uma harmonização entre a consideração dos imaginários dos jovens, que advêm do sentido de *juventudes*, defendido neste trabalho, e destes sentidos numa esfera mais alargada, que fomenta e sustenta as estratégias de CpDMS institucionais no Brasil. Pela análise dos resultados à luz do contexto brasileiro, conclui-se que *as formas de participação dos jovens sozinhas acrescentam pouco à disciplina, e aos novos usos da CpDMS, sem que se reflitam, igualmente, nas práticas das instituições de defesa dos direitos dos jovens e do contexto político.*

Para incorporar esta prática seria necessário partir da pluralidade das *juventudes* e dos seus imaginários sociais, levando em conta o que desejam, como participam e quais são os impedimentos para participarem politicamente no país. Conclui-se, por isso, que ter os jovens à frente da CpDMS é um fator crucial para que esta perspectiva seja delineada. Para que os jovens estejam à frente de uma comunicação que lhes diz respeito, é preciso que, tanto as instituições revejam as suas práticas, como os governos redefinam as suas agendas, já que, quando se fala em CpDMS, intrinsecamente, se pressupõe uma comunicação fomentada estrategicamente e institucionalmente, com objetivos, recursos e avaliação de resultados, numa lógica que passa pelo interesse dos cidadãos, mas também das instituições, dos Estados e dos doadores.

Assim, todas as formas de participação que emergiram deste estudo são pistas para um processo de co-criação com os jovens, em especial quando se comprova a força das mobilizações sociais, o *advocacy* e as literacias críticas, como já foram amplamente discutidas. A proposta da perspectiva do cidadão jovem, estudada a partir da análise do U-Report, atenta para o facto de que a participação política espontânea da juventude tem ganho contornos desinstitucionalizados. Portanto, já não é possível conceber que sejam as instituições a decidir sobre o que é participar politicamente, na visão de um jovem.

Porém, é importante articular a importância do papel mediador, para reforçar vozes marginalizadas, em contextos de exclusão pelas instituições, em países como o Brasil, em que a agenda dos jovens é sistematicamente negligenciada. Nas bases desta proposta, é preciso, pois, que as instituições revejam as suas práticas e a relação com os cidadãos jovens, no sentido de ampliar as formas de participação destes, em estratégias que reflitam as suas realidades. Por outro lado, este papel mediador também deve ser orientado no sentido de facilitar um ambiente político-legal mais favorável ao direito à comunicação

dos jovens, e de ampliar as possibilidades de escuta entre as instâncias governamentais locais e os cidadãos jovens.

Finalmente, importa recordar os limites do papel mediador nas formas de participação dos jovens sejam estas *online*, *offline* ou híbridas. Neste sentido, chama-se a atenção para os pontos três principais, como parte da proposta de uma comunicação focada no cidadão jovem. O primeiro é ligado às mobilizações sociais, inspirada nas práticas participativas orgânicas engendradas nas redes, e com repercussões nas ruas e vice-versa. O segundo defende a importância do *advocacy cidadão* para criar e consolidar o compromisso dos políticos com as causas dos jovens. O terceiro refere-se às literacias críticas dos *media*, que oferecem uma contribuição importante para que os jovens problematizem as suas realidades, e reflitam sobre as questões sociais concretas que lhes dizem respeito, engajando-se uns aos outros.

As limitações desta proposta de comunicação são também refletidas, sobretudo, no que diz respeito às falhas no compromisso dos políticos nas instituições públicas, numa não revisão das práticas de CpDMS pelas instituições ligadas à defesa dos direitos dos jovens e, por fim, sobre os contornos dos sentidos de cidadania e de mudanças sociais, que se reforçaram, no Brasil, com o governo do Presidente eleito em 2018.

Sobre as limitações deste trabalho, destaca-se que, ainda que tenha procurado examinar o quotidiano dos jovens, e propor uma comunicação para o desenvolvimento e mudança social, no contexto brasileiro, focada neste grupo específico, há, sem dúvida muito por aprofundar neste terreno.

Reconhece-se que o presente estudo não tem a pretensão de ser representativo, tampouco conclusivo. Reportam-se, para reforçar este argumento, duas barreiras principais, encontradas no percurso deste trabalho. A primeira é a ausência de estudos que relacionem as práticas em CpDMS, institucionais ou extrainstitucionais, e os jovens brasileiros, detectada na revisão literária. Esta lacuna dificultou o estabelecimento de parâmetros analíticos pertinentes, com o presente trabalho, no contexto nacional. De forma geral, os estudos brasileiros analisam a participação política de jovens dentro e fora dos meios digitais, mas não relacionam estratégias e programas circunscritos à CpDMS. Ao passo que, na literatura internacional, estas experiências estão mais bem relacionadas, contudo, sem a necessária contextualização brasileira.

Uma outra barreira encontrada neste percurso foi o difícil acesso a um maior número de jovens dispostos a dialogar, e também a uma amostra mais representativa em práticas

participativas e visões de mundo, o que significa participar para mudar, que pudesse retratar melhor a noção de *juventudes*, que se defende aqui.

Não esquecendo estas barreiras, e ainda que o estudo não tivesse tido a pretensão de capturar todas as experiências dos jovens em participação política, reconhece-se que esta investigação se circunscreve a uma micro realidade dos jovens. Como foi problematizado ao longo deste trabalho, esta realidade alude aos jovens com mais privilégios, principalmente no que toca ao acesso à informação, educação e diversidade de repertórios participativos.

Assume-se, portanto, que a limitada diversidade do grupo, fez com que os resultados fossem mais homogêneos, sobretudo quando se analisa um pensamento político progressista, bem como jovens mais atentos às suas realidades e às formas de resistência. Isto tem repercussões na aplicação de uma proposta de comunicação focada no cidadão jovem, que deve considerar outros jovens que não foram representados neste estudo, como são exemplo os mais marginalizados, moradores de zonas mais afastadas dos centros urbanos, com perfis menos participativos e com ideologia política mais conservadora, alinhada com o Presidente eleito em 2018.

Procurando capturar mais experiências participativas de jovens dentro e fora do digital, implicaria ampliar o estudo também a este segundo grupo de jovens brasileiros, e a observar as possíveis similaridades e contrastes entre os seus pares distintos e, assim, refletir esta análise nos princípios da proposta de comunicação na perspectiva do cidadão jovem.

Enfatiza-se, também, que aos princípios desta proposta de comunicação foram determinados pela conjuntura política brasileira de pouco menos de uma década, desde as “Jornadas de junho de 2013”, em especial no ano de 2018, que antecede as eleições presidenciais de outubro, e os primeiros seis meses do ano seguinte, após a tomada de posse do governo eleito. Posto isto, os possíveis caminhos para alargar este estudo, poderiam também contemplar uma metodologia de recolha de dados de carácter longitudinal. Ter-se-ia que levar em conta os presentes resultados, e os futuros, de forma mais alargada no tempo, para acompanhar melhor a evolução destas práticas participativas híbridas, face aos desafios elencados pelos jovens, recorrentes, e novos, numa conjuntura política eventualmente distinta dos anos de 2018-2019.

Ciente destas limitações e de possíveis caminhos, este trabalho, ainda assim contribui para reafirmar a estreita relação entre a forma de como os jovens se comunicam e participam politicamente e a CpDMS, sobretudo quando vista institucionalmente. Ao

longo deste trabalho, percebeu-se que o desafio de comunicar com jovens persiste, sobretudo, porque perdura uma distância entre estes dois pólos. Notou-se que a CpDMS, feita institucionalmente, tem dificuldades em se articular com o dia-a-dia dos jovens. Ainda que se tente acompanhar as suas agendas, ainda há muito que não se consegue capturar sobre *as juventudes*, e sobre suas visões e mentalidades. Principalmente, há muito que ainda escapa às instituições sobre a velocidade com que os jovens conseguem transitar entre formatos mediáticos, a fluidez e a espontaneidade dos modos de participação por eles utilizados, sobretudo os híbridos, em complemento a uma *internet que deixa muito a desejar*, quando o assunto é participar para mudar, segundo estes jovens.

A distância entre jovens e instituições pela CpDMS deve-se, sobretudo, à não participação direta dos jovens na delineação de estratégias e ao baixo envolvimento em aspectos ligados ao contexto e à ideia de político, onde esta comunicação pode desempenhar um papel mais decisivo. Ambos os fatores reforçam os paradigmas desenvolvimentistas, revistos neste trabalho, e que aludem muito mais para uma comunicação *para* os jovens, do que *com* os jovens.

Se o desafio de comunicar com os jovens persistir, este trabalho contribuiu para mostrar como as vozes dos jovens são um poderoso meio para demonstrar o papel que a CpDMS pode passar a ter nas suas dinâmicas participativas, bem como as suas noções de mudanças sociais. O que implica, igualmente, pensar o lugar que o jovem ocupa no processo comunicacional nas instituições, pois a perspectiva do cidadão jovem é o ponto de partida, e de chegada, na CpDMS. Por sua vez, unir estes dois pólos, a partir das vozes dos jovens, oferece a esta comunicação mais oportunidades de ser repensada e reorientada, para propiciar mais espaços e vozes, e reequilibrar as dinâmicas de poder, em consonância com este grupo de cidadãos brasileiros.

Referências

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5/6, 25-36.
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramo_wendel.pdf
- Abramo, H. W. (2016). Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In R. Novaes, G. Venturi, E. Ribeiro, & D. Pinheiro (Eds.), *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças* (pp. 19-60). Unirio.
- Abramo, H. W., & Branco, P. P. M. (Eds.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224.
<https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Assad, P., Saconi, J. P., & Ferreira, L. (2018, 16 de setembro). Evasão e violência lideram preocupações de jovens, diz Unicef. *O Globo*.
<https://oglobo.globo.com/brasil/evasao-violencia-lideram-preocupacoes-de-jovens-diz-unicef-23073296>
- Ayres, C. (2020). Political participation, digital media and communication for development and social change: the perspective of youth citizens. In E. P. da Costa, M. do R. Anjos, & M. Przygoda (Eds.), *Economic and Social Development (Book of Proceedings), 52nd International Scientific Conference on Economic and Social Development* (pp. 53-63). Varazdin Development and Entrepreneurship Agency.
https://www.researchgate.net/publication/341272746_POLITICAL_PARTICIPATION_DIGITAL_MEDIA_AND_COMMUNICATION_FOR_DEVELOPMENT_AND_SOCIAL_CHANGE_THE_PERSPECTIVE_OF_THE_YOUTH_CITIZENS
- Ayres, C., & Babo, I. (2018). Espaço público e ativismo em rede: o caso Maka Angola. *Communication, technologies et développement*, 6.
<https://doi.org/10.4000/ctd.664>

- Ayres, C. & Brites, M. J. (2019). Vigilância, hostilidade e desinformação: as críticas de jovens brasileiros aos meios digitais e as contribuições das literacias críticas. In S. Pereira (Ed.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.o congresso* (pp. 44-56). Braga: CECS.
http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3223/3117
- Ayres, C., & Krohling Peruzzo, C. M. (2020). The Views of the Youth on the Potential for Dialogue by Means of Digital Media through Paulo Freire's Perspective / Las visiones de los jóvenes sobre el potencial de los medios digitales para el diálogo desde la mirada de Paulo Freire. *Commons. Revista De Comunicación Y Ciudadanía Digital*, 9(2), 104-132.
<https://doi.org/10.25267/COMMONS.2020.v9.i2.03>
- Babo, I. (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação coletiva e ação conectada. *Estudos em Comunicação* 27(1), 219-244. <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/481/pdf>
- Babo, I. (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação colectiva e ação conectada. *Revista Estudos em Comunicação*, 27(1), 219-244. <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/481/pdf>
- Babo, I., & Silva, C. (2016). Redes sociais e mobilizações públicas. O movimento de “15 de Setembro”. *CIAIQ2016*, 3, 182-192.
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/941/924>
- Bakardjieva, M. (2009). Subactivism: Lifeworld and Politics in the Age of the Internet. *The Information Society: An International Journal*, 25(2), 91-104.
<http://doi.org/10.1080/01972240802701627>
- Banaji, S. (2011). Disempowering by assumption: How the rhetoric of ‘digital natives’ affects young people and influences civic organisations working with them. In M. Thomas (Ed.), *Deconstructing Digital Natives: Young People, Technology, and the New Literacies* (pp. 49-66). Routledge.
- Banaji, S., & Buckingham, D. (2013). *The Civic Web: Young People, the Internet and Civic Participation*. The MIT Press.
- Banaji, S., Livingstone, S., Nandi, A., & Stoilova, M. (2017). Instrumentalising the digital: adolescents' engagement with ICTs in low- and middle-income countries. *Development in Practice*, 28(3) 432-443. <https://doi.org/10.1080/09614524.2018.1438366>

- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological review*, 84(2), 191-215. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action*. Prentice Hall.
- Baquero, R. V. A. (2012). Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista debates*, 6(1), 173. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.26722>
- Barros, B. M. C. D., & Goulart, G. M. (2016). O acesso à internet no Brasil e a inclusão digital: uma análise dos avanços e retrocessos do Programa Nacional de Banda Larga-PNBL. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14571>
- Barros, A. T., & Martins, L. M. (2017). Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013). *Latitude*, 11(1). <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170106>
- Barsted, L. L. (2011). Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In C. H. Campos (Ed.), *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista* (pp. 13-37). Editora Lumen Juris. https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_2_advocacy-feminista.pdf
- Bassani, J. J., & Vaz, A. F. (2008). Técnica, corpo e coisificação: notas de trabalho sobre o tema da técnica em Theodor W. Adorno. *Educação & Sociedade*, 29(102). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100006>
- Bennett, W. L. (2008). Changing citizenship in the digital age. In W. L. Bennett (Ed.), *Civic life online: Learning how digital media can engage youth* (pp. 1-24). MIT Press.
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, communication & society*, 15(5), 739-768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Benevides, M. V. de M. (1994). Cidadania e democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 33, 5-16. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>
- Berdou, E., Lopes, C. A., Sjoberg, F. M., & Mellon, J. (2015). The Case of UNICEF's U-Report Uganda. In T. Peixoto, & L. Micha (Eds.), *Civic Tech in the Global*

- South : *Assessing Technology for the Public Good* (pp. 93-174). The World Bank and Personal Democracy Press. <http://hdl.handle.net/10986/27947>
- Blewitt, J. (2014). *Understanding sustainable development*. Routledge.
- Bonfim, R. (2019, 2 de maio). Ataque à participação popular é retrocesso democrático. Rede Brasil Atual. <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2019/05/ataque-a-participacao-popular-e-retrocesso-democratico/~>
- Bordin, V. B. (2015). Ativismo-borrando fronteiras entre vida e arte. *Revista ZONA DE IMPACTO*, 2, 126-135. http://www.revistazonadeimpacto.unir.br/2015_2_ARTIGO_ARTIVISMO.pdf
- Borges, M., & Maschietto, R. H. (2014). Cidadania e empoderamento local em contextos de consolidação da paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 105, 65-84. <https://doi.org/10.4000/rccs.5800>
- Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra. *Questões de sociologia*, 112-121. <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming Qualitative Information: Thematic Analysis and Code Development*. Sage.
- Bracho-Polanco, E. (2019, 8 de janeiro). How Jair Bolsonaro used ‘fake news’ to win power. *The Conversation*. <https://theconversation.com/how-jair-bolsonaro-used-fake-news-to-win-power-109343>
- Brady, S. R., Young, J. A., & McLeod, D. A. (2015). Utilizing digital advocacy in community organizing: Lessons learned from organizing in virtual spaces to promote worker rights and economic justice. *Journal of Community Practice*, 23(2), 255-273. <https://doi.org/10.1080/10705422.2015.1027803>
- Branco, S. (2017). Fake news e os caminhos para fora da bolha. *Interesse Nacional*, 10(8), 51-61. <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf>
- Brazil: defenders vilified and criminalized, censorship and attacks against media on the rise. (2019, 31 de outubro). *Civicus*. <https://monitor.civicus.org/newsfeed/2019/10/31/brazil-defenders-vilified-and-criminalised-censorship-and-attacks-against-media-rise/>
- Brites, M. J. (2015). *Jovens e culturas cívicas: por entre formas de consumo noticioso e de participação*. Livros LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/128>

- Brites, M. J., Amaral, I., & Catarino, F. (2018). A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. *Journal of Digital Media & Interaction*, 1(1), 85-98. <https://proa.ua.pt/index.php/jdmi/article/view/928/760>
- Brites, M. J., Chimirri, N. A., Amaral, I., Seddighi, G., da Silva, M. T., & Murru, M. F. (2018). Stakeholder discourses about critical literacies and audience participation. In R. Das, & B. Ytre-Arne (Eds.), *The Future of Audiences. A Foresight Analysis of Interfaces and Engagement* (pp. 179-195). Palgrave Macmillan.
- Brites, M. J., Jorge, A., & Santos, S. C. (2014). RadioActive: um projeto europeu de rádio online. In I. Eleá (Ed.), *Agentes e vozes: um panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha* (pp. 181-186). NORDICOM, University of Gothenburg. https://www.nordicom.gu.se/sv/system/tdf/publikationer-hela-pdf/yearbook_2014.pdf?file=1&type=node&id=35434&force=0
- Brites, M. J., & Pinto, M. (2017). Is there a role for the news industry in improving news literacy? *MERJ - Media Education Research Journal*, 7(2), 29-46.
- Brites, M. J., Santos, S. C., Jorge, A., & Catalão, D. (2017). Ferramentas jornalísticas na educação: uma rádio online para jovens. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 84, 81-100. <http://dx.doi.org/10.7458/SPP2017846102>
- Brundtland, G. H., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S., Chidzero, B. J. N. Y., Fadika, L. M., Hauff, V., Lang, I., Ma, S., Botero, M. M., & Singh, N. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford University Press.
- Bruno, F. (2012). Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia*, 19(3), 681-704. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.3.12893>
- Buckingham, D. (s.d.). Fake news: is media literacy the answer? *David Buckingham*. Post em blogue. <https://davidbuckingham.net/2017/01/12/fake-news-is-media-literacy-the-answer>
- Buckingham, D. (2003). *Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture*. Polity Press.
- Buckingham, D. (2019). Teaching media in a ‘post-truth’ age: fake news, media bias and the challenge for media/digital literacy education. *Cultura y Educación*, 31, 213-231. <https://doi.org/10.1080/11356405.2019.1603814>

- Cabral, A. J. (2007). *O contra-espetáculo da era neoliberal: estratégias artísticas e midiáticas da resistência jovem no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=10
- Cambridge University Press. (2019). Empowerment. In *Cambridge Dictionary*. Cambridge University Press.
<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/empowerment>
- Cantoni, S. L. (2017). Panorama setorial da Internet. *Participação cidadã na era digital: e- Participação*, 9(3), 1-16.
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/panorama_setorial_ano-ix_n_3_e-participacao.pdf
- Cardoso, D. D. S. (2016). *Entre Corpos e Ecrãs: identidades e sexualidades dos jovens nos novos media*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Universidade Nova. Lisboa, Portugal. <https://run.unl.pt/handle/10362/19071>
- Carpentier, N. (2011). *Media and Participation: A site of Ideological-Democratic Struggle*. Intellect books.
<https://library.oapen.org/viewer/web/viewer.html?file=/bitstream/handle/20.500.12657/32743/606390.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Carpentier, N. (2012). O conceito de participação. Se eles têm acesso e interação, eles participam de facto? *Fronteiras - estudos midiáticos*, 14(2), 164-177.
<https://doi.org/10.4013/fem.2012.142.10>
- Carrano, P. (2008). Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In A. F. B. Moreira, & V. M. Candau (Eds.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 182-211). Vozes.
- Carrano, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*, 27, 83-99.
http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf
- Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1(1), 29, 238-266.
<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35>
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Alianza Editorial.
- Castro, L. R. de. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 253-268. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>

- Cerqueira, D. C., Lima, R. S. D., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alves, P. P., Pinheiro, M., Astolfi, R., Marques, D., Reis, M., & Merian, F. (2018). *Atlas da Violência 2018*. Ipea e FBSB.
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20violência 2018.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20violência%202018.pdf)
- Chaia, M. W. (2007). Artivismo-Política e Arte Hoje. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, 1, 9-11. <https://doi.org/10.23925/1982-6672>
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR(NIC.br) & Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (2018, 24 de julho). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2017*. Unesco / Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.
https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf
- Comunello, F. & Anzera, G. (2012). Will the revolution be tweeted? A conceptual framework for understanding the social media and the Arab Spring. *Islam and Christian-Muslim Relations*, 23(4), 453-470.
<https://doi.org/10.1080/09596410.2012.712435>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Cornwall, A. (2007). Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse. *Development in Practice*, 17(4/5), 471-484.
<https://doi.org/10.1080/09614520701469302>
- Couldry, N. (2010). *Why Voice Matters: Culture and Politics after Neoliberalism*. Sage.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Dagnino, E. (2010). Citizenship: a perverse confluence. *Development in Practice*, 17(4-5), 549-556. <https://doi.org/10.1080/09614520701469534>
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2011). As culturas cívicas e a Internet: para uma contextualização da participação política. *Media & Jornalismo*, 18(10), 11-30.

- Dahlgren, P. (2013). *The Political Web: Media, Participation and Alternative Democracy*. Palgrave Macmillan.
- Davis, S. (2015). Citizens' Media in the Favelas: Finding a Place for Community-Based Digital Media Production in Social Change Processes. *Communication Theory*, 25(2), 230-243. <https://doi.org/10.1111/comt.12069>
- Dayrell, J. T. (2005). A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais. novos sujeitos. In L. Soares, M. A. Giovanetti, & N. L. Gomes (Eds.), *Diálogos na educação de jovens e adultos* (pp. 53-67). Autêntica.
- Demarchi, C. H., & Kerbaui, M. T. M. (2017). Marco regulatório da comunicação no Brasil: atores envolvidos e políticas públicas. *Comunicação & Sociedade*, 39(2), 57-78. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n2p57-78>
- Denzin, N. K. (1989). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Prentice-Hall.
- Denzin, N. K. (2012). Triangulation 2.0. *Journal of mixed methods research*, 6(2), 80-88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>
- di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo*. PAULUS Editora.
- Dutta, M. J. (2015). Decolonizing Communication for Social Change: A Culture-Centered Approach. *Communication Theory*, 25(2), 123-143. <https://doi.org/10.1111/comt.12067>
- Edwards, D., Hudson, H., Anderson, C., Mcgee, R., & Brock, K. (2018). *Supporting innovation and the use of technologies in accountability initiatives: lessons from Making All Voices Count*. The Institute of Development Studies. https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/13451/MA_VC_PLR_online_final.pdf;jsessionid=8B3EBFAAC8EAF9EAABD37172A39D4D77?sequence=3
- Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human affairs*, 22(3), 283-300. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0024-1>
- Enghel, F. (2015). Towards a political economy of communication in development? *Nordicom review*, 36, 11-24. <https://content.sciendo.com/view/journals/nor/36/s1/article-p11.xml>

- Estefan, F. (2017, 5 de dezembro). At the Forefront of the Fight to Transform Brazil. *Omidyar Network* [post em blogue]. <https://medium.com/positive-returns/at-the-forefront-of-the-fight-to-transform-brazil-d5a2b20a7197>
- Fairclough, N. (1992). Intertextuality in critical discourse analysis. *Linguistics and education*, 4(3-4), 269-293. [https://doi.org/10.1016/0898-5898\(92\)90004-G](https://doi.org/10.1016/0898-5898(92)90004-G)
- Fairclough, N. (1997). Discurso, mudança e hegemonia. In E. Ribeiro (Ed.), *Análise Crítica do Discurso* (pp. 77-103). Ed. Caminho.
- Falchetti, C. (2017). *Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil*. Comunicação apresentada no Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru.
- Farkas, J., & Schou, J. (2018). Fake news as a floating signifier: hegemony, antagonism and the politics of falsehood. *Javnost-The Public*, 25(3), 298-314. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1463047>
- Fava, G. P. (2015). *O efeito filtro bolha: como dispositivos de vigilância digital convertem usuários em produtos*. Tese de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, São Pedro, Juiz de Fora, Brasil. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1512>
- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. *International Journal of Qualitative Methods*, 80-92. <https://doi.org/10.1177/160940690600500107>
- Figueiredo, P. (2019, 21 de maio). Índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros cresce e é 45% maior do que entre brancos. *G1*. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/21/indice-de-suicidio-entre-jovens-e-adolescentes-negros-cresce-e-e-45percent-maior-do-que-entre-brancos.ghtml>
- Figueroa, M. E., Kincaid, D. L., Rani, M., & Lewis, G. (2002). Communication for Social Change: An Integrated Model for Measuring the Process and Its Outcomes. *The Communication for Social Change Working Paper Series: No.1*. The Rockefeller Foundation and Johns Hopkins. <https://www.cfsc.org/content/uploads/2018/04/socialchange.pdf>
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27, 388-394. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>

- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Vozes.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of Actually Existing Democracy. *Social text*, (25/26), 56-80.
<https://doi.org/10.2307/466240>
- Fraser, N. (2000). Rethinking recognition. *New left review*, 3, 107-120.
<https://newleftreview.org/issues/II3/articles/nancy-fraser-rethinking-recognition.pdf>
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. & Macedo, D. (1987/2013). *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Paz e Terra.
- Freire, P., & Shor, I. (1986). *Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor*. Paz e Terra.
- Funk, S., Kellner, D., & Share, J. (2016). Critical media literacy as transformative pedagogy. In M. N. Yildiz, & J. Keengwe (Eds), *Handbook of Research on Media Literacy in the Digital Age* (pp. 1-30). IGI Global.
- Galer-Unti, R. A. (2010). Advocacy 2.0: Advocating in the digital age. *Health promotion practice*, 11(6), 784-787. <https://doi.org/10.1177/1524839910386952>
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the Street: Social Media and Contemporary Activism*. Pluto Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt183pdzs>
- Gladwell, M. (2010, 27 de setembro). Small change: why the revolution will not be tweeted. *The New Yorker*.
<https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>
- Glaser, B. G., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Aldine.
- Giglietto, F., Rossi, L., & Bennato, D. (2012). The Open Laboratory: Limits and Possibilities of Using Facebook, Twitter, and YouTube as a Research Data Source. *Journal of Technology in Human Services*, 30(3-4), 145-159.
<https://doi.org/10.1080/15228835.2012.743797>
- Gioia, D. A., Corley, K. G., & Hamilton, A. L. (2013). Seeking Qualitative Rigor in Inductive Research: Notes on the Gioia Methodology. *Organizational Research Methods*, 16(1), 15-31. <https://doi.org/10.1177/1094428112452151>
- Gohn, M. D. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>

- Gohn, M. D. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez Editora.
- Gohn, M. D. G. (2018). Jovens na Política na Atualidade: uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-133. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792018000100008>
- Gonzalez, J. A. (2014). Researching and developing cybercultur@: Emerging local knowledge communities in Latin America. In T. Askanus, & L. Østergaard (Eds.), *Reclaiming the Public Sphere: Communication, Power and Social Change* (pp. 26-46). Palgrave Macmillan.
- Governo escuta adolescentes em projeto sobre revitalização do Viva Cidade Operária – Maranhão (2019, 18 de maio). *Folha Nobre*.
<http://folhanobre.com.br/2019/05/18/governo-escuta-adolescentes-em-projeto-sobre-revitalizacao-do-viva-cidade-operaria-maranhao/256997/>
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). Sage.
<https://eclass.uoa.gr/modules/document/file.php/PPP356/Guba%20%26%20Lincoln%201994.pdf>
- Guimarães, C. (2015, 15 de janeiro). *O Ensino Público no Brasil: Ruim Desigual e Estagnado*. Época. <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>
- Habermas, J. (1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. MIT Press.
- Herringshaw, V. (2018). *Increasing citizen voice and government responsiveness: what does success really look like, and who decides*. The Institute of Development Studies.
https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/13472/MA_VC_HerringshawPLR2_WEB.pdf
- Hobbs, R. (2011, 9 de junho). *News Literacy: What Not to Do*. Nieman Reports.
<https://niemanreports.org/articles/news-literacy-what-not-to-do/>
- Huesca, R. (2001). Conceptual contributions of new social movements to development communication research. *Communication theory*, 11(4), 415-433.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2001.tb00251.x>

- Huesca, R. (2002). Chapter 8. Tracing the History of Participatory Communication Approaches to Development: A Critical Appraisal. In J. Servaes (Ed.), *Approaches to Development Communication*.
UNESCO. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/approaches_to_development_communication.pdf
- Holston, J., & Appadurai, A. (1996). Cities and Citizenship. *Public Culture*, 8, 187-204.
<https://read.dukeupress.edu/books/book/1727/chapter/182429/IntroductionCities-and-Citizenship>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo Demográfico: Principais resultados*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>
- International Commission for the Study of Communication Problems, MacBride, S., & UNESCO (1980). *Many voices, one world: towards a new more just and more efficient world information and communication order*. UNESCO.
<https://digitallibrary.un.org/record/80?ln=en>
- Ireton, C., & Posetti, J. (Eds.) (2019). *Jornalismo, Fake News & Desinformação. Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo*. UNESCO.
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647?fbclid=IwAR1ltj8iF00MPv69hOx4WViYAHzMUlp8VoYIT0Mepi_TYL_utbV5xIggnEk
- Johansson, R. (2007). On case study methodology. *Open house international*, 32(3), 48-54. https://doi.org/10.1142/9789811206542_0002
- Kellner, D. (2005). The media and election 2004. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, 5(3), 298-308. <https://doi.org/10.1177/1532708605277005>
- Kellner, D. & Share, J. (2007a). Critical media literacy, democracy, and the reconstruction of education. In D. Macedo & S. R. Steinberg (Eds.), *Media literacy: A reader* (pp. 3-23). Peter Lang Publishing.
- Kellner, D. & Share, J. (2007b). Critical media literacy is not an option. *Learning Inquiry*, 1(1), 59-69. <https://doi.org/10.1007/s11519-007-0004-2>
- Kleine, D., Hollow, D., & Poveda, S. (2014). *Children, ICT and Development: Capturing the potential, meeting the challenges*. UNICEF Office of Research.
https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/unicef_royalholloway_ict4dreport_final.pdf

- Latour, B. (2007). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press.
- Leal, L. (2019, 19 de abril). Constranger a democracia: a participação sob ameaça no Brasil. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/04/19/opiniao/opiniao/constranger-democracia-participacao-ameaca-brasil-1869821>
- Leal, P. A. (2007). Participation: the ascendancy of a buzzword in the neo-liberal era. In A. Cornwall, & D. Eade (Eds), *Deconstructing Development Discourse. Buzzwords and Fuzzwords* (pp. 89-100). Practical Action Publishing.
- Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, República Federativa do Brasil.
- Lennie, J., & Tacchi, J. (2013). *Evaluating communication for development: A framework for social change*. Routledge.
- Levy, H. (2020). Grammars of contestation and pluralism: Paulo Freire's *action* in Brazil's periphery and the rise of right-wing discourse on YouTube. *International Communication Gazette*, 82(5), 474-489. <https://doi.org/10.1177/1748048520943696>
- Lidner, J. (2019, 9 de abril). Bolsonaro: "Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política". *O Estado de S. Paulo*. <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>
- Livingstone, S. (2004). Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. *The communication review*, 7(1), 3-14. <https://doi.org/10.1080/10714420490280152>
- Livingstone, S. (2007). The Challenge of Engaging Youth Online: Contrasting Producers' and Teenagers' Interpretations of Websites. *European Journal of Communication*, 22(2), 165-184. <https://doi.org/10.1177/0267323107076768>
- Livingstone, S. (2011). Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. *MATRIZES*, 4(2), 11-42. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i2p11-42>
- Livingstone (2018, 8 de maio). Media literacy: everyone's favourite solution to the problems of regulation. *Medis@LSE* [post em blogue]. <https://blogs.lse.ac.uk/mediapolicyproject/2018/05/08/media-literacy-everyones-favourite-solution-to-the-problems-of-regulation/>

- Lord, J., & Hutchison, P. (2009). The process of empowerment: Implications for theory and practice. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 12(1), 5-22.
<https://doi.org/10.7870/cjcmh-1993-0001>
- Luke, A., & Freebody, P. (1999). Further notes on the four resources model. *Reading online*, 3, 1-4.
- Lyon, D. (2001). *Surveillance society: Monitoring everyday life*. Open University Press.
- Lyon, D. (2010). Surveillance, power and everyday life. In Kalantzis-Cope, P., & Gherab-Martin, K. (Eds.), *Emerging Digital Spaces in Contemporary Society: Properties of Technology* (pp. 107-120). Palgrave Macmillan.
- Machado, L. (2018, 15 de março). *São Paulo tem ato em homenagem à vereadora Marielle Franco*. G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/sao-paulo-tem-ato-em-homenagem-a-vereadora-marielle-franco.ghtml>
- Malterud, K., Siersma, V. D., & Guassora, A. D. (2016). Sample Size in Qualitative Interview Studies: Guided by Information Power. *Qualitative Health Research*, 26(13), 1753-1760. <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>
- Mansell, R. (2010). Technology, innovation, power, and social consequence. In P. Kalantzis-Cope, & K. Gherab-Martín (Eds.), *Emerging Digital Spaces in Contemporary Society: Properties of Technology* (pp. 13-25). Palgrave Macmillan.
- Manyozo, L. (2017). *Communicating Development with Communities*. Routledge.
- Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and Social Class and other essays*. Cambridge Press.
- Mascheroni, G. (2013). Performing Citizenship Online: Identity, Subactivism and Participation. *Observatorio (OBS*)*, 7(2), 93-119.
<https://doi.org/10.15847/obsOBS722013656>
- Mason, M. (2010). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. *Forum qualitative Sozialforschung/Forum: qualitative social research*, 11(3). <http://dx.doi.org/10.17169/fqs-11.3.1428>
- Mata, M. C. (2002). Comunicación, ciudadanía y poder. Pistas para pensar su articulación. *Diálogos de la Comunicación*, 64, 65-76.
<http://josemramon.com.ar/wp-content/uploads/Mata-M-Cristina-Comunicacion-ciudadania-y-poder....pdf>
- Mazetti, H. M. (2008). Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil. *Lugar Comum*, 25-26, 105-120. <http://uninomade.net/wp->

content/files_mf/110810120935Resist%C3%A4ncias%20criativas%20-%20Os%20coletivos%20art%C3%ADsticos%20e%20ativistas%20no%20Brasil%20-%20Henrique%20Mazetti.pdf

- McDonald, K. (2004). Oneself as another: from social movement to experience movement. *Current Sociology*, 52(4), 575-593.
<https://doi.org/10.1177/0011392104043492>
- Melkote, S. & Steeves, L. (2015). *Communication for Development: Theory and Practice for Empowerment and Social Justice*. Sage.
- Mesquita, C. N. & Cantoni, S. L. (2015). Participação Política Online vs. Offline no Brasil. In V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/Vsem/paper/viewPaper/341>
- Mesquita, M. R., Bonfim, J., Padilha, E., & Silva, A. C. (2016). Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 288-297. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p288>
- Mollerup, N. G., & Gaber, S. (2015). Making media public: On revolutionary street screenings in Egypt. *International Journal of Communication*, 9, 2903-2921.
<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3655/1460>
- Moreira, A. (s.d.). *Jovens no Brasil de Bolsonaro: Está difícil sonhar em um país deste jeito*. Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/jovens-no-brasil-de-bolsonaro-esta-dificil-sonhar-em-um-pais-desse-jeito/>
- Morozov, E. (2009, 5 de setembro). *From slacktivism to activism*. Foreign Policy.
<https://foreignpolicy.com/2009/09/05/from-slacktivism-to-activism>
- Morozov, E. (2011a). *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. Public Affairs.
- Morozov, E. (2011b, 7 de março). Facebook and Twitter are just places revolutionaries go. *The Guardian*.
<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/mar/07/facebook-twitter-revolutionaries-cyber-utopians>
- Morozov, E. (2017, 8 de janeiro). Moral panic over fake news hides the real enemy – the digital giants. *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jan/08/blaming-fake-news-not-the-answer-democracy-crisis>
- Morry, C. (2006). The Rome Consensus: Communication for Development – A Major Pillar for Development and Change. *The Communication Initiative Network*:

- convening the communication and media development, social and behaviour change community [post em blogue]. <https://www.comminit.com/content/rome-consensus-communication-development-major-pillar-development-and-change>
- Mott, L., Michels, E., & Paulinho (2017). *Pessoas LGBT Mortas no Brasil: Relatório 2017*. Grupo Gay da Bahia
<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>
- Mouffe, C. (2005). *On the Political*. Routledge.
- Movimento Brasil Livre (s.d.). <https://mbl.org.br>
- Neto, J. (2018, 18 de maio). *Mais de 25 milhões de jovens não estudavam em 2017*. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21256-mais-de-25-milhoes-de-jovens-nao-estudavam-em-2017>
- NOSSAS (s.d.). Rede de Ativismo. <https://www.nossas.org/>
- Novaes, R. (2014). *Mal-estar, medo e mortes entre jovens das periferias e favelas*. Interesse Nacional. <http://interessenacional.com.br/2014/10/01/mal-estar-medo-e-mortes-entre-jovens-das-favelas-e-periferias/>
- Novaes, R., & Vital, C. (2005). A juventude de hoje:(re) invenções da participação social. In A. A. Thompson, & B. Kliksberg (Eds.), *Associando-se à juventude para construir o futuro* (pp. 107-148). Fundação Peirópolis, Lda..
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (Ed.) (2018). *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC kids online Brasil 2017*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_kids_online_2017_livro_eletronico.pdf
- Obregón, R., & Tufte, T. (2017). Communication, Social Movements, and Collective Action: Toward a New Research Agenda in Communication for Development and Social Change. *Journal of Communication*, 67(5), 635-645.
<https://doi.org/10.1111/jcom.12332>
- Oliveira, C. (2019, 19 de julho). Educação é a área mais afetada pelos cortes de orçamento por Bolsonaro. *Rede Brasil Atual*.
<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/07/educacao-e-a-area-mais-afetada-pelos-cortes-de-orcamento-por-bolsonaro/>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (s.d.). Sustainable Development Knowledge Platform. <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg6>

- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pariser, E. (2011). *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from you*. Penguin Books.
- Peixoto, T., & Sifray, M. L. (2017). *Civic Tech in the Global South: Assessing Technology for the Public Good*. World Bank and Personal Democracy Press.
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/27947>
- Perkins, D. D., & Zimmerman, M. A. (1995). Empowerment theory, research, and application. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 569-579.
<https://doi.org/10.1007/BF02506982>
- Peruzzo, C. M. K. (2013). Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). *MATRIZES*, 7(2), 73-93.
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i2p73-93>
- Peruzzo, C. M. K. (2014). Communication in social movements: A new perspective on human rights. In T. Askanius, & L. Østergaard (Eds.), *Reclaiming the Public Sphere: Communication, Power and Social Chang* (pp. 167-183). Palgrave Macmillan.
- Peruzzo, C. M. K. (2017). Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 24(1).
<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.24207>
- Pilkington, E. (2011, 13 de janeiro). Evgeny Morozov: How democracy slipped through the net. *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/technology/2011/jan/13/evgeny-morozov-the-net-delusion>
- Postill, J. (2014). Democracy in an age of viral reality: A media epidemiography of Spain’s indignados movement. *Ethnography*, 15(1), 51-69.
<https://doi.org/10.1177/1466138113502513>
- Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015, República Federativa do Brasil.
- Quarry, W., & Ramirez, R. (2009). *Communication for Another Development: Listening Before Telling*. Zed Books Ltd.
- Rappaport, J. (1986). Collaborating for empowerment: Creating the language of mutual help. In H. C. Boyte, & F. Riessman (Eds.), *The New Populism: The Politics of Empowerment* (pp. 64-79). Temple University Press.

- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121-148. <https://doi.org/10.1007/BF00919275>
- Rezende, M. J. (2002). Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas. *Revista de Ciências Humanas*, 32, 349-378. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25269>
- Ribeiro, D. (2016). Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(24), 99-104. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento Editora.
- Ribeiro, E., Lânes, P., & Carrano, P. (2005). *Juventude Brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final*. Instituto Pólis. <https://polis.org.br/download/105.pdf>
- Rogers, E. M. (2013). *Diffusion of Innovations*. The Free Press.
- Rosas, R. (2005, 22 de setembro). *Hibridismo coletivo no Brasil: transversalidade ou cooptação?* Canal contemporâneo. <http://www.canalcontemporaneo.art.br/forum/viewtopic.php?t=57esid=7ae%20e01e3ab717d1fd1659495ab6dda381659495ab6dda38>
- Saldivar, J., Parra, C., Alcaraz, M., Arteta, R., & Cernuzzi, L. (2019). Civic Technology for Social Innovation. *Computer Supported Cooperative Work (CSCW)*, 28(1-2), 169-207. <https://doi.org/10.1007/s10606-018-9311-7>
- Sastre, A., de Oliveira, C. S. P., & Belda, F. R. (2018). A influência do “filtro bolha” na difusão de Fake News nas mídias sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. *Revista GEMInIS*, 9(1), 4-17. <https://doi.org/10.4322/2179-1465.0901001>
- Servaes, J. (Ed.) (2002). *Approaches to Development Communication*. UNESCO.^[1]_{SEP}
- Servaes, J., & Malikhao, P. (2005). Participatory communication: the new paradigm? In O. Hemer, & T. Tufte (Eds.), *Media & Global Change. Rethinking Communication for Development* (pp. 91-103). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Servaes, J., & Malikhao, P. (2010). Advocacy strategies for health communication. *Public Relations Review*, 36(1), 42-49. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2009.08.017>

- Servaes, J., & Malikhao, P. (2012). Advocacy communication for peacebuilding. *Development in Practice*, 22(2), 229-243.
<https://doi.org/10.1080/09614524.2012.640980>
- Serviço Social do Comércio (SESC). (2018). A Saúde Mental de Jovens Brasileiros. *Somos Panc*, 267.
https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12517_A+SAUDE+MENTAL+DOS+JOVENS+BRASILEIROS
- Shao, C., Ciampaglia, G. L., Varol, O., Yang, K.-C., Flammini, A., & Menczer, F. (2018). The spread of fake news by social bots. *Nature Communications*, 9, 4787. <https://doi.org/10.1038/s41467-018-06930-7>
- Soares, I. D. O. (2000). Educomunicação: um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, 19, 12-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i19p12-24>
- Soares, I. D. O. (2012). *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio*. Paulinas.
- Soares, I. D. O. (2014). Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. *Comunicação & Educação*, 19(2), 15-26. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26>
- Sousa Santos, B. & Meneses, M. P. (Eds.) (2010). *Epistemologias do Sul*. Almedina.
- Souto, A. L. S. (2016). Juventude e participação. In R. Novaes, G. Venturi, E. Ribeiro, & D. Pinheiro (Eds.), *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*, 206 (pp. 265-286). Unirio.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In R. Morris (Ed), *Can the Subaltern Speak? Reflections on the History of an Idea* (pp. 21-78). Columbia University Press.
- Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research*. Sage.
- Suzina, A. C. & Tufte, T. (2020). Freire's vision of development and social change – past experiences, present challenges and perspectives for the future. *International Communication Gazette*, 82(5), 411-424.
<https://doi.org/10.1177/1748048520943692>
- Thomas, P. N. (2014). Development Communication and Social Change in Historical Context. In K. G. Wilkins, T. Tufte, & R. Obregon (Eds.), *The Handbook of Development Communication and Social Change* (pp. 5-19). Wiley Online Library. <https://doi.org/10.1002/9781118505328.ch1>

- Tilly, C. (1994). Social Movements as Historically Specific Clusters of Political Performances. *Berkeley Journal of Sociology*, 38, 1-30.
<https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Social-movements-as-historically-specific-clusters-of-political-performances-by-Charles-Tilly.pdf>
- Toledo, A. & Molinari, L. (2018, 8 de março). Beta: a robô feminista que está ressignificando a luta pelos direitos das mulheres. *politize!*
<https://www.politize.com.br/beta-robo-feminista-direitos-das-mulheres/>
- Tufte, T. (2013). O renascimento da Comunicação para a transformação social—Redefinindo a disciplina e a prática depois da ‘Primavera Árabe’. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(2), 61-90.
<https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200004>
- Tufte, T. (2017). *Communication and Social Change: A Citizen Perspective*. John Wiley & Sons.
- U-Report. (s.d.). Voice Matters. "About U-Report". <https://ureport.in/about/>
- Unwin, P. T. H. (Ed.) (2009). *ICT4D: Information and communication technology for development*. Cambridge University Press.
- Usdin, S., Christofides, N., Malepe, L., & Maker, A. (2000). The value of advocacy in promoting social change: Implementing the new domestic violence act in South Africa. *Reproductive Health Matters*, 8(16), 55-65,
[https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(00\)90187-3](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(00)90187-3)
- van Dijk, T. (2005). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Campo das Letras. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/192
- van Dijk, T. (2008). Semántica del discurso e ideología. *Discurso & Sociedad*, 2(1), 201-261. <http://dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2%281%29Van%20Dijk.pdf>
- Vannuchi, C. (2018). O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. *Galáxia (São Paulo)*, 38, 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-2554232145>
- Varis, P. (2016). Digital ethnography. In A. Georgakopoulou, & T. Spilioti (Eds.), *The Routledge Handbook of Language and Digital Communication* (pp. 55-68). Routledge.
- Vem pra Rua (s.d.). <https://www.vempraruua.net/>
- Verba, S., & Nie, N. H. (1987). *Participation in America: Political democracy and social equality*. University of Chicago Press.

- Verba, S., Schlozman, K. L., Brady, H. E., & Nie, N. (1995). *American citizen participation study, 1990*. Inter-university Consortium for Political and Social Research. <https://doi.org/10.3886/ICPSR06635.v1>
- Viração (s.d.). <https://viracao.org/>
- Volpi, M. (2020). *Guia do(a) Mobilizador(a) de adolescentes e jovens*. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. http://selounicef.org.br/sites/default/files/2018-05/Guia%20Adolescente%20Selo%20Unicef_pen-card.pdf
- Vrydagh, F., & Jiménez-Martínez, C. (2020). Talking with the right-wing: Pernicious polarization in Brazil and the philosophy of Paulo Freire. *International Communication Gazette*, 82(5), 456-473. <https://doi.org/10.1177/1748048520943695>
- Waisbord, S. (2001). *Family tree of theories, methodologies and strategies in development communication*. Rockefeller Foundation.
- Waisbord, S. (2005). Five key ideas: coincidences and challenges in development communication. In T. Tufte, & O Hemer (Eds.), *Media and Glocal Change. Rethinking Communication for Development* (pp. 77-90). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Waisbord, S. (2008). The institutional challenges of participatory communication in international aid. *Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, 14(4), 505-522. <https://doi.org/10.1080/13504630802212009>
- Waisbord, S. (2014). The Strategic Politics of Participatory Communication. In K. Wilkins, R. Obregon, & T. Tufte (Eds.), *The Handbook of Development Communication and Social Change* (pp.145-167). Wiley and Sons.
- Waisbord, S. (2019). *Communication: A post-discipline*. John Wiley & Sons.
- Waisbord, S. (2020). Why Paulo Freire is a threat for right-wing populism: Lessons for communication of hope. *International Communication Gazette*, 82(5), 440-455. <https://doi.org/10.1177/1748048520943694>
- Waldron, J. (2010). Dignity and Defamation: The Visibility of Hate. *Harvard Law Review*, 123(7), 1597-1657. <https://harvardlawreview.org/2010/05/%20dignity-and-defamation-the-visibility-of-hate/>
- Wallack, L., Dorfman, L., Jernigan, D., & Themba-Nixon, M. (1999). *Media advocacy and public health: Power for prevention*. Sage.

- White, A. (2017, 2 de maio). Fake News: It's Not Bad Journalism, it's the Business of Digital Communications. *Ethical Journalism Network*.
<https://ethicaljournalismnetwork.org/fake-news-bad-journalism-digital-age>
- Wilkins, K. G. (2014). Advocacy communication. In K. Wilkins, R. Obregon, & T. Tufte (Eds.), *The Handbook of Development Communication and Social Change* (pp. 57-71). Wiley and Sons.
- World Health Organization, & Health Education Service (1992). *Advocacy Strategies for Health and Development: Development Communication in Action*. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/70051>
- Yin, R. K. (1981a). The Case Study as a Serious Research Strategy. *Science Communication*, 3(1), 97-114. <https://doi.org/10.1177/107554708100300106>
- Yin, R. K. (1981b). The case study crisis: Some answers. *Administrative Science Quarterly*, 26(1), 58-65. <https://doi.org/10.2307/2392599>
- Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. Sage.
- Yoon, B. (2016). *Critical Literacies: Global and Multicultural Perspectives*. Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-981-287-943-1>

Anexos

Anexo 1: Questões do inquérito

Primeira ronda: Janeiro de 2018

Ei meninos, tudo bom? Pra começar bem o ano, queria conversar com vocês sobre minhas atitudes em 2017, tipo resolução de ano novo.... bora melhorar né, gente? Então bora.

1. Com que frequência você participa das minhas enquetes?
 - a) sempre
 - b) às vezes
 - c) quase nunca
 - d) nunca

2. Qual é o melhor canal pra interagir com você?
 - a) Messenger do Facebook
 - b) Whatsapp
 - c) Twitter
 - d) SMS

3. Você verifica o resultado das minhas “enquetes”/ inquéritos do U-Report?
 - a) Sim
 - b) Não

Valeu por responder! Em breve entro em contato pra continuar a lista de resoluções 2018, tá bem?

Segunda ronda: Fevereiro de 2018

1. Você participa de outros espaços de atuação política?
 - a) Sim
 - b) Não

2. Quais temas você gostaria de ver nas nossas enquetes e conteúdos?
(Pergunta Aberta)

3. Você costuma checar os resultados das enquetes do U-Report?

- a) Sim
- b) Não

4. Você já falou do U-Report ou marcou algum amigo nas postagens

- a) Sim
- b) Não
- c) Outro

5. Você convidaria um amigo para a página por achar que o U-Report:

- a) É útil
- b) Tem conteúdos do seu interesse
- c) Promove atuação política.
- d) Não convidaria

4. Você mora em São Paulo?

Terceira ronda: Março de 2018

1. Acha que através do U-Report é possível construir mudanças positivas na sociedade brasileira?

2. Você acha que as enquetes e os conteúdos do U-Report te ajudam a:

- a) ter mais conhecimento
- b) dialogar com os outros
- c) denunciar abusos
- d) tudo isso
- e) nada disso.
- f) Outros?

3. Se respondeu sim, à questão anterior. Por quê?

(Resposta aberta)

Texto do convite: “Ei @[flow.name](#)! Eu vi que você é de São Paulo e queria te convidar pra um rolê. A galera do U-Report vai se reunir com jovens como você pra saber o que pensam sobre a plataforma, a página e os conteúdos que produzimos por aqui. É uma oportunidade pra você conhecer outros *U-Reporters* na nossa sede aqui em SP e se envolver com um projeto de impacto. Você tem interesse em participar? <3”

a) Sim

b) Não

Sim - Arrasou! Nós vamos arcar com os custos de alimentação e transporte, fora outras surpresas que estamos preparando. Então, não se preocupe. Me fala o seu e-mail ou número que a gente possa entrar em contato, explicar melhor sobre o encontro e tirar suas dúvidas, okay? :)

Não - Poxa, que pena! Se mudar de ideia entra em contato com a gente, ok? :)

Anexo 2: Guião semiestruturado para os jovens - fase 1_Maio de 2018_presencial

a) Questões preliminares:

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Onde vive em São Paulo/ Salvador?
4. Você estuda?
5. Qual o seu grau de escolaridade?
6. Estuda em escola ou (universidade) pública ou particular?
7. Você trabalha?
8. Se trabalha, com o que trabalha?
9. Com o que trabalham ou trabalhavam os seus pais?
10. Qual o grau de escolaridade deles?
11. A quanto tempo é um U-Reporter?
12. O que te levou a ser um U-Reporter?

b) Comportamento nos meios digitais

1. Quais são os tipos de temas que mais te interessam na sociedade e na política?
2. E porquê estes temas te interessam?
3. Participa em outras plataformas de opinião além do U-Report?
4. Se sim, quais?
5. Qual é o canal ou plataforma digital que prefere utilizar para tomar conhecimento de temas sociais e participar com a sua opinião?
6. Com que frequência usa os meios digitais (*web*, social media) para informar-se e manifestar a sua opinião?
7. Acha que a plataforma U-Report ajuda-te e estimula-te a ser um jovem mais participativo na esfera social e política. Se sim, como?
8. A que acha que deve esta sua motivação para participar nas redes e utilizar as enquetes do U-Report?
9. Acha que se envolveria também em assuntos da política e da sociedade se não estivesse ligado a nenhuma plataforma online?

10. Sente que o U-Report nas medias sociais (Facebook e Twitter) permite a você usufruir de num ambiente colaborativo de ideias onde está em condição de igualdade com outros jovens?
11. Percebe que a internet ampliou suas capacidades pessoais?

c) Participação política e mudanças sociais

1. O que você entende por mudança social?
2. O que gostaria de ver diferente em sua vida e também na vida de outras pessoas no Brasil?
3. Sente que pode fazer algo para provocar mudanças significativas na sociedade? Se sim, o quê?
4. O que pensa do papel das redes digitais em relação a estas mudanças que quer ver?
5. O quê entende por participação política em ambiente online?
6. Como você entende o papel das *media* digitais na sua função de informar e permitir a sua participação em assuntos do seu interesse?
7. Está satisfeito ou não com este papel?
8. Acha que a comunicação feita nos *media* digitais são uma forma importante de informar e engajar a participação dos jovens em assuntos dos seus interesses (políticos e sociais)?
9. Se sim, de que modo?
10. Acha que quanto mais participação *online* nas redes digitais, por exemplo, maior é a possibilidade de gerar mudanças sociais? Porquê?
11. Acha que as formas *offline* de participação cívica e política têm vantagens?
12. Participa mais *online* ou de forma tradicional: voto, voluntariado, manifestações? (follow up sobre formas de participação *online* e *offline* e respectivas motivações).
13. Por que motivos?
14. Quais são as formas de participação online onde está atualmente envolvido?
15. O que acha da participação dos jovens nos assuntos de interesse público? (sociais/cívicos/políticos)?

16. Acha que alguns jovens estão mais motivados ou desmotivados para participarem em assuntos sociais e políticos? Porquê?
17. Acha que participar é, de facto, mudar alguma coisa?
18. Acha que alguns jovens estão privados de participar *online*?
19. Quais são estas privações?
20. Quais as resistências que você encontra ao participar para construir as mudanças que quer ver na tua vida e na sociedade?
21. Já pensou nos jovens que não têm acesso ao digital de forma facilitada, como é a vida deles?
22. E em termos de participação, como achas que se sentem?

d) Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social

1. Acha que os jovens são ouvidos e levados a sério nas redes digitais?
2. Sente que a sua opinião importa no âmbito da plataforma U-Report?
3. Se sim, como?
4. Você se sente visto, ouvido e empoderado a tomar atitudes de diálogo e denúncia contra abusos na direção dos seus direitos com base nas informações que toma conhecimento e no conteúdo das enquetes do U-Report?
5. Você acha que a comunicação feita pelo U-Report via redes sociais influencia, de algum modo, mudanças sociais nos temas que mais te interessa?
6. Se sim, dê exemplos.
7. Acha ou tem esperança que a sua voz (as demandas que tem) chegue aos decisores públicos no Brasil via U-Report?
8. Que tipo de expectativas você tem com o U-Report?
9. Acha que o U-Report corresponde ou tem correspondido com estas suas expectativas quanto a estas mudanças que deseja ver?
10. Como? Porquê?
11. Qual foram as mudanças mais significativas que você verificou através do uso da plataforma U-Report para você e/ou para o coletivo (grupos específicos)?

12. Você acredita que através das enquetes do U-Report é possível construir mudanças positivas na sociedade brasileira?
13. Acha que o U-Report a plataforma e também a sua presença nas redes sociais promove espaços de diálogo entre os jovens e o poder público e e/ou organizações no Brasil?
14. Percebe que a sua participação nas redes digitais (no âmbito do U-Report) é capaz de influenciar leis, políticas públicas?
15. Que outras formas de participação você considera que podem ser interessantes para provocar a mudança social?
16. Quais são os grandes obstáculos que encontra à mudança social?

Guião semiestruturado para os jovens - fase 2_Julho_WhatsApp

a) Quebra gelo

1. Como estão as coisas? Como está você desde a nossa última entrevista? (estudos, trabalho, família)

b) Formas de participação dentro e fora das redes digitais

1. Conte-me um pouco como tem sido a sua rotina aí no Brasil sobre o engajamento nas questões sociais que tem acompanhado desde que falámos a última vez em maio de 2018.
2. Tem participado mais dentro ou fora das redes digitais? Porquê?
3. Como foi a sua participação durante o processo eleitoral de 2018? (Se envolveu? Não se envolveu-Porquê?)
4. O que pensa sobre o que foi (e tem sido) o papel dos meios digitais (de informar e engajar) os cidadãos jovens durante o período eleitoral e até este momento?
5. Como tem sido a sua relação com o U-Report, desde que falámos em maio/junho de 2018? Tem participado dos inquéritos deles?
6. Tem acompanhado os resultados? Seguido os posts no Face? O que tem achado do conteúdo que trazem?)

7. Chegou a ver a campanha que eles fizeram sobre *fake news* no Facebook com dicas de como estar atento às notícias falsas e de como verificar as notícias? Se sim, o que achou?
8. Sobre o momento que o Brasil vive com o novo governo? Quais as suas sensações, impressões enquanto jovem?
9. Que desejos de mudança tem em relação a estas impressões?
10. Acha que o U-Reportc ou outra plataforma de representação dos direitos dos jovens (*advocacy* com o poder público) que tem seguido representa de facto o que pretende quando fala nas mudanças que referiu?
11. Do que sente falta? O que mudaria?
12. Algo mais que gostaria de referir e que eu não tenha abordado?

Anexo 3: Termo de consentimento dos entrevistados

São Paulo, maio de 2018

Caro(a) entrevistado (a),

Meu nome é Cássia Vasconcelos Ayres. Sou doutoranda da Universidade Lusófona do Porto (Portugal) e a minha tese tem como tema provisório: **O papel dos *media* digitais como catalisadores da mudança social em estratégias de comunicação para o desenvolvimento: o caso U-Report Brasil.**

Esta tese pretende analisar como alguns jovens brasileiros percebem e lidam com os meios digitais em questões ligadas à informação, participação e o empoderamento que levem a mudanças sociais em suas próprias perspectivas a partir das suas experiências como U-Reporters.

Do meu projeto de doutorado faz parte a realização de uma entrevista individual e uma eventual sessão de grupo focal onde gostaria de contar com a sua colaboração de forma voluntária.

As entrevistas com áudio gravado serão realizadas pela autora da tese e sempre que desejarem, os entrevistados podem não responder a algumas questões, comentar as mesmas ou mesmo desistir da entrevista.

Garantimos que as gravações serão usadas apenas para os fins deste estudo e de o anonimato dos entrevistados está assegurado.

Se está de acordo em participar desta entrevista, por favor assine em baixo, indicando assim a sua aceitação. Desde já, muito obrigada pela sua disponibilidade e pelo seu contributo a esta pesquisa.

Cordialmente,

Cássia Ayres

Nome completo do entrevistado

Assinatura do entrevistado:

Data: _____

Entrevista número:_____